



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

MARÍLIA GABRIELA SILVA RÊGO

**TENSÃO ENTRE PÚBLICO E PRIVADO NO TELEJORNALISMO BRASILEIRO:
reflexos na cobertura da pandemia de covid-19 no Jornal Nacional e no Repórter Brasil**

Recife

2023

MARÍLIA GABRIELA SILVA RÊGO

**TENSÃO ENTRE PÚBLICO E PRIVADO NO TELEJORNALISMO BRASILEIRO:
reflexos na cobertura da pandemia de covid-19 no Jornal Nacional e no Repórter Brasil**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do Título de Doutora em Comunicação. Área de concentração: Comunicação

Orientador: Prof. Dr. Heitor Costa Lima da Rocha

Recife

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Rêgo, Marília Gabriela Silva.

Tensão entre público e privado no telejornalismo brasileiro: reflexos na
cobertura da pandemia de covid-19 no Jornal Nacional e no Repórter Brasil /
Marília Gabriela Silva Rêgo. - Recife, 2023.

192 p. : il., tab.

Orientador(a): Heitor Costa Lima da Rocha

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e
Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2023.

Inclui referências, anexos.

1. público. 2. privado. 3. telejornalismo. 4. narrativa. 5. democracia
deliberativa. I. Rocha, Heitor Costa Lima da. (Orientação). II. Título.

070 CDD (22.ed.)

MARÍLIA GABRIELA SILVA RÊGO

**TENSÃO ENTRE PÚBLICO E PRIVADO NO TELEJORNALISMO BRASILEIRO:
reflexos na cobertura da pandemia de covid-19 no Jornal Nacional e no Repórter Brasil**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do Título de Doutora em Comunicação. Área de Concentração: Comunicação.

Aprovada em: 13/06/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Heitor Costa Lima da Rocha (Orientador)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Alfredo Eurico Vizeu Pereira Junior (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dra. Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes (Examinadora Interna)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dra. Iluska Maria da Silva Coutinho (Examinadora Externa)

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dra. Karolina de Almeida Calado (Examinadora Externa)

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

*Dedico aos meus pais, Rosilda e Manuel (in memoriam);
ao meu irmão, Romário; e ao meu esposo, Jarbas.*

AGRADECIMENTOS

A trajetória de um doutorado é árdua, mas não é uma tarefa solitária. Muitas pessoas estiveram comigo, contribuindo na caminhada de composição da tese. Esse trabalho é uma construção conjunta, com partilhas de conhecimento, com apoio nas mudanças, com força em meio ao cansaço e com o carinho que conforta.

Agradeço a Deus e à Virgem Santíssima, com o título de Nossa Senhora das Graças, que me concedem, todos os dias, o dom da vida e a força para caminhar, me protegendo e providenciando cada detalhe.

Aos meus amados familiares, em especial, Rosilda, minha mãe; Manuel, meu pai (*in memoriam*); e José Romário, meu irmão, que sempre estiveram ao meu lado, investiram na minha educação e vibram comigo a cada passo dado.

Ao meu esposo, Jarbas, meu incentivador, companheiro, amor e alegria dos meus dias, a quem admiro e tenho a felicidade de compartilhar todos os momentos da vida.

Ao meu querido orientador, Prof. Dr. Heitor Rocha, que acreditou neste projeto e tanto tem contribuído com conhecimentos, leituras, revisões e apoio. Ele colabora com a minha formação profissional desde a graduação, na banca de qualificação e defesa do mestrado, e neste doutorado.

Aos professores Dr. Alfredo Vizeu, Dra. Iluska Coutinho, Dra. Karolina Calado, que compõem essa banca tão acolhedora, comprometida e sábia que, já na qualificação, abriram meus olhos para novas reflexões sobre o tema. Para a defesa final, somam-se as valiosas contribuições da Dra. Isaltina Gomes, com quem também tenho aprendido desde o curso de jornalismo e na orientação da minha dissertação, nos reencontrando agora na conclusão de mais um ciclo.

À minha amiga-irmã Acsa Macena, companheira de artigos, leituras e discussões sobre a Comunicação Pública, tão querida e com quem aprendo tanto.

Aos meus colegas da turma de Doutorado 2019, pelos nossos debates com sugestões sobre os projetos, processo rico de aprendizado e colaboração.

A todos que formam o PPGCOM, pelas oportunidades e conhecimentos partilhados. Em especial, agradeço à Roberta e a José Carlos, secretários do programa, pela simpatia, trabalho e amizade.

Às minhas irmãs de alma, que compartilharam anos de convivência em Recife: Johana, Larissa, Layane, Letycia e Priscila. Levo-as em meu coração.

À Camila e Douglas, pelo companheirismo da irmandade selada desde a graduação.

À Danielle, Gabriel, Ludmilla, Marina, Sarah e Wellington, pelo acolhimento em Fortaleza-CE, pelos aprendizados do jornalismo e pela amizade.

À Capes, pela oportunidade de ser contemplada com a bolsa no meu segundo ano de doutorado até a conclusão.

Um jornal livre que pudesse ignorar as ameaças dos grandes anunciantes ou de interesses poderosos, um jornal que não se vendesse, nem se deixasse intimidar, um jornal que pudesse a todo momento revelar a condenada verdade sobre a proteção oficial ao vício, a fraude fiscal das empresas, a apropriação de terrenos pelos trens, ou a desobediência às leis trabalhistas, um jornal assim seria de uma importância estratégica tão grande na luta pela riqueza que se fariam esforços desesperados para anestesia-lo (ROSS, 2008, p. 101) .

RESUMO

Público e privado sempre foram âmbitos difíceis de delimitar, principalmente na história da mídia no Brasil. Em meio à constante confusão neste campo, o nosso esforço pretende contribuir para o estado da arte no debate dessa fronteira que esconde jogos de poder e más interpretações, circunstância que repercute na custosa tarefa de viabilizar a democratização deste setor tão relevante para a manutenção da cidadania. Percebendo esses desencontros, a inquietação que moveu a tese foi a de buscar identificar como se estabelece o privado e o público no conteúdo jornalístico produzido pelas duas principais emissoras de televisão privada e pública brasileiras. Defendemos que a Democracia passa diretamente pelo jornalismo (GANS, 2003; PARK, 2008), reconhecendo seu papel na mediação de discussões na sociedade e sua capacidade de influência central e estratégica na definição da interpretação que vai prevalecer sobre a realidade. Por isso, também é propósito evidenciar que, diante do debate de regulamentação da comunicação, é preciso necessariamente prever instruções no fazer jornalístico dos veículos de comunicação. Para tanto, nosso percurso buscou, inicialmente, discutir sobre as dimensões do que significa o público e o privado, com suas caracterizações históricas, além de uma reflexão sobre como a comunicação se estabeleceu entre grupos que perpetuam seu poder em diferentes áreas em nosso país. O esforço da pesquisa chega à metodologia da análise da narrativa jornalística (MOTTA, 2008; 2013; 2017), com a inclusão dos critérios de diversidade de versões (HERMAN, 2016; GANS, 2003; PORTO, 2002), dos telejornais noturnos das duas principais emissoras privada e pública brasileiras: o Jornal Nacional (JN), da TV Globo, e o Repórter Brasil (RB), da TV Brasil, a fim de perceber os tensionamentos entre os dois setores de comunicação, bem como essa tensão espelhada no discurso jornalístico de cada emissora, a respeito da cobertura que fizeram sobre a pandemia de covid-19 no Brasil, tema atual e que envolve forte embate político. As análises permitiram perceber que o JN manteve uma postura de posicionamento contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e suas determinações durante a pandemia; e identificar que o RB permaneceu com um comportamento cuidadoso com governo em sua cobertura, como sintoma da confusão entre o setor público e estatal na TV Brasil. A partir dos achados, buscamos refletir com proposições para um jornalismo que atenda à Democracia, consolidando como pilares o entendimento do papel do jornalismo, a compreensão da importância dos elementos narrativos no texto jornalístico, a diversidade de versões, o aprofundamento temático, o posicionamento esclarecido e o distanciamento de influências patrimonialistas.

Palavras-chave: público; privado; telejornalismo; narrativa; democracia deliberativa.

ABSTRACT

Public and private have always been difficult areas to define, especially in the history of media in Brazil. Amidst the constant confusion in this field, our effort aims to contribute to the state of the art in the debate on this frontier that hides power games and misinterpretations, a circumstance that has repercussions on the costly task of enabling the democratization of this sector that is so important for the maintenance of citizenship. Realizing these disagreements, the concern that drove the thesis was to seek to identify how the private and the public are established in the journalistic content produced by the two main Brazilian private and public television stations. We argue that democracy passes directly through journalism (GANS, 2003; PARK, 2008), recognizing its role in mediating discussions in society and its capacity for central and strategic influence in defining the interpretation that will prevail over reality. Therefore, it is also the purpose of highlighting that, in the face of the communication regulation debate, it is necessary to necessarily provide instructions in the journalistic activities of communication vehicles. To this end, our journey initially sought to discuss the dimensions of what public and private mean, with their historical characterizations, as well as a reflection on how communication was established between groups that perpetuate their power in different areas in our country. The research effort reaches the methodology of analyzing the journalistic narrative (MOTTA, 2008; 2013; 2017), with the inclusion of the criteria for diversity of versions (HERMAN, 2016; GANS, 2003; PORTO, 2002), from the nightly news programs of the two main Brazilian private and public broadcasters: Jornal Nacional (JN), from TV Globo, and Repórter Brasil (RB), from TV Brasil, in order to understand the tensions between the two communication sectors, as well as this tension mirrored in the discourse journalism from each broadcaster, regarding their coverage of the Covid-19 pandemic in Brazil, a current topic that involves a strong political debate. The analyzes allowed us to see that JN maintained a stance against former president Jair Bolsonaro and his decisions during the pandemic; and identify that RB continued to behave carefully towards the government in its coverage, as a symptom of the confusion between the public and state sectors on TV Brasil. Based on the findings, we seek to reflect on propositions for journalism that meets Democracy, consolidating as pillars the understanding of the role of journalism, the understanding of the importance of narrative elements in the journalistic text, the diversity of versions, thematic deepening, the enlightened positioning, and distancing from patrimonial influences.

Keywords: public; private; telejournalism; narrative; deliberative democracy.

LISTA DE IMAGENS

| | |
|--|-----|
| Imagem 1 – Mudança da logomarca da EBC e TV Brasil..... | 82 |
| Imagem 2 – Trecho da reportagem JN 1..... | 140 |
| Imagem 3 – Trecho da reportagem RB 1..... | 140 |
| Imagem 4 – Trecho da reportagem RB 4..... | 143 |
| Imagem 5 – Números da pandemia na RB 9..... | 144 |
| Imagem 6 – Números da pandemia na RB 10..... | 144 |
| Imagem 7 – Números da pandemia e fotos das vítimas na JN 9..... | 145 |
| Imagem 8 – Fotos das vítimas na JN 10..... | 145 |
| Imagem 9 – Fotos das vítimas na JN 11..... | 145 |
| Imagem 10 – Apresentação dos dados estatísticos na JN 18..... | 149 |
| Imagem 11 – Apresentação dos dados estatísticos na RB 18..... | 149 |
| Imagem 12 – Imagens das manifestações a favor do Governo exibidas pelo RB..... | 151 |
| Imagem 13 – Imagens das manifestações contra o Governo exibidas pelo RB..... | 151 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela 1 – Recorte temporal do corpus: principais acontecimentos sobre a pandemia do coronavírus no Brasil | 131 |
| Tabela 2 – Reportagens do Jornal Nacional sobre os principais acontecimentos da pandemia segundo o recorte estabelecido na pesquisa..... | 134 |
| Tabela 3 – Reportagens do Repórter Brasil sobre os principais acontecimentos da pandemia segundo o recorte estabelecido na pesquisa..... | 135 |
| Tabela 4 – Fontes e menções trazidas na cobertura do Jornal Nacional e do Repórter Brasil..... | 156 |
| Tabela 5 – Caracterização das personagens no JN e RB..... | 167 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 15 |
| 1.1 A negação da Democracia..... | 15 |
| 1.2 O público e privado como força motriz de discussão | 19 |
| 1.3 O Jornal Nacional e Repórter Brasil como a manifestação do tensionamento entre público e privado na comunicação “democrática” brasileira | 21 |
| 1.4 Analisar a narrativa jornalística | 23 |
| <i>1.4.1 Narrar a pandemia de Covid-19.....</i> | <i>26</i> |
| 1.5 Percurso da tese | 27 |
| 2. O PÚBLICO E O PRIVADO PARA A DEMOCRACIA | 30 |
| 2.1 Da aporia às possibilidades..... | 30 |
| <i>2.1.1 A comunicação na essência da intriga.....</i> | <i>31</i> |
| 2.2 As origens do Público e Privado..... | 34 |
| <i>2.2.1 O privado como primeira instituição humana.....</i> | <i>34</i> |
| <i>2.2.2 O Público como natureza social humana.....</i> | <i>37</i> |
| <i>2.2.3 Tradição brasileira na lógica do privado sobre o público e a deturpação deste.....</i> | <i>41</i> |
| <i>2.2.3.1 Público: de ninguém ou de todos?.....</i> | <i>43</i> |
| <i>2.2.3.2 Público e Estado.....</i> | <i>44</i> |
| <i>2.2.3.3 Público versus má qualidade.....</i> | <i>47</i> |
| <i>2.2.3.4 Público entre a universalidade idealizada x universalidade aproximativa.....</i> | <i>47</i> |
| 2.3 Síntese das compreensões e problemáticas gerais envolvidas nas definições de público e privado..... | 48 |
| 2.4 Afinal, a qual Democracia nos referimos? | 50 |
| <i>2.4.1 Onde está situada a Democracia Brasileira?.....</i> | <i>56</i> |
| 2.5 Democracia, público, privado e comunicação: uma conexão permanente..... | 62 |
| <i>2.5.1 Público e Privado nos emblemáticos sistemas de comunicação brasileiros.....</i> | <i>63</i> |
| 3. HISTÓRICO E CONTRADIÇÕES DA MÍDIA BRASILEIRA..... | 67 |
| 3.1. Formação do sistema político e mídia: qual a semelhança?..... | 67 |
| 3.2 “Colonialismo midiático”: como se forma e se assegura a oligopolização da mídia brasileira..... | 69 |
| <i>3.2.1 Concentração regional.....</i> | <i>70</i> |
| <i>3.2.2 Propriedade cruzada e as concentrações horizontal, vertical e em cruz.....</i> | <i>73</i> |
| <i>3.2.3 Patrimonialismo Midiático.....</i> | <i>75</i> |
| <i>3.2.3.1 O patrimonialismo ameaça a EBC e TV Brasil.....</i> | <i>79</i> |
| <i>3.2.4 Radiodifusão hereditária.....</i> | <i>84</i> |

| | |
|---|------------|
| 3.2.5 <i>Mídia política</i> | 85 |
| 3.2.6 <i>Mídia e religião</i> | 87 |
| 3.3 As relações de poder no setor de comunicação e suas fronteiras borradas | 90 |
| 4. DA EPISTEMOLOGIA DO JORNALISMO À ANÁLISE DO TELEJORNALISMO SOBRE A COVID-19 ENTRE OS INTERESSES PÚBLICO E PRIVADO | 94 |
| 4.1 A quem interessa o jornalismo? | 94 |
| 4.1.1 <i>Os impasses empresariais e o discurso da objetividade disfarçado de interesse público (ou pseudo-consenso)</i> | 96 |
| 4.1.2 <i>O Telejornalismo e sua centralidade na discussão</i> | 101 |
| 4.2 Democratizar, o que isso quer dizer? | 103 |
| 4.3 Composição dos critérios analíticos: posicionamentos entre interesses públicos e privados | 109 |
| 4.3.1 <i>Critérios para análise da narrativa</i> | 115 |
| 4.4 A cobertura jornalística da pandemia de covid-19: um panorama mundial de dificuldades, conflitos e interesses | 124 |
| 4.4.1 <i>Complexidades da pandemia no Brasil: pontos de tensão</i> | 128 |
| 4.5 A cobertura da pandemia pelo Jornal Nacional e Repórter Brasil | 132 |
| 4.5.1 <i>Os formatos jornalísticos observados na cobertura do corpus</i> | 133 |
| 5. O TELEJORNALISMO PRIVADO E PÚBLICO SOBRE A PANDEMIA: O QUE FOI CONTADO NO JORNAL NACIONAL E NO REPÓRTER BRASIL? | 137 |
| 5.1 Passo inicial: organização temporal da narrativa jornalística a ser analisada | 137 |
| 5.2 Contexto 1 e abordagens: início da pandemia no Brasil | 138 |
| 5.3 Contexto 2 e abordagens: Crise política e de saúde pública | 141 |
| 5.4 Contexto 3 e abordagens: CPI | 146 |
| 5.5 Personagens, narradores e diversidade significativa | 155 |
| 5.5.1 <i>A quais fontes as reportagens recorreram?</i> | 156 |
| 5.5.2 <i>Que papéis as personagens assumem?</i> | 166 |
| 5.6 Moral da história e as entrelinhas de interesses revelados | 169 |
| 6. (CONSIDERAÇÕES FINAIS) REFLEXÕES E CONEXÕES PARA UM TELEJORNALISMO DEMOCRÁTICO | 172 |
| 6.1 A afirmação da Democracia | 172 |
| 6.2 O telejornalismo brasileiro contribui para a confusão entre público e privado | 173 |
| 6.2.1 <i>Os sintomas da confusão entre o papel público e estatal na TV Brasil</i> | 174 |

| | |
|---|------------|
| <i>6.2.2 Persistem as cicatrizes na percepção do que é público.....</i> | <i>175</i> |
| 6.3 É possível conceber um ideal democrático para o telejornalismo brasileiro? | 176 |
| <i>6.3.1 Consolidando apontamentos para um jornalismo que compreenda a Democracia.....</i> | <i>177</i> |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 184 |

1. INTRODUÇÃO

1.1 A negação da Democracia

Para uma sociedade poder ser considerada democrática é preciso que tenha a pressuposição e o reconhecimento da necessidade de conferir “poder ao povo”, assim como sugere o significado clássico da palavra de origem grega *demokratía*. Esse poder, entendido como voz ativa nas deliberações, é conquistado por práticas que o incluam. O episódio mais comum e provavelmente o mais marcante dessa participação é a eleição para escolha de representantes políticos, quando os cidadãos vão às urnas para expressar a sua vontade, “vencendo” a porcentagem maior. Em nossa pesquisa, o sentido de Democracia ganha amplitude porque o poder ao povo não pode se restringir a um episódio que acontece a cada quatro anos, por exemplo. A escolha eleitoral, claro, tem sua real importância, mas o ponto aqui levantado é que a Democracia deve ser (ou pelo menos deveria ser) vivenciada todos os dias, fortalecida pela livre circulação de opiniões, circunstância promovida principalmente pela atividade midiática (ROSS, 2008) que, na perspectiva desta pesquisa, pode proporcionar atuação política ao colaborar para formar cidadãos esclarecidos sobre diferentes temas de interesse social (GANS, 2003).

No sentido da importância da mídia, outro ponto essencial refere-se ao direito democrático primário, garantido constitucionalmente à comunicação, o que inclui a informação veiculada pelos veículos de comunicação. No capítulo V, a Constituição Federal Brasileira garante a livre circulação da informação:

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição. § 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV. § 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística (CF, 1988).

Junto à isso, Wilson Gomes (2018) reflete sobre a importância da comunicação para a Democracia diante de quatro dimensões: a) da informação, fundamentada na constatação de que a comunicação permite que os cidadãos tenham acesso ao que acontece e estejam qualificados a propor decisões; b) na promoção e proteção de direitos, porque pode dar visibilidade a temas, grupos sociais e problemas e, assim, reivindicar por direitos; c) no

constrangimento pró-democracia, uma vez que, como mecanismo de vigilância, pode investigar instituições e personalidades a fim de perceber desvios democráticos; e d) no provimento de conteúdos e ambientes para as discussões das esferas públicas. Neste mesmo sentido, John Dewey (2004) também contribui ao apontar que o verdadeiro exercício democrático é precedido por uma comunicação livre:

Não pode haver público sem plena publicidade de todas as consequências que lhe dizem respeito. Qualquer coisa que obstrua e restrinja a publicidade, limite e distorça a opinião pública e retarde e distorça a reflexão sobre questões sociais. Sem liberdade de expressão, nem mesmo os métodos de investigação social podem ser desenvolvidos. Porque as ferramentas só podem evoluir e melhorar com a sua implementação; pela sua aplicação à observação, exposição e organização da matéria em causa; e esta aplicação não pode ocorrer exceto através de comunicação livre e sistemática (Dewey, 2004, p. 147, tradução nossa).

Tem-se claro, então, a importância e a garantia de que a comunicação perpassa uma vivência democrática, como afirma Ramos (2005, p. 246): “Como vemos, a informação – na forma de liberdade de pensamento, de expressão, de culto e de reunião – enquanto insumo fundamental para a cidadania, faz parte da primeira geração dos direitos humanos e pode ser encontrada já na gênese da modernidade ocidental”. Há, porém, um descompasso visível nos setores de comunicação brasileiros sobre as suas verdadeiras contribuições democráticas, isso porque temos um percurso de forte concentração da mídia, sendo isso um dos vários fatores de descumprimentos daquele mesmo capítulo da Constituição. Descumpre-se sobre a posse da propriedade midiática, desobedece-se a proibição de políticos serem donos de veículos de comunicação, nega-se a efetiva variedade de conteúdos culturais, infantis, regionais. A situação da mídia que vivenciamos hoje fere pelo menos três aspectos democráticos: i) corrompe princípios constitucionais; ii) dificulta a participação dos cidadãos e iii) é contrária à pluralidade midiática. Essas são as principais causas a que o debate essencial de regulamentação da mídia (LIMA, 2006; CABRAL, 2015) se dedica, buscando alternativas para resgatar o caráter democrático a que se deve prestar a comunicação.

Este trabalho, então, está motivado a refletir sobre os entraves que dificultam a construção de um telejornalismo democrático no Brasil, acreditando que a raiz do problema esteja em um mal discernimento entre o que é público e o que é privado, dilema este que também está presente no cerne da concepção de uma Democracia ideal. Pressupomos que há uma má delimitação entre os papéis dos setores de comunicação e os conteúdos que veiculam porque, no Brasil, há uma confusão histórica entre o que é público e privado, comprometendo, assim, a própria legislação, concessão, controle das emissoras de radiodifusão e a qualidade do produto

jornalístico que é entregue à sociedade. Quando não entendemos os territórios que pertencem ao âmbito público, por exemplo, há o risco de serem apropriados como “coisa minha”, com o funcionamento sendo orientado conforme o “eu” deseja. Este direcionamento fica muito claro quando colocamos o eu e o nós de forma paralela ao privado e público: quando evidenciamos a primeira pessoa do singular, está posto a minha vontade particular; enquanto a primeira pessoa do plural sugere que “todos” estão incluídos. Quando negamos a pluralidade, estamos negando a Democracia. Quando se nega a informação, matéria prima do jornalismo, um povo esclarecido é impedido de existir e atuar. É, portanto, ao nosso ver que, quando o jornalismo democrático é negado, acontece uma interferência direta no pilar democrático e o “nós” perde o posto para o egoísmo característico da perspectiva individualista, particular/ privada.

O jornalismo, então, podemos assim dizer, é um patrimônio da Democracia e está comprometido com a dimensão pública. Não à toa, em ditaduras, por exemplo, o controle e censura midiática é investida para manipulação da opinião pública. Mas, da mesma forma que o jornalismo pode contribuir para a vivência democrática, já alertou Gomes (2018), pode servir para o contrário:

Se o jornalismo funciona em favor da democracia, será uma poderosa força propulsora para a formação de uma cultura política em que os indivíduos podem fazer juízos sólidos e independentes sobre os aspectos da vida pública que lhes concernem ou interessam diretamente. Se não funciona em favor da democracia, tudo isso é ameaçado (GOMES, 2018, p. 341).

A razão, então, aqui proposta é enxergar um caminho para pensar o fundamento democrático do jornalismo, reconhecendo que é nele onde as discussões sociais sobre a deliberação de questões coletivas são mediadas e que ele é uma influência central e estratégica na definição daquela interpretação que vai prevalecer sobre a realidade. Mais do que um potencial, o jornalismo possui uma capacidade efetiva de influir na interpretação, podendo agir, inclusive, a favor da discussão sobre a regulamentação da mídia.

A visão sobre o papel do jornalismo na formação da opinião pública é reconhecida por autores como Park (2008), quando estabelece que a notícia é uma forma de conhecimento sobre o mundo porque ela capta os principais acontecimentos e transmite para as pessoas. É através do trabalho jornalístico que as pessoas sabem o que acontece em sua comunidade/cidade/país/mundo. E esse conhecimento orienta a uma ação política, pois cidadãos informados podem mobilizar as questões sociais a sua volta: “O papel da imprensa nesse caso obviamente não é meramente de orientar o público a respeito das questões envolvidas, mas de criar um desejo coletivo e um poder político o qual, à medida que mobiliza

a comunidade, tende a finalizar a discussão. Isso é o que constitui o poder de imprensa” (PARK, 2008, p.72).

Em concordância, Herbert Gans (2003), em seu livro “Democracia e as Notícias”, admite que as notícias são capazes de ter efeito sobre as opiniões e comportamento das pessoas, mas reconhece também que esses estímulos não são homogêneos, assim como a audiência não é. Dessa forma, o autor resume a competência democrática do jornalismo: “A questão mais importante sobre os efeitos da mídia de notícias é seu impacto nas opiniões e ações das pessoas, e a resposta ajudaria a determinar o que a mídia poderia fazer pelo papel dos cidadãos na democracia” (GANS, 2003, p. 75). Adiciono, ainda, à reflexão, o pensamento de Hallin e Mancini (2016, p. 418) quando afirmam a importância das mídias não somente em reportar os acontecimentos, mas na reflexão sobre a vida política da sociedade: “Mesmo ao refletir a sociedade, os *media* enquadram-se; eles refletem para a sociedade não apenas acontecimentos, não apenas uma realidade não imediata, mas um conceito particular de política encarnada na vida política dessa sociedade”.

Percebendo os desencontros da realidade midiática brasileira e a capacidade democrática do jornalismo, o problema que moveu a tese foi o de identificar como se estabelece o tensionamento entre o privado e o público no conteúdo jornalístico produzido pelas emissoras de televisão. Este é um ponto que provoca o objetivo de perceber, diante das possíveis limitações e distorções, como cumprir o papel ideal democrático do jornalismo, seja ele produzido em canal público ou privado. De forma específica, é preciso (i) determinar a caracterização do público e privado, principalmente nos sistemas de comunicação brasileiros e como isso recai sobre o discurso jornalístico; (ii) problematizar as contradições existentes entre privado, público e estatal¹; e (iii) analisar o telejornalismo público e privado como expressão da relação entre discurso e poder das principais emissoras brasileiras representantes dos sistemas.

Já identificamos neste percurso que a comunicação brasileira enfrenta um campo minado de investidas antidemocráticas que atingem diretamente a qualidade da informação que é disseminada, com territórios borrados entre o público e privado, a conhecer: a privatização de concessões públicas de radiodifusão; a confusão entre a caracterização de emissora pública e estatal (a exemplo da fusão ocorrida em 9 de abril de 2019 da estatal TV NBR com a TV Brasil,

¹ Público e estatal são sistemas midiáticos com funções distintas, mas gerenciados pelo poder público, o que, na realidade brasileira, é comumente confundido como sinônimos. No item 2.5.1, os três sistemas são trazidos de maneira mais aprofundada, caracterizando cada um deles.

pública); a inconstitucionalidade do processo de concessão e outorga das emissoras de rádio e TV brasileiras.

Diante das reflexões levantadas ao longo dos capítulos, já temos claro que esse processo de democratização passa pela distinção do público e privado, mas não somente quanto à natureza da emissora (se é pública ou privada), e sim com relação à natureza do “seu fazer”, ou seja, naquilo que ela realiza. Com isso, evidenciamos que é necessário observar quando e como as emissoras transparecem interesses privados, por exemplo, e até que ponto desempoderam a cidadania. Esse é um caminho por onde esta tese pretende passar e, ao final, trazer reflexões a respeito de como priorizar o valor democrático através do princípio democrático que deve prevalecer no fazer jornalístico.

1.2 O público e privado como força motriz de discussão

Neste trabalho, repetidas vezes veremos os termos público e privado, fator que moveu toda a perspectiva teórico-analítica da pesquisa. Pensar sobre essas duas dimensões é importante, primeiro, para nossa tarefa como cidadãos, em entender como se caracterizam. De maneira mais especial, diante da mídia brasileira, a intenção é perceber o público e privado não apenas como propriedade (quem é o dono), uma questão importante, mas também na sua natureza, na sua função, no seu dever com a cidadania.

Diante de limites e conceitos tão complexos, foi preciso refletir a partir de diferentes campos do conhecimento, mas que estão interrelacionadas, para chegarmos a pontos comuns. Em resumo, recorreremos, fundamentalmente, às seguintes áreas:

- a) A **Filosofia Política** nos permite ampliar o olhar de estudo para as reflexões sobre o ser humanos e como se estabelecem as relações de poder em sociedade. Norberto Bobbio (1987) foi um dos estudiosos que observou o conceito de público e privado como constituídos por uma contradição embrionária, ou seja, um sendo a negação do outro. Seguindo o caminho de refletir sobre essas duas dimensões, Aristóteles (2002) e Arendt (2010) favoreceram a discussão sobre a formação da esfera familiar (como privada) e da social (como pública), observando como o homem, em sua constituição, já abriga as duas dimensões, ou seja, seus interesses privados e públicos. Habermas (1997) endossa essa abordagem ampliando para a questão da discussão pública das demandas sociais, lembrando que as deliberações eram promovidas, inicialmente, por uma esfera pública

burguesa, mais tarde ampliada para discussões midiáticas através dos meios de comunicação. Essas abordagens nos permitem estabelecer uma linha temporal onde os aspectos do direito público e privado surgem e se envolvem, em especial, no entendimento de que a Democracia envolve a participação popular nas deliberações. Inevitavelmente, aqui tivemos de problematizar os estereótipos “liberais” sobre tudo o que é do âmbito público como sendo de má qualidade, sem pertencimento ou pertencendo somente ao Estado, enquanto o privado é visto como a solução para isso, como se não existissem aspectos negativos neste âmbito.

- b) A **História** é um importante campo de estudo para entender a formação da sociedade e como ela se estabelece nas relações entre os indivíduos, do passado ao presente. Essa reflexão é extremamente necessária pois os acontecimentos prescritos refletem no que vivenciamos hoje. Não à toa, estamos recorrentemente fazendo referência à história com analogias aos fatos atuais. Essa área do conhecimento foi um importante caminho para resgatar os principais acontecimentos vivenciados na esfera política brasileira, a ponto de perceber que a confusão entre público e privado no Brasil é muito mais antiga, datada deste a chegada dos portugueses em meados de 1500, ao se apropriarem, de maneira particular, da terra que encontraram. Nossa ideia foi refletir, principalmente, que o poder garantido a famílias, políticos e religiosos, ainda no início de formação colonial, estão fortemente presentes também séculos depois, inclusive na mídia. Gilberto Freyre (2013), Raimundo Faoro (2001) e Sérgio Buarque de Holanda (1995) resgatam a memória da formação do país, especialmente sobre as relações patrimonialistas, mais tarde relacionadas com aspectos políticos mais recentes (como o Impeachment de Dilma Rousseff) por Jessé Souza (2016), que também trazemos em evidência para compreender como o poder continua sendo exercido nas decisões coletivas.
- c) A **Comunicação e a Linguagem** são caminhos necessários porque, além de estarmos debruçados sobre um estudo midiático, trata-se, neste primeiro momento, da natureza comunicativa do homem (MEAD, 2021), na sua capacidade de, através da linguagem, se relacionar com outros indivíduos, estabelecendo vínculos, desde sua esfera mais privada (familiar), até sua capacidade comunitária (pública). Aquilo que somos, acreditamos e fazemos nunca é algo isolado, ou, de forma mais didática, direcionada apenas pelo “eu”. Antes, é sempre uma relação com o outro (BAKHTIN, 2011). Mais adiante, pesquisadores, principalmente críticos à concentração da propriedade, contribuem para entendermos como se formou a mídia brasileira e como construímos e

mantivemos as concentrações regionais da mídia (PERUZZO, 2005; CAMPONEZ, 2012; TEMER, 2019), propriedades cruzadas (LIMA, 2001), patrimonialismo midiático e até coronelismo eletrônico (LIMA, 2001; AIRES e SANTOS, 2017), mantendo os mesmos grupos como donos de mídia.

- d) O **Jornalismo** e, mais especificamente, o **telejornalismo** são o ponto alto para onde toda as reflexões irão convergir. Pensando na sua natureza democrática (Gans, 2003), em sua capacidade de auxiliar na formação de opinião dos cidadãos e, conseqüentemente, nas decisões políticas (Gans, 2003; Park, 2008), compreendemos que o jornalismo, em sua expressão fundamental, possui uma natureza pública, firmada pelo entendimento de que a notícia é um bem coletivo, constituída também pela relação com os cidadãos (Paradigma Construtivista). Ainda assim, é importante mencionar que, apesar dessa natureza pública, existem constantes intervenções privadas que afetam o produto jornalístico, como o envolvimento direto do proprietário (*publisher*) (BREED, 2016) e de patrocinadores (ROSS, 2016), nas decisões e política editorial, além dos constrangimentos da ideologia do profissionalismo jornalístico (SOLOSKI, 2016), muitas vezes mascarados de objetividade jornalística, quando, na verdade, estão envolvidos pela “parcialidade privada” da ideologia hegemônica.

Essas perspectivas fornecem, então, subsídios para traçar o nosso caminho em perceber o público e privado no telejornalismo brasileiro. Esse trajeto se justifica porque o telejornal não é um “produto isolado”, constituído sem vínculos, mas sim, pensado dentro de uma emissora que, por sua vez, estabelece suas relações de poder, de propriedade, de alcance. A emissora também é formada no cenário comunicativo do país, dentro de um contexto histórico de concessão do canal. Tudo isso precisa ser mencionado e refletido para entendermos como o telejornal comunica determinada informação. O telejornalismo, de fato, espelha essas relações.

1.3 O Jornal Nacional e Repórter Brasil como a manifestação do tensionamento entre público e privado na comunicação “democrática” brasileira

Buscamos delimitar nossa investigação a partir de dois casos que manifestam a presença e estreitamento do público e privado na comunicação brasileira. A Rede Globo (Organizações Marinho) e a TV Brasil (EBC) são as principais representantes nacionais de cada um dos sistemas privado e público, respectivamente. A TV Globo, fundada em 26 de abril de 1965, em

plena ditadura militar, é a maior emissora do país com cinco emissoras próprias e 118 filiais, chegando a alcançar a 98,37% dos municípios brasileiros e 36,9% de audiência (INTERVOZES, 2017). A TV Brasil, principal TV pública do país, foi criada em 2 de dezembro de 2007 a partir da criação da EBC. O canal alcança 21 estados por meio de retransmissoras e afiliadas e contabiliza 0,8% de audiência nacional (INTERVOZES, 2017). A diferença de alcance e audiência entre as duas emissoras é bastante profunda, retratos do atraso e pouca tradição em comunicação pública no Brasil, explicados pelo maior ou quase exclusivo incentivo governamental à mídia privada.

Diante das duas maiores emissoras nacionais representantes dos dois sistemas, temos os seus telejornais mais expressivos que demonstram o tensionamento existente: O Jornal Nacional (JN), da Rede Globo, e o Repórter Brasil, da TV Brasil. O JN foi criado em 1º de setembro de 1969 (completando 50 anos no ar em 2019) sendo o primeiro telejornal do país transmitido em rede nacional (MEMÓRIA GLOBO). Afirmar estar pautado pela “credibilidade, isenção e ética” (MEMÓRIA GLOBO) e possui duração média de 45 minutos (das 20h30 às 21h15), de segunda a sábado. O Repórter Brasil, por sua vez, estreou em 3 de dezembro de 2007, um dia após a transmissão oficial da TV Brasil. É exibido de segunda a sexta, às 19h, com duração total de 30 minutos.

O olhar detido nos dois telejornais permite um movimento de compreensão sobre a constituição do público e privado na comunicação e em como essa tensão é percebida e direcionada diante da formação das emissoras e seus telejornais e do conteúdo, discurso e abordagens veiculados por eles. O telejornalismo torna-se protagonista na observação porque se constitui como uma “praça pública” (VIZEU, 2002), transformando-se em um local de referência e redução de incerteza na vida das pessoas (VIZEU; CORREIA, 2008). O noticiário televisivo, portanto, cumpre “a função de sistematizar, organizar, classificar e hierarquizar a realidade” (VIZEU; CORREIA, 2008, p. 14). Assim, possibilita a sensação de segurança e familiaridade, contribuindo para que os telespectadores compreendam o mundo ao seu redor. Os telejornais são a expressão máxima do discurso informativo veiculado pela emissora, muito mais do que no entretenimento e programas de variedades. “É claro que as notícias refletem no seu conteúdo a estrutura política da sociedade” (Hallin e Mancini, 2016, p. 416). É no discurso jornalístico principalmente, então, que conseguimos identificar a repercussão e as implicações do poder dentro da propriedade midiática. Dentro dessa relação, é inevitável mencionar as emissoras e sistemas de mídia ao qual pertencem.

É por meio do telejornalismo, então, que vamos perceber as dinâmicas entre público e privado na radiodifusão brasileira, com respeito principalmente à produção simbólica nas notícias postas diante da controvérsia substancial que os sistemas de mídia trazem consigo: se defendem os interesses dos cidadãos ou dos grupos proprietários (e de seus controladores). Essa é uma inquietação legítima para ambos, seja para o sistema privado e as oligarquias que o controlam, seja para o sistema público (e estatal) com o Governo.

A colisão entre o “Jornal Nacional” e o “Repórter Brasil” não está restrita a questões de audiência ou à qualidade em termos de acesso a investimentos com infraestrutura tecnológica, mas corresponde à própria formação da comunicação brasileira, marcada pelo tensionamento entre os dois âmbitos (público e privado) que refletem fundamentalmente na própria relação democrática de nossa sociedade. Ao observar como cada um conduz suas coberturas, é possível traçar diagnósticos mais precisos sobre que jornalismo está sendo efetivamente constituído e em atividade no Brasil e em como ele atua, observando caminhos possíveis para que seu papel possa contribuir para a consolidação de uma Democracia cidadã.

1.4 Analisar a narrativa jornalística

O percurso da tese iniciou, como exposto anteriormente, com a pesquisa bibliográfica sobre o público e privado, também sobre a formação da mídia brasileira e os aspectos epistemológicos do jornalismo. Diante da necessidade de percebermos como determinada cobertura é feita pelo telejornal público e pelo telejornal privado, observando principalmente se correspondem ao fundamento do jornalismo democrático, chegamos à metodologia de análise da narrativa com auxílio da literatura de Luís Gonzaga Motta (2013). A escolha partiu da compreensão de duas razões fundamentais.

- **O texto jornalístico é uma narrativa:** como a vivência humana é uma correspondência à narrativa do viver (MOTTA, 2018), o texto jornalístico também corresponde ao gênero narrativo porque está contando, literalmente, histórias. Não histórias literárias (como romances ou contos), mas histórias do cotidiano vivido pelos cidadãos. Essa metodologia, inclusive, permite perceber elementos constituintes de uma clássica narração: alguém que conta (narrador), as personagens, o tempo e o espaço. Em termos jornalísticos, faz referência direta a como o repórter/jornalista conta o ocorrido, quais personagens e fontes contribuem para o relato e são escolhidas por ele, qual o momento em que acontecimento surgiu e local onde aconteceu.

Entender o texto jornalístico como uma narrativa é importante, inclusive, para quebrar a antiga impressão de que a notícia é um retrato fiel da realidade, como uma cópia, um reflexo do espelho. O jornalista, ao realizar a cobertura do acontecimento, imprime sua interpretação daquilo que aconteceu, envolvido pelos contextos do momento e de sua própria visão de mundo, narrando a seu modo. Entendendo a notícia como narrativa, optamos por seguir com Motta (2008, 2013, 2018) porque, em seus estudos, estabelece um caminho que vai desde a teoria até a prática de análise, contribuindo para compreender, de forma mais profunda, as forças existentes naquilo que está sendo narrado:

Análise crítica aqui significa assumir uma atitude analítica aguçada e compreensiva: lançar sobre o objeto (a comunicação narrativa) um olhar escrutinador, sistemático e rigoroso, por meio de processos que permitam relacioná-lo ao seu contexto de produção e recepção. Todo discurso é poder, um poder que se exerce na relação entre quem fala e quem escuta. A análise rigorosa e sistemática da comunicação narrativa no contexto de sua configuração pode revelar esse jogo de poder, descortinar a correlação de forças que se exerce nas relações discursivas interpessoais e coletivas. (MOTTA, 2018, p. 19)

- **Possibilidade de perceber posicionamentos e interesses:** ao observar, por exemplo, os contextos das notícias e como determinado personagem é citado, é possível reconhecer processos de identificação e/ou repulsa. Entre papéis de “heróis” e “vilões”, a trama é movimentada em posicionamentos (defesa ou condenação, concordância ou discordância) e sentidos que refletem interesses. Interesses de quem conta a história (jornalistas e veículos) e interesses dos que estão inseridos na matéria (fontes). É preciso, então:

Levar em consideração as circunstâncias do ato de fala, a identidade e a posição dos interlocutores, suas intenções e fins a alcançar, as estratégias discursivas e argumentativas, o entorno cultural compartilhado (ou não), os efeitos cognitivos obtidos ou reinterpretados garante à análise um ponto de vista necessariamente crítico, independentemente de uma opção política prévia por parte do analista, além de uma potência explicativa mais ampla (MOTTA, 2013, p. 23).

Junto à Análise da Narrativa, especialmente quando olhamos para as personagens que estão inseridas na notícia, nossa metodologia incorporou o pensamento de autores que ajudam a pensar o texto jornalístico como fundamental para a Democracia, observando a diversidade de opiniões necessária ao favorecimento do ambiente de discussão democrática. Por isso, recorreremos a Herman (2016) com seu estudo sobre a diversidade significativa no produto noticioso. Segundo o autor, o texto jornalístico precisa integrar uma pluralidade real e isso acontece quando, na notícia, apresentamos diferentes opiniões, análises e reflexões sobre determinado assunto a fim de gerar conhecimento e debate sobre o tema. Herman descreve que

os “*media* tratam frequentemente assuntos semelhantes de forma diferente, dependendo das suas implicações políticas” (HERMAN, 2016, p. 297). Soma-se a essa contribuição, o jornalismo multiperspectiva de Herbert Gans (2003), que reforça sobre o ideal jornalístico de atender às distintas perspectivas existentes em sociedade, eliminando preconceitos e estereótipos de opiniões, promovendo uma diversidade, inclusive, ideologicamente explícita: “A exigência de diversidade também colocaria mais pressão sobre as organizações de notícias para corrigir os atuais desequilíbrios de raça, classe e outras características na lista de jornalistas (GANS, 2003, p. 101)”.

Toda essa reflexão a respeito da diversidade e multiperspectivas que o jornalismo deve abarcar é finalizada, em nossa proposta, com Mauro Porto (2002), em sua teoria do enquadramento, que nos ajudará a estabelecer uma forma de mensurar a existência de diversidade ou não de opiniões no corpus analisado. O enquadramento é a forma como direcionamos a organização de mundo. Nas notícias, a escolha sobre como é contado determinado acontecimento é a sua forma de enquadrar a narrativa: como foi selecionado, qual ênfase é dada. Dessa maneira, recorrendo aos três autores, propusemos os seguintes parâmetros para identificar que tipo de versão é trazida. São eles: Segmento Restrito, quando apenas uma versão é apresentada (Porto, 2002); a Diversidade Marginalizada, quando existem mais de uma fonte, mas o foco é apenas em uma versão como predominante; o Formato Episódico, quando acontece apenas a descrição de um fato, sem a introdução de fontes; e, por fim, o parâmetro que se constitui como aquele mais correspondente ao ideal democrático: a Diversidade Significativa, quando diferentes versões e fontes são trazidas ao debate da notícia, sem que uma tenha mais privilégio que a outra. Estes pontos estão mais profundamente esclarecidos no capítulo teórico-metodológico.

Nesta pesquisa, a Análise da Narrativa, com auxílio das teorias que reforçam o jornalismo democrático, inicia observando os contextos históricos, sociais e políticos das coberturas analisadas, verificando se estão situadas em seu contexto ou se se desvinculam dele, por exemplo. Nessa etapa, estaremos debruçados a perceber possíveis polarizações, ênfases em determinada abordagem, percebendo a forma como a notícia está sendo contada (inclusive nos aspectos não verbais, como gestos e expressões faciais, ainda que não sejam o principal foco). Tudo isso está relacionado também às personagens e fontes que podem surgir na história, onde iremos identificar quem são, se há algum enquadramento específico (herói e vilão, por exemplo), e, assim, se há uma pluralidade de opiniões ou a predominância de apenas uma.

Sobre a narrativa jornalística, Motta (2013) faz destaque ao que chama de “acontecimento-intriga”. É o ponto central de onde se revela o projeto dramático: “ele funciona como um *frame*, um marco ou enquadramento que se apropria da complexa realidade e a relata de uma determinada maneira” (MOTTA, 2013, p.168). Este é um ponto crucial que se conecta com outra questão importante abordada nesta tese: o confronto com a ideologia epistêmica positivista da objetividade que pressupõe o fato como sendo distinto da opinião, como se a notícia fosse um dado da realidade que independe completamente da mediação cognitiva do jornalista. Pelo contrário, a narrativa jornalística compõe-se como uma experimentação do mundo e é contada sob determinado direcionamento. O nosso acontecimento-intriga, então, se trata de um evento que perpassou este doutoramento desde quase o início até o fim: a pandemia de covid-19 e os seus desdobramentos.

1.4.1 Narrar a pandemia de Covid-19

Uma vez refletida a escolha de compreender a narrativa, a grande particularidade seria: sobre qual história analisar? Qual acontecimento é expressivo e comum aos dois telejornais? E ainda mais específico: que episódio poderia refletir uma complexidade de contexto e personagens que possa evidenciar perspectivas de interesses privados e públicos das emissoras? Ao mesmo tempo que a reflexão sobre o recorte temático existia, também ficava claro que a pandemia de covid-19, situação vivenciada nos últimos três anos e de impacto mundial, se destacava para compor o objeto de análise desta tese.

Desde 2020, a pandemia do novo coronavírus tem impactado o mundo. Surgido em dezembro de 2019, na China, o vírus se espalhou com rapidez pelos países, vitimando milhares de pessoas e trazendo grandes dificuldades para o cenário de saúde pública mundial. No Brasil, de maneira mais específica, a situação de calamidade foi enfrentada com muita dificuldade pelos desencontros entre a condução política e de especialistas médicos e cientistas da área. O nosso país alcançou, dia após dia, a marca expressiva de mais de 600 mil mortos pela Covid-19, em um cenário marcado por uma forte crise política e de saúde pública.

Quanto à realidade de produzir notícia nessas circunstâncias, houve dificuldades pelo cuidado com exposição ao vírus, a necessidade de entrevistas através de videochamadas, uso de máscaras e isolamento. Mas o desafio não se tratava somente das questões operacionais, afetadas diretamente pelo vírus, e sim pelos confrontos ideológicos claros entre os governistas,

inflados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, que defendiam uso de cloroquina, combatiam o isolamento social, e argumentavam contra a vacina; e os especialistas da saúde, que repudiavam essas atitudes do governo. Neste contexto de interesses e embates (a intriga), as mídias precisariam decidir por qual linha de argumentação iriam construir a sua narrativa.

O acontecimento da pandemia no Brasil, então, foi o recorte mais representativo para os objetivos propostos pela pesquisa. Como cumprir o ideal democrático no jornalismo diante de um evento que dificultava a coleta de informações, a produção dos conteúdos, o acesso a fontes? Como cumprir o ideal democrático em um evento cercado de controvérsias entre a condução proposta pelo presidente em exercício na época e as especialistas na área da saúde? A pandemia do Covid-19 é uma situação-limite que revelou aspectos intensos sobre adaptação do fazer jornalístico e descortinou as relações de poder nas análises apresentadas.

Diante de um evento amplo e em andamento há mais de dois anos, escolhemos identificar os acontecimentos mais marcantes deste período no Brasil, como: número de vítimas, entrada e saídas de Ministros da Saúde, crise de oxigênio em Manaus e a instituição, para investigação da condução política da saúde pública durante a pandemia, da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Esses pontos estão detalhados no quinto capítulo. Foram, portanto, selecionados 24 momentos de cobertura de cada telejornal do corpus para nosso percurso analítico, envolvendo reportagens e editoriais. Ao fim, sabemos que essa seleção gera interessantes reflexões sob o olhar de retornar ao que ocorreu e ao que foi noticiado há um tempo: “A análise reconstrói o objeto mediante diversos passos operativos sistemáticos, mas em retrospectiva pode contemplar sempre o conjunto” (MOTTA, 2013, p. 123).

1.5 Percurso da tese

Diante as reflexões elencadas nos pontos anteriores, apresentamos, portanto, o percurso de leitura da pesquisa. O passo inicial, então, foi refletir sobre a distinção entre o público e o privado como aspecto fundamental para a vivência concreta da Democracia e isso se estende à questão estratégica da democratização da comunicação, ponto defendido nesta tese, uma vez que asseguraria os direitos e deveres que competem a cada uma dessas delimitações. Assim, o segundo capítulo envolveu reflexões multidisciplinares, levando em conta, ainda, a delimitação no campo jurídico e a percepção da inefetividade da universalidade jurídica, propondo como contraponto a ideia da universalidade aproximativa (HABERMAS, 2007). O debate não teve a

pretensão de encerrar a discussão sobre o público *versus* privado, tendo em vista que essa temática há muito é debatida e se constitui como uma impossibilidade de solução definitiva. A intenção foi contribuir para apresentar as principais reflexões sobre a distinção entre os dois campos a fim de, posteriormente, aprofundarmos dentro da perspectiva da comunicação brasileira.

Caminhando para a realidade comunicacional no Brasil, no terceiro capítulo recordamos que há uma suposta tradição de que existem territórios bem demarcados entre o que é público e privado, mas, na prática, percebemos o quanto essa relação se constitui sob forte contradição, principalmente entre os sistemas de comunicação (privado, público e estatal). Como exemplo disso, temos as concessões públicas que muito se assemelham a um fenômeno de privatização da radiodifusão no Brasil, reproduzindo, inclusive, o sistema de governança secular brasileiro. Foram pontuados neste momento: (i) o histórico das mídias no Brasil; (ii) as lacunas legislativas nos sistemas de mídia (Violações do Capítulo V da Constituição Federal de 1988); (iii) discussão sobre quem controla a radiodifusão privada, pública e estatal; (iv) a natureza jurídica da concessão pública no campo do direito administrativo.

Este capítulo, de maneira particular, trouxe a ideia de conexão entre a história política do Brasil e a comunicação, encontrando semelhanças na perpetuação de poder entre grupos específicos que governam ou têm força no cenário brasileiro desde a colonização Portuguesa à Democracia atual, em especial políticos de carreira, famílias e religiosos, e maneiras de gerenciar as mídias, estas que, não coincidentemente, pertencem hoje a esses mesmos grupos. Trouxemos, por exemplo, a perspectiva do colonialismo midiático, fazendo referência direta a forma como o controle da mídia é exercido em todo o território do país por grupos específicos. O colonialismo midiático parte, então, desta forte influência de poder que os meios de comunicação possuem, altamente concentrados. Outro conceito dentro desse tema é o de coronelismo eletrônico (LIMA, 2001; AIRES e SANTOS, 2017), termo que faz referência às práticas de coronelismo durante o período de República Velha, quando os coronéis ameaçavam a população para que votassem nos candidatos associados a eles. A associação com a política permanece neste conceito de coronelismo eletrônico, entendendo as práticas de benefício próprio e troca de favores de políticos donos ou que estão de alguma maneira ligados aos meios de comunicação, o que é uma prática inconstitucional.

O capítulo seguinte apresenta os aspectos teóricos-metodológicos, costurando a temática a respeito do público e privado dentro das práticas jornalísticas das emissoras. Há,

inicialmente, uma discussão epistemológica necessária a ser levantada sobre o papel do jornalismo numa Democracia e em como ele pode refletir interesses públicos e/ou privados, principalmente em meio à crise de representatividade midiática. Essa ponderação nos leva à apresentação da discussão analítica da tese, construindo, a partir dos conceitos de Análise da Narrativa Jornalística e das principais reflexões em torno de jornalismo e Democracia (GANS, 2003; HERMAN, 2016; PORTO, 2002), as indicações para análise. Também é feita, neste capítulo, a apresentação do *corpus* desta pesquisa: O Repórter Brasil, da TV Brasil, e o Jornal Nacional, da TV Globo, os dois telejornais noturnos das duas principais emissoras pública e privada nacionais brasileiras, respectivamente.

No quinto capítulo estão as análises, iniciando com a descrição de cada uma das 24 coberturas de cada telejornal, apresentando detalhes das narrativas localizadas em três contextos para melhor organização analítica diante da complexidade de acontecimentos desse recorte: i) início da pandemia; ii) Crise política e de saúde pública; e iii) Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Por fim, no sexto e último capítulo deste percurso, temos um apurado dos pontos mais relevantes discutidos durante toda a tese e, principalmente, com o resultado das análises, verificamos a síntese dos interesses que perpassam os jornalisismos público e privado da comunicação brasileira.

Depois de repercutir esses pontos, direcionamos proposições para avançar nos aspectos de democratização da comunicação através do jornalismo, ampliando essa discussão para além das considerações às questões teóricas sobre preceitos legais e jurídicos do direito positivo relativo à regulamentação da mídia. Consolidamos pilares que estão reunidos nas teorias aqui defendidas e na metodologia escolhida, destacando a importância do entendimento do papel público do jornalismo, a compreensão da narrativa jornalística, a diversidade de versões, o aprofundamento temático, o posicionamento esclarecido e o distanciamento das influências patrimonialistas

2. O PÚBLICO E O PRIVADO PARA A DEMOCRACIA

2.1 Da aporia às possibilidades

A vivência humana implica em relacionar-se consigo mesmo, com o outro, com o espaço, com a história. Os limites entre as associações de grupos e a busca por participação social nos permite estar diante da perspectiva do eu e do nós, do privado e do público e certamente definir territórios sobre estas instâncias parece ser o principal embate da convivência humana, já que historicamente presenciamos uma confusão entre essas delimitações e frequentemente a invasão de um sobre o outro. Público é de todos? Do Estado? Privado é interesse particular? Concordamos com o filósofo político Norberto Bobbio (1987) ao observar que o público e privado possuem uma dicotomia embrionária, em que frequentemente a definição de um é a negação do outro (o privado como não público, o público como não privado), além de também estarem sempre condicionados reciprocamente.

Diante deste impasse, vemos no próprio desenvolvimento de regimes políticos como recorrentemente as relações estão estabelecidas diante do embate entre público e privado. Regimes como a Monarquia, a Aristocracia, a Meritocracia ou mesmo uma Ditadura possuem como pressuposto (cada um a seu modo) muito mais a perspectiva privada do que pública, porque não contemplam a participação majoritária popular, permitindo que o poder esteja e permaneça garantido a grupos específicos (muitas vezes de maneira hereditária, entre os mais favorecidos, entre os militares, soldados e outras patentes inferiores, por exemplo). Situação diferente do que propõe a dita Democracia (do grego “*demos*” que significa povo e “*cracia*”, poder), buscando contemplar o (s) público (s) na participação e nos benefícios da política efetiva.

É neste sentido que as constituições democráticas buscam estabelecer os limites e profundidades de cada uma dessas dimensões tidas como fundamentais para a vivência de uma Democracia. O fato é que, inevitavelmente, estamos inseridos nesta dicotomia e compreendemos que o público e o privado são fundamentos básicos da vida em sociedade, mas presentes de forma muito contraditória. Na nossa rotina, é fácil observar esse conflito em simples situações: é muito comum nas grandes cidades ao estacionar os carros na rua, entendida como uma via pública, o pagamento de estacionamento. Ou uma simples ida ao shopping, ambiente constituído como de uso público, mas pertencente a uma iniciativa privada. E nós mesmos não percebemos no dia a dia essas relações e muito menos as questionamos.

A abordagem requer uma incursão histórica, mas desde já é possível afirmar, com base nas principais referências teóricas sobre o assunto (ARENDR, 2010; BOBBIO, 1987; HABERMAS, 1984; ROUSSEAU, 1996), que as duas instâncias não podem existir sozinhas ou uma anular a outra. Elas devem coexistir, mas cada qual correspondendo a sua delimitação. Aí reside a grande problemática, já que inegavelmente não temos uma vivência ideal dessa distinção em diversos âmbitos, desde o político, o social, até o comunicacional. Apesar disso e longe de fornecer respostas encerradas, acredita-se numa possível delimitação e contribuição para o conhecimento estabelecido no estado da arte com base nas recorrências do que já vem sendo discutido sobre público e privado. Este esforço consiste na problematização e estabelecimento de questões-chaves que guiarão uma possível interpretação das duas dimensões, buscando identificar, principalmente, como elas precisam contribuir para consolidação de uma Democracia cidadã.

Beira à pretensão heroica tentar defini-los dada a impossibilidade de uma separação conclusiva entre os termos, assim como alertou Habermas (1984) quando percebeu que os campos do Direito, da Ciência Política e da Sociologia já buscam incansavelmente estabelecer definições precisas (HABERMAS, 1984) que dificilmente serão permanentes. Estamos lidando, portanto, com um fenômeno fluido, considerado como um *aporia*². Dessa forma, entendendo público e privado como âmbitos próprios da natureza humana, caminharemos para reflexões necessárias ao debate, junto à multidisciplinaridade que o tema evoca, mas alicerçada no campo favorável da comunicação e linguagem.

2.1.1 A comunicação na essência da intriga

Um passo que entendemos como fundamental para uma tessitura razoável e possível da relação entre o público e privado é a compreensão se dá a partir do campo da comunicação, uma vez que o fundamento do ser humano está baseado na comunicabilidade consigo e com o mundo ao seu redor. Não à toa a principal característica que nos diferencia de outros seres do reino animal é a capacidade de racionalizar as ações e estabelecer comunicação com outros indivíduos (MEAD, 1982), com a inevitável atribuição de sentidos, segundo Bahktin (2011), uma atividade eminentemente ideológica. É através da linguagem, portanto, que adquirimos e

² Termo filosófico utilizado para se referir a problemas de difícil solução ou dificuldades, incertezas ou paradoxo que impedem a proposição de um sentido determinado sobre alguma coisa.

transmitimos conceitos, sentimentos. A vida humana se constitui através da necessidade de produzir sentido sobre as coisas e que essas coisas façam sentido (seja através de gestos e desenho, como foi para o homem primitivo, seja pela linguagem verbal) para outras pessoas pois a comunicação precisa necessariamente ser compartilhada pelo grupo. As ações humanas são guiadas pela “resposta aos estímulos do mundo envolvente” e da aprendizagem ou aquisição dos esquemas operatórios culturalmente instituídos e que vigoram na sociedade em que nascem e vivem, levando em conta “a interiorização de processos simbólicos que asseguram a representação e a atribuição de sentido aos fenômenos vividos” (RODRIGUES, 2011, p. 31).

Validando essa perspectiva, o filósofo pragmático George Mead (1982) observa que os seres humanos estabelecem laços através do uso da linguagem, com símbolos e significados reconhecidos como idênticos entre determinado grupo. A comunicação, portanto, não se trata apenas de vocalizar ou gesticular, mas de estabelecer vínculos entre os indivíduos e sentido para a comunidade. A linguagem (eixo fundamental da comunicação) é, conforme a ideia que o autor fortalece, uma experimentação do mundo:

Portanto, indiquei que existem dois estágios gerais no desenvolvimento completo da pessoa. Na primeira dessas etapas, o indivíduo é constituído simplesmente por uma organização das atitudes particulares de outros indivíduos em relação ao indivíduo e suas atitudes em relação ao outro, nos eventos sociais específicos em que o primeiro participa com eles. Mas no segundo estágio do desenvolvimento completo da pessoa, do indivíduo, esta pessoa é constituída não apenas por uma organização das atitudes daqueles indivíduos em particular, mas também por uma organização de atitudes em grupos sociais do outro generalizado, ou grupo social como um todo, ao qual pertence (MEAD, 1982, p. 143, tradução nossa).

Essa percepção reforça que o símbolo é carregado de sentido de acordo com cada indivíduo, mas que ao mesmo tempo é condicionado ao processo de interação humana. Segundo Mead, somos formados, então, por um “eu” (*self*, o indivíduo) e por um nós (o convívio social) envolvidos e construindo sentidos que orientam nosso pensar e agir. A experiência de mundo na produção de significado sobre as coisas tem parte ativa a partir da própria formação biológica humana através dos sentidos (como vemos, sentimos, escutamos e percebemos), mas também pela relação com outros indivíduos (“o outro generalizado”) que nos fornecem saberes e culturas interiorizadas no processo de socialização: “lidamos com indivíduos separados e, no entanto, estes indivíduos têm que se tornar uma parte do todo comum” (MEAD, 1992, p. 35 apud RODRIGUES, 2011, p. 37).

Wittgenstein (1999), neste sentido, observa que a linguagem é uma convenção, partindo do princípio de que os significados atribuídos às coisas não são fixos, ou seja, antes a palavra

tem a capacidade de corresponder a contextos e objetivos específicos. Isso quer dizer que uma mesma palavra pode possuir sentidos diferentes em situações distintas. Nessa mesma concepção, Bakhtin (2011) contribui ao atribuir ao enunciado a propriedade de “neutralidade” para se referir à potencialidade que as palavras possuem de assumir diferentes sentidos, além da não possibilidade de sua repetição, sendo, portanto, acontecimentos únicos porque a cada enunciação vão assumindo posturas, entonações e juízos de valor. Bakhtin, por outro lado, salienta que a palavra é o lugar, por excelência, onde se verifica uma verdadeira luta ideológica pela sua significação.

Uma vez que temos claro a relevância da comunicação para o estabelecimento de sentido ao mundo que experimentamos continuamente, podemos indicar que o alicerce daquilo que é público e privado está fundamentado justamente a partir da construção de sentido que é resultado da interação humana. O que faz sentido coletivamente possui caráter público, porque está estabelecido para a compreensão de uma comunidade. Esse sentido das coisas, por outro lado, não é absoluto, endurecido. É, na verdade, algo dinâmico e que depende do entendimento das pessoas. Habermas (1997) vem protagonizar essa discussão quando afirma em seu livro *Direito e Democracia: entre a facticidade e validade*, volume I, que aquelas atribuições de significado que pretendem prevalecer pela força (ou seja, pela facticidade) são os interesses dos poderosos, do dinheiro, da estrutura de poder político, portanto não podem fazer sentido para todos, é sempre exercido através da força e não pelo mérito de seu significado. Enquanto aquilo que prevalece pelo estatuto da validade (ou seja, é válido para a comunidade) possui o caráter público.

Mais especificamente no jornalismo, a demarcação entre público e privado está vinculada à questão epistemológica do sentido, que na perspectiva tradicional do paradigma positivista fica marcada pelo selo metafísico de uma autoridade particular/privada de um sujeito transcendental, intocável, marcado pela objetividade e avaloratividade científica, enquanto na perspectiva do paradigma moderno construtivista o sentido torna-se uma elaboração contínua pelo consenso intersubjetivo do público da comunidade de comunicação. O paradigma construtivista vem priorizar as relações entre os indivíduos para a formação de sentido, reconhecendo as interações simbólicas, o que representa um avanço sobre a abordagem do paradigma positivista da objetividade pois vê o fato constituído através de um processo de atribuição de sentido ao mundo. Isso quer dizer que o jornalista percebe a realidade e a envolve de subjetivismo, moldando-o pelo pano de fundo cultural (SCHUTZ, 1978 apud CORREIA,

2005) da sociedade a qual ele está inserido, pela rotina produtiva e pelo seu próprio conhecimento, experiências e ideologias.

Caminhar junto à perspectiva da comunicação revela o tensionamento entre o público e privado desde a característica mais elementar humana que é a de produzir sentido e compartilhá-lo para uma comunidade ou para grupos específicos. As demais perspectivas, sejam sociológicas, históricas e filosóficas são necessárias para o debate e ainda que não cite de forma explícita o campo da comunicação, o carregam implicitamente porque se trata de uma característica intrínseca à vida humana. Vamos, então, traçar o caminho munidos por um olhar voltado ao estabelecimento de sentidos, enxergando o público e privado para além de somente direcionado à propriedade, mas sim o que têm buscado significar dentro de seus domínios, seja na origem familiar, no diálogo em sociedade, na formação das Democracias e na constituição da mídia.

2.2 As origens do Público e Privado

2.2.1 O privado como primeira instituição humana

Somos seres sociais, de vida em comunidade, postos à interação com o outro. Já afirmava Aristóteles (2002) que o homem é um animal político compreendendo como o homem se estabelecia e se relacionava no mundo. Porém, antes mesmo de ingressarmos como cidadãos em determinada sociedade, nossa origem advém de uma esfera menor, mais íntima e particular: a família, a primeira instituição que nos introduz ao contato com o outro, fornecendo elementos para a convivência e conhecimento do mundo ao redor.

Sobre isso, Engels (2017), no livro “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, registra que antes da família patriarcal houve a família matriarcal/tribal. Segundo ele, a primeira experiência gregária, quando as comunidades eram nômades, é a tribal, onde tudo é coletivo e a organização social é matriarcal. Só quando as comunidades deixam de ser nômades e passam a desenvolver a agricultura é que surge a organização familiar patriarcal, chefiada pelo homem que consegue cultivar e colher mais, acumulando mais propriedade privadamente³.

³ Neste contexto patriarcal regido pela apropriação privada da propriedade, inclusive, segundo autor, o casamento deixa de ser livremente estabelecido como era na ordem matriarcal tribal (a poligamia não era proibida) para ser formalmente monogâmico, quer dizer, a monogamia passou a ser imposta obrigatoriamente às mulheres, mas

Na instituição familiar nota-se a constituição da hierarquia entre seus membros, principalmente a referida por Aristóteles (2002), de origem grega, em que há uma relação de subordinação entre marido e mulher, pais e filhos, senhor e escravo, constituindo, assim, a base de uma sociedade patriarcalista. Mesmo a organização familiar moderna se diferenciando da grega clássica, ainda enxergamos graus de subordinação, isso porque a base hierárquica de obediência é uma marca presente das relações humanas, inclusive em diferentes âmbitos que não aquele familiar, como por exemplo o do trabalho (chefe e funcionários), o político (presidente/prefeito/governadores e cidadãos), o estudantil (professores e alunos). Sempre há aquele que detém certo tipo de poder e outro que possui o dever da obediência (BOBBIO, 1987).

Nessa perspectiva, Hannah Arendt (2010) identifica que a esfera familiar corresponde justamente à esfera privada, constituída pelos laços de parentesco e estabelecida por condições de necessidade e carências. São os laços afetivos e sanguíneos que unem essa esfera, diferenciando-a da esfera pública, por exemplo, porque a primeira partia do pressuposto do reconhecimento de seus “iguais” (aqueles a quem reconhecemos como sendo nosso próprio povo ou uma extensão de nós mesmos). Ainda podemos nos referir, segundo essas considerações, que a esfera familiar estava compreendida como uma esfera de privação⁴, onde as ações são regidas para permanência da vida (sobrevivência), enquanto a esfera da *polis* se constituía como a de liberdade porque representava uma vitória sobre as necessidades de sobrevivência da esfera anterior e possibilitava a convivência política com outros.

O direito privado deriva da concepção romana no Ocidente, como um direito da razão, ou seja, era tido como grande direito fundador que independe de circunstâncias temporais ou locais, pois estava como instituído pela natureza das coisas, é aquilo que é (BOBBIO, 1987). Durante muito tempo o direito privado era entendido como “o direito por excelência⁵” (BOBBIO, 1987, p. 21). A formação do estado Moderno por volta da metade do século XV reforça essa valorização do espaço privado, conforme sugere Maquiavel (1996). O autor propôs a diferenciação de ética e política com base na perspectiva privada. Segundo ele, a ética é um

nunca foi efetivamente exigida dos homens. Então, para garantir, principalmente, as desigualdades de gênero e de classes, foi sendo progressivamente necessária a instituição do Estado.

⁴ O conceito de privado está diretamente associado ao interesse particular, mas também, em sua origem, ao sentido de privação onde a família representava um estágio de impedimento de ser ouvido por todos porque não participava ativamente da instância social de convívio com outros cidadãos, limitando, portanto, a discussão social que corresponderia à liberdade.

⁵ No próprio feudalismo, a perspectiva privada se acentuava. Estava entendido que o “homem comum é o homem privado” (HABERMAS, 1984, p. 19, tradução nossa), pois não se tinha uma distinção entre público e privado e muito menos o pensamento no bem comum. Os interesses a serem alcançados nessa época eram apenas dos senhores feudais e da Igreja.

valor que rege o espaço privado, enquanto a política, em sua busca de vitórias, não faz uso de meios éticos para alcançar seus objetivos. Portanto, o espaço privado era tido como privilegiado, fruto de uma liberdade individual. A própria lógica capitalista reforça esse entendimento pois favorece o individualismo e a propriedade privada. A ordem social nesse contexto não era mais regida pelo Estado ou pela Igreja, mas pela regulação de mercado (VICENTINO; DORIGO, 2010a). Neste contexto ainda, observou Habermas (1984) que Marx, em sua crítica à sociedade de classes, também esteve sempre se referindo ao direito privado. A burguesia e o proletariado representam direitos privados distintos (enquanto o primeiro deseja manter seu poder econômico, o segundo busca liberdade e igualdade na distribuição dos bens), enquanto o Estado e poder político burguês/capitalista, que representariam o direito público, são duramente criticados por Marx pois ele desacredita a efetividade dessas instituições (HABERMAS, 1984).

Governos através da história também refletem a prioridade do campo privado sob o público. Da polis grega à sociedade romana, do feudalismo aos príncipes e reis, há um ponto em comum: a supremacia do privado. Em todos, o poder ou as decisões políticas pertenciam apenas a um grupo da sociedade. As Monarquias, de forma ainda mais acentuada, demonstram justamente quando o Estado passa a funcionar como uma extensão maior da família e o poder é assim passado por gerações conforme o parentesco. Somente com a queda do Estado Absolutista e a formação do Estado Moderno conseguimos ver avanços com relação a enxergar o poder político como público.

O foco das reflexões sobre o campo privado tem recaído sobre a família por ser a primeira instituição a que o homem, assim que nasce, estabelece contato. Porém, a esfera privada, principalmente a que conhecemos no âmbito social e político, não está restrita à família (embora até na política os laços familiares apareçam de forma bastante recorrente como abordaremos no capítulo seguinte), mas a formação de grupos que possuem algum tipo de ligação e interesses específicos. Em uma empresa, por exemplo, visualizamos que o objetivo é que se obtenha a prosperidade do negócio, então todos os funcionários trabalharão em prol desta causa.

De forma categórica, é preciso considerar que a dicotomia entre privado e público possui abismos extremamente profundos, mas em uma ótica mais genérica percebemos que há raízes comuns entre eles por serem parte da natureza da vida humana e por isso estão sempre presentes em quaisquer âmbitos que vivenciemos. O privado constituído a partir de sua condição familiar,

e a natureza pública percebida na constitutiva relação com os outros indivíduos em sociedade: “o surgimento da cidade-estado significava que o homem recebera, além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bios politikos*. Agora cada cidadão pertence a duas ordens de existência; e há uma grande diferença em sua vida entre aquilo que lhe é próprio (*idion*) e o que é comum (*koinon*)” (ARENDDT, 2010, p. 33).

Porém, apesar do reconhecimento de que ambos se referem à condição humana, diferente da compreensão anteriormente apresentada sobre o primado do direito privado durante épocas, as sociedades passaram a amadurecer a perspectiva pública a partir dos regimes republicanos e democráticos e, assim, o direito público se constituiu como uma prioridade. As constituições democráticas garantem essa primazia, a exemplo do estabelecimento do “Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Privado” no campo do direito administrativo brasileiro onde consta que o “interesse público é supremo sobre o interesse particular, e todas as condutas estatais têm como finalidade a satisfação das necessidades coletivas” (CARVALHO, 2017, p. 62), em conformidade com o “Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público” reforçando que não há possibilidade de abrir mão do interesse público. Tudo isso estabelece que o administrador público jamais poderia sobrepor seus interesses particulares aos interesses de bem coletivo. Estes dois princípios embasam a política do Estado Brasileiro contemporâneo.

2.2.2 O Público como natureza social humana

Se temos, por um lado, a nossa individualidade, também somos constituídos pelo contato com o outro. A natureza humana é fundamentalmente composta por interação. Essa percepção reforça o dialogismo⁶ (parafraseando Bakhtin) constitutivo da vida humana. O que somos é fruto da intensa interação existente antes e depois de nós. Somos formados por hábitos e discursos já postos em sociedade, que estão em constante diálogo conosco. Por isso, é impossível contemplar a atividade humana sem entendê-la como parte de uma grande engrenagem de contato com outros indivíduos. Essa é a nossa natureza pública, que mobiliza nossas ações e decisões contemplando essas interações.

⁶ Dialogismo é um conceito proposto pelo teórico russo Mikhail Bakhtin (1895-1975) para se referir à natureza do discurso em ser constituída por interações anteriores, presentes e até pressupondo reflexões futuras.

O termo “público” é bastante utilizado para diversos aspectos, locais e âmbitos. Quando nos referimos a locais públicos, sugere-se que todos podem frequentar. Mas quando tratamos de “Prédios públicos”, por outro lado, não significa que todos possam ter acesso, pois, neste caso, está associado a instituições do Estado (poder público). O maior interesse, porém, é delimitar público no sentido de esfera pública (HABERMAS, 1984), termo que mais se aproxima do entendimento original segundo a etimologia da palavra (público do latim *publicus*, relativo ao povo). É neste sentido que o termo público está fundamentado na perspectiva do bem comum, do entendimento de uma boa vivência em comunidade. Aquilo que é público está diretamente posto a todos os que constituem determinada sociedade.

A razão do público parte do entendimento de que o interesse coletivo se sobrepõe ao interesse individual: “o todo vem antes das partes” (BOBBIO, 1987, p. 24). Essa percepção dá origem ao conceito de esfera pública, como diz Arendt (2010), sendo, pois, a esfera comum pautada na discussão dos assuntos da cidade (*polis* para Aristóteles), vencendo, portanto, as necessidades particulares da esfera privada: “A esfera pública – e isso era mais que evidente para os gregos - como um reino da liberdade e da continuidade. Só à luz da esfera pública é que aquilo que é consegue aparecer, tudo se torna visível a todos” (HABERMAS, 1984, p.16). Isso quer dizer que o espaço para discussões que interessem a comunidade como um todo é dada no âmbito público: “O caráter público constitui-se na conversação (*lexis*), que também pode assumir a forma de conselho e de tribuna, bem como práxis comunitária” (HABERMAS, 1984, p. 15). A instância de legitimação das pretensões de validade é a comunidade de comunicação, ou seja, o público.

Dessa forma, Habermas (1997) postula que a esfera pública não é uma espécie de organização ou instituição, mas sim uma rede de comunicação e tomada de posições em que o tema debatido é fruto da condensação de opiniões públicas orientadas a consensos possíveis: “A esfera pública constitui principalmente uma estrutura comunicacional do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o espaço social gerado no agir comunicativo” (HABERMAS, 1997, p. 92). Originalmente, a esfera pública identificada por Habermas era formada a partir do encontro de burgueses⁷ europeus, fruto da sociedade capitalista que nascia para debate sobre assuntos de seus interesses. 30 anos depois, concebendo a esfera pública de forma plural, em toda a sua diversidade, o autor alemão (1997) chegou a caracterizar modelos de esfera pública com base nesses encontros: a episódica, como aquela que ocorre em locais

⁷ Os burgueses, mais precisamente os comerciantes, banqueiros, editores, correspondiam a camada de público capaz de deliberar nas discussões que se verificavam nos ambientes dos cafés e clubes de leitura e que possuíam acesso à informação e instrução, bem como a esses locais de debates restritos à maioria das pessoas.

ocasionais, como bares, cafés, clubes; a esfera pública de presença organizada para locais de teatro, concertos, reuniões de partidos, congressos; e a abstrata, produzida pela mídia (leitores, ouvintes, espectadores, internautas) espalhados pelo mundo. Com o advento dos meios de comunicação de massa, há uma mudança estrutural da esfera pública, pois há um novo cenário social, ainda mais complexo. As pessoas não se encontram mais em praças públicas para debater sobre os assuntos de importância social; agora, tudo se apresenta no espaço da tecnologia, principalmente dos novos meios de comunicação (rádio, televisão, celulares) e internet.

A esfera pública, como bem sabemos, é constituída de sujeitos privados que trazem suas demandas para o debate público. Essa constatação reforça que os limites entre as duas esferas nunca estiveram bem definidos, desafiando-nos a entender, diante da discussão pública, o que de fato se constitui como público, como denuncia o autor:

O limiar entre esfera privada e esfera pública não é definido através de temas ou relações físicas, porém através de condições de comunicação modificadas. Estas modificam certamente o acesso, assegurando, de um lado, a intimidade e, de outro, a publicidade, porém, elas não isolam simplesmente a esfera privada da esfera pública, pois canalizam o fluxo de temas de uma esfera para a outra.(...) **Neste contexto particular é sintomático constatar que, nas sociedades europeias do século XVII e XVIII, se tenha formado uma esfera pública burguesa moderna, como ‘esferas das pessoas privadas reunidas e formando um público’ (HABERMAS, 1997, p. 98 grifo nosso)**

Esta afirmação, a nosso ver, revela a imbricação que o público e o privado possuem. É possível dizer que constitutivamente o público é formado por pessoas privadas, mas o que diferencia uma esfera da outra é o seu fundamento. Enquanto a segunda está ligada aos interesses particulares, a primeira busca atender as demandas comunitárias. Daí resulta o uso originário de “publicidade”⁸ designando o caráter público dos debates em sociedade. “A esfera pública retira seus impulsos da assimilação privada de problemas sociais que repercutem nas biografias particulares” (HABERMAS,1997, p. 98).

A esfera pública é um fenômeno social pautado na comunicação dos conteúdos de interesse público para a tomada de decisões e formação da opinião pública. Sobre isso, o pesquisador Wilson Gomes (2018) percebe que o jornalismo favorece uma arena de discussão, reunindo as demandas das diferentes esferas públicas existentes na sociedade, principalmente na contemporaneidade, onde há diferentes públicos trazendo suas pautas sociais:

⁸ A palavra publicidade tem origem do latim “*publicus*” que significa “relativo ao público” (em oposição ao privado) e, na língua portuguesa, deriva-se do francês “*publicité*” como “aquilo que é público”. Na atividade midiática, o termo assume a função de tornar público, mas se referindo ao oferecimento de produto e/ou serviços.

O jornalismo, desde a sua origem na mesma sociedade burguesa que inventou a esfera pública e a democracia liberais, tem sido um meio fundamental para abastecer a esfera pública e a democracia liberais, tem sido um meio fundamental para abastecer a esfera pública de informações e interpretações sobre os temas políticos e sobre os problemas sociais, permitindo uma discussão política qualificada (bem informada, atualizada, relevante). Aliás, no período ao redor das revoluções burguesas do século XVIII, os diversos jornais de opinião não eram propriamente fontes para alimentar a esfera pública, sendo, bem mais, meios e partes dela própria – a discussão pública não acontecia simplesmente anunciada pelos jornais, mas se estabelecia entre os jornais, cada um deles representando um ponto de vista de uma parte da sociedade. Hoje o jornalismo fornece a maior parte dos insumos que sustentam a discussão política na maioria das arenas da esfera pública (GOMES, 2018, p. 346).

Essa opinião pública gerada pelas discussões da esfera pública não consiste, já alertava Habermas, numa representação estatística, mas sim num consenso estabelecido a partir do debate. É a perspectiva da opinião pública que abre a possibilidade da existência de uma soberania popular, ou seja, a vontade dos cidadãos deve (ou deveria) ser predominante: “O Estado moderno [em contrapartida ao absolutista] pressupõe como princípio de sua própria verdade a soberania popular, e esta, por sua vez, deve ser a opinião pública” (HABERMAS, 1984, p. 276).

Rousseau (1996) é um grande pensador da soberania popular porque entende que a grande questão da sociedade é a de preservar a liberdade do homem, garantindo-o bem-estar e segurança. Para ele, a vontade coletiva é que deve impulsionar as ações do Estado, uma vez que

Só a vontade geral pode dirigir as forças do Estado em conformidade com o objetivo de sua instituição, que é o bem comum: pois, se a oposição dos interesses particulares tornou necessário o estabelecimento das sociedades, foi o acordo desses mesmos interesses que o tornou possível. O vínculo social é formado pelo que há de comum nesses diferentes interesses, e, se não houvesse um ponto em que todos os interesses concordam, nenhuma sociedade poderia existir. Ora, é unicamente com base nesse interesse comum que a sociedade deve ser governada (ROUSSEAU, 1996, p. 33).

Portanto, para o autor, a soberania popular é uma condição intransferível, assim como também é indivisível, em outros termos, ou pertence a todos ou não é. Faz-se necessário, no entanto, compreender que a formação da opinião pública e a eficaz execução de uma soberania popular sofre do problema do não envolvimento de todos os públicos, principalmente quando olhamos a dinâmica do nosso país e a grande diversidade de brasileiros (com as tremendas desigualdades estruturais de classes, renda, raças/etnias, religião, gênero, idade, cultura), identificando a dificuldade na oportunidade desses diversos públicos participarem e se sentirem incluídos nas deliberações.

2.2.3 Tradição brasileira na lógica do privado sobre o público e a deturpação deste

É praticamente uma falácia dizermos que o Brasil, em algum momento, compreendeu o que se trata público e privado distintamente. A esfera privada sempre teve maior alcance, ampliada sob os assuntos públicos, dificultando qualquer delimitação de uma esfera ou outra. O historiador Gilberto Freyre (2013), dedicado a estudar a formação do Brasil, observa que a constituição da sociedade patriarcal brasileira não ficou restrita à esfera familiar, pelo contrário, alcançou os regimes políticos. Não é uma intenção descrever tão profundamente o passado, mas é importante mencionar como culturalmente o espaço e instituições que entendemos como públicas foram enxergadas como propriedade privada ou como uma oportunidade de atender o interesse particular, identificados através da história política do país. Assim, podemos constatar que o Brasil já surge como uma terra de apropriação privada. A própria estruturação colonial evidentemente garantia muito poder e riqueza para uma minoria. O passo inicial para colonização foi distribuir lotes de terras chamados de “sesmarias” (1531) aos novos habitantes portugueses para que cultivassem e se instalassem. Logo depois, para a viabilização da exploração açucareira, a costa brasileira foi dividida em 15 lotes de terra distribuídas a senhores ricos chamados “donatários”. Esse foi o Sistema de Capitânicas Hereditárias (1534-1536)⁹ que, como o próprio nome sugere, permitiam que as terras fossem passadas de pai para filho.

A essência dessa lógica permanecia mesmo após o período Colonial, quando veio a Monarquia por 67 anos contabilizando o Primeiro Reinado (1822-1831), Período Regencial, enquanto o filho de Dom Pedro I aguardava a maioria (1831-1840), e o Segundo Reinado com Dom Pedro II (1840-1889). Todo esse tempo foi perpetuando a tradição de vinculação do trono à família. Apesar de em 1889 chegarmos à sonhada República que, em tese, garantiria soberania popular e a possibilidade de maior inclusão cidadã, já que um ano antes houve também a abolição da escravatura, o país permaneceu concentrando poder nas oligarquias, enquanto a imensa maioria da população permanecia excluída de direitos¹⁰. A Proclamação para o regime republicano foi, na verdade, resultado da aliança entre cafeicultores paulistas e o exército (VICENTINO, DORIGO, 2010b).

⁹ Os donatários eram responsáveis por colonizar a capitania, fundando vilas e protegendo a terra de possíveis ataques, mas na prática as terras pertenciam à Coroa Portuguesa sendo destinado um quinto dos metais preciosos que fossem encontrados (VICENTINO, DORIGO, 2010).

¹⁰ A Constituição Republicana de 1891 garantia voto universal masculino, excluindo mulheres, analfabetos, mendigos, menores de 21 anos, padres e soldados (DORIGO, 2010).

Este breve resgate da memória brasileira permite perceber quais grupos recebem e permanecem no poder. Atualmente estamos no mais longo período de regime democrático da história do Brasil desde a Proclamação da República em 1889. Vivenciamos a Democracia e não mais o poder passado de pai para filho como constava no regime monárquico. Porém, a família continua sendo um pilar político do nosso país, caracterizada pela participação de vários membros de mesmo parentesco em cargos políticos diversos e controlando a governabilidade de um estado, região e do próprio país.

Observamos sinteticamente que o poder patriarcal, então, rege o país desde sua colonização e garante exercício de poder absoluto segundo a administração familiar, marcada predominantemente pelo homem como figura de soberano (enquanto as mulheres, escravos estão subordinados a ele, assim como os jovens estão subordinados aos mais velhos), transpondo seus interesses sob os interesses da coletividade. O regime patriarcal, introduzido desde a colonização, garantia poder ainda, além da família, a outra instituição: a Igreja, transpondo a religiosidade (que possui caráter particular de cada fiel) ao âmbito público:

A nós, parece, hoje, evidente – depois de estudos já longos da formação brasileira – que o Brasil teve no complexo ou sistema patriarcal, ou tutelar, de família, de economia, de organização social, na forma patriarcal de habitação – a casa-grande completada simbioticamente pela senzala, o sobrado em oposição extrema ao mucambo, à palhoça ou ao rancho – e na forma patriarcal de devoção religiosa, de assistência social e de ação política – seu principal elemento sociológico de unidade. Mais do que a própria igreja, considerada elemento independente da família e do Estado, foi a família patriarcal ou tutelar o principal elemento sociológico de unidade brasileira (FREYRE, 2013, p. 38).

Em consonância, Sérgio Buarque de Holanda (1995) reforça o predomínio do círculo familiar na composição política brasileira (HOLANDA, 1995) e identifica que há uma cultura personalista/pessoalista no Brasil que impede a vivência da perspectiva de público ideal. Isso significa que o brasileiro é culturalmente levado a direcionar suas decisões e ações ao particular, a isso se refere o seu conceito de “homem cordial” como uma análise da política nacional. Cordial não está referido à educação ou à bondade, mas sim à afirmação de que o cidadão brasileiro coloca, acima de tudo, os laços de proximidade e conveniência, desprezando a universalidade das normas e direitos: “Seria engano supor que essas virtudes possam significar ‘boas maneiras’, civilidade. São antes de tudo expressão legítima de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. Na civilidade há qualquer coisa de coercitivo – ela pode exprimir-se em mandamentos e em sentenças” (HOLANDA, 1995, p.147).

É neste sentido também que podemos citar outra marca histórico-política brasileira: o patrimonialismo. Justificado pela máxima “Manda quem pode, obedece quem tem juízo” (FAORO, 2001, p. 200), o patrimonialismo descreve a organização e legitimação do poder político de forma arbitrária, pessoalizada através da figura do governante e autenticada pela tradicionalidade: “O funcionário é a sombra do rei, e o rei tudo pode: o Estado pré-liberal não admite a fortaleza dos direitos individuais, armados contra o despotismo e o arbítrio” (FAORO, 2001, p. 200). Assim, encontra-se uma confusão explícita entre as esferas pública e privada, uma vez que o líder político patrimonialista, ao invés de se atentar às demandas da sociedade, acaba criando mecanismos para atender apenas as suas necessidades privadas. É uma clara compressão da apropriação do público como patrimônio privado.

Portanto, diante de tais apurações sobre a predominância do privado sob o público, especialmente do familiar sobre o coletivo, e o constante embaralhamento em torno dessas perspectivas, é fundamental debater algumas dicotomias a respeito do tema, principalmente no que se refere à constituição de público que passou a carregar sentidos depreciativos frutos da inserção do interesse privado e da má gestão do dito “poder público”, maculando o sentido efetivo de bem comum.

2.2.3.1 Público: de ninguém ou de todos?

As problemáticas envolvidas nas concepções sobre privado e público possuem afluentes necessários de serem mencionados. Tradicionalmente, o termo público parece sugerir, na concepção histórica, uma confusão com relação à propriedade: a quem pertence? Há uma dificuldade, mesmo assumindo a concepção de que público é de todos, de encarar o nosso pertencimento ao que é público na prática. Vamos pensar nas ruas e praças, ambientes públicos, como frequentemente nós, cidadãos, nos relacionamos com esses espaços?

Ocorre que, muitas vezes pensados como de ninguém, espaços como estes são mal valorizados. Outro exemplo, o dinheiro público que deve ser direcionado pelas autoridades políticas ao bem da coletividade, muitas vezes, é encarado como não pertencente ao povo e, assim, é privatizado pelos governantes corruptos que usufruem em prol de benefício próprio. Se olharmos para bem antes, essa percepção faz parte justamente de uma tradição histórica brasileira. Os portugueses chegaram ao Brasil, conforme citamos no ponto acima e, mesmo já havendo habitantes indígenas, se convenceram de que eram os donos daquela terra de Santa

Cruz e, como terra “que não pertencia a ninguém”, Portugal começava, então, seu intento de colonização.

Espaços e instituições públicas têm enfrentado até os dias atuais essa barreira, sendo vistos como “lugar de ninguém”, sendo sabidamente privatizados¹¹. E nós, cidadãos, contribuimos para essa falsa percepção. Público etimologicamente vem do latim *publicus* que “aberto a toda a comunidade”. As ruas, praças, transportes e a comunicação são direitos nossos. É sintomático perceber que mesmo partindo da compreensão sobre a origem da palavra, não é possível contemplar historicamente o envolvimento de todos os indivíduos nas decisões das cidades ao longo da história porque apenas uma parcela da população era enxergada como cidadã¹². Com as perspectivas contemporâneas de governos democráticos houve intenso avanço que possibilitou a participação de cada vez mais pessoas, fruto principalmente de lutas das diferentes camadas e grupos sociais para alcançar direitos políticos.

2.2.3.2 Público e Estado

Na sociedade moderna, há uma referência direta ao conceito de domínio público como sendo pertencente ou ligado ao Estado. Adentrando mais propriamente no cerne da questão, Público e Estado, na verdade, não são sinônimos, mas possuem uma ligação. O Estado é um termo que aparece com forte peso na obra “O Príncipe” de Maquiavel (1996), designando-o como “a máxima organização de um grupo de indivíduos sobre um território em virtude de um poder de comando” (BOBBIO, 1987, p. 66), compreendendo, portanto, uma delimitação quanto à territorialidade e constituição da sociedade política. O governo, por sua vez, é uma das instituições que compõem o Estado com o dever de administrá-lo.

¹¹ No Brasil, houve um período de intensa privatização de empresas e órgãos estatais, principalmente nos anos de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso, sendo criada, para isso, a Lei de Desestatização (LEI Nº 8.031/1990 revogada posteriormente pela Lei nº 9.491/1997). O mecanismo de privatização argumenta que o âmbito público não conseguia cuidar devidamente dessas empresas e através da privatização haveria melhor administração e consequentemente lucro. Durante o período de 1990 até 2015, foi realizado o total de 99 desestatizações envolvendo diversos setores, entre os principais estão os de siderurgia, petroquímico, ferroviário, rodoviário, aeroportuário e elétrico. Empresas como a Usiminas, Açominas, Escelsa, Gerasul, rodovias federais (BR-116/RJ-SP; BR-290/RS; BR-153/RJ), Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante (RN), Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek (DF), entre tantos outros são exemplos da elevada onda de privatização das estatais. Essas informações são fornecidas no site do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDS), disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/processos-encerrados/Privatizacao-Federais-PND>.

¹² Nas sociedades antigas, cidadãos eram apenas os homens, enquanto mulheres, crianças e escravos não eram consideradas pessoas com direitos políticos.

Reconhecidamente, o Estado é erguido justamente após a compreensão de que não é possível ficar preso à comunidade firmada em laços de parentesco, ou seja, somente na esfera familiar, sendo necessário formar, portanto, comunidades mais amplas resultantes da união de vários outros grupos familiares motivados a sobreviver, garantindo o sustento e a segurança. Esta é a interpretação mais antiga sobre o nascimento do Estado, segundo o autor. Há ainda uma visão pessimista histórica sobre o Estado perpetuada na contemporaneidade. Para Maquiavel (1996), o Estado possuía razões que deveriam ser superiores a todos, isso significa que em prol do Estado se justificaria a utilização de quaisquer meios para atingir seus objetivos, incluindo a força e a violência (VICENTINO; DORIGO, 2010a). Thomas Hobbes (1588-1679), outro importante filósofo político clássico, justificava a existência do Estado Absolutista como uma superação ao estado da natureza, este como uma predisposição do homem a vivenciar o caos para satisfazer seus interesses, sendo, portanto, necessário que renunciasse à sua liberdade para sobreviver em sociedade¹³.

Séculos depois, no contexto da sociedade industrial, o pensamento marxista concebe a sociedade como submetida a uma inconciliável luta de classes (burgueses e proletários), localizada, especialmente, nas contradições das relações de produção com o desenvolvimento das forças produtivas (economia). Na manutenção dessa hierarquia, havia a superestrutura cuja função seria a de manter as relações econômicas constituídas na infraestrutura. O Estado estava justamente nessa posição, exercendo poder e opressão de classe, bem como violência simbólica para hegemonização de suas ideias particulares como se fossem expressão do conjunto da sociedade, segundo o pensamento desses autores.

Distante de mantermos uma visão pejorativa, a ligação entre público e Estado é percebida quando entendemos o Estado como designado a compreender e atingir os assuntos públicos. De maneira geral, o domínio público corresponde à coletividade, portanto não somente ao patrimônio do Estado, mas a todos os serviços e bens que o público em geral utiliza (CARVALHO FILHO, 2017). São bens de uso comum do povo os mares, as praias, os rios, as

¹³ Em sua obra “O Leviatã”, Hobbes estabelece os direitos dos soberanos, garantindo, entre outras coisas, que: “1. Os súditos não podem mudar a forma de governo; 2. O soberano não pode ser privado de seu poder; 3. Ninguém pode sem injustiça protestar contra a instituição do soberano declarada pela maioria; 4. As ações do soberano não podem ser justamente acusadas pelo súdito; 5. Nada do que o soberano faz pode ser punido pelo súdito; 6. O soberano é o juiz de tudo o que é necessário para a paz e a defesa de seus súditos e julga quais as doutrinas próprias para lhes serem ensinadas; 7. O direito de elaborar regras pelas quais cada súdito possa saber o que é seu, e que nenhum outro súdito pode sem injustiça lhe tirar; 8. Também a ele pertence o direito de toda judicatura e decisão de controvérsias; 9. E de fazer a guerra e a paz, da maneira que melhor lhe parecer; 10. E de escolher todos os conselheiros e ministros, tanto na paz como na guerra” (HOBBS, 2003, p. 3).

estradas, as ruas, as praças e os logradouros públicos (art. 99, I, do Código Civil) (CARVALHO FILHO, 2017).

Para Holanda (1995), o Estado precisa corresponder aos anseios públicos e não ser uma extensão da família. Mesmo este sendo o grande motivador para o surgimento do Estado, o sistema brasileiro segue na contramão e permanece garantindo poder com base no patriarcalismo. Está muito claro que a família é a principal instituição que guia a estrutura social do país e, como descrito no primeiro item, essa percepção tende a manter o discurso voltado à perspectiva privada. Basta olharmos os indícios durante a votação do impeachment de Dilma Rousseff pela Câmara dos Deputados, no dia 17 de abril de 2016, justificado por motivações particulares de seus familiares (“Pela minha família”), dos seus irmãos de comunidade religiosa (“Com ajuda de Deus”, “pelos evangélicos da nação toda”) e até de interesses militares (“pelos militares de 64”).

O ex-presidente Jair Bolsonaro, eleito em 2018, militar por 17 anos e político há pelo menos 26 anos, nessa mesma ocasião da aprovação do processo de impeachment de Dilma, homenageou a memória de Ustra, coronel torturador na Ditadura e primeiro militar a ser condenado pela Justiça Brasileira pela prática de tortura¹⁴, e igualmente seu filho, o também deputado Eduardo Bolsonaro, dedicou o impeachment em honra aos militares de 64, responsáveis pelo período da Ditadura. O Governo Bolsonaro revelou, ainda, a tradição política entre pai e filhos. Eduardo Bolsonaro é deputado federal por São Paulo (2015 – atual), Carlos Bolsonaro está como vereador do Rio de Janeiro (2001-atual), e Flávio Bolsonaro, ex-deputado estadual (2003-2018), é Senador pelo Rio de Janeiro (2019-atual). Em 1936, na ocasião do lançamento de “Raízes do Brasil”, Holanda (1995) fez um alerta que continua atual: “A imagem de nosso país que vive como projeto e aspiração na consciência coletiva dos brasileiros não pôde, até hoje, desligar-se muito do espírito do Brasil imperial” (HOLANDA, 1995, p. 177). Apesar da gênese do Estado pressupor o afastamento familiar da esfera política, a prática revela que os laços de parentesco continuam formando os governos brasileiros, em maior ou menor grau, usurpando o valor público do Estado.

¹⁴Ver em: <https://www.oab.org.br/noticia/14836/juiz-condena-coronel-ustra-por-sequestro-e-tortura>.

2.2.3.3 Público versus má qualidade

Outra falsa associação recorrente é a de que público possui má qualidade. Essa ideia segue em conformidade com a perspectiva de que o que é público não pertence a ninguém e por isso não é zelado, nem pelos cidadãos, nem pela administração pública. As condições de transporte público, por exemplo, são um triste exemplo de um bem público sem manutenção, cuidado e conforto para a população. Também a educação pública, muitas vezes comparada negativamente à particular na qualidade de ensino e oferta de recursos. A comunicação pública, tema envolto nesta tese, está enfraquecida e sucateada em nosso país. Ou a desvalorização do Sistema Único de Saúde (SUS) e maior investida dos planos de saúde privados. Estes são exemplos que reforçam o estigma de que público sofre de uma síndrome de inferioridade.

Porém, mesmo com essa percepção pautada na ausência de interesse de autoridade sobre aquilo que é público, é preciso evidenciar que conceitualmente o público deveria estar constituído de bons recursos para todos os indivíduos. O Estado é o administrador majoritário dos bens públicos e tem o dever de zelar pelo patrimônio público “através de ações que tenham por objetivo a conservação dos bens, ou que visem a impedir sua deterioração ou perda, ou, ainda, que os protejam contra investida de terceiros, mesmo que necessário se torne adotar conduta coercitiva autoexecutória ou recorrer ao Judiciário para a defesa do interesse público” (CARVALHO FILHO, 2017, p. 666). Nós, cidadãos, também necessitamos direcionar nosso entendimento e conduta de que sendo nosso e pensando, inclusive, no bem comum, precisamos conservar e exigir benfeitorias para estes ambientes e serviços.

2.2.3.4 Público entre a universalidade idealizada x universalidade aproximativa

Ao mesmo tempo que afirmamos no tópico anterior que público está para todos, também será preciso questionar quem são esses “todos” aos quais estamos nos referindo. As discussões de Habermas (1984) nos levam a considerar que existe um grande potencial na esfera pública em envolver pontos de discussão de interesses privados e públicos. Mas, sabe-se que é impossível que o público seja universal e unânime. Não nos referimos apenas numericamente com relação à densidade demográfica, que já contempla a impossibilidade de recorrer à totalidade de indivíduos, mas também na própria constituição destes públicos que são diversos e possuem suas discordâncias.

Espera-se diante do conceito de público pela dita “universalidade” por entender que deva existir uma prevalência do interesse coletivo sobre o privado, mas o que Habermas vem propor é uma universalidade aproximativa relativa ao procedimento ético do direito de acesso ao discurso. Essa percepção está em conformidade com a teoria do discurso norteadora de suas reflexões. Se é possível estabelecer discussões saudáveis e participativas, mesmo em processos deliberativos, aquelas pessoas que tiveram sido voto vencido na discussão ainda assim se sentirão vinculadas ao resultado obtido, desde que possam reconhecer a situação ideal de participação discursiva ética na decisão do consenso da comunidade de comunicação, uma vez que a sua condição de membro desta coletividade de direitos e deveres iguais é mais importante do que o fato de eventualmente ser vitorioso ou derrotado numa disputa. É este método de participação que propõe o modelo de Democracia deliberativa habermasiana discutido mais adiante no item 2.4.

2.3 Síntese das compreensões e problemáticas gerais envolvidas nas definições de público e privado

Dada a complexidade em torno do tema, identificamos alguns pontos-chaves a partir das reflexões anteriores que nortearão de maneira geral este trabalho. Reunidos em tópicos, estão dispostos que:

1- O público está constituído de pessoas privadas que levam suas demandas particulares para o ambiente público de discussão. Pode-se relacionar que o público está sempre atravessado pelo privado pois é formado a partir dele. Habermas (2018) observa que a autonomia individual privada só pode ser alcançada quando se atinge a autonomia do cidadão de participar como co-legislador na definição das leis as quais obrigatoriamente deve se submeter. Este seria, então, o princípio da soberania popular que assegura o direito à participação e comunicação garantindo a autonomia pública dos cidadãos do Estado.

2- Uma vez que quem disputa o espaço público não é a diversidade de públicos existentes na sociedade, mas sim uma camada altamente restrita, é, por definição, uma usurpação da gênese do termo “público”¹⁵. Esta posição patológica da concepção liberal, no entanto, não deve ser

¹⁵ Esta característica se refere ao modelo liberal de democracia, criticado por Habermas (2018). Neste modelo, a sociedade é vista como um sistema econômico de mercado estruturado e o Estado funciona como o mediador da administração pública e, portanto, os cidadãos funcionam como portadores de direitos subjetivos. Dessa forma, a formação da vontade e da opinião política é verificada a partir da concordância entre os cidadãos através de números de votos. Na concepção liberal, “a política é essencialmente uma luta por posições que permitam dispor do poder administrativo” (HABERMAS, 2018, p. 275). Neste sentido, a concepção liberal tem um caráter

colocada como uma fatalidade que não pode ser alterada. O ideal republicano da autoprodução democrática da sociedade, tendo o cidadão como co-legislador, é a grande motivação dos movimentos democráticos que, algumas vezes, nos momentos de crise, conseguem modificar o funcionamento do estado e propiciar a aprovação de leis que buscam garantir os direitos humanos/coletivos. E isso só pode acontecer quando são quebradas as barreiras da estrutura de poder criadas para excluir as demandas da periferia da discussão pública (incluindo a diversidade de credos, gêneros, raças, costumes dos públicos) mediada pelo jornalismo, ou seja, quando a comunicação sistematicamente distorcida pela ideologia dominante é relativizada com a inclusão das reivindicações contrafactuais e contra-hegemônicas.

3- Há uma aparente confusão sobre o que é ser público entre o que é de todos ou o que não pertence a ninguém. Com a compreensão do não pertencimento e de território “inabitado”, interesses privados tendem a emergir e a ganhar espaço e hegemonia onde o público deveria predominar. Essa inclinação pode ser vista de forma bastante explícita na prática de corrupção no campo político como a tentativa de, em um cargo público de representação, buscar benefício próprio através da apropriação privada de bens públicos, configurando patrimonialismo.

4- A efetiva delimitação do público e do privado depende da aplicação de Leis e Normas do Estado para que um não invada o espaço outro. Porém, isso ainda representa um ideal a ser alcançado porque o Brasil vive um profundo abismo na formulação e na execução legislativa contribuindo para a não determinação mais clara dos âmbitos do público e privado. Assim, pode-se dizer que esta é uma dificuldade constante nas sociedades a nível mundial. Para aquelas que possuem uma Democracia mais robusta, a experiência neste quesito é mais consistente, mas para a realidade brasileira ainda não é possível uma demarcação clara.

5- Apesar dos empecilhos de legislação e poder, há momentos possíveis de serem reconhecidos e observados na realidade empírica em que na esfera pública se verifica o exercício da autoridade do público. Mesmo com as acentuadas desigualdades estruturais, existem situações em que a discussão pressupõe o ingresso de setores capazes de fazer emergir uma autoridade do público para exercer o interesse da coletividade e promover mudanças. É o exemplo dos movimentos sociais pela igualdade de gênero que conquistaram direitos para as mulheres, incluindo o direito ao voto, contra a violência (Lei Maria da Penha, nº 11.340/2006) e igualdade

eminente subversivo da obrigatoriedade da coisa pública (*res pública*) ser um bem coletivo, de todos, pois, como observa Joseph Schumpeter (1984), para os liberais a Democracia é meramente e somente a igualdade no jogo disputado exclusivamente pelas elites para usufruir do aparelho de Estado, inclusive seus recursos, em benefício próprio, particular, ou seja, de forma patrimonialista.

salarial; do Movimento Negro em busca de igualdade racial conquistando as cotas e o reconhecimento do racismo como crime inafiançável e imprescritível (Lei “Afonso Arinos”, nº 7.716/1989); e das “Diretas Já” (1983-1984), manifestações pelo direito à eleição democrática através do voto universal após o período ditatorial no Brasil.

6- É possível afirmar categoricamente que as definições de público e privado constituem o fundamento de uma Democracia. De um lado existe a liberdade dos indivíduos privados; do outro, a autoridade do público para decisões comuns. O desafio é estabelecer uma orientação de relacionamento entre as duas instâncias que possibilite alcançar o ideal democrático e republicano da autoprodução da sociedade, numa perspectiva de universalização aproximativa superando as dicotomias de dominante e dominado, governante e governado, representante e representado.

2.4 Afinal, a qual Democracia nos referimos?

Apesar de uma pretensa generalização sobre o que se define por Democracia como governo do povo, há diferenças bastante expressivas no próprio conceito, como também na prática através das épocas e sociedades. Não existe apenas uma Democracia, mas sim diferentes tipos de Democracias. Na raiz histórica, o gérmen do conceito de Democracia origina-se em Atenas, na Grécia, por volta de 590 a.C. Embora pressuponha a participação do povo, a sociedade grega da época não compreendia povo como todos os cidadãos. O “povo” era apenas a assembleia (denominada Eclésia), predominantemente composta por homens maiores de 18 anos, proprietários e livres. Por isso, de forma controversa, originalmente a Democracia não era inclusiva ou pública (nos termos que conhecemos hoje), mas sim formada por um pequeno grupo privado. Este primeiro modelo clássico é reconhecido como “Democracia Direta” porque aqueles reconhecidos como cidadãos participavam diretamente das decisões e legislavam, portanto, não havia eleições para escolha de representantes como vemos mais frequentemente na atualidade.

Jacques Rancière (2014) é duramente crítico ao conceito de Democracia preso à semântica da palavra. Segundo o autor, as sociedades garantem historicamente o poder baseando-se nos graus de filiação: os bem-nascidos (familiar), aqueles que detêm propriedades (acúmulo de riquezas), através do uso da força e daqueles considerados sábios (detentores da ciência). A Democracia viria, então, na tentativa de romper o legado por filiação,

correspondendo, para o autor, a um movimento, uma potência, e não uma forma de governo. A Democracia, conforme Rancière (2014) sugere, é essa busca constante de reivindicação dos públicos que não estão vinculados a essas filiações, sendo, assim, uma atividade de resistência, consistindo numa luta constante por participação social. Porém, ele verifica também que as Democracias que conhecemos ainda perpetuam os governos em formato de filiação, por isso desacredita da ideia de estado democrático ideal, quando identifica que “a sociedade democrática é apenas uma pintura fantasiosa destinada a sustentar tal ou tal princípio do bom governo. As sociedades, tanto no presente quanto no passado, são organizadas pelo jogo das oligarquias” (RANCIÈRE, 2014, p. 68). Dada essa declaração, Rancière demonstra ser bastante cético com relação à garantia de participação de grupos tidos como periféricos capazes de alterar o funcionamento do Estado, mas sabemos que é possível, mesmo que, em geral só aconteça em momentos especiais de crise, devido às desigualdades sociais e às persistentes estruturas rígidas de poder.

Essa constatação nos faz refletir que a Democracia passou e passa por movimentos demandando mudanças, tentando continuamente inserir novos públicos nas decisões, ainda que de forma cambaleante. Pertinente introduzir, então, o modelo da Democracia representativa mais recorrente nos países tidos como republicanos, caracterizado pela existência de uma Constituição que busca regulamentar a vida em sociedade a fim de garantir igualdade a todos pela lei e permitir o mecanismo de voto universal que concede o direito à escolha dos representantes políticos. Neste modelo, o cidadão não participa diretamente das decisões políticas, mas escolhe representantes que exerçam esse direito de participação por eles. Esse é um ponto crítico porque, apesar de nos permitir escolher quem nos represente, i) não será uma escolha firmada na concordância de todos (universalidade), mas sempre de uma maioria, logo nem todos os cidadãos estarão de fato sendo representados, e ii) acontece uma espécie de “separação” entre os candidatos e seus eleitores após a eleição, pois esses representantes podem tomar decisões com base nas suas próprias expectativas.

Também alguns autores nos ajudam a perceber mais profundamente como as Democracias se caracterizam, a exemplo de Habermas (2008) ao definir os dois principais modelos de Democracia existentes na atualidade: o Liberal e o Republicano, além de idealizar um terceiro modelo, o Deliberativo, baseado na teoria do discurso, como uma proposição potencial para a vivência democrática capaz de conquistar uma gradativa e progressiva participação cidadã. Estes três modelos normativos, concebidos na perspectiva de tipo-ideal weberiana, não são tipos ideais de Democracias, mas sim três descrições possíveis a partir das

experiências e compreensões de cada uma delas. Para suas considerações, as diferenças entre os modelos estão pautadas sobre o conceito de cidadão, de direito e a natureza do processo jurídico de formação da vontade. Os dois primeiros modelos são antagônicos entre si. Enquanto o liberal entende a sociedade como uma estrutura mercadológica, o Republicanismo compreende a ideia da sociedade como um processo de socialização. Desde já fica claro a fundamentação, pelo menos em termos conceituais, do incentivo ao interesse privado mais expressivo dentro do primeiro modelo, e do público para o segundo.

O Modelo Liberal concebe a ideia de que a sociedade civil deve estar sempre separada do Estado. Esse ponto de vista tem seu ponto de tensão uma vez que não há como separar no âmbito do processo político as duas dimensões, pois o Estado surge a partir da necessidade dos cidadãos em organizar a administração da sociedade. A sociedade civil é formada pela comunicação entre seus integrantes que deliberam sobre suas demandas e o Estado deve fazer parte dessa compreensão nas necessidades de sua nação. Porém, partindo da ideia de separação constante proposta pelo projeto liberal, a sociedade civil é compreendida na perspectiva de mercado, ou seja, percebida na troca de bens e serviços em prol de uma satisfação pessoal. É claro que cada indivíduo, buscando sua satisfação individual, reunirá na comunidade inúmeras buscas por felicidades particulares. Assim, as pessoas lutariam pelas posições de influência no exercício de poder, legitimado através de eleições (HABERMAS, 2018). É neste sentido que o Estado, conforme o liberalismo, tem o papel de programar a administração pública para de alguma maneira tornar compatível essas demandas individuais.

Por isso, com relação ao conceito de cidadão, o Modelo Liberal compreende os cidadãos pelos seus direitos subjetivos, sendo protegidos pelo Estado “à medida que perseguem seus interesses privados dentro dos limites estabelecidos pelas leis” (HABERMAS, 2018, p. 399), são os chamados direitos negativos porque preservam o direito individual do cidadão diante da possibilidade negativa de ameaça do poder público. Já no Modelo Republicano, os cidadãos detêm direitos de participação e comunicação em prol de bens comuns. A ideia defendida pelo republicanismo é a de que não existe diferença entre o poder público e a sociedade civil. A existência do Estado, neste modelo, não se justifica pela existência de interesses subjetivos e particulares, mas na busca por uma garantia de inclusão na compreensão dos cidadãos que precisam cooperar para o bem de todos.

De fato, somos sujeitos que, apesar de nossa individualidade, estamos inseridos em convívio uns com os outros. O Republicanismo parte deste princípio e compreende que o

processo político precisa garantir o que é melhor para a comunidade. Essa assertiva fica mais clara quando olhamos para as constituições republicanas e enxergamos, por exemplo, essa tentativa de um projeto coletivo de satisfação. Busca-se o alcance pleno do direito à saúde de qualidade, um padrão de educação para todos, de igualdade de direitos. São os chamados direitos positivos, porque levam em conta a felicidade comunitária. Diante dessas observações iniciais, Habermas (2018) aponta que o próprio conceito de direito se altera entre os modelos. No primeiro, o direito é estabelecido em cada caso particular, enquanto no segundo o objetivo é que todos tenham os mesmos direitos, buscando proporcionar igualdade uma vez que “vai ao encontro de um conceito de direito que atribui peso igual à integridade do indivíduo e suas liberdades subjetivas e à integridade da comunidade na qual os indivíduos podem se reconhecer ao mesmo tempo como indivíduos e como membros” (HABERMAS, 2018, p. 402).

O modelo republicano busca, então, o autoentendimento ético (ético no sentido de valores compartilhados em comunidade). Assim, há uma preservação da autodeterminação do povo ao mesmo tempo que existe um “império impessoal das leis” (HABERMAS, 2018, p. 403). Por exemplo, no processo eleitoral, o voto constitui a síntese de ser ao mesmo tempo um direito posto a todos os cidadãos no qual se espera que busquem a satisfação coletiva, mas justamente a partir das posições próprias e autônomas dos cidadãos (HABERMAS, 2018). Todas essas diferenças de concepção de cidadão e de direito recaem mais amplamente sobre a natureza do processo político de cada modelo. Para o liberal, a política é uma constante luta por posições que assegurem o poder administrativo, enquanto para a concepção republicana a formação do Estado funcionaria como um correspondente direto e envolvido com as demandas da sociedade.

Já nos advertiu Castells (2018) que a Democracia Liberal vive em constante crise de legitimidade política porque as pessoas não se sentem mais representadas pelos governantes que elegeram. O Modelo Democrático Liberal Representativo não consegue retratar as demandas dos cidadãos no exercício de poder político, garantindo, na verdade, o privilégio de poder para setores, pessoas e instituições historicamente beneficiados (CASTELLS, 2018). Não se pode dizer que é representativa, a menos que os cidadãos se sintam assim, porque a força e vigência do mandato, por exemplo, depende do contentamento dos eleitores. Na prática, o descontentamento, por exemplo, poderia ser corrigido em uma próxima eleição com a escolha de novos candidatos, mas há problemas profundos durante esse percurso porque os profissionais políticos e partidos, mesmo concorrendo entre si, concordam em “manter o monopólio do poder

dentro de um quadro de possibilidades preestabelecidas por eles mesmos” (CASTELLS, 2018, p. 13).

Também nos ajuda a refletir sobre isso o pensamento de Herbert Gans (2003) sobre a falta de representatividade entre governantes e cidadãos e o descrédito às questões públicas:

Os cidadãos parecem resignados com sua falta de poder no mundo das organizações e, na realidade, podem nem mesmo querer o poder, muitas vezes procurando, em vez disso, maximizar o controle sobre as partes de suas vidas que são importantes para eles. Eles compram bens e serviços de grandes corporações e obtêm ajuda e suporte relevantes do governo, mas eles não podem competir com a obstinação - ou as habilidosas mãos contratadas - das organizações formais. Na verdade, a maioria dos cidadãos muitas vezes nem consegue ver, ou não se importa em ver o que essas organizações e os funcionários públicos que elegem fazem abaixo do radar em que cada cidadão vive suas vidas (GANS, 2003, p. 3, tradução nossa).

Diante dos dois modelos aqui expostos, o republicanismo certamente representa um avanço na percepção de direito e participação popular que pressupõe o próprio conceito de Democracia. Longe de ser, em sua prática, o ideal, ainda possui desvantagens como observa Habermas (2018). Segundo o autor, a principal desvantagem consiste em partir de um idealismo que depende das virtudes dos cidadãos de determinada sociedade. As revelações de casos de corrupção ilustram essa vulnerabilidade. Confiou-se naqueles representantes e suas virtudes, mas eles não agiram conforme se esperava para alcançar o bem comum, pelo contrário, revelaram-se criminosos em busca de interesses individuais privados. Isso levanta a observação de que há aparentemente uma pretensa ofensiva contra o privatismo por parte do ideal republicano, mas, na prática, ainda podemos vivenciar a sua forte presença.

Não há como negar que existe uma pluralidade de públicos convivendo e vivenciando confrontos de interesses e perspectivas, incapazes de alcançar uma universalidade completa, mas existe a possibilidade de um equilíbrio que garanta mais pluralidade e consensos possíveis, como apontamos dentro da perspectiva de uma universalidade aproximativa. É nesse sentido que Habermas (2018) propõe um novo modelo de Democracia chamado de Deliberativo em alternativa aos dois já mencionados:

O conceito de política deliberativa somente ganha uma referência empírica quando levamos em conta a multiplicidade de formas de comunicação nas quais uma vontade comum se forma não somente pela via de uma autocompreensão ética, mas também pelo equilíbrio de interesses e compromissos, pela escolha dos meios segundo a racionalidade com respeito a fins, pela fundamentação moral e exames de coerência jurídica (HABERMAS, 2018, p. 408).

O Modelo Deliberativo não se refere a uma perspectiva censitária com relação a contabilizar o que desejam as pessoas ou meramente restrita à conferência dos cidadãos para decisões políticas, mas sim a uma proposta de procedimento que leve em conta a troca discursiva e de argumentos. A deliberação se refere ao processo racional de argumentação entre os cidadãos. Fazer Democracia, nos termos deliberativos de Habermas, significa tomar decisões racionais. O autor pensa em algumas apropriações dos modelos anteriores, mas propondo uma visão além. A forma democrática da vontade do Modelo Liberal se forma a partir de compromissos de interesses, enquanto na republicana acontece na forma de autocompreensão ética a partir do consenso dos cidadãos. A teoria do discurso parte da síntese desses elementos, integrando-os em um procedimento de deliberação e tomada de decisão. Entendemos também que a Democracia deliberativa se torna uma resposta positiva ao abismo entre os modelos de Democracia Direta vivenciado na Grécia Antiga e o Representativo: o primeiro propõe que os cidadãos participem, mas, diante do imenso tamanho da população dos países, como fazer com que efetivamente todos possam decidir? O segundo já demonstra o impasse da não participação efetiva dos cidadãos nas decisões políticas, mas somente de seus representantes.

Com o passar do tempo e os avanços da contemporaneidade, o incentivo maior parece estar aos projetos individuais (liberalismo), mas Habermas (2018) observa que a Democracia não pode se pautar somente por isso e, portanto, deve admitir os valores comunitários (republicanismo). O Modelo Deliberativo, então, visa dar conta de ambos os projetos, tanto públicos como privados. A perspectiva habermasiana defende que a política precisa resultar da combinação de três argumentos: do interesse individual (valor privado), dos interesses das comunidades (valor ético) e do argumento moral ou de justiça que representa um valor universal, conferido para todos em todos os tempos. Enquanto na Democracia Liberal as decisões particulares são reconhecidas pelo processo democrático e na Democracia Republicana a comunidade é constituída pelas decisões políticas, a Democracia Deliberativa propõe um processo de racionalização com base nesses três aspectos. O indivíduo e a sociedade como um todo tendem a desenvolver sua comunicação e as decisões tomadas vão partir de um amplo amálgama de perspectivas. É imprescindível para este amálgama a função comunicativa desempenhada pela mídia noticiosa na articulação da discussão pública de maneira inclusiva para garantir a participação crescente de setores tradicionalmente excluídos e a isonomia necessária para que prevaleça nas deliberações exclusivamente a lógica de melhor argumento, superando-se gradativamente o nível de distorção sistemática imposta pela força não discursivamente justificada dos grupos que controlam o aparelho de Estado (poder) e as

corporações do mercado (dinheiro), que se caracterizam pelo esvaziamento do sentido dos assuntos debatidos e, conseqüentemente, ameaçam a legitimidade das deliberações.

Assim como no Modelo Liberal, o Modelo Deliberativo pensa na separação do Estado e sociedade civil, porém esta última, para a Democracia Deliberativa, representa a “base social das esferas públicas autônomas” (HABERMAS, 2018, p. 413). Isso tem diferença porque o liberalismo não espera reunir os cidadãos em esferas públicas mobilizadas pela integração social da solidariedade, enquanto o Modelo Deliberativo, por sua vez, atribui à solidariedade a possibilidade de superação da perspectiva particularista do dinheiro e do poder administrativo para satisfação dos interesses coletivos e do bem-comum.

A soberania popular baseada na comunicação é, então, uma perspectiva chave para este modelo. O Republicanismo parte dessa ideia porque busca garantir ao público a sua autoridade (em contraposição à soberania autocrática dos estados absolutistas). Segundo a concepção de uma República, o povo detém soberania. Por isso, mesmo após um processo eleitoral, por exemplo, o povo, em tese, pode cobrar e intervir, diferente da proposta liberal em que o direito popular só está condicionado e restrito ao momento das eleições. O conceito de soberania popular da teoria do discurso compreende a sociedade descentrada: “quando se abdica da formação de conceitos segundo a filosofia do sujeito, a soberania popular não precisa estar concentrada no povo em termos concretos nem ficar dispersa no anonimato das competências constitucionais” (HABERMAS, 2018, p. 416).

Todo o percurso na descrição dos modelos foi necessário pois vivemos, pelo menos em grande parte dos países do mundo, em governos ditos democráticos, mas precisamos de fato entender em que tipo de Democracia estamos inseridos, aonde poderíamos chegar e em como há fissuras profundas na execução das Democracias em maior ou menor grau pelos países no mundo.

2.4.1 Onde está situada a Democracia Brasileira?

A Democracia Brasileira é um caso bastante particular. Primeiro porque o país tardou em estabelecer governos em que pudéssemos vislumbrar características democráticas. Viveu boa parte da história como Colônia e Monarquia, sob controle do governo português, período marcado por aspectos de concentração de poder político a nível nacional, mas também regional e local que ainda repercutem na contemporaneidade como cicatriz de um tempo inapagável, cujas reflexões discutiremos de forma mais abrangente no capítulo seguinte. Nos interessa

perceber, neste momento, que o nosso país caminhou lentamente para a busca de governos ditos democráticos. Mesmo com o planejamento de uma República proclamada em 1889, tipo de regime que, como percebemos, conceitualmente também buscava a participação popular, mas na verdade não contava com a participação dos cidadãos. Ao contrário, fortalecia grupos oligárquicos, não sendo, portanto, uma República Democrática.

Este é um ponto também interessante para as discussões, pois precisamos dissociar Democracia e República, uma vez que não são sinônimos nem em origem, nem na prática. Enquanto a Democracia, como vimos, possui raízes na Grécia Antiga, a República tem origem na Roma Antiga, traduzida do latim “*res publica*” como “uma coisa pública”. Na execução, a Democracia está mais voltada a uma espécie de ideal, com princípios que sugerem a participação de todos os cidadãos, enquanto a República se constitui como uma organização política marcada pelo estabelecimento de esferas de poder político, temporalidade dos cargos e eletividade, que pode ou não utilizar conceitos advindos da Democracia. No caso do Brasil, a ocasião da Proclamação da República e seus primeiros anos não foram democráticos e até mesmo os ideais republicanos estiveram esquecidos para os brasileiros, apenas concentrados em direitos para uma pequena parcela detentora de poder.

É indispensável, então, datar e trazer alguns dados importantes para nossa contextualização, iniciando como este período principiante de uma República que começa em 1889 e vai até 1930. Aqui, os cidadãos capazes de decidir eram apenas os homens bem-nascidos através do mecanismo de voto não secreto, abertamente declarado aos tabeliões nos cartórios. As mulheres, os pobres, os analfabetos e menores de 21 anos, soldados e padres eram proibidos de votar (VICENTINO; DORIGO, 2010b). Posteriormente, Getúlio Vargas assume a presidência e conduz o país a um regime ditatorial (1937-1945), regredindo o processo de direitos políticos para os cidadãos. Após esse período, vivenciamos o que foi chamado de República Populista (Vargas ainda chegaria a ser eleito novamente), com o ganho do voto secreto, mas ainda era impedido o acesso dos analfabetos ao voto.

O período seguinte iniciado com o golpe militar em 1964 foi marcado por um intenso retrocesso que nos deixaria 21 anos na escuridão da ditadura militar, sem direitos políticos mínimos como o voto para qualquer cidadão e perseguição violenta a quem fosse contrário ao regime. Os militares que se tornaram presidentes não eram eleitos através de consulta ao povo. Somente após esse tempo, com a redemocratização em 1985, começamos o projeto de República democrática, dando como primeiro passo na promulgação da Constituição de 1988, também conhecida como Constituição cidadã, vivenciada até os dias de hoje, período mais logo

de regime democrático da história do Brasil que dura desde então e se desenvolve há pouco mais de 30 anos. Por isso, a nossa Democracia é extremamente jovem se comparada a outros países. Não à toa enfrentamos problemas para firmá-la. Olhando para trás, em 90 anos, apenas seis presidentes eleitos completaram seus mandatos, foram eles: Eurico Gaspar Dutra (1946/1950), Juscelino Kubitschek (1956/1960), Fernando Henrique Cardoso (1995/1998; 1998/2002), Lula (2003/2006; 2006/2010) e Dilma (o primeiro mandato de 2010 a 2014) (RÊGO, 2019) e, mais recentemente, Jair Bolsonaro (2019-2022).

Em termos legais, a Democracia brasileira propõe um formato que inclui a perspectiva de Democracia Direta e também Indireta. A Constituição, no Capítulo I, Parágrafo Único, garante que: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988), assim como, no Art. 14 do Capítulo IV, dos Direitos Políticos, reforça que “A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: a I - plebiscito; II - referendo; III - iniciativa popular” (BRASIL, 1988).

Assim, de acordo com o que é proposto pela Constituição, o Brasil vive uma Democracia identificada como Semidireta, ou seja, a população elege seus representantes, mas também tem direito de participar das decisões. Porém, olhando para a realidade prática, a Democracia do Brasil se aproxima muito mais fortemente do formato Indireto pois são quase inexistentes as ocasiões de consulta ao público para tomada de decisões. Raras foram as vezes em que o povo pôde opinar sobre alguma decisão política: em 1993, o plebiscito ocorrido em 21 de abril buscou a população para decidir qual a forma de governo brasileiro seria escolhida entre a presidencialista, a parlamentarista ou monarquista, a primeira sendo a mais votada com 69.20% de preferência (TSE, 1993). Noutra ocasião, em 2005, houve um referendo para discutir a legalização do porte de armas, que foi aprovado por 63.94% (TSE, 2005).

Desde então, as decisões políticas pouco contaram com a opinião pública. A reforma do Ensino Médio (2016), por exemplo, e da Previdência (2019) foram aprovadas sem qualquer consulta à população. Em 2020, com a ocasião da pandemia do novo coronavírus, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que permite o ingresso em Universidades e geralmente é aplicado em novembro, precisou ser adiado e foi realizada uma consulta pública entre os dias 20 a 30 de junho de 2020 aos estudantes para definição de uma nova data. A pesquisa mostrou que 49,7% preferiam maio de 2021 a outras duas opções sugeridas (dezembro e janeiro), no

entanto, o Ministério da Educação remarcou para janeiro de 2021, dias 17 e 24, anulando o resultado da consulta¹⁶.

É preciso evidenciar que em nenhuma sociedade há uma universalidade jurídica completa, ou seja, igualdade plena de direitos para todos, porém, no Brasil essa desigualdade tem sido extremamente escandalosa, a ponto de Habermas (2004) denominar o fenômeno de “brasilização” para exemplificar quando as leis do Estado de direito existem, mas não vigoram:

Quando consideramos aquelas sociedades em que o teor imaculado do texto constitucional não é mais do que a fachada simbólica de uma ordem jurídica imposta de forma altamente seletiva. Nesses países, a realidade social desmente a validade das normas, para cuja implementação faltam as condições efetivas e a vontade política. Uma semelhante tendência à “brasilização” poderia até mesmo se apossar das democracias estabelecidas do Ocidente (HABERMAS, 2004, p. 222-223).

Resumidamente, é evidente que a perspectiva de participação popular nas decisões políticas na Constituição brasileira corresponde a um simbolismo frequentemente corrompido. Estamos, então, envoltos numa constante tensão entre o ideal público e a realidade do poder. comprometida pelos interesses particulares que controlam a ação política. A Democracia brasileira, podemos perceber, além de republicana e indireta, caminha com fragilidade diante dos acontecimentos mais recentes, sendo constantemente ameaçada, principalmente pós-impeachment. É preciso verificar que a inefetividade das leis do estado de direito significa que a universalidade jurídica da igualdade de todos perante as leis, como um direito público, é usurpada em benefício de interesses particulares poderosos.

É relevante introduzirmos o questionamento de que, mesmo com o acesso ao voto da maior parte possível da população (porque nunca é possível uma totalidade) e ao processo de eleições, a Democracia não está fundamentada somente nesse mecanismo de escolha. Em 16 de outubro de 2020, durante uma aula remota do estágio docência pela disciplina de “Ciência Política” para o curso de Jornalismo da Universidade Federal de Pernambuco, lançamos um questionário com a seguinte pergunta única: “A legitimidade de um governo democrático se dá completa e suficientemente através do processo de eleição por voto?”. De 26 respostas, 16 responderam que “sim” e 10, “não”. Esclarecemos aos alunos, então, que a legitimidade do governo democrático não depende exclusivamente do sufrágio universal. Este é um passo necessário para a escolha dos representantes, mas a legitimidade depende do cumprimento dos deveres e o não cometimento de crimes de responsabilidade contra a administração pública.

¹⁶ A aplicação das provas não foi bem-sucedida pois houve casos de estudantes que chegaram com antecedência, mas foram impedidos de realizar as provas porque as salas estavam lotadas e não cumpriam com as medidas de distanciamento social.

O resultado dessas reflexões nos permite afirmar que vivenciamos, desde os acontecimentos fatídicos de 2016, governos ilegítimos, porque durante o mandato cometem crimes de responsabilidade¹⁷ e negligenciam seus cidadãos, mesmo o último sendo eleito por maioria democraticamente, como demonstra a síntese da sequência de principais fatos que ilustram a deslegitimação progressiva da Democracia brasileira:

- i) Em 2016, o impeachment corresponderia a grande ranhura democrática vivida desde a redemocratização. Eduardo Cunha, até então presidente da Câmara, aprovou no dia 2 de dezembro de 2015 o pedido de impedimento protocolado por Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal contra a ex-presidente Dilma Rousseff (PT). Em 17 de abril, o processo foi aprovado na Câmara dos Deputados e, mais tarde, também autorizado pelo Senado no dia 12 de maio de 2016. O seu vice, que a esta altura já era declaradamente contra Dilma, se tornou presidente interino. No dia 31 de agosto de 2016, Dilma perde o processo e seu cargo sob a acusação de ter cometido crime de responsabilidade fiscal por “pedaladas fiscais”. O Governo Dilma havia assinado três decretos para abertura de créditos suplementares em julho de 2015 para as áreas de trabalho, educação, cultura e previdência (RÊGO, 2019). O impeachment foi um processo regido por controvérsias e alianças políticas contra o Partido dos Trabalhadores e Dilma Rousseff, tanto que, após dois dias da conclusão do processo, o Senado Federal sancionou uma a Lei 13.332/2016 que flexibiliza as regras para abertura de créditos suplementares, fazendo que com as ditas “pedaladas fiscais” deixassem de ser consideradas crime. Além disso, o Senado rejeitou por 42 votos a 36 a inabilitação de Dilma para exercer cargos públicos, conforme previa a Constituição.
- ii) O Governo Temer (de 31 de agosto de 2016 a 31 de dezembro de 2018) foi marcado por escândalos de corrupção quando o Jornal “O Globo”, no dia 18 de maio de 2017, divulgou a delação premiada do empresário Joesley Batista, dono do frigorífico JBS, admitindo que Temer pagava uma mesada para Eduardo Cunha e o doleiro Lúcio Funaro. As gravações mostram Temer concordando em pagar para manter o silêncio deles. Mesmo assim, após as revelações, Temer seguiu no poder e terminou o

¹⁷ No Art. 85 da Constituição Federal, estão postos como crimes de responsabilidade as ações do Presidente que “atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra: I - a existência da União; II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação; III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; IV - a segurança interna do País; V - a probidade na administração; VI - a lei orçamentária; VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais” (BRASIL, 1988).

mandato. Só chegou a ser preso em 21 de março de 2019 pela operação Lava Jato, mas foi solto quatro dias depois.

- iii) O Governo Bolsonaro (2019- 2022), desde o início de seu mandato, vem cometendo uma série de atentados contra os direitos humanos, com declarações de apologia à violência, à ditadura militar e, ainda mais expressivo durante a pandemia do novo Coronavírus, contra a vida humana com um discurso negacionista e postura contrária às medidas preventivas. Foi omissivo aos casos, desconsiderou o isolamento e uso de máscara, demitiu dois Ministros da Saúde por discordarem dele. Em 27 de janeiro de 2021 foram divulgados gastos do Governo Federal do dinheiro público referentes a 2020 e, mesmo diante da crise do coronavírus e política, o que mais chamou atenção entre os R\$ 1,8 bilhão gastos foram, entre outros, os R\$ 15,6 milhões em leite condensado e R\$ 2,2 milhões em chicletes. Ainda assinalamos a postura agressiva do presidente contra a imprensa. Quando questionado sobre esses gastos, Bolsonaro respondeu com palavrões¹⁸. Podemos citar, ainda, em outra ocasião anterior, a Globo sendo impedida, no dia 05 de setembro de 2020, pela Justiça Federal de divulgar informações e mencionar o caso de corrupção do seu filho Flávio Bolsonaro (Senador/ RJ), acusado de desviar recursos do seu antigo gabinete enquanto estava como deputado estadual (esquema chamado de “Rachadinha”), no qual o seu assessor e amigo, Fabrício Queiroz, foi preso.
- iv) No dia 08 de janeiro de 2023, um grupo numeroso de radicais, identificados como apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, invadiram e depredaram os prédios do Congresso Nacional, Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal, em Brasília. O motivo antidemocrático dos atos de vandalismo foi o resultado da eleição de outubro de 2022 que elegeu como presidente o candidato Luís Inácio Lula da Silva. Vídeos gravados pelas próprias pessoas que invadiram esses locais, mostram as expressões de vandalismo, com quebra de mobílias e espaços, inclusive de itens históricos, demonstrando mais uma expressão da não compreensão do bem público e, fundamentalmente, da Democracia.

É perceptível, portanto, que o projeto de Democracia constitucionalmente posto em 1988 sofre investidas contrárias ao seu sucesso. Parece evidente a institucionalização da

¹⁸ Os gastos do Governo com guloseimas e a agressividade do Presidente podem ser vistos em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2021/01/e-para-enfiar-no-rabo-de-voces-da-imprensa-essa-lata-de-leite-condensado-diz-bolsonaro.shtml>>.

corrupção e o descaso com a população, escancarados quase que diariamente nos noticiários. Esquemas recentes podem ilustrar essa afirmação: acusação de contrabando de madeira ilegal do Brasil para os Estados Unidos (EUA) com participação do ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles; o esquema de falsificação de cartões de vacina contra a covid do ex-presidente Bolsonaro e sua família para entrar nos EUA; em 2020, investigado por desvio de dinheiro, o senador por Roraima Chico Rodrigues foi flagrado com R\$ 33 mil na roupa íntima. Esses são apenas alguns exemplos de situações recorrentes no Brasil que nos desafiam como cidadãos e nos exortam a buscarmos valores democráticos para furar o bloqueio imposto entre a preservação do interesse público e a acentuada investida do interesse privado no âmbito político. À frente dessa empreitada deve estar a mídia e o jornalismo brasileiro.

2.5 Democracia, público, privado e comunicação: uma conexão permanente

Não há Democracia sem a livre circulação de opiniões através do debate público. É neste sentido que a comunicação se torna uma característica inevitável, surgida na necessidade de os cidadãos participarem do debate público. Neste sentido, Herbert Gans (2003) afirma que “a Democracia do país pode pertencer direta ou indiretamente aos seus cidadãos, mas o processo democrático só pode ser verdadeiramente significativo se esses cidadãos são informados” (GANS, 2003, p. 1 tradução nossa).

Mais especificamente, mencionamos a atividade da imprensa pois é através do jornalismo que as informações referentes aos diversos âmbitos de uma sociedade circulam. O papel do jornalismo e da notícia, como aponta Motta (2017), é o de experimentação da realidade (contato com o mundo), estabelecendo referências e interpretações dos acontecimentos e atualizando modelos de mundo. Inclusive, constata-se que o jornalismo pode contribuir estimulando mudanças sociais, porque: i) aciona discursos que movimentam os posicionamentos dos cidadãos; ii) pode reivindicar e expor violações de direitos de diferentes públicos; e iii) possui influência na formação da opinião pública “mobilizando a comunidade para a ação política” (PARK, 2008, p. 71). Traquina (2005) corrobora que a imprensa representa um “elo indispensável entre a opinião pública e as instituições governantes” (BOYCE, 1978, p. 21 apud TRAQUINA, 2005, p. 129), portanto, fundamental para a vivência democrática.

O jornalismo, por sua vez, é compreendido como principal instrumento de contato entre a elite política (os governantes/representantes) e os cidadãos comuns, auxiliando na produção da agenda pública. É nesse sentido, então, que, principalmente em momentos de crise, as notícias são fundamentais porque auxiliam os cidadãos a interpretarem a complexidade a sua

volta e a estabelecer compreensões possíveis do mundo (o que está acontecendo) e a orientando sobre como pensar e agir sobre determinada situação. A esse exemplo, diante da crise pandêmica, política e econômica vivida, a atuação do jornalismo tem sido fundamental para orientar a população a como se prevenir do coronavírus, e a como agir caso se contamine. É mérito também da atividade da imprensa o registro estatístico dos casos de doentes e óbitos, papel antes feito pelo Ministério da Saúde até 25 de março. Em junho, o Consórcio de Veículos de Mídia passou a reunir os dados e divulgá-los diante da sonegação e procrastinação de informações do Ministério da Saúde sobre a pandemia.

Entendendo o papel fundamental da comunicação para a Democracia, necessariamente percebemos a ligação com os embates e reflexões que estão ao redor da questão do público e privado porque a própria formação dos setores de comunicação passa pelo estabelecimento dessas relações. Possuímos, na realidade brasileira, uma alta concentração da mídia em grupos privados que permanecem no poder há muito tempo, enquanto os veículos públicos enfrentam fortes dificuldades para se firmar. Estes aspectos serão mais bem aprofundados no próximo capítulo quando identificaremos a quais grupos pertencem a mídia no Brasil.

2.5.1 Público e Privado nos emblemáticos sistemas de comunicação brasileiros

As discussões permitem perceber que o debate entre público e privado não está somente posto ao âmbito de administração do Estado. Tudo está em intensa relação e a presença dessas esferas é entendida como constitutiva da natureza humana. Nosso enfoque, porém, está direcionado ao telejornalismo presente nos setores de comunicação que também reproduzem esse embate histórico. No capítulo V, Art. 223, da Constituição Federal Brasileira (1988) consta que a nossa comunicação precisa estar composta por três sistemas: “Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas **privado, público e estatal**” (BRASIL, 1988, grifo nosso). Dessa forma, os setores privado, público e estatal devem coexistir sem que um invada o outro, de maneira regulamentada.

A distinção entre os três setores é uma questão do campo a ser resolvida pois nunca houve a regulamentação que é de fundamental importância para a condição da liberdade e da igualdade que definem a sociedade democrática (CHAUI, 2012). Em 2009, existiu a tentativa de estabelecer reflexões e medidas práticas através da Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), em Brasília. Ao todo foram aprovadas cerca de 600 propostas, mas nenhuma saiu do papel. Dentre as reflexões, foi pensada uma diferenciação entre o sistema público, privado

e estatal (PL 361), aprovada pelo Grupo Temático responsável por discutir o marco legal e regulatório da comunicação:

O primeiro [público] deve ser entendido como aquele integrado por organizações de caráter público geridas de maneira participativa a partir da possibilidade de acesso universal do/a cidadão/s a suas estruturas dirigentes e submetido a controle social. O segundo [privado] deve abranger todos os meios de entidades privadas em que a natureza institucional e o formato de gestão sejam restritos, sejam estas entidades de finalidade comercial ou não comercial. O terceiro [estatal] deve compreender todos os serviços e meios controlados por instituições públicas vinculadas aos poderes do Estado nas três esferas da Federação (CONFECOM, 2010, p. 201).

De acordo com a proposta, a qual estamos de acordo, a mídia privada se refere àquela gerenciada por grupos privados, enquanto o público e o estatal são geridos pelo governo (seja Federal ou Estadual), a diferença reside na missão das duas emissoras. A mídia estatal tem o dever de transmitir as informações vinculadas aos três poderes (executivo, legislativo e judiciário), enquanto a comunicação pública está voltada a entender as demandas da população, ou seja, dos diferentes públicos existentes na sociedade. Porém, a experiência brasileira confunde constantemente o setor público com o estatal (reproduzindo a obscuridade de compreender público e Estado como sinônimos, discussão apontada no item 2.2.3.2), inclusive porque durante muito tempo a comunicação pública adquiriu um sentido de governamental¹⁹.

Essa ideia passou a mudar a partir da postura ativa da população, fruto da organização social no processo de redemocratização brasileiro após regime militar. Na prática, a experiência da comunicação pública envolveria a participação da sociedade civil na consideração de que “a comunicação pública possui como pilares essenciais característicos de seu espectro a causa pública, os princípios democráticos e o interesse público” (KUNSH, 2012, p. 18). Em 2007, na tentativa de diversificar o setor de comunicação e estabelecer de forma mais firme o sistema público, foi criada a Empresa Brasil de Comunicação (EBC, Lei Nº 11.652/2008), com o atraso de 60 anos em relação à radiodifusão comercial. O setor estatal, por sua vez, está ligado aos serviços e meios de comunicação vinculados aos três poderes. Os principais exemplos de veículos de radiodifusão estatais são a TV/Rádio Câmara, TV/ Rádio Senado, TV/Rádio Justiça e a antiga TV NBR.

¹⁹ Getúlio Vargas foi o grande idealizador de uma Comunicação Governamental. Ele começou um processo de “sofisticação ao projetar um sistema de comunicação capaz de reforçar a teia política que lhe dava sustentação” (MATOS; GIL, 2012, p. 90), constituindo, assim, uma ostensiva propaganda política. Mais tarde, durante a Ditadura Militar, acontecia um cenário semelhante pois os generais ditadores eram beneficiados pela propaganda feita pelos grandes meios de comunicação da época.

Fruto, ainda, da má percepção sobre público e estatal, além do desinteresse na manutenção de uma comunicação pública, nos últimos anos, a EBC tem sofrido investidas que a descaracterizam como emissora pública, situação que, mais à frente (item 3.2.3.1), será discutida de forma aprofundada. Vale, desde já, mencionar que em 2016, o então presidente Michel Temer publicou a Medida Provisória nº 744 que destituía o conselho curador (representação na sociedade civil), demitiu o diretor-presidente Ricardo Melo e reduziu orçamentos. Em abril de 2019, já no governo de Jair Bolsonaro, a portaria Nº 219 autorizava a fusão entre a TV NBR (estatal) com a TV Brasil (pública), confundindo a finalidade de cada uma delas. Eugênio Bucci (2015) alertou que a descaracterização da comunicação pública acontece quando há o envolvimento do Governo Federal nas decisões da EBC, situação já vivenciada atualmente.

O problema é ainda mais complexo, principalmente porque parte de tradições históricas. O Brasil concebeu sua radiodifusão de maneira privada: “O crescimento da TV a partir de 50 pode se atribuir ao favoritismo político, o qual concedia licenças de exploração de canais sem um plano preestabelecido” (MATOS, 2002, p. 51). Até mesmo as emissoras públicas e estatais estão passando por uma efetiva apropriação dos governos. Porém, cabe mencionar que todas as emissoras de rádio e tv, sejam elas privadas públicas ou estatais, são concessões públicas, ou seja, são concedidas a uma pessoa ou grupo para que este explore os serviços, sob condições estabelecidas pela Constituição, durante um tempo determinado de 10 a 15 anos para rádio e TV, respectivamente. A natureza jurídica de uma concessão pública consiste na:

contratação regulamentada pela lei 8.987/95, por meio da qual a Administração transfere, mediante procedimento licitatório na modalidade concorrência, a prestação de um determinado serviço público ao particular que deverá prestá-lo por sua conta e risco, **por prazo determinado**, mediante a remuneração por meio de cobrança de tarifas dos usuários do serviço. Com efeito, no contrato de concessão de serviços públicos, a empresa concessionária não é remunerada por preço fixado ao poder público, mas sim por meio da exploração do próprio serviço a ela concedido (CARVALHO, 2017, p. 574, grifo nosso).

A concessão não é uma transferência definitiva, mas sim temporária. Antes, a entrega dessas concessões era feita por alianças políticas, mas a partir da promulgação da Constituição Democrática de 1988, a outorga e renovação passou a depender diretamente do Congresso Nacional e não somente da decisão do Presidente em exercício (MATTOS, 2002). O Congresso, então, deve observar o princípio da complementariedade, além de outras medidas que proíbam a concentração midiática, estimulando conteúdos nacionais e regionais e independentes, entre

outras prescrições constitucionais. Diante desta constatação, podemos refletir: as concessões são públicas ou privadas? O histórico não deixa mentir que a má distribuição e falta de legislação gera uma intensa confusão na execução das concessões e vivenciamos uma espécie de privatização do setor do que chamamos de mídia comercial, privada ou grande mídia dado seu poderio econômico e de alcance no país.

A discussão referente aos sistemas permanecerá durante os capítulos que seguem porque são o ponto alto da formação dos âmbitos público e privado na mídia brasileira, mas o desafio é destinar-se além do reconhecimento da propriedade das emissoras e ir à fundo na tensão entre as duas instâncias a partir dos sentidos que constroem, principalmente em como o telejornalismo tem protagonizado a construção de sentido sobre o mundo.

3. HISTÓRICO E CONTRADIÇÕES DA MÍDIA BRASILEIRA

3.1. Formação do sistema político e mídia: qual a semelhança?

É certo que mídia e política possuem uma ligação bastante estreita, certamente convergente quando olhamos para a história. Podem estar diretamente envolvidas (quando falamos de propriedade de mídia), mas essa relação é próxima principalmente porque, à medida que o sistema político muda e se organiza, os meios de comunicação acompanham essas mudanças, inclusive, podendo provocá-las, além de documentá-las se tornando, então, um registro histórico dos acontecimentos da sociedade. É relevante também enfatizar que a imprensa tem o ‘poder’ de exercer influência na formação da opinião pública que, por sua vez, é capaz de mobilizar a comunidade para a ação política (PARK, 2008). Não há possibilidade, então, de falar sobre a formação dos meios de comunicação sem que a história política do país e as relações de poder estejam envolvidas, principalmente porque estas podem influenciar, inclusive, na gestão e distribuição de concessões públicas de radiodifusão e, conseqüentemente, nos conteúdos que as emissoras transmitem, em especial, o jornalístico.

Há investigações relevantes no estado da arte em comunicação verificando os sistemas de mídia no mundo e suas relações com a política de cada país, como é o caso de Hallin e Mancini (2010). Nesta pesquisa, os autores analisaram 18 países da Europa e da América do Norte a partir da verificação a respeito de: (i) a estrutura dos mercados de mídia (ponto que verifica a taxa de circulação de jornais, a relevância dos jornais e televisão como fontes de notícias, a presença de jornais locais e regionais, além dos nacionais e influência dos países vizinhos no sistema nacional de mídia); (ii) do paralelismo político, ou seja, a ligação da mídia e política, investigando principalmente a orientação política do conteúdo veiculado, as ligações entre a mídia e as instituições políticas e o partidarismo na mídia; (iii) da profissionalização do jornalismo, observando o grau de autonomia do jornalista, as regras profissionais, rotinas e princípios éticos da profissão; e, por fim, (iv) do papel do Estado, identificando se há intervenções diretas ou não do Estado nos meios de comunicação, os níveis de censura ou pressão política e a regulamentação da mídia nos países investigados.

Assim, os autores estabeleceram três tipos de sistema de Mídia: (a) o Modelo Mediterrânico ou Pluralista Polarizado, caracterizado pela intensa relação entre *media* e política (paralelismo político); b) Modelo Norte/ Centro-Europeu ou Corporativista Democrático, ainda

com intervenção do Estado, mas de forma regulamentada; e (c) Modelo Atlântico-Norte ou Liberal, fortemente caracterizado pela independência do jornalismo com relação à política. Hallin e Mancini (2010) reconhecem que há a prevalência do último modelo, culminando, assim, no processo de homogeneização para uma Mídia Liberal, identificada principalmente pelo declínio dos jornais partidários e aumento dos jornais comerciais.

Essa separação (a qual os autores chamam de diferenciação) da mídia e grupos políticos, característico do último modelo, não quer dizer que os meios de comunicação estejam se despolitizando, distantes ou incapazes de ação política. Na verdade, podemos verificar que há uma potencial força política já que não estão declaradamente ligados a um partido, por exemplo, tendo a capacidade de falar sobre assuntos diversificados e alcançar mais públicos. Isso fica claro quando olhamos, por exemplo, para o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016, quando a imprensa comercial, dita isenta e objetiva, teve forte papel para a concretização do afastamento da presidente naquele momento (SOUZA, 2016). Além disso, observa-se que, através do processo de comercialização dos veículos, pode até acontecer uma redução de ligação com partidos políticos, mas há uma outra relação de poder evidente: a dos proprietários de mídia e anunciantes que possuem interesses próprios, tema fortemente presente neste capítulo.

Reconhecemos a relevância da pesquisa de Hallin e Mancini (2010), principalmente porque faz um diagnóstico amplo da Europa e América do Norte, mas também evidenciamos que não há uma referência direta a países do Hemisférios Sul, principalmente para nosso caso, o Brasil. Podemos, no entanto, também identificar relações próximas, principalmente sobre a influência do modelo americano de jornalismo (objetivo, reproduzidor do real) sobre o mundo inteiro e pelo avanço tecnológico dos veículos de comunicação (convergentes para o Modelo Liberal), fatos que podem ser observados no Brasil, principalmente a partir dos anos 50 quando o jornalismo adotou fortemente o modelo da objetividade²⁰.

²⁰ Um dos maiores embates e/ou reflexões dentro das concepções sobre o jornalismo é a distinção entre fatos e opiniões. Concepções conservadoras da área julgam que a notícia precisa corresponder à realidade e ser isenta da opinião do jornalista (Teoria do Espelho). Neste entremeio existe uma espécie de “limbo” no qual de um lado está a defesa do jornalismo imparcial e, do outro lado, o jornalismo posicionado, como se essa conceitualização particular restringisse o primeiro como a produção jornalística objetiva, real e, a segunda, aquele menos objetivo e mais tendencioso. Essa demarcação tem forte tendência positivista com dificuldade em reconhecer que o discurso jornalístico não espelha ou reproduz uma verdade única de um fato tido como absoluto, real. A objetividade pressupõe a compressão de um posicionamento inferior do jornalista, subestimando a sua atuação profissional e minimizando sua interpretação de mundo. O jornalista, então, não poderia expressar opinião e somente é destinado a apenas ‘reproduzir a realidade’, como um simples transmissor da realidade pura (TRAQUINA, 2016).

Outros autores, ainda, têm buscado identificar as relações de poder na mídia brasileira. Cabral (2015) destaca os três principais grupos que a comandam: políticos, religiosos e famílias. Lima (2006), por sua vez, nos auxilia a identificar relações mais específicas de concentração da propriedade de mídia. Porém, o intuito, neste momento, é o de perceber como as relações de poder não podem ser interpretadas somente como fruto da associação destes grupos, mas na origem deles, mais precisamente em como as propriedades de mídia são um retrato histórico da condução política do nosso país. Acreditamos que, percebendo a formação política do Brasil, é possível entender o cenário dos sistemas de mídia brasileiro contemporâneo. É um retrato vivo, séculos depois, de semelhanças entre a governabilidade histórica e a mídia presente, marcadas fundamentalmente pela (o): (i) a hereditariedade no poder; (ii) a ligação com profissionais políticos; e (iii) o envolvimento de instituições religiosas.

3.2 “Colonialismo midiático”: como se forma e se assegura a oligopolização da mídia brasileira

Defende-se que a formação da mídia brasileira é um retrato fiel da reprodução secular de governança do país. Não há como falar sobre a formação dos meios de comunicação e dos sistemas de mídia sem envolver a história do país, em seus governos e desgovernos, nas relações de poder que estão tão frequentemente associadas e acabam por influenciar as gestões e distribuições de concessões públicas de radiodifusão.

O termo “colonialismo” que abre essa seção remonta à prática na antiguidade de exercer controle sobre um território, assim como ocorreu no Brasil a partir de 1500, Colônia de Portugal durante pelo menos 322 anos (de 1500 a 1822). A colônia é fonte de exploração e seus recursos são utilizados em benefício do colonizador. A presença portuguesa e seu regime político ainda estariam presentes nos anos seguintes, com a presença da família real em solo brasileiro, Primeiro (1822-1831) e Segundo (1840-1889) Reinados, tornando o Brasil um país, mas ainda preso a raízes portuguesas e carregando sintomas da síndrome colonizadora que ainda hoje são marcas da cicatriz histórica. O racismo, por exemplo, é sintoma da escravidão vivenciada no Brasil Colônia e Império que durou pelo menos 300 anos e, mesmo depois de séculos, ainda se faz presente na contemporaneidade. Mais precisamente sobre a mídia, também percebemos práticas coloniais tanto com relação à herança de poder a grupos específicos (família, políticos e religiosos), quanto com características de acúmulo de propriedade. São constituídas verdadeiras colônias midiáticas, em que seus proprietários exploram com total liberdade a seu

favor (patrimonialismo), sem qualquer fiscalização. O colonialismo midiático, então, partiria do princípio, pelo que se observa no Brasil, do exercício de controle dos meios de comunicação e do poder simbólico nos seguintes aspectos a serem apontados.

3. 2. 1 Concentração regional

A maior parte dos veículos tidos como de alcance nacional estão localizados na região Sudeste do país (BECERRA; MASTRINI, 2008). O estado de São Paulo é o grande centro de poder dos grupos de mídia (INTERVOZES, 2017), principalmente com a TV como principal veículo, como Grupo Silvio Santos (SBT), Grupo Saad (Rede Bandeirantes), Grupo Amilcare Dallevo (RedeTV), além dos jornais impressos (e versões online) de alcance nacional, como a “Folha de S. Paulo” e “O Estado de S. Paulo”. O Rio de Janeiro aparece em seguida, origem da Rede Globo, a maior emissora do país em proporção de alcance territorial de sinal e audiência. Essas grandes redes passam, então, a exercer ainda mais poder porque alcançam as regiões através das relações de afiliação, ou seja, as emissoras locais passam a transmitir a maioria da programação proveniente da emissora líder. Os canais de antenas parabólicas contribuem com esse cenário porque transmitem prioritariamente os canais do sudeste²¹.

É nessa medida que adentramos à problemática da regionalidade e é importante já sinalizar que o valor de proximidade não está restrito à territorialidade geográfica, mas corresponde a aspectos de familiaridade histórico-culturais (língua, tradições, religião) e de interesses (ideológicos, políticos, crenças, de segurança), como afirma Peruzzo (2005). Nesse sentido, Camponez (2012, p. 36) também contribui afirmando que os laços de pertencimento ao local refletem “às dimensões temporais, psico-afetivas, socioprofissionais e socioculturais”. Em um país com dimensões continentais como é o Brasil, composto por cinco diversas regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), a “colonização” das grandes emissoras concentradas no Sudeste compromete a diversidade de aspectos culturais, religiosos, raciais, étnicos, políticos, entre outras características pertinentes a cada localidade. A Constituição de 1988, inclusive, estabelece no capítulo V, voltado à Comunicação, a importância da regionalização de conteúdo (Art. 221), no que diz respeito à: “promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação; [e] regionalização da

²¹ Os canais de TV Parabólica exibem prioritariamente as cabeças de rede, dessa forma, temos como exemplo as principais emissoras do país, como Record, SBT, Rede TV e Band, exibidas nesta antena, onde toda a programação, inclusive jornalística, é produzida no Sudeste.

produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei” (BRASIL, 1988).

Observamos em estudo anterior (SILVA; RÊGO, 2020), que o telejornalismo é sintomático dessa alta concentração regional. A pesquisadora Ana Carolina Temer (2019) alerta para a importância de telejornais nacionais contemplarem temas referentes a diversas localidades do país. Nas décadas de 70 e 80 havia, inclusive, um padrão de sotaque aceito, não permitindo pronúncias regionais, modificado somente no final dos anos 90 por uma “estratégia empresarial-mercadológica com o objetivo de alcançar audiências ampliadas junto às classes populares (...)” (TEMER, 2019, p. 83). Até mesmo com a presença das afiliadas regionais, tem acontecido um fenômeno que diminui ainda mais a presença de conteúdo local produzido pela emissora: a substituição de telejornais locais pelos da “cabeça-de-rede”, como ocorreu na cidade de Floriano, localizada estado do Piauí, com a TV Alvorada, filiada à Rede Globo, deixando de produzir seu noticiário local em outubro de 2019, sendo substituído pelo telejornal Piauí TV 2, produzido na Capital Teresina. De forma semelhante, a TV Mirantes no Maranhão, nas cidades de Bacabal, Imperatriz e Caxias tiveram programação jornalística local encerradas em novembro de 2017 para dar lugar ao telejornal de São Luís. A Globo Nordeste e seus telejornais (NE 1ª edição e NE 2ª edição), que levam no nome a referência ao regionalismo, é sediada em Recife-PE e dedica-se à cobertura de forma mais expressiva ao território pernambucano, prioritariamente à Região Metropolitana do Recife.

Esse não é somente um problema vivenciado pela mídia privada, mas até mesmo a pública tem sido concentrada no Sudeste, ainda enfrentando outros agravantes. Existem alguns segmentos que compõe o chamado “campo público de comunicação” no Brasil como as tvs universitárias, comunitárias, legislativas e estaduais (modalidade sem fins lucrativos), mas há um enorme desafio no que diz respeito a regionalização da Comunicação Pública brasileira. A tentativa mais próxima neste intuito foi a Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP), surgida para regulamentar o art. 8º, III, § 2º, I e § 3º da Lei nº. 11.652, de 7 de abril de 2008 (Lei de Criação da Empresa Brasil de Comunicação) (SILVA; RÊGO, 2020). A rede está presente nas cinco regiões do país, sendo composta por 11 emissoras de rádio e 33 de televisão. Na televisão, a programação prevista pela Norma - NOR 603 tem a configuração de quatro horas fornecidas pela EBC, quatro horas preenchidas por produções oferecidas por integrantes da rede e duas horas e meia de programação infantil da EBC, assim, com ainda boa parte dos programas produzidos pela TV Pública Nacional, a TV Brasil, em Brasília. Recentemente, ainda, em abril de 2021, o telejornalismo da TV Brasil anunciou a estreia dos noticiários locais

“Repórter DF, Repórter Rio e Repórter SP, no Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo consecutivamente de segunda a sexta, às 12h.

Mas, apesar desta considerável inserção telejornalística local, há outro sintoma da deficiência de produção regional correspondente ao cenário de desmonte promovido contra a comunicação pública do país, vista no encerramento das atividades da única sede da TV Brasil no Nordeste, a TVE Maranhão, no ano de 2019, ocasião em que completaria 50 anos, sob o pretexto de redução de gastos. No Acre, a TV Aldeia, está fora do ar desde 31 de outubro de 2018 porque ainda não conseguiu completar a transição para o sinal digital. Com relação ao telejornalismo público, a situação ainda se agrava porque nem todas as emissoras regionais possuem telejornais locais, a exemplo da TV Pernambuco e a TV Universitária da Universidade Federal de Pernambuco. Se por um lado pode haver desinteresse das emissoras privadas, que possuem capital, mas desejam economizar quanto ao investimento em emissoras e conteúdos locais, a realidade da TV Pública brasileira, que sofre com redução de orçamentos, enfrenta a não possibilidade de manter emissoras locais. Uma coisa é certa: para viabilizar o alcance e produção de conteúdos locais, é preciso investimento desde equipamentos à equipe.

Este cenário de concentração, principalmente das redes de televisão, “acabou priorizando a centralização da produção de mensagens nos grandes centros urbanos, de onde passam a ser disseminadas por todo o país” (PERUZZO, 2005, p. 70). Com isso, há uma considerável redução de produção de programas locais e a hegemonia de conteúdo das emissoras líderes, convergindo para uma predominância de discursos de uma só localidade. Sobre isso, Becerra e Mastrini (2008, p. 19, tradução nossa) já sinalizaram: “Esse impacto também fragiliza o espaço público e empobrece a disposição de diferentes versões do que é real por audiências/leitores, condenando à sub-representação vastos setores que habitam dentro dos países”.

Até mesmo nos jornais impressos de grande circulação, como a Folha de S. Paulo e Jornal do Brasil, como observa Peruzzo (2005), quase que inevitavelmente promovem maior espaço para assuntos da cidade-sede, além de anúncios publicitários da região de origem. O cenário de concentração regional desfavorece a regionalidade em sua diversidade e representatividade, uma vez que os cidadãos e temas daquela área não são representados, implicando até no comprometimento a nível de acesso à informação local.

Em consonância com o alerta à concentração regional, Peruzzo (2005) reforça os prejuízos para as emissoras e noticiários locais:

(...) há entraves que prejudicam a expressividade local através da mídia televisiva tradicional. Primeiro, o limite de tempo imposto pelas redes, como já mencionado. Segundo os horários permitidos para inserção local, excetuando os programas jornalísticos, são os de menor audiência – tarde da noite ou de madrugada. Terceiro, a exigência de enquadramento nos padrões nacionais das grandes redes, que direcionam as temáticas e o modo de expressão, acabando por inibir o afloramento dos sotaques regionais e maior inserção de mão-de-obra local (PERUZZO, 2005, p. 72).

A já conhecida necessidade por notícias locais se ampliou com o cenário da pandemia em 2020, principalmente porque a população tem a necessidade de saber sobre a situação do vírus em sua região/cidade/área e das ações dos governos e prefeituras que, inclusive, podem ter adotado medidas diferentes das nacionais, como aconteceu em estados brasileiros. Essa é uma observação comprovada pelo Instituto Reuters em um estudo que verificou a necessidade de notícias locais, identificando o Brasil, entre 40 países, como o primeiro lugar em habitantes interessados em informações locais, somando 73% (SCHULZ, 2020).

3.2.2 Propriedade cruzada e as concentrações horizontal, vertical e em cruz

Outra característica da mídia brasileira se refere à concentração de propriedades, apesar de a própria Constituição Federal de 1988 proibir a formação de monopólio e oligopólio em seu Artigo 220. Outra previsão legal que visaria impor limites para a concentração é o Decreto-Lei 236/1967, em seu Art. 12, limitando o número de concessões de radiodifusão, mais precisamente as estações radiodifusoras de som (rádio aberto) em: a) locais: ondas médias – 4; Frequência modulada – 6; b) Regionais: ondas médias -3; ondas tropicais, sendo no máximo 2 por Estado; e c) Nacionais: ondas médias – 2; ondas curtas- 2; (BRASIL, 1967). No caso das estações radiodifusoras de som e imagem (televisão aberta) são permitidos o limite de outorgas em 10 para todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado (Art. 12, inciso 2) (INTERVOZES, 2017).

O decreto 52.795, publicado em 12 de novembro 1963 e já atualizado mais recentemente com o Decreto nº 10.405/2020, apresenta determinações que regulamentam o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) e impedem (no Art. 15, § 2º, II) que uma mesma pessoa ou empresa possa ser dona de duas emissoras do mesmo serviço em um espaço de atividade que seja o mesmo município ou região: define, portanto, que “II - nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida

(...)” (BRASIL, 2020). Apesar destes escassos mecanismos contra a concentração, não há, de forma contundente, procedimentos de fiscalização que possibilitem a averiguação do descumprimento por parte dos grupos de mídia e que efetivem uma estrutura de mídia nacional diversa e plural.

O cenário é, portanto, altamente concentrado e de maneiras bastante específicas. O primeiro que desejamos citar diz respeito à chamada concentração horizontal descrita por Venício Lima (2001) como a oligopolização dentro de uma mesma área do setor. A televisão continua sendo o maior exemplo deste tipo de concentração no Brasil, com destaque para a Rede Globo. Os decretos e leis anteriormente citados são limitações a esse tipo de concentração, voltados mais à participação acionária total ou parcial, porém também só conseguem prever algo com relação à radiodifusão, enquanto os veículos impressos, portais ou sites permanecem sem determinações contra a concentração.

A televisão também é expressiva da concentração vertical, caracterizada pelo domínio de diferentes etapas da cadeia produtiva, como produção, programação e distribuição. Para esta situação, apenas a Lei nº 12.485/11 que regula a TV paga prevê o impedimento a respeito do “controle e propriedade entre setores de radiodifusão e produção/programação audiovisual e de telecomunicações de interesse coletivo, a exemplo dos serviços de telefonia, internet e TV por assinatura” (INTERVOZES, 2017, p. 15). Um exemplo simples desta concentração verticalizada acontece com as telenovelas. As emissoras, aqui novamente o destaque para Rede Globo, líder tradicional em confecção de novelas, mas também apontando a Rede Record que vem ganhando reconhecimento em audiência para suas telenovelas bíblicas e o SBT com as produções de teledramaturgia infantil, possuem seus estúdios de gravação, mantêm autores, atores e toda equipe de produção por contratos e controla também o repasse nacional (em suas redes de televisão e afiliadas) e internacional dessas produções.

A propriedade cruzada avança na perspectiva do domínio porque inclui o acúmulo de propriedades de diferentes tipos de mídia. Ou seja, um mesmo Grupo de Mídia é detentor de diversos veículos, como TV aberta e/ou por assinatura, rádio, portais, jornais, revistas, telefonia. Em nosso país há, ainda, a inclusão de outros segmentos como os de perfumaria e cosmética (a Jequití para o SBT), hotelaria (Jequitimar para o SBT), gravadora (Som Livre da Globo), editora (Editora Globo) e até Igreja (Universal do Reino de Deus da Record - IURD). O mecanismo de propriedade cruzada também reforça o poder de concentração regional porque “permite” que um mesmo grupo controle diversos meios descentralizados no país.

Além dos grupos nacionais mais reconhecidos (Globo, SBT, Record, Bandeirantes e RedeTV), as regiões também registram conglomerados locais. É o caso do Grupo JCPM, no Recife, iniciais do empresário João Carlos Paes Mendonça, dono envolvido em negócios do setor atacadista, imobiliário (em Pernambuco, Bahia e Ceará) e de *shopping centers* (RioMar Trade Center Recife e Fortaleza, DownTown Salvador Shopping), além do conglomerado midiático chamado “Sistema Jornal do Commercio de Comunicação” que reúne rádio (Radio Jornal), portais (JC e Portal NE10), televisão (TV Jornal afiliada do SBT), encerrando a versão impressa do Jornal do Commercio em abril de 2021.

Em Minas Gerais, o Grupo Sada detém um conglomerado também diversificado com negócios na área de transporte e logística, indústria e comércio, concessionários, bioenergia, esporte, além da comunicação com o Jornal Super Notícias, Rádio Super Notícia FM 91,7, portal e jornal “O Tempo”, Sempre Editora. Outro Grande conglomerado de mídia do país pertence ao Grupo RBS, do Rio Grande do Sul, com 12 emissoras de TV aberta (afiliadas à Rede Globo), 3 jornais impressos (Zero Hora, Diário Gaúcho e Pioneiro), além de 16 emissoras de rádio. O grupo possui ainda a RBS Publicações (editora), uma empresa de logística (Vialog).

3.2.3 Patrimonialismo Midiático

Já é característica observada, inclusive apontada no tópico 2.2.3 do segundo capítulo, que há uma tradição patrimonialista na sociedade brasileira, não sendo diferente na realidade midiática nacional. O patrimonialismo é uma marca herdada do Estado Colonial Português quando, em processo de colonização, distribuiu terras e títulos, dificultando a distinção entre público e privado. De forma análoga, percebemos que os territórios midiáticos destacam esse traço em comum, fundamentado na maneira como as concessões de radiodifusão foram distribuídas e mantidas, reforçando o acúmulo de patrimônio.

Sergio Buarque de Holanda (1995), um dos principais autores que discutem sobre o patrimonialismo no Brasil, evidencia como é fundada a confusão entre bens públicos e privados, problema de origem colonial:

Para o funcionário ‘patrimonial’, **a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular**; as funções, os empregos e os benefícios que deles aufere relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos (HOLANDA, 1995, p. 146, grifo nosso).

O patrimonialismo, reforça-se aqui, é marcado pela acumulação de propriedade e privilégios, ligações estreitas de poder, especialmente familiares, contribuindo na formação de uma elite que se perpetua no poder. Constitui-se em uma tendência administrativa que percebe o Estado como uma extensão de quem está no poder. Isto é, tudo que pertenceria ao Estado, também pertenceria ao representante deste Estado. Seus interesses particulares, portanto, estariam confundidos aos públicos. Esta tendência patrimonialista é acentuada pela concepção liberal de que a Democracia não é mais do que a igualdade no jogo eleitoral disputado exclusivamente pelas elites para usufruir de forma privada/particular da coisa pública.

Jessé Souza (2017) tem uma contribuição bastante significativa na abordagem sobre o patrimonialismo porque faz uma crítica ao pensamento de Holanda e Faoro, pois, segundo aponta Souza, esses autores ligaram o conceito de patrimonialismo restritamente à esfera estatal, como se o Estado fosse sempre ruim, enquanto não mencionaram as relações de mercado, tidas como uma importante fonte de corrupção e poder para Jessé:

O patrimonialismo esconde as reais bases do poder social entre nós. Ele assume que interesse privado é interesse individual privado, de pessoas concretas, as quais se contraporiam aos interesses organizados apenas do Estado. Tudo como se houvesse interesses organizados apenas no Estado, suprema estratégia de distorção da realidade. Uma noção de senso comum do leigo que não percebe os interesses privados organizados no mercado e sua força, ou seja, que não percebe, em suma, como o capitalismo funciona. Daí decorre a noção absurda, mas tida como verdade acima de qualquer suspeita entre nós: a noção de que a elite poderosa está no Estado, com isso invisibilizando a ação da elite real, que está no mercado, tanto nos oligopólios quanto na intermediação financeira (SOUZA, 2017, p. 116).

Com esse avanço das reflexões contemporâneas sobre o patrimonialismo, percebemos que essa apropriação da coisa pública não está restrita ao Estado, mas também às outras relações capitalistas, no jornalismo, em especial, das empresas de comunicação.

Ainda refletindo nos traços históricos, o período Colonial e Imperial reforçaram a perspectiva patrimonialista que só veio a diminuir, pelo menos constitucionalmente, em 1891 com uma nova Constituição que extinguiu o poder moderador²², mas ainda não permitia o voto secreto, fator que manteve uma prática patrimonialista viva e bastante característica da república brasileira que nascia naquele momento: o coronelismo. Os coronéis eram senhores de posse que exerciam poder em suas localidades e forte influência política, conseguindo votos

²² Constituiu-se como um quarto poder, exercido e instituído por Dom Pedro II na Constituição de 1824. O poder moderador dava ao imperador plenos poderes, inclusive, para nomear e demitir ministros de Estado, capaz de interferir ainda nos outros três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

(“voto de cabresto”)²³ para eleger principalmente os governadores em troca de benefícios (apoio e retorno financeiro). Esse sistema garantia a preservação dos interesses dos coronéis e dos políticos, como confirma Aires e Santos (2017) a partir do pensamento de Victor Leal (1997):

O ‘coronelismo’ é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente os senhores de terra [...]. Desse compromisso fundamental resultam as características secundárias do sistema ‘coronelistas’, como sejam, entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais (LEAL, 1997, p. 40 apud AIRES; SANTOS, 2017, p. 42)

Lima (2006) e Aires e Santos (2017) traçam uma analogia ao coronelismo da República Velha com práticas atuais da mídia, o que eles chamam de “coronelismo eletrônico”. A troca, neste caso, não é por posses de terra ou votos em eleições, mas pelo controle da informação e da opinião pública (LIMA, 2006). Os novos coronéis são motivados midiaticamente a exercer influência ideológica e poder simbólico aliando seus interesses privados ao recurso das concessões radiofônicas justamente porque “a propriedade de meios de comunicação pode ser considerada potente instrumento de força eleitoral” (AIRES; SANTOS, 2017, p. 46)

Portanto, a relação de política e comunicação (este tema é retomado no ponto 3.2.5) é bastante estreita no cenário brasileiro. Os coronéis a que nos referimos são colocados aqui como aqueles políticos que gerenciam ou são acionistas de meios de comunicação. Segundo o relatório da Intervozes (2017), no Congresso Nacional, de 2015 a 2019, existiam 32 deputados federais e 8 senadores proprietários de emissoras de Rádio e TV. O Grupo Record, um dos maiores do país, é exemplo disso pois possui ligação com o Republicanos (antes chamado Partido Republicano Brasileiro - PRB), partido nascido a partir da união de pastores e fiéis da IURD²⁴, igreja fundada pelo bispo Edir Macedo, em 1977, também dono da emissora desde 1989. A nível estadual, a relação entre políticos e mídia é ainda mais escancarada. Em Alagoas, a TV Gazeta tem como proprietário o ex-presidente e ex-senador Fernando Collor de Mello (PTC); no Maranhão, José Sarney (PMDB), ex-presidente e ex-senador, é proprietário da Rede Mirante; na Bahia, Antônio Carlos Magalhães Neto, ex-prefeito de Salvador (BA), é

²³ O voto de cabresto foi um mecanismo de poder em que os coronéis, por serem influentes proprietários de terras e patrões de grande parte da população, obrigavam (a ponto de também usar violência física) aos eleitores (homens, acima de 21 anos) a votarem em seus candidatos de apoio. O voto, naquele momento, não era secreto, fortalecendo a prática.

²⁴ O Republicanos tem uma ligação histórica com a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). A igreja impulsionou o surgimento do partido, em 2005, com pastores filiados e sendo eleitos. Como exemplo dessa ligação entre o partido e a igreja, temos Marcelo Crivella, sobrinho de Edir Macedo, bispo e ex-prefeito do Rio de Janeiro (2017-2020), e o atual presidente do Partido Republicanos, também bispo da IURD e deputado federal de São Paulo, Marcos Pereira.

proprietário da Rede Bahia. Esses são apenas alguns nomes entre tantos outros políticos dentro do território brasileiro que têm seus palanques de mídia.

Sobre a posse de emissoras, cabe apontar que, no Brasil, as televisões e rádios são concessões públicas. Em sua natureza jurídica, a concessão corresponde a uma contratação regulamentada por lei (8.987/95) que admite a transferência de administração (direito de exploração) em que o titular é o próprio Estado que a concede a algum grupo particular, este que gerenciará sob prazo determinado. No caso da radiodifusão, a Constituição Federal determina, em seu artigo 223, §5, que o prazo da concessão é de 10 anos para emissoras de rádio e 15 para as de televisão. No período de crescimento da TV, as concessões foram dadas em consideração a ligações e favoritismo político, e seguem até hoje consolidando os maiores grupos de mídia do país (KUCINSKI, 1998).

Para conseguir a outorga, a emissora precisa preencher alguns requisitos. Segundo o Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962), as concessões só podem ser permitidas se a empresa tiver 70% do capital total e votante pertencente a brasileiros (natos ou naturalizados). Uma vez concedida, a emissora precisa cumprir com deveres e regras para que sua licença não seja suspensa ou cassada. Essas prescrições estão dispostas no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (Decreto Nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 atualizado Vide Decreto nº 10.405/2020), entre os 29 tipos de infrações, temos, por exemplo, a desobediência às leis ou às decisões judiciais, divulgar segredos de Estado, comprometer relações internacionais do País, veicular notícias falsas que representem perigo para a ordem pública, fazer propaganda de guerra, entre outros dispostos no Título XVI “Das infrações e Penalidades”, Art. 122.

A renovação das concessões é possível desde que a concessionária tenha cumprido com as exigências legais e regulamentares, não havendo limite de vezes para que seja renovada. A requisição para a renovação deve ser feita durante os doze meses (Lei Nº 13.424/2017,) que antecedem o vencimento da outorga, tramitando pela Secretaria de Radiodifusão (SERAD, ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC) e depois de verificada é repassada para a Presidência da República e Congresso Nacional, pois sozinho o Presidente não pode renovar ou negar, conforme o Art. 223 da Constituição: “§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal” (BRASIL, 1988).

A primeira concessão de televisão brasileira a transmitir seu sinal foi a TV Tupi, de São Paulo, em 18 de setembro de 1950, extinta em 1980. Desde o surgimento da TV no Brasil, acontece um fenômeno que se assemelha a uma privatização da concessão que é (ou deveria ser) por natureza pública: a transferência para sua gestão como uma empresa privada. Os donos de mídia privada gerenciam com liberdade de posse suas emissoras, de maneira hegemônica no país. Essa percepção sobre como as concessões foram distribuídas e são gerenciadas recorda os três principais estereótipos da visão daquilo que é público (Conforme discutido no segundo capítulo, seção 2.2.3) como: (i) “de ninguém”, então podem ser distribuídas a bel prazer; ii) Estatal, aqui faz referência mais à comunicação pública, quase sempre entendida como uma extensão do Estado, portanto, disposta ao interesse patrimonialista do governo que a controla; iii) e de má qualidade, necessitando, portanto, de sua privatização.

3.2.3.1 O patrimonialismo ameaça a EBC e TV Brasil

Não é exclusividade da mídia privada estar envolta pelo patrimonialismo, sendo observado também na atual situação da mídia pública. Desde 2016, a Empresa Brasil de Comunicação, criada (Lei 11.652/2008), no Governo Lula, para gerenciar veículos de comunicação pública²⁵, vem sofrendo interferências bastante particulares que podemos relacionar ao sentimento patrimonialista brasileiro, com interferência direta de Presidentes da República. Michel Temer (PMDB) iniciou seu mandato como presidente, após impeachment de Dilma Rousseff, traçando o desmonte da Comunicação Pública através da Medida Provisória nº 744, de 1º de setembro de 2016, posteriormente firmada com a Lei Nº 13.417, de 1º de março de 2017. Essa medida atingiu pelo menos dois pilares fundamentais para a autonomia e o caráter público da empresa: a intervenção na escolha do Diretor-presidente e a destituição do conselho curador. Segundo Falcão²⁶ (2019, p. 130), foi neste momento, de forma específica, que a EBC

²⁵ A EBC é gestora da Agência Brasil, Radioagência Nacional, Portal EBC, Rádio MEC AM, Rádio MEC FM, Rádio Nacional do Alto Solimões, Rádio Nacional da Amazônia, Rádio Nacional de Brasília AM, Rádio Nacional FM de Brasília, Rádio Nacional do Rio de Janeiro, e a TV Brasil.

²⁶ Luiz Felipe Falcão (2019), em sua dissertação de mestrado, discutiu sobre este período de desmonte da EBC, com foco na campanha audiovisual veiculada em 2016, no Facebook, chamada “Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública” (<https://pt-br.facebook.com/emdefesadaEBC/>). O autor analisou vídeos produzidos pela sociedade civil e veiculados na internet que eram contra as medidas do governo que afetam a empresa. Falcão constata que há um afastamento do caráter público muito evidente, fruto do desmonte e cortes orçamentários, distanciando-se da proposta inicial da EBC e TV Brasil. O período analisado em sua pesquisa é de 17 de maio de 2016 a 17 de maio de 2017, totalizando 84 vídeos. A data inicial coincide com a demissão do até então diretor-presidente Ricardo Melo.

e, conseqüentemente, “A TV Brasil estava perto de deixar ser oficialmente uma TV Pública antes mesmo de obter seu amadurecimento, experimentar plenamente sua atuação enquanto tal”, situação que o autor caracterizou como uma derrubada do potencial democrático da empresa.

Temer, então, exonerou, ainda como presidente interino, no dia 17 de maio de 2016, o até então diretor-presidente, Ricardo Melo, que estava no meio de seu mandato que iria até maio de 2020 (SAMPAIO, 2016), e nomeou Laerte Rimoli para a função. Temer justifica sua decisão alegando que a EBC estaria sendo usada para fins políticos (VIEIRA, 2016), o que é incoerente sobre suas próprias práticas que, verdadeira e contraditoriamente, fortaleciam a intervenção política na empresa. A Lei de criação estabelecia que o diretor-presidente somente poderia ser destituído por decisão do conselho curador ou por razões legais, além de antes estabelecer que o mandato desta função seria de quatro anos, período que não poderia coincidir com o mandato do Presidente da República, fato que buscava preservar a EBC de possíveis ações diretas do Governo Federal na empresa. Essa intervenção já configura uma marca patrimonialista: definir cargos públicos com base nas relações pessoais de proximidade, como vem acontecendo nos últimos anos na EBC.

Laerte Rimoli é um jornalista conhecido por estar ligado ao até então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Rimoli assumiu em 2016 e ficou até abril de 2018 na função, sendo substituído pelo Embaixador Alexandre Guido Lopes Parola, que permaneceu no cargo durante oito meses (de maio a outubro de 2018). Parola era porta-voz de Temer e saiu do comando da EBC para assumir o cargo de delegado permanente do Brasil, em Genebra – Suíça, junto à Organização Mundial do Comércio (OMC). Neste momento, por ocasião da vacância do diretor-presidente (previsto no Estatuto Social da EBC, Art. 56, §1º), o diretor-geral Luiz Antônio Duarte Moreira Ferreira é nomeado como diretor-presidente substituto, ficando no cargo o período de outubro de 2018 a fevereiro de 2019. Já empossado presidente da República, Bolsonaro (2019-2022) designou Alexandre Henrique Graziani para a presidência da EBC, que permaneceu de fevereiro de 2019 até agosto do mesmo ano, sendo substituído pelo General Luíz Carlos Pereira Gomes, de agosto de 2019 até setembro de 2020. Posteriormente, Glen Lopes Valente, ex-diretor do SBT, indicado pelo Ministro Fábio Faria, assumiu de setembro de 2020 até 13 de janeiro de 2023, quando foi exonerado pelo Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva (2023-2026). Com a saída de Glen Valente, a jornalista Kariane Costa Silva De Oliveira assumiu o cargo de diretora-presidente com a perspectiva inicial de seguir com o “prazo de gestão até 30 de outubro de 2023” para um período de transição (assim publicado no

Diário Oficial da União, Edição: 10-A | Seção: 2 - Extra A), no entanto, ela só permaneceu até o dia 26 de janeiro de 2023 quando foi anunciado para a função o jornalista Hélio Doyle. Somente nos quatro primeiros anos após intervenção de Temer (2016-2020), período em que um mandato deveria acontecer na EBC, seis diretores-presidentes foram nomeados, fato que desestabiliza a empresa, deixando-a a critério arbitrário do Governo Federal.

O conselho curador, por sua vez, foi outro órgão interno diretamente afetado com a MP nº 744, sendo extinto da EBC. A EBC estava pautada em quatro instancias de gestão: a diretoria executiva, o conselho administrativo, o conselho curador e conselho fiscal. O conselho curador representava a parcela da sociedade civil nas decisões da EBC, deliberando sobre a linha editorial e diretrizes artísticas, educativas e culturais dos veículos geridos pela EBC (CARTILHA EBC, 2009, p. 2). Na Lei de Criação, Art. 2º, inciso IX, ficou determinado que este conselho propunha a “participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira”, que, junto com a Ouvidoria²⁷, estariam promovendo e garantindo o caráter público da EBC.

O formato que até 2016 durava sete anos, correspondia a um conselho composto por 22 membros, dos quais 19 eram indicados pelo Presidente da República (quatro representantes dos Ministérios do Governo e 15 da sociedade civil), além de 3 do Congresso Nacional (um da Câmara dos Deputados, um do Senado e um eleito pelos trabalhadores da EBC). As reuniões do conselho deveriam acontecer ordinariamente a cada dois meses e de maneira extraordinária quando necessário e aprovado pela presidência da empresa. Ainda havia audiências e consultas públicas pelas regiões do país (CARTILHA EBC, 2009). A nova Lei, ao retirar o Conselho Curador, substituiu por um “Conselho Fiscal e um Comitê Editorial e de Programação” (BRASIL, 2017), que, por sua vez, teria a missão de contemplar representantes da sociedade civil, mas esse comitê jamais teve atuação concreta, tendo suas funções desaprovadas por Temer (STROZZI, 2020).

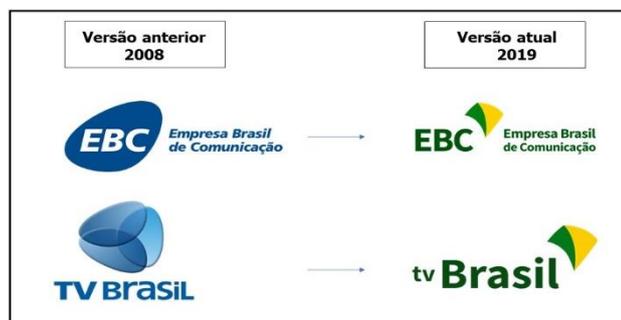
Em 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro, a Empresa Brasil de Comunicação foi novamente comprometida. Amparado na justificativa de que a empresa custa muito ao Governo e não tem audiência expressiva (PIERANTI, 2020), Bolsonaro assumiu o tom ameaçador contra

²⁷ A ouvidora atua recebendo as manifestações do público e mediando o diálogo deste com a empresa, além de fazer análises sobre os conteúdos produzidos pela EBC.

a EBC. Em seu primeiro ano de governo (em entrevista ao SBT²⁸, no dia 30 de maio de 2019), deixava claro sua intenção de até extingui-la. Em pesquisa, Pieranti investigou que esse discurso de alto custo é nada mais que uma “estratégia de desacreditar o projeto de radiodifusão pública” (PIERANTI, 2020, p. 09). A desvalorização da comunicação pública é percebida de tal forma que também o argumento de privatização esteve fortalecido na gestão de Bolsonaro, como uma “solução”. Em janeiro de 2020, o secretário especial de Desestatização, do Ministério da Economia, Salim Mattar, divulgou o calendário de empresas a serem privatizadas até 2022, e a EBC estava incluída na lista.

Parece, porém, que a investida em prol da extinção foi pausada e uma nova intervenção revelava as intenções desse governo, repercutidas nas adaptações graduais pelas quais passaram a logomarca e os conteúdos veiculados. A identidade visual da Empresa, bem como do principal veículo gerido por ela, a TV Brasil, foram alteradas para o padrão de logomarcas do então governo, e no novo lançamento, no dia 21 de novembro de 2019, passaram da cor azul para as cores verde e amarelo, representativas do Governo Bolsonaro, inspiradas na bandeira do Brasil, conforme verifica-se na imagem 1:

Imagem 1 - Mudança da logomarca da EBC e TV Brasil



Fonte: A autora (2023)

Conforme o Manual da Marca disponível no próprio site da EBC, a identidade visual tem as cores verde e amarelo em referência à bandeira nacional, “em tons que remetem à Pátria e à cidadania” (EBC, 2020). O símbolo se refere ao mapa do Brasil, com a união dos pontos extremos, buscando refletir, segundo a equipe de trabalho que compôs a marca, a missão da empresa em levar informação de qualidade a todos os brasileiros (EBC, 2020). As mudanças, no entanto, não foram somente visuais, pois o seu reflexo se estendeu à programação da TV Brasil que, após a fusão com a TV estatal NBR (através da Portaria-Presidente nº 216), em abril de 2019, proposta por Jair Bolsonaro, passou a trazer também programas de interesse do

²⁸ A entrevista está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yij7JmN2E4&t=835s>>.

executivo, como *flashes* ao vivo da Presidência da República e dos ministérios. Também faz parte da grade o programa “Agro Nacional” que apresenta o cenário de agronegócio do país. Outros detalhes de mudanças a partir da fusão são percebidas em:

Madeiro (2019) ressaltou que a programação da nova TV Brasil passou a ser interrompida, mesmo durante a veiculação de desenhos animados infantis, para a transmissão de atos ao vivo do governo federal, como, por exemplo, os alusivos à comemoração do Dia do Exército. Além disso, a emissora foi acusada de censurar seus próprios profissionais quanto à cobertura de determinados assuntos ou uso de termos específicos. Nesse sentido, por exemplo, “golpe militar” e “ditadura” estariam caindo em desuso para se referir ao regime político instalado no Brasil de 1964 a 1985. Conteúdos institucionais estariam também ocupando cada vez mais tempo do principal telejornal da emissora (PIERANTI, 2020, p. 10).

A fusão entre a TV estatal e a TV pública revela, ainda, o completo desconhecimento da função de cada uma delas, descumprindo, inclusive, o princípio constitucional da complementariedade (Art. 223), que determina a coexistência independente entre os três setores (privado, público e estatal) e não a junção dos dois últimos, como interpretou o presidente. Eugênio Bucci (2015) já alertava na apresentação de seu livro “O Estado de Narciso, a comunicação pública a serviço da vaidade particular”, que “a comunicação pública no Brasil virou um palanque partidário, um negócio lucrativo, uma passarela para a vaidade particular e, sem exagero nenhum, uma arma a serviço da guerra eleitoral” (BUCCI, 2015, p.13), justamente, porque já identificava, ainda na época em que a primeira edição do livro foi lançada, em 2015, que a comunicação pública há muito é utilizada como uma extensão do governo, em instância regional e nacional. Um ano depois do lançamento, os mais recentes acontecimentos alvejados contra a EBC e TV Brasil parecem ratificar a fala de Bucci.

A EBC, por ser empresa pública, na raiz patrimonialista, tem sido encarada como uma extensão do governo, dependente de quem assume o executivo, estando à mercê, portanto, da gestão e interesse do Presidente da República. É, mais uma vez, o fortalecimento da confusão entre público e privado e a utilização de um bem público a serviço do interesse particular porque trata-se de uma administração muito mais vinculada à concepção do Estado Patrimonialista e, assim, com uma base muito mais estatal do que pública, ferindo, por sua vez, o princípio de interesse público. É o que Bucci chama de Estado emissor, aquele que proclama, enuncia e emite as mensagens.

3.2.4 Radiodifusão hereditária

No Brasil, pode dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, **foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade.** E um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar – a esfera, por excelência dos chamados ‘contatos primários’, dos laços de sangue e de coração – está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós (HOLANDA, 1995, p. 146, grifo nosso).

Bem percebido por Holanda no trecho citado, o grande grupo que esteve e está em evidência na formação da sociedade brasileira, e principalmente da gestão pública, é a família. Este é um ponto importante para iniciarmos as discussões porque se refere ao primeiro “tipo” de organização para o exercício de poder na colonização do Brasil. A estruturação colonial evidentemente garantia muito poder e riqueza para uma parcela da população. Conforme citado no ponto 2.2.3, do capítulo anterior, a tradição brasileira colonial revela a distribuição de terras a famílias, no conhecido Sistema de Capitânicas Hereditárias. Os donatários, donos dos lotes, eram responsáveis por colonizar a capitania²⁹, fundando vilas e protegendo a terra de possíveis ataques, mas na prática as terras pertenciam à Coroa Portuguesa a quem devia ser destinado um quinto dos metais preciosos que fossem encontrados (VICENTINO; DORIGO, 2010).

Após o período Colonial, veio a Monarquia que continuou garantindo poder de pai para filho. Com a volta de Dom João VI à Portugal, seu filho Dom Pedro I assume o trono brasileiro como príncipe regente. O tão representativo grito de Independência, em 7 de setembro de 1822, mais importante feriado nacional, foi mais limitante do que emancipativo (VICENTINO; DORIGO, 2010a). Teve seus ganhos em formalizar a separação política com Portugal, elevando o Brasil ao *status* de país (antes, em 1815 o Brasil havia sido elevado à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves), mas ainda permaneceríamos com a Monarquia como regime de governo, conforme lembrado no ponto 2.2.3, no capítulo anterior.

Na contemporaneidade, vivenciamos no Brasil a Democracia Republicana e não mais o poder passado de pai para filho como constava no regime monárquico. Na perspectiva republicana baseada na política da transparência, presente nas constituições modernas, a

²⁹ Este é um modelo claro de apropriação de um espaço público como privado. Essa semelhança é vista também na mídia hegemônica brasileira já que as TVs e rádios são concessões públicas, mas que acabam sendo ‘privatizadas’ pelos grupos que as gerenciam.

opinião pública deve ser a fonte única e exclusiva de legitimação do Estado de Direito Democrático. Porém, ainda é perceptível que a família continua sendo o pilar político do nosso país, caracterizada pela participação de vários membros de mesmo parentesco em cargos políticos diversos e controlando a governabilidade de um estado, de uma região e do próprio país.

Observando a distribuição de poder político no Brasil com ligações familiares e fazendo correspondência com as capitâneas hereditárias adotadas na colonização do território brasileiro (LARANJEIRA, 2009), referimo-nos à oligopolização da mídia nas mãos de famílias como sendo “hereditário”, isso porque, desde quando as concessões foram distribuídas, têm permanecido nas mãos das mesmas famílias. A Rede Globo, fundada em 1965 por Roberto Marinho, hoje é comandada pelos filhos e é a principal emissora do país. O Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), de 1981, pertence a Silvio Santos e seus parentes trabalham na emissora: a esposa, Íris Abravanel é autora de telenovelas, Patrícia, Rebeca e Silvia são apresentadores de programas de entretenimento. Daniela, Renata e Cíntia são diretoras. A Record tem 66 anos de existência (1953) e pertence ao bispo Edir Macedo desde 1989. Sua filha Cristiane Cardoso e o esposo Renato Cardoso apresentam o programa “*The Love School*” (“A escola do amor”, em português) aos sábados. Cristiane também assumiu, em 2016, a supervisão de texto das novelas. Por fim, a Rede Bandeirantes, fundada em 1967, é do já falecido João Jorge Saad, hoje comandada pelo filho Johnny Saad. A radiodifusão hereditária, então, evidencia que as relações familiares ultrapassam a esfera privada e alcançam a esfera pública, assim, “a família continua sendo elemento central na vida privada e na pública” (AIRES; SANTOS, 2017, p. 27).

3.2.5 Mídia política

Apesar de a Constituição Federal de 1988, no Artigo 54, proibir que políticos (e aqui entendemos quaisquer profissionais políticos, deputados, senadores, governadores, prefeitos e vereadores) sejam “proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público” (BRASIL, 1988). Apesar dessa determinação, a associação de profissionais políticos como donos de veículos de comunicação é uma realidade no Brasil. Pela ausência de lei que regulamente esse ponto, permanecemos com as manobras inconstitucionais no setor de comunicação brasileiro.

O Coletivo Intervozes realizou uma pesquisa no ano de 2018 em 10 estados brasileiros (Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro

e São Paulo) e, naquele momento, havia 34 candidatos à eleição ou reeleição donos de emissoras de rádio e TV. Também é de conhecimento as afiliadas da Rede Globo ligadas a dois ex-presidentes do país: a Rede Mirante, no Maranhão, de propriedade de família de José Sarney; e a TV Gazeta, em Alagoas, pertencente a Fernando Collor de Mello. No campo das rádios, uma pesquisa de Venício Lima e Cristiano Aguiar Lopes, realizada em 2007, e divulgada pelo site “Observatório da Imprensa”, verificou, no período de 1999 a 2004, o total de 2.205 rádios comunitárias, identificando em 1.106 algum vínculo político.

Olhando inevitavelmente para as grandes emissoras, a Band tem história com a política porque João Jorge Saad era genro de Adhemar de Barros (PRP e PSP), ex-governador de São Paulo e quem deu a primeira concessão a Saad, em 1948. A Rede Globo, que não possui donos em cargos políticos, também tem destaque com afiliações políticas porque teve posição ativa em quase todos os governos presidenciais (INTERVOZES, 2018), inclusive se posicionando a favor da Ditadura Militar³⁰ e contribuindo para o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016 (SOUZA, 2016).

Também as ligações políticas não acontecem somente com relação a proprietários, mas a figuras políticas que têm participação em programas nas emissoras. Celso Russomanno (Republicanos), deputado Federal por São Paulo, é um exemplo forte pois desde 2015 tem presença fixa no quadro “Defesa do consumidor” do programa policiaisco “Cidade Alerta”, na Record. Mesmo não estando com programas no ar atualmente, João Dória foi governador de São Paulo (PSDB, 2019-2022), possui carreira televisiva apresentando na Band o programa “Sucesso”, na Rede Manchete o programa “Business”, na Rede TV o programa “Show Business”, além de ter apresentado os programas da Record “Aprendiz Universitário” (2010) e “Aprendiz Empreendedor” (2011), mais tarde estreando na BandNews o programa de entrevistas “Face a Face” (2015), saindo em 2016 por ocasião da pré-candidatura a prefeito de São Paulo. A carreira de apresentador certamente o ajudou a se consolidar como figura pública e forte influência nas eleições a que concorreu.

Nas cidades e estados brasileiros, os exemplos de apresentadores de TV ou rádio que se candidataram a algum cargo político se multiplicam: a título de exemplificação citamos Gilberto Júnior, ex-prefeito de Floriano -PI (Partido Socialista Brasileiro – PSB, 2012-2016), é

³⁰ O Grupo Globo, através do jornal “O Globo” declarou apoio à Ditadura Militar de 1964. Em 2 de setembro de 2013, o jornal “O Globo” e posteriormente a edição do telejornal “Jornal Nacional” se retrataram afirmando que o posicionamento editorial daquela ocasião foi “um erro”. É possível ver o trecho em que William Bonner relata esse reconhecimento de culpa em: <<https://globoplay.globo.com/v/2798447/>>.

apresentador do “Jornal da Noite” da TV Tropical, localizada na cidade de Barão de Grajaú, vizinha a Floriano. No Espírito Santo, o deputado federal Amaro Neto é apresentador do programa “Balanço Geral” na TV Vitória (afiliada da Record) desde 2009. No ano de 2012, ele chegou a apresentar o “Brasil Urgente” na Band Minas, em Belo Horizonte, mas retornou à Capital para disputar a eleição para prefeito, não se elegendo para esse cargo, mas garantindo em 2018 sua eleição para deputado federal como o mais votado do Espírito Santo com o total de 181.813 votos.

Dentre outros casos de políticos, agora como diretamente proprietários de mídias nas cidades e/ou estados brasileiros, podemos citar o ex-senador do Maranhão Roberto Rocha (PSDB) que é dono das rádios: Paranoá AM (MA), Rádio Capital do Maranhão (MA), Rádio Capital AM 1180 (São Luís, MA) e da TV Cidade (São Luís, MA). José Agripino Maia³¹, ex-senador pelo Rio Grande do Norte (Democratas – DEM), é proprietário da TV Tropical (RN), e das rádios FM Tropical 103,9, Rádio Libertadora 1430 e Rádio Ouro Branco 1360. E o ex-prefeito de Parapuã (SP) Antônio Alves da Silva, que é sócio da Fundação Barcarena de Comunicação e Assistência Social (PA), Rádio Clube AM (Teresina, PI) e TV Clube (PI).

3.2.6 Mídia e religião

A religião tem papel fundamental na história do Brasil. Desde o primeiro registro português em território (hoje) brasileiro, Pero Vaz de Caminha deu o primeiro nome a nossa terra: “Neste dia, a horas de véspera, havemos vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs nome – o Monte Pascoal e à terra – a Terra da Vera Cruz” (CAMINHA, 1500), fazendo referência à religiosidade cristã. No dia 26 de abril de 1500 era realizada a primeira Missa presidida pelo Frei Henrique Coimbra, dando início ao catolicismo brasileiro³².

³¹ A tradição política de José Agripino é de longa data. Ele é primo do ex-governador (1979-1993), senador (1987-1995), deputado federal (1999-2007) e deputado estadual (2007-2011) do Rio Grande do Norte Lavoisier Maia. Seu filho Felipe Catalão Maia é deputado federal. Agripino é primo do ex-prefeito César Maia cidade do Rio de Janeiro, e primo de segundo grau de Rodrigo Maia, ex-presidente da Câmara dos Deputados.

³² O cristianismo, em especial o catolicismo, permanece como a religião predominante no Brasil. Segundo o último censo nacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizado em 2010, 86,8% são cristãos, sendo 64,6% católicos, 22,2% evangélicos, 2% espíritas, 3,2% outra religião (que engloba as religiões de matriz africana, o candomblé, umbanda, as tradições indígenas e muçulmanos, budistas e judeus) e 8% declarados como sem religião ou agnósticos ou ateus.

Hallin e Mancini (2010) identificaram que uma força impulsionadora para concretização do modelo liberal de mídia nas sociedades europeias é o processo de secularização da mídia. Por secular, entende-se a separação entre os sistemas de mídia e as instituições sociais (partidos políticos, instituições religiosas, por exemplo), constituindo no “declínio de uma ordem política e social assente nestas instituições, e a sua substituição por uma sociedade mais fragmentada e individualizada” (HALLIN; MANCINI, 2010, p. 271). O termo secular, nesta perspectiva, ganha amplitude para associação com diferentes instituições, mas aqui queremos evidenciar a ligação com a religiosidade, significado primário do termo como “Aquele que não pertence a ordens religiosas” (AMORA, 2009, p. 664). Em caminho oposto, as instituições de comunicação brasileiras estão muito ligadas à religião.

O Brasil tem uma hegemonia de emissoras comerciais em que a religiosidade é um dos pilares. Desde os anos de 1980, o movimento é de forte presença religiosa na mídia, começando pela Record, terceira maior audiência televisiva nacional, cuja propriedade é do bispo Edir Macedo da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). O mesmo grupo possui, desde 1995, a Rede Aleluia de rádios com 64 emissoras e cobertura de 75% do território brasileiro (INTERVOZES, 2018).

Nesta seção, podem ser citados também os veículos que não são definidos como religiosos, mas que apresentam programação desse caráter. A Agência Nacional de Cinema (Ancine), divulgou em 2016 uma pesquisa identificando que o principal gênero transmitido pelas TVs abertas do Brasil era o religioso, com o registro de 21% do total da programação (AIRES; SANTOS, 2017). Nestes termos, a Rede TV apareceu em primeiro lugar com 43,41% de tempo dedicado a exibição de programas religiosos naquele ano³³. Sua programação é preenchida por cultos de diferentes congregações religiosas cristãs de denominação protestante³⁴: Igreja da Graça no Seu Lar (todos os dias, às 3h), Igreja Batista de Avivamento Mundial (de segunda a sexta, às 11h50), Igreja Internacional da Graça de Deus (de segunda a sexta, às 5h e 20h30, e no sábado, às 20h30), Igreja Universal do Reino de Deus (segunda a sexta, às 13h e 17h, nas quartas-feiras e quintas-feiras com um horário adicional às 8h30, sábados, às 6h e 11h, e domingos, às 10h), Assembleia de Deus no Brás (Sábado, às 12h) e

³³ Em segundo lugar está a Record, com 21,75%, seguida pela Band (16,4%), TV Brasil (1,66% e Globo (0,58%).

³⁴ Essa é a programação de 2023 disponível no site da RedeTV, em: <<https://www.redetv.uol.com.br/programacao>>.

Igreja Bola de Neve (domingos, às 2h30). Além do programa religioso Vitória em Cristo transmitido aos sábados, às 9h.

Também como emissoras não identificadas como religiosas, mas que transmitem programas deste caráter, podemos citar a Rede Globo que aos domingos transmite a Santa Missa Católica, às 6h, e a Band que, de segunda a sexta, às 6h, exibe o programa “Show da Fé” do missionário Romildo Ribeiro Soares, conhecido como “R.R Soares”, líder da Igreja Internacional da Graça de Deus. Apenas o SBT, dentre as cinco maiores emissoras comerciais do país, não possui programação religiosa fixa na grade atual, mas, ainda assim, em 2021, começou a exibir teasers nos intervalos com trechos bíblicos, um deles, em 12 de junho, com sugestivo apoio ao Governo: “Não critique o governo mesmo em pensamento e não critique o homem rico nem mesmo dentro do seu próprio quarto. Pois um passarinho poderia ir contar a ele o que você disse”, dizia o trecho do livro de Eclesiastes. Nas Televisões Públicas, a TV Brasil, principal emissora pública do país, transmite a Santa Missa aos domingos, às 8h, além de, a partir de 5 de abril de 2021, transmitir a telenovela bíblica “Os Dez Mandamentos”, sucesso da Record, sendo exibida de segunda à sábado, às 20h30. O custo da exibição equivale a R\$ 3.207.067,92, significando o valor de R\$ 13.252,35 por capítulo, financiado pela EBC.

De forma mais regionalizada, as emissoras de rádio têm se constituído como veículos potenciais para programas religiosos. É o caso, por exemplo, do Padre Reginaldo Manzotti que começou com o Programa “Experiência de Deus”, em setembro de 2004 e hoje está presente em mais de 1.500 emissoras de rádio no Brasil. Com o sucesso do programa radiofônico, a associação liderada pelo padre também possui, desde 2011, a TV Evangelizar. O líder é também escritor e cantor (mais de 1 milhão e meio de cópias vendidas em 12 CD’s e 4 DVD’s)³⁵.

A religiosidade também está fortemente presente no sistema político do Brasil atual. Na eleição de 2018, foram 195 deputados federais e 8 senadores compondo a Frente Parlamentar Evangélica³⁶ (ou mais popularmente chamada de Bancada Evangélica) que reúne políticos evangélicos de diferentes partidos políticos. Também podemos citar a ocasião da votação pela admissão do processo de impeachment na Câmara dos Deputados, em 17 de abril de 2016, quando o discurso dos parlamentares ressoava causas religiosas, da família e da boa ética. O deputado Marco Feliciano (PSC-SP), proferiu: “Com ajuda de Deus, pela minha família e pelo povo brasileiro, pelos evangélicos da nação toda, pelos meninos do MBL, pelo ‘Vem pra Rua’,

³⁵ Descrição completa sobre o Padre e a Associação “Evangelizar é Preciso” disponível em: <<https://www.padrereginaldomanzotti.org.br/padre/>>.

³⁶ Ver em: <<https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54010>>.

dizendo que Olavo tem razão, dizendo tchau para essa querida, e dizendo tchau ao PT, partido das trevas, eu voto sim”. Também é possível citar o discurso: “Pelos fundamentos do cristianismo”, proferido pelo Dep. Ronaldo Nogueira (PTB-RS); “pela honra da minha família”, disse a Dep. Geovania de Sá (PSDB-SC), “Com a proteção de Deus e em respeito à minha família”, pronunciou o Dep. Hélio Leite (DEMPA)” (RÊGO, 2019, p. 43). Ao todo, foram 52 menções a Deus (REBECHI, 2018) na justificação dos votos que aprovaram o processo de impeachment.

É relevante citar o governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro que teve como slogan: “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”. Em 16 de setembro de 2020, Bolsonaro publicou no Twitter: “O Estado é laico. Respeitamos a todos. Mas o nosso Governo é cristão”³⁷. Mais precisamente sobre a relação próxima do governo com a mídia religiosa, no dia 21 de maio de 2020, o ex-presidente se reuniu com proprietários de televisões católicas por videoconferência. A reunião foi transmitida pelo canal da TV Brasil no youtube³⁸ e registrou os pedidos de auxílio financeiro em troca de uma mídia positiva. Em contrapartida, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)³⁹ lançou nota repudiando esse encontro e afirmando o desconhecimento dessa reunião. Em pesquisa realizada pela Agência Pública, o governo passado, através da Secretaria de Comunicação da Presidência (Secom), gastou mais de 30 milhões em campanhas veiculadas em rádios e tvs de líderes religiosos que apoiavam o até então presidente.⁴⁰

3.3 As relações de poder no setor de comunicação e suas fronteiras borradas

Identificar que a governança e o nosso sistema de mídia têm sido controlados por famílias, religiosos e políticos, diagnostica fortemente a inconstitucionalidade do nosso sistema de mídia e a ideologia hegemônica que os meios de comunicação transmitem. Especificar estes três grupos de poder com relação aos meios de comunicação em “Mídia hereditária”, “Mídia Política” e “Mídia religiosa” é uma forma de evidenciar a presença particular das famílias, políticos e religiosos, respectivamente. Porém, essas relações estão em fronteiras cada vez mais borradas porque estão envolvidas umas com as outras. É comum na realidade da radiodifusão brasileira donos ou familiares ligados a políticos ou atividades políticas. A Igreja Universal do

³⁷ Possível de ser visto em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1306349474592194566>>.

³⁸ Ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=Mcj_PzrFby4>.

³⁹ Nota da CNBB na íntegra disponível em: <<https://www.cnbb.org.br/a-igreja-catolica-nao-faz-barganhas-afirma-nota-de-esclarecimento/#>>.

⁴⁰ Ver em: <<https://apublica.org/2020/06/governo-gastou-r-30-milhoes-em-radios-e-tvs-de-pastores-que-apoiam-bolsonaro/>>.

Reino de Deus, ligada à Record, como já citamos, é associada ao Partido Republicanos (antes chamado de Partido Republicano Brasileiro), unindo comunicação, política e religião. O Grupo Silvio Santos que, apesar de não ter políticos entre os donos, possui ligação política de outra natureza (INTERVOZES, 2018). Sua filha, Patrícia Abravanel, é esposa do deputado federal pelo Rio Grande do Norte Fábio Salustino de Mesquita Faria (Partido Social Democrático, PSD/RN). O político, que não tem formação em cursos de comunicação, esteve como Ministro das Comunicações do Brasil no Governo Bolsonaro, de 17 de junho de 2020 até 21 de dezembro de 2022.

Nas emissoras regionais brasileiras, também temos exemplos de ligação política associada a famílias. Roseana Sarney (Movimento Democrático Brasileiro - MDB), filha do ex-presidente José Sarney, que já identificamos como proprietário da Rede Mirantes, afiliada da Rede Globo no Maranhão, tem carreira política de longa data, tendo sido governadora do Maranhão por dois mandatos (1995-2002 e 2009-2014) e é sócia das radiofônicas “Mirante FM 96,1” (São Luís, MA), Rádio Alecrim (Caxias, MA), Rádio Verdes Campos (Pinheiro, MA) e TVs no Maranhão. A família Sarney tem forte ligação política estadual e nacional, bem como no setor de comunicação: Roseane é irmã de Sarney Filho (Partido Verde - PV), atual Secretário do Meio Ambiente do Distrito Federal e do empresário Fernando Sarney, presidente da Rede Mirante. Outro exemplo é o conglomerado de televisões afiliadas da Rede Globo e rádios, a “Rede Bahia”, passada de pai, o ex-senador Antônio Carlos Magalhães, para o filho também ex-senador Antônio Carlos Magalhães Junior e para o neto, ex-prefeito de Salvador (BA) Antônio Carlos Magalhães Neto.

Diante destes apontamentos, vamos retomar os quatro pilares de análise de Hallin e Mancini que abriram esse capítulo, mas com relação ao Brasil. De maneira simplificada, podemos identificar algumas características: i) **Estrutura dos mercados de mídia:** O Brasil possui uma alta circulação de jornais e produtos de mídia, com uma forte centralização e oligopolização midiática; ii) **Paralelismo político:** como apontado no item sobre Mídia Política, a comunicação brasileira demonstra uma forte ligação com políticos, inclusive com casos em que eles próprios são donos de veículos de comunicação. Portanto, podemos dizer que a mídia brasileira possui um alto grau de paralelismo político; iii) **Profissionalização do jornalismo:** nesta pesquisa não pretendemos realizar uma profunda análise sobre o grau de autonomia e regras profissionais dos jornalistas, mas em uma breve percepção percebemos que os interesses organizacionais possuem a tendência de influenciar as notícias; e iv) **Papel do Estado:** a mídia brasileira depende economicamente do Estado (AIRES; SANTOS, 2017). Não

somente de verbas em publicidade, mas, como as emissoras de radiodifusão são concessões públicas, o controle de fiscalização, que é de dever do Estado, fica comprometido: “O sistema organizacional da comunicação brasileira não deixa de ser um sistema de comunicação capitalista *comme il faut*, marcado pela aproximação entre Estado e mercado, pela exploração privada, pela concentração, pela articulação internacional” (AIRES; SANTOS, 2017, p. 17). Se nas emissoras comerciais há essa ligação, nas públicas há intervenções ainda mais fortes como a situação já citada anteriormente de intervenção na Empresa Brasil de Comunicação (EBC), empresa que gerencia os veículos de radiodifusão públicos.

O intuito não é o de exatamente enquadrarmos o sistema de mídia brasileiro em um dos três modelos de Hallin e Mancini (2010), mas o de demonstrar que cada país é um caso à parte, e a complexidade midiática brasileira requer um olhar mais apurado para a história. Não é possível igualarmos o Brasil a outros países, por exemplo os da Europa, pois cada país tem sua característica, sua organização comunicacional e o reflexo de suas próprias experiências. Inclusive, é importante mencionar que não consideramos uma solução a extinção de emissoras com programação religiosa ou da mídia comercial, por exemplo, porque há a relevância de conteúdo correspondente à diversidade da população brasileira. Porém, a problemática reside na hegemonia desses veículos e temas que se constituem em oligopólios e das associações de poder entre os grupos, sufocando a pluralidade necessária à existência de um discurso midiático democrático. Isso é ilustrado, por exemplo, quando percebemos que determinadas populações, como os negros, os orientais e os indígenas, com suas demandas, culturas e perspectivas, vivenciam uma desigualdade de espaço comunicativo, principalmente na radiodifusão aberta, circunstância sintomática da exclusão que ainda sofrem em nosso país. É necessário, portanto, indicar que haja oportunidade para que essa diversidade também possa emergir no campo comunicacional.

O que também se torna inevitável ao observar essas relações de poder são os discursos que as emissoras emitem, principalmente através do jornalismo. Todas essas relações políticas, religiosas e familiares certamente tem impacto direto no tipo de discurso e ideologia daquele veículo que decide quando um acontecimento é selecionado como notícia ou rejeitado e em como ele será abordado. Tanto como produtores ou consumidores de informação, devemos estar atentos a perceber a influência dessas relações na opinião pública. Aqui se aplica o famoso termo ‘*gatekeeper*’ (guardião do portão, em português) ou Mrs. Gates (WHITE, 2016), tão tradicional no campo do jornalismo para se referir ao jornalista que seleciona a notícia diante dos critérios de valor-notícia inseridos na linha editorial do veículo. Possivelmente podemos

relacionar que esse *gatekeeper* majoritário está no topo da empresa de comunicação, correspondente aos donos e associados no poder que desejam ter o controle não somente econômico, mas também discursivo de suas mídias, revelado, principalmente através do discurso jornalístico.

Um caso interessante da capacidade de influência do produto jornalístico, por exemplo, foi diagnosticado pela investigação feita por Silva e Rocha (2021) sobre a cobertura das manifestações do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff pelo Repórter Brasil. Os autores perceberam que o telejornal público apresentou um discurso contrário ao governo e ao Partido dos Trabalhadores, já que os manifestantes favoráveis à saída de Dilma tiveram maior espaço na narrativa. Foi identificada, portanto, a possibilidade de que, ao mesmo tempo que os jornalistas concursados usufruam de uma maior autonomia editorial na TV Brasil, foram influenciados pelo clima de opinião contrário ao Governo Dilma articulado pela mídia comercial, o que demonstra, a nosso ver, que os sistemas de mídia se complementam e podem se influenciar na arena simbólica da opinião pública.

Diante desses apontamentos, é fundamental, ainda, refletir sobre o fortalecimento da Rede Pública de Comunicação, não na perspectiva de competir com a poderosa mídia privada em termos de audiência, mas como um instrumento de conscientização e fortalecimento da reflexão crítica com a possibilidade, inclusive, de qualificar o público para exercer uma observação efetiva da qualidade da produção noticiosa da mídia de uma maneira geral, como defende John Dewey (2004, p. 155-156 tradução nossa):

A divulgação é de fundamental importância e, claro, é uma questão de arte. Certamente, um jornal que não fosse mais do que a edição diária de um periódico trimestral de sociologia ou ciência política teria uma circulação limitada e pouca influência. Porém, mesmo assim, a mera existência e acessibilidade de tal material teria algum efeito regulatório. Mas podemos aspirar a muito mais. O material teria uma relevância humana tão enorme e ampla que sua mera existência seria um convite irresistível à sua apresentação que teria detectado apelo popular.

4. DA EPISTEMOLOGIA DO JORNALISMO À ANÁLISE DO TELEJORNALISMO SOBRE A COVID-19 ENTRE OS INTERESSES PÚBLICO E PRIVADO

4.1 A quem interessa o jornalismo?

No tópico 2.5 do segundo capítulo sinalizamos a respeito da relevância do jornalismo na Democracia e já trazemos como argumento para a resposta à pergunta de abertura desta sessão esta constatação: o jornalismo é um potencial instrumento de formação crítica e de cidadania, cumprindo a tarefa de fortalecer os princípios democráticos. Molotch e Lesters (2016, p. 61) reforçam essa perspectiva uma vez que discutem sobre a necessidade das notícias na vida em sociedade e em como essa produção de conhecimento jornalístico impacta a opinião dos públicos: “As notícias são assim o resultado desta necessidade invariante de relatos do inobservado, desta capacidade de informar os outros, e o trabalho de produção daqueles que estão nos meios”. Gans (2003) esclarece ainda que as notícias possuem efeitos bastante característicos para a vida em sociedade para além do informativo, como o sentido de continuidade social, porque é justamente através da atividade jornalística que os cidadãos percebem que há uma ordem social que continua a existir, pois todos os dias temos acesso às notícias. Mas certamente um dos maiores efeitos da mídia está sobre a formação de opiniões: “A questão mais importante sobre os efeitos da mídia de notícias é seu impacto nas opiniões e ações das pessoas, e a resposta ajudaria a determinar o que a mídia poderia fazer pelo papel dos cidadãos na democracia” (GANS, 2003, p. 75).

Apesar de sua relevância, nem sempre o jornalismo foi visto com essa importância democrática e muitos menos o profissional jornalista como atuante neste processo. No campo de pensamento filosófico, o paradigma tradicional positivista elaborado por Auguste Comte, está sinteticamente fundamentado na ideia de que o conhecimento científico era o único com validação, defendendo, portanto, a teoria da verdade como correspondência. Esse pensamento acredita na possibilidade de um conhecimento puro e absoluto, repercutido no campo do jornalismo pela “Teoria do Espelho”, que pressupõe a notícia como um retrato fiel da realidade, credibilizado durante muito tempo e ainda em práticas atuais que consideram a objetividade, neutralidade e imparcialidade como norteadoras do dia a dia de uma redação de jornal.

Em contrapartida, o paradigma construtivista fundamentado na teoria consensual da verdade entende que os participantes da comunidade de comunicação desenvolvem significados

e participam de uma construção social e histórica de conhecimento. Essa visão, no jornalismo, vence a limitação que o positivismo impõe do individualismo, ou seja, de que o jornalista constrói a notícia unicamente consigo, desconsiderando a partilha de significados existente na sociedade.

É importante mencionar que o paradigma construtivista advém da base promovida pela guinada pragmática. Charles Peirce, pensador conhecido como “pai da semiótica”, é um dos grandes contribuintes da pragmática, observando, por exemplo, que o método científico busca atingir uma opinião verdadeira, mas a “verdade” é um empreendimento social, portanto, é pública. Depreendemos que o próprio conceito de verdade, a partir da concepção pragmatista, é estabelecido como provisório e dependente da inquirição que os interlocutores adquiram: “a verdade não será alcançável *hic et nunc* (aqui e agora); é algo que não se alcança, mas que, por intermédio do diálogo e da troca de argumentos, se vai continuamente alcançando” (GRADIM, 2011, p. 108), até que uma nova verdade seja estabelecida de modo contínuo. A formulação peirceana de pragmática entende que o significado das coisas consiste nas consequências práticas de sua aplicação. George Mead, também pragmático, ao observar o desenvolvimento da linguagem humana (descrito no item 2.1.1 do segundo capítulo) desde o *homo sapiens* no estabelecimento de símbolos de significado idênticos e a formação do outro generalizado (*me*), nos leva a perceber justamente “a validação intersubjetiva da comunidade de comunicação sobre o consenso sempre provisório das pretensões de validade sobre o que se pode ter como o racional, lógico, verdadeiro, justo e legítimo, levando em conta a incompletude do processo de semiose e o falibilismo, conforme teorizado por Peirce (GRADIM, 2006)” (ROCHA; GRADIM, 2020, p. 100).

A contribuição deste paradigma para o jornalismo nos leva a conceber a intersubjetividade jornalística, ou seja, não somente o jornalista é protagonista, mas existem diversos atores (fontes, personagens) e circunstâncias (espaço, tempo, contextos históricos, políticos, sociais etc.) que perpassam a notícia. Aliada a essa percepção, o construtivismo também não subestima a atuação do profissional desconsiderando sua interpretação e sua capacidade ética de contribuir com a Democracia, pelo contrário:

Na perspectiva construtivista, o jornalista assume o papel de articulador e mediador da discussão pública com o compromisso ético de contemplar a diversidade significativa das versões existentes na sociedade, mas, também, além disso, de posicionar-se diante das questões públicas de maneira assumidamente crítica, elaborando um juízo respaldado no conjunto de princípios morais para que a sociedade possa formar uma vontade política em que a opinião pública se constitua em tribunal da honra capaz de coordenar o

desempenho das instituições democráticas e ameaçar com o isolamento social as transgressões e desvios às normas e leis (ROCHA; GRADIM, 2020, p. 99).

Dessa forma, partindo do entendimento do valor do jornalismo para a Democracia, podemos avançar em responder à pergunta que abre o presente capítulo: “a quem interessa o jornalismo?”. Se o olhar for detido no sentido de interesse como “aquilo que é importante e útil”, sem dúvidas podemos relacionar ao povo. A utilidade das notícias na vida das pessoas está principalmente no auxílio da percepção do mundo em que todos nós estamos inseridos, na importância de fornecer informação e leitura crítica da realidade e a potencialidade de, através da informação jornalística, agir politicamente. O grande problema, no entanto, é que o sentido de interesse da mídia não está restrito à relevância e dimensão de alcance, mas há uma forte perspectiva de vantagem ou proveito dos grupos que estão no poder, principalmente quando olhamos para o mercado jornalístico. No capítulo anterior isso se fez claro pois destacamos os quatro principais grupos que comandam a mídia brasileira (famílias, religiosos, políticos e Estado) e que possuem “interesses” particulares bastante específicos. Aqui manifesta-se o embaraço de interesses presente no jornalismo, e até mesmo na própria Democracia.

A pergunta de abertura da seção, talvez, possa ser respondida a partir de outra: “no jornalismo, ou mesmo no exercício democrático, estamos a serviço de quem?”. Se o nosso jornalismo está a serviço de interesses particulares, logo interessa aos grupos privados; se está à serviço dos cidadãos, estará em benefício destes, sendo, portanto, público. Não é fácil, porém, traçar a distinção de uma forma que pareça “simples” pois envolve a complexidade da dualidade entre o que o jornalismo é feito para ser e dos impasses que o enreda. Isso é visto desde o paradigma positivista insistente da objetividade que parece sugerir atender à coletividade, mas camufla as reais intenções das empresas jornalísticas marcadas por outros propósitos corporativos e ideológicos distintos do interesse público. Como diz Schudson (2010), o jornalismo objetivista pretende ser a imparcialidade por excelência, quando, na realidade, se constitui na mais insidiosa das parcialidades ocultando as relações de poder e os privilégios das elites.

4.1.1 Os impasses empresariais e o discurso da objetividade disfarçado de interesse público (ou pseudo-consenso)

No campo de estudos do jornalismo, há muito são debatidos os entraves no percurso da profissão, envolvida principalmente pela disputa ideológica e financeira. As pressões de lucro e reduções de orçamento (GANS, 2003; ROSS, 2008) provavelmente são fatores que têm forte impacto sobre as notícias porque envolvem o constrangimento de atender aos interesses

comerciais em contrapartida aos ideais públicos. O desenvolvimento econômico e tecnológico, apesar de impactar positivamente permitindo que haja maior disseminação de notícias do que na antiguidade, também apresenta consequências graves sobre o fazer notícia, acarretando com que se tenha que produzir mais em menos tempo (ritmo industrial) e, ainda, promovendo uma espécie de cenário onde a conveniência comercial é percebida através do crescimento da publicidade na imprensa. Conforme nos relata Ross (2008), as “vacas sagradas” (termo utilizado pelo autor para se referir aos grandes patrocinadores dos jornais) são influenciadores diretos da notícia, principalmente porque nada que possa prejudicar essas empresas pode ser publicado. É preciso considerar que, muitas vezes, o interesse econômico é relevado em função do interesse maior do grande capital que monopoliza os grandes veículos e reproduz as condições de hegemonização de seu discurso ideológico que garante sua dominação. Habermas (1997) observa que a publicidade crítica na esfera pública poderia ter sido preservada caso, ao lado dos interesses econômicos das organizações empresariais, tivessem sido mantidas intactas as estruturas de uma esfera pública política.

Warren Breed (2016) aprofunda a interpretação de uma outra intervenção direta: a do publisher (proprietário do jornal), que, segundo o autor, é responsável por determinar as diretrizes para os jornalistas (staffers): “Na prática, verificamos que o Publisher estabelece a política informativa, a qual é, geralmente, seguida pelos membros do corpo redacional” (BREED, 2016, p. 213). A política editorial, em um primeiro momento, não é facilmente aceita se levamos em conta as normas éticas da profissão, a característica de maior liberalismo dos *staffers* em comparação aos *Publisher* e pelo “tabu ético” que, em tese, impediria que os chefes obrigassem os seus funcionários a aceitarem essas imposições. Ou seja, manter a reputação de comprometimento com a ética jornalística corresponde também a uma certa autoridade do público que impede a transparência de censura nas redações dos veículos pois a confiança da audiência estaria comprometida caso fosse perceptível esse desvio de valores éticos. Porém, Breed (2016) observa que a política editorial é interiorizada nos jornalistas de maneira sutil, promovendo certo conformismo com relação às normas de trabalho. A crítica proposta pelo autor é a de que o jornalista, envolvido na rotina produtiva, acaba por não discutir sobre a política editorial e tende a se conformar com ela.

Em consonância com essa discussão, Soloski (2016) aponta principalmente para os constrangimentos aos quais o jornalista está submetido. Este autor identifica que o profissionalismo é um mecanismo de controle, se constituindo como uma ideologia e, dentro do profissionalismo da função de jornalista está envolvido o conflito entre a perspectiva ética

da função e a perspectiva capitalista (lucro do jornal/emissora): “As organizações jornalísticas confiam na interação do profissionalismo e das políticas editoriais para controlar o comportamento dos jornalistas” (SOLOSKI, 2016, p. 133-134). Soloski (2016) ainda prescreve que “o profissionalismo jornalístico controla o comportamento dos jornalistas de dois modos relacionados: 1) estabelece padrões e normas de comportamentos; e 2) determina o sistema de recompensa profissional” (SOLOSKI, 2016, p. 138). O autor também registra o caráter ambíguo e contraditório da ideologia do profissionalismo jornalístico quando observa que, algumas vezes, ela é invocada pelos jornalistas para cobrar novas fontes e enquadramentos nas notícias em nome do pluralismo previsto na sua deontologia.

Neste mesmo sentido, é comum percebermos um agendamento econômico e/ou político em conformidade tanto aos patrocinadores quanto aos donos de mídia de maneira dissimulada: “O proprietário sagaz manterá o belo e impressionante engano de que dirige um jornal para influir na opinião pública, para depurar a política, para elevar a moral pública, etc” (ROSS, 2008, p. 91). O posicionamento dos proprietários e patrocinadores tende a impactar todo o discurso do veículo, porque atua diretamente nos critérios de noticiabilidade, na decisão e recorte dos editores e repórteres, chegando ao público conforme o padrão de interesse proposto por um pequeno grupo que possui interesses particulares.

A recepção da informação, no entanto, representa também uma outra dificuldade para o jornalismo, como bem observa Gans (2003), com relação ao desempoderamento que o jornalismo enfrenta a respeito do público, primeiro por redução, quando verificamos uma forte diminuição de leitores/telespectadores/ouvintes, o que leva a um declínio da circulação e do número de avaliações de determinado jornal; e, segundo, por rejeição, quando os cidadãos deixam de confiar nos veículos, sentindo que a mídia é tão indiferente a eles quanto o governo. Castells (2018) nos ajuda a esclarecer que a Democracia liberal tem passado por uma crise de legitimidade, ou seja, os cidadãos não se sentem representados pelos seus eleitos, fator que também tende a incidir na mídia, uma vez que esta é gerenciada pelos mesmos grupos de poder que observamos em nossa vida política.

Um debate pertinente é apontado por Robert Hackett (2016) quando discute a respeito de um forte embate presente na dinâmica da prática jornalística: a parcialidade *versus* a objetividade. Há uma compreensão normativa de que os jornalistas possuem o estrito dever de serem imparciais: “A objetividade tem sido definida como ‘lema’ e ‘pedra angular’ do jornalismo americano” (HACKETT, 2016, p. 148). O pressuposto de defesa deste pensamento

está ancorado na compreensão de que o jornalismo precisa refletir o mundo real de “maneira justa e equilibrada”, o que, por consequência, sugere a isenção de opinião do repórter. Tal pensamento ganha força pela perspectiva positivista que concebe a possibilidade de um conhecimento puro em que não haja interferências, distinguindo de forma absoluta o fato da opinião, ou seja, a interpretação dos acontecimentos imposta pela ideologia hegemônica como sendo a própria realidade e as demais interpretações desautorizadas como interessadas ideologicamente: “A concepção alternativa, de que a objetividade jornalística resulta numa visão imparcial dos fatos, está sujeita a muitas das mesmas críticas que têm sido dirigidas contra o positivismo em geral” (HACKETT, 2016, p. 154). Ainda mais, dá sustentação de que o jornalismo objetivo contempla o interesse público, porque, em teoria, estaria evitando que as notícias carreguem traços de subjetividade e interesse particular.

A objetividade leva a crer que os profissionais do jornalismo não interpretam ou opinam sobre o fato, prevendo um suposto “equilíbrio, ou a uniformidade, da cobertura noticiosa é o critério mais comum adaptado nos estudos sobre a parcialidade indubitavelmente porque os pontos de referência adequados nem sempre estão disponíveis e porque este critério está legalmente consagrado” (HACKETT, 2016, p. 150). Esse pensamento da imparcialidade é frequentemente debatido, fragilizado diante da perspectiva de que todo ser humano é parcial e atua compreendendo a realidade em que vive, interpretando-a, razão pela qual podemos afirmar prontamente que o jornalista não tem a possibilidade de reproduzir a realidade como um espelho.

Gaye Tuchman (2016) observa que esse ritual de compor a narrativa jornalística como objetiva e neutra é parte também de uma prevenção a ataques e críticas ao trabalho jornalístico. Ser “objetivo” corresponde a necessidade do jornalista se ater aos fatos (fato real como objeto da notícia) e a determinação das condições que sustentam esse fato: a objetividade que pressupõe neutralidade e imparcialidade. Essa crença parece associar a objetividade como um parâmetro de qualidade para o produto jornalístico. Existe, então, nessa engrenagem entre emissor e receptor no processo da comunicação jornalística, uma expectativa do lado da audiência em receber a notícia verdadeira e relevante e, da parte do jornalista, o compromisso com os fatos como “eles são”. Tuchman ironiza a forma como os jornalistas referem-se à objetividade comparando a sua cientificidade à do camponês mediterrâneo que coloca um colar de alhos no pescoço para afastar espíritos malignos. No caso do jornalista, a autora diz que pretende afastar a possibilidade de acusações de parcialidade.

Em conformidade com essa discussão, Schudson (2010) observa ainda que o fato é sempre formado diante de um panorama cultural, histórico e social em que existe um juízo predominante sobre o acontecimento, distinguindo-se da opinião somente por uma questão de gradação da interpretação. O autor, citando o pensador da área de relações públicas Ivy Lee, observa justamente que a objetividade e a pressão pelo ‘fato’ jornalístico mascaram os interesses particulares:

A própria noção de “fato”, ele considerava suspeita: “O esforço para estabelecer um fato absoluto é simplesmente uma tentativa de alcançar o que é humanamente impossível; tudo o que posso fazer é lhe dar a minha interpretação dos fatos”. Lee negava implicitamente que o desinteresse fosse possível, para um indivíduo ou instituição. “Todos nós”, disse ele, “estamos inclinados à tentativa de pensar que o que serve aos nossos próprios interesses seja também do interesse geral. Estamos muito propensos a enxergar tudo através de óculos coloridos conforme nossos próprios interesses e preconceitos” (SCHUDSON, 2010, p. 159).

Não há chance, portanto, de entender a notícia como uma transmissão fiel do real. A própria seleção dos acontecimentos, a condução da narrativa, as influências da rotina produtiva, dos donos e anunciantes (incluindo a possibilidade da existência de partidatismo político e interesses econômicos envolvidos) e até da recepção pela audiência contam com a opinião e interferência de agentes diversos na produção do texto noticioso: “Um tal enquadramento não é necessariamente um processo consciente por parte dos jornalistas; pode muito bem ser o resultado da absorção inconsciente de pressuposições acerca do mundo social no qual a notícia tem que ser embutida de modo a ser inteligível para o seu público pretendido” (HACKETT, 2016, p. 174). Caminhando neste mesmo sentido, concordam Hallin e Mancini (2016, p. 413) sobre a circunstância de que “os *media* não estão afastados dos processos sociais refletidos no conteúdo das notícias”.

Isso quer dizer que o jornalista percebe a realidade e a envolve de subjetivismo, moldando-a pela cultura da sociedade a qual ele está inserido, pela rotina produtiva e pelo seu próprio conhecimento, experiências e ideologias. Portanto, o repórter, imerso em discursos e perspectivas, imprime à notícia essas características, evidenciando que a objetividade pura, idealmente imaginada, não só na prática é inalcançável, como se constitui em instrumento de opressão, censura e desvalorização da mediação cognitiva do jornalista e sua interpretação dos fatos da realidade social. O repórter pode e deve estudar bem o fato, trazer diferentes olhares e perspectivas (GANS, 1979), reproduzir uma narrativa coerente sobre o acontecimento e, assim, cumprirá com sua função social de informar e permitir a experimentação da realidade (MOTTA,

2017) para o leitor/telespectador/ouvinte, que, ao receber o discurso, também produzirá sua própria compreensão da realidade.

4.1.2 O Telejornalismo e sua centralidade na discussão

De todos os veículos de comunicação, a televisão continua sendo o grande destaque. Como aparelho, é fortemente presente, compondo, inclusive, o cenário doméstico. A TV alcança esse status porque possui características que a tornam tão querida quanto inclusiva, percebida em sua capacidade de informar sonora e visualmente, fator que permite o acesso à informação pela maioria, sem que esta precise dominar a leitura ou escrita, por exemplo. Seguindo o pensamento de Daniel Gambaro e Gisele Ferreira (2012), além disso, seja por abrangência do aparelho e das emissoras de televisão, seja pelo investimento em conteúdos diversificados atingindo o repertório da média dos telespectadores, o fato é que a TV exerce um certo encanto sobre o espectador que pode encontrar diferentes conteúdos de entretenimento, ficção, educativos, jornalismo, infantil, criando uma ligação identitária entre os programas e seus telespectadores. Neste sentido, ainda, outro autor que tem como frente de pesquisa a televisão, o francês Dominique Wolton (1999) destaca a capacidade televisiva em constituir um laço social, ou seja, de agregar diferentes públicos que a assistem: “Se a televisão não existe, muita gente sonharia em inventar um instrumento capaz de reunir todos os públicos. Isso é o que é a unidade teórica da televisão. Sua importância é, portanto, tão grande política quanto socialmente” (WOLTON, 1999, p. 16).

O recurso de unir áudio e imagem é o grande potencial da televisão, depois vivenciado também pelo ambiente da internet. O telejornalismo, conseqüentemente, tem por essência o benefício desses recursos que proporcionam ao telespectador a experiência a partir da percepção dos sentidos da visão e audição, atuando com o efeito de, "se eu ouvi e vi, eu presenciei o acontecimento", ou pelo menos de que sabe o que ocorreu, chegando à possibilidade de gerar a compreensão de que os acontecimentos abordados não são editados, são a própria realidade. O telejornal ao transmitir, por exemplo, determinado acontecimento, permite que o público tenha acesso a algo que de outra maneira não teria, seja porque aconteceu anteriormente (no passado) ou em outro lugar do mundo (distância territorial), mas que pelo audiovisual nos mantém aproximados.

Desse modo, percebemos a dimensão de atualidade no telejornalismo, conforme Vizeu (2005) identifica quando, ao operar enunciativamente fundamentado nas perspectivas da atualidade, o noticiário televisivo estabelece forte vínculo com a audiência. O público acredita que o que está sendo mostrado corresponde ao que aconteceu naquele momento, mesmo que o telejornal, apesar de ser transmitido e conter flashes ao vivo, seja composto predominantemente por notícias que aconteceram ao longo do dia. É possível dizer que “a temporalidade do noticiário não é uma cronologia, ou seja, não é uma medida do tempo que reproduz, como um espelho, o tempo do fato; é uma temporalidade produzida” (VIZEU, 2005, p. 120). Assim,

Procura-se estabelecer uma cumplicidade com a audiência (o co-enunciador), oferecendo uma representação do mundo real que é produzido na própria ordem da informação, busca-se criar um *efeito de real*, indicando-se explicitamente para cada informação a referência que o constitui. É o *presente social*, um tempo difuso, mediado entre o passado e o futuro, convertendo todos os tempos no presente em que o telejornal convida a audiência a atuar” (VIZEU, 2005, p. 121).

É importante ainda apontar a dimensão histórica, característica do jornalismo e meios de comunicação em geral. A atuação desses meios corresponde a um registro dos acontecimentos através das épocas, o que favorece um acervo da memória do país e do mundo, permitindo que hoje e no futuro possamos ter acesso a acontecimentos passados e que a atualidade também esteja documentada para posteriormente.

Importante como registro de passado, mas fundamental para o conhecimento de mundo atual é o que o noticiário televisivo demonstra graças a sua dimensão de referência e de compreensão do mundo porque “os telejornais cumprem uma função de sistematizar, organizar, classificar e hierarquizar a realidade” (VIZEU; CORREIA, 2008, p. 14). Neste sentido, também é possível afirmar, conforme já identificado em estudos de Vizeu e Cerqueira (2018) que o telejornal possui uma importante função pedagógica. Na defesa deste argumento, Cerqueira (2018) relaciona o telejornalismo com a pedagogia freiriana, percebendo que o jornalismo, de maneira especial o telejornalismo, não se refere a uma didática de professor e aluno em sala de aula, muito menos os substituindo, mas sim sobre uma didática própria de conhecimento do mundo, compreendendo o telejornalismo como um campo de saber. Ele postulou três dimensões básicas da função pedagógica do telejornalismo, aqui sinteticamente apontadas: a dos saberes, sendo tudo aquilo que atua na construção da notícia, o comportamento e decisão dos jornalistas; da linguagem, relativo aos signos de conhecimento compartilhável; e dos dispositivos didáticos, se referindo à produção das reportagens que buscam fazer da complexidade dos acontecimentos do mundo um enredo compreensível.

E todas essas perspectivas presentes no telejornalismo convergem para a sua grande dimensão política. Dada sua relevância como referência de mundo e atualização do que ocorre, atuando pedagogicamente, o telejornal corresponde a uma espécie de “praça pública” onde estarão sendo apresentadas as informações mais relevantes do cotidiano dos cidadãos e que, uma vez informados, podem atuar politicamente: “No Brasil, os telejornais se constituem na contemporaneidade como (um)a nova praça, onde significativa parcela da população brasileira celebra senão o único, ao menos o mais importante encontro cotidiano com informações de caráter jornalístico” (COUTINHO, 2012, p. 21)

As notícias, conforme observa Gans (2003), podem ter efeito nas opiniões e ações das pessoas, mas também nas instituições e na sociedade em geral. No telejornalismo, por exemplo, é possível identificar esses efeitos aos quais se refere Gans (2003), como o “efeito cão de guarda” quando os telejornais atuam como vigilantes, expondo ilegalidades e violações. Os jornais televisivos atuam de acordo com os “efeitos políticos gerais”, cobrindo os eventos políticos e declarações governamentais, atestando a atividade jornalística como parte da vivência política, garantindo que o processo político esteja sempre visível. Nesta perspectiva, reforçam-se os “efeitos eleitorais”, comunicando sobre o evento das eleições e o que as antecede, principalmente quando acontecem as entrevistas e/ou debates entre os candidatos à presidência, no caso dos telejornais de alcance nacional, ou aos candidatos a prefeito e governo nos telejornais locais/regionais. Por fim, apontamos ainda os “efeitos de visibilidade”, referindo-se à exposição de tudo aquilo que é de interesse público, principalmente a trazer sempre em pauta o acompanhamento deste governo que foi eleito.

Partindo de todas essas considerações a respeito da relevância do telejornalismo e fundamentada na perspectiva de que nem o jornalismo, nem a televisão e de forma redundante o telejornalismo podem se constituir como instrumentos neutros na produção de conteúdo, razão pela qual olhar para seus conteúdos e perceber como os interesses são acionados torna-se primordial para entendermos se estão cumprindo seu papel democrático.

4.2 Democratizar, o que isso quer dizer?

Desde 1988, com o processo de redemocratização brasileira, assumimos o caráter de uma república democrática. Avançamos em direitos políticos para os cidadãos, principalmente o voto universal a toda pessoa acima de 18 anos e de forma facultativa aos 16. Porém, isso não representa suficientemente a plenitude que uma Democracia pressupõe, pelo menos no avanço

das reflexões e percepções atuais, quando parece uma consciência geral saber que só o voto não faz de uma Democracia legítima. “Quanto mais se insiste na fórmula clássica da Democracia de baixa intensidade, menos se consegue explicar o paradoxo de a extensão da democracia ter trazido consigo uma enorme degradação das práticas democráticas”, já diziam Boa Ventura de Souza Santos e Leonardo Avritzer (2002, p. 40) no livro “Democratizar a Democracia”.

As crises põem em xeque a certeza do ideal democrático e democratizar as instituições tem sido o maior desafio dentro de uma sociedade que almeja a consolidação do Estado de Direito Democrático. É fato que não basta instituir a Democracia formal sem promover atitudes de democratização e, aqui se tratando mais especificamente do setor de comunicação, esse passo ainda não se constituiu firme. Há muito se fala em democratizar a mídia, com esforço de estudiosos e mobilizações políticas direcionadas nesse sentido, mas há uma dificuldade prática de tirar do papel as propostas para a concretização desse processo de democratização. Em 1991, como tentativa, foi criado o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e, nos 30 anos desde seu surgimento, o FNDC já propôs inúmeros debates fundamentais para pensarmos a Democracia dos meios de comunicação. Da mesma forma, em 2009, foi realizada a primeira e única Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) que avançou nos debates, aprovando cerca de 700 propostas que levam em conta a regulamentação da mídia, participação da sociedade civil, mas que jamais foram executadas.

Os principais debates atuais sobre “Democratizar a mídia” abrem algumas frentes de investimento no esforço, principalmente, de:

- i) *Promover maior diversidade e participação popular*, pensando na perspectiva de soberania popular a que a Democracia propõe. Nenhuma população é única e, em se tratando do Brasil, país de ampla diversidade de raças, etnias, credos, posicionamentos políticos, vivências históricas e sociais, não há como reduzir a uma narrativa de “povo” única. Trazer essa diversidade seria um dos pilares fundamentais para democratizar a mídia. Segundo a perspectiva de Democracia Deliberativa habermasiana, observam Rocha, Correia e Tellería (2016), essa diversidade e participação popular requer a criação de fóruns públicos onde seria possível perceber as demandas e produzir interesses generalizáveis. É fundamental para a Democracia que a pluralidade de vozes presentes na sociedade esteja representada no espaço jornalístico e comunicativo das emissoras de radiodifusão, jornais e internet. Dessa forma, não basta aparentemente promover a fala de fontes divergentes, mas sim garantir a multiplicidade de versões

significativas (HERMAN, 2016) sobre os acontecimentos, ou seja, perspectivas múltiplas e incluindo versões e fontes, inclusive, tradicionalmente excluídas, permitindo, portanto, que o público elabore conclusões a partir da diversidade trazida na informação.

- ii) *Acesso à informação a todos os públicos*, pela percepção de direito humano e democrático à comunicação, previsto, inclusive pela nossa Constituição Federal de 1988. Isso implica pensar como as informações chegam às pessoas e se alcança às necessidades da população. Aqui entram debates pertinentes sobre os níveis de alcance tecnológico, a desigualdade de acesso à internet e a promoção de conteúdos inclusivos a pessoas cegas e com surdez, público ainda não completamente favorecido pela mídia brasileira.
- iii) *Transparência*, que aumentaria a credibilidade e confiança da população com a mídia, cuja relação hoje também se agrava. Castells (2018) e Gans (2010) observam o processo de descredibilização da mídia e do desempoderamento do jornalista, respectivamente, por perda de audiência e sentimento de indiferença da mídia quanto aos problemas públicos. A transparência da mídia pressupõe “descortinar” as relações de propriedade da mídia, permitindo que os cidadãos saibam e conheçam sobre quem comanda e as posses de determinado grupo de mídia, tornando mais acessível esses dados ao público. Alguns coletivos e iniciativas de observatórios da mídia atuam no enfrentamento da ocultação de dados sobre a propriedade e participação nas mídias, como o Intervozes e a Organização Repórteres sem Fronteiras que, em parceria, produziram uma investigação aprofundada no “Relatório de Monitoramento da Propriedade de Mídia” desses aspectos divulgada em 2018⁴¹.
- iv) *Combate à censura é fundamental para a Democracia*, pois se refere ao princípio da liberdade de expressão. No Brasil, não somente na ditadura tivemos o registro de ações censuradoras, embora seja o período que conhecemos como de forte repressão e violência, percebida muitas vezes contra as iniciativas midiáticas, jornalísticas e de artistas da música e televisão que tentassem questionar os militares. A censura na imprensa já foi embasada juridicamente no Brasil durante o Império, com a Carta de Lei de 2 de outubro de 1823, depois com a Lei nº 2.183/1953, na República Velha e posteriormente com a conhecida Lei da Imprensa (lei Nº 5.250/1967) proposta na ditadura, no Governo Castello Branco. No Regime Democrático, uma legislação como

⁴¹ Ver em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/destaques/transparencia/>>.

essa já não cabe e vivemos um avanço com relação a censura nos meios de comunicação e etapas de suas produções, mas a pauta de democratização observa principalmente a possível censura velada provocada pela interferência de proprietários e anunciantes no controle de conteúdos e seus enquadramentos que possam favorecer os seus interesses privados ao invés do público.

- v) *Pluralismo de informação*: Essa perspectiva assume a posição de que, se há uma diversidade de públicos, também seus temas e pautas precisam estar presentes na mídia, sendo abordados com ética profissional e de maneira democrática, ou seja, trazendo as várias “verdades” (MOTTA, 2008). Este conceito de múltiplas verdades é bastante interessante porque percebe -se que não há uma verdade absoluta, mas percepções para cada público e a comunicação seria esse campo de exposição e mediação: “A mídia só se transformará em um espaço público democrático, representativo da pluralidade da sociedade, se as várias verdades e pontos de vista antagônicos forem simultânea e permanentemente tornados públicos e acessíveis”, já que “Não há só uma verdade, seja ela científica, jornalística ou do senso comum. Todas as versões de verdade são relativas, nenhuma delas é absoluta” (MOTTA, 2008, p. 37).
- vi) *Promoção de mídias contra-hegemônicas*, inserindo, neste sentido, o fortalecimento da Rede de Comunicação Pública como forma de produzir discursos alternativos à mídia privada, favorecendo, portanto, o fortalecimento da comunicação pública, do jornalismo independente, das mídias comunitárias.
- vii) *e a regulamentação da mídia*, sendo este o carro-chefe dos debates sobre democratização. Por toda a concentração de propriedade de mídia que resulta também em uma hegemonia ideológica e discursiva dos meios, tema debatido no panorama apresentado no capítulo anterior, a melhor solução tem sido exposta como uma regulamentação que prevê a resolução das demandas do Capítulo V da Constituição Federal, evitando a concentração e promovendo a inclusão de temas voltados à sociedade. A regulação viria para solucionar também os temas apontados acima, mas principalmente na ação de promover leis e mecanismos de fiscalização contra a oligopolização da propriedade de mídia.

Cada um dos pontos evidencia a sua importância e reunidos potencializam o ideal de comunicação democrática, mas não encerram o debate em si mesmos, principalmente com a grande dificuldade em tornar as leis executáveis na realidade brasileira. Na verdade, reforçam a perspectiva que este trabalho defende: a de perceber o papel do jornalismo no fortalecimento

democrático, uma vez que potencialmente a atividade jornalística pode (e deveria) concentrar em si boa parte desses eixos (pluralidade, diversidade, transparência, narrativa contra-hegemônica). Essa afirmação, inclusive, já foi introduzida nesta tese a partir do pensamento de Herbert Gans (2003), quando o autor defende o papel das notícias no fortalecimento democrático. Neste momento, defende-se mais propriamente que a democratização da comunicação deve passar necessariamente pelo jornalismo porque este possui um compromisso com a ética da comunicação. O jornalismo possui o potencial de fortalecer a autoridade do público e empoderar a cidadania quando admite uma postura moral pós-convencional e não se prende à perspectiva discutida anteriormente onde uma suposta “objetividade” pretende estabelecer preceitos e reproduzir privilégios: “Os privilégios das elites são reproduzidos nas deliberações articuladas pelo jornalismo através dos procedimentos da objetividade, de forma mais restrita no modelo de acesso interno, em que são levados em conta exclusivamente os interesses e a “lógica” da estrutura de poder” (ROCHA; GRADIM, 2019, p. 105).

Tal reflexão nos permite recordar o pensamento de Gans que denuncia o desempoderamento do cidadão observado na contemporaneidade, nas duas instâncias: econômica e política. No primeiro caso, a população está submetida a uma máscara de crescimento econômico que acontece às custas da precarização do trabalho e baixos salários das classes mais desfavorecidas. Tudo isso é ainda agravado pela redução ou mesmo eliminação de direitos trabalhistas, como pensões, seguros de saúde etc., e repercute na própria qualidade de vida do cidadão que, na ausência de acesso básico a serviços, deixa de ter uma garantia de boa alimentação, de cuidados preventivos de saúde e ingresso à educação de todos os níveis (básica, técnica, superior). O desempoderamento político não existe à parte do econômico, mas estão imbricados de forma que se torna perceptível que os mais desfavorecidos economicamente tendem a ter direitos políticos sucumbidos, com índice, inclusive, de votar com menor frequência (GANS, 2010).

O esforço de reflexão é expor o “cabo de guerra” (GANS, 1979) que existe entre os interesses públicos e privados que no jornalismo se manifestam claramente entre a disputa de atender os objetivos dos proprietários, das fontes e do público:

Os cabos de guerra, no entanto, são resolvidos pelo poder; e é, entre outras coisas, “o exercício do poder sobre a interpretação da realidade”. O poder é exercido por todos os participantes na transmissão de informações; está também em evidência dentro da organização noticiosa, que é hierarquicamente organizada (GANS, 1979, p. 81-82).

Em meio a esse “cabo de guerra”, o jornalista possui o desafio de demonstrar mais força na negociação e proporcionar o que Gans chama de “mídia de notícias multiperspectivas”, onde a prioridade “é eliminar os contínuos preconceitos raciais e de classe nas notícias, de forma que as minorias étnicas e raciais, bem como as pessoas de renda moderada e baixa, não sejam mais vistas pelas lentes dos brancos e estereótipos de elite ou denunciadas apenas quando dão as costas aos métodos tradicionais ou cometem crimes” (GANS, 2003, p. 103, tradução nossa). Esse é o registro de Gans sobre a necessidade de notícias multiperspectivas que contemplem a realidade e expectativas de outras classes, etnias, gêneros e grupos subalternizados, constituindo-se num fluxo de informações noticiosas de baixo para cima.

Como já discutido que não há possibilidade de o jornalista ser imparcial, uma vez que nossa natureza humana é preenchida de intencionalidade. O jornalismo democrático precisa admitir essa característica, assumindo posicionamentos, respeitando os direitos humanos e valores éticos da profissão. Isso garante a honestidade no tratamento da notícia, localizando sua ideologia para o público. Gans (2003) e Breed (2016) identificam que o jornalista pode e deve ser resistência contra os limites impostos pela política editorial, tornando-se capaz de tornar sua produção noticiosa mais legítima.

A concentração midiática inevitavelmente repercute no jornalismo, uma vez que, como bem observa Stuart Hall et al (2016), os jornalistas possuem uma tendência em reproduzir discursos dominantes fruto das relações de poder existentes na própria sociedade e no âmbito da rotina produtiva jornalística que, situada em um cenário de oligopólio, tende a ceder às “pressões práticas de trabalho constantes contra o relógio e as exigências profissionais de imparcialidade e objetividade” combinando-se “para produzir um exagerado acesso sistematicamente estruturado aos media por parte dos que detêm posições institucionalizadas privilegiadas” (HALL et al., 2016, p. 316). A construção discursiva da notícia é interrompida, na maioria das vezes, pelo viés econômico, direcionado pelo lucro proveniente dos donos e patrocinadores. A realidade de concentração midiática só poderia ser mudada a partir de políticas públicas e de Governos que propusessem leis e fiscalização da propriedade de mídia, mas é possível vislumbrar iniciativas jornalísticas independentes, públicas, comunitárias que buscam de forma mais explícita se desprenderem de amarras dos proprietários e anunciantes e produzir um jornalismo mais voltado às demandas dos cidadãos. O desafio do jornalista, mesmo em mídias privadas, é, portanto, construir os sentidos entendendo que seu principal alvo é atingir o interesse público, defendendo a coletividade.

4.3 Composição dos critérios analíticos: posicionamentos entre interesses públicos e privados

Todo o esforço ao redor deste debate sobre público e privado, a imbricação destes para a Democracia e a atividade jornalística converge para este momento: traçarmos metodologicamente os caminhos para identificar se, como e até que ponto estamos indo enquanto telejornalismo brasileiro para contribuir com a formação democrática de direito, percebido a partir dos dois principais representantes privado e público: o Jornal Nacional e o Repórter Brasil, respectivamente. Fato este que nos permite afirmar que a análise metodológica qualitativa aqui proposta partirá da perspectiva de investigar os posicionamentos nos dois telejornais analisados a fim de perceber a predominância dos interesses público ou privado a partir da análise crítica da narrativa midiática. Para a montagem de uma estrutura metodológica, contamos principalmente com Gonzaga Motta (2017, 2008, 2005), em sua perspectiva de Análise Crítica da Narrativa. O autor nos fornece elementos para olhar o produto jornalístico de forma atenta e detalhada, observando sua implicação na reprodução ou transformação da ordem estabelecida na sociedade.

Partamos, então, imediatamente para a perspectiva de que as notícias são discursos narrativos (MOTTA, 2017) porque “relatam dramas e tragédias humanas: incidentes, catástrofes, conflitos, conquistas e derrotas de personagens diversos que contêm propriedades narrativas e, paradoxalmente, induzem à narratividade” (MOTTA, 2017, p. 225). Fica claro quando direcionamos à tessitura da notícia e percebemos os elementos narrativos, como os personagens (fontes, entrevistados, pessoas citadas), o espaço onde o acontecimento existiu, o tempo e suas especificidades já que, em geral, a notícia é escrita no presente ou o telejornal é exibido ao vivo pretendendo causar o efeito de presentificação, mas os acontecimentos narrados já se passaram. Além desse direcionamento, nota-se um roteiro (*lide*)⁴² presente no fazer notícia que situa o acontecimento em um “quem”, “quando”, “onde”, “como” e “por que”, além da hierarquização e seleção das informações.

Motta (2017) nos conduz à compressão de que essa narratividade advém de uma experimentação da realidade, em contrapartida às perspectivas de uma narrativa como representação da realidade (teoria do espelho) e como instituição da realidade, ratificando,

⁴² *Lide* é a primeira parte da notícia onde devem constar as informações mais relevantes do acontecimento. Por isso, deve responder as seis perguntas: o que, quem, quando, onde, como e por quê. Em conformidade com o *lide*, a estruturação do texto jornalístico segue um formato de “pirâmide invertida” justamente porque o mais importante encontra-se no topo e a sequência são informações consideradas hierarquicamente menos destacáveis.

portanto, a argumentação sobre percepção de intersubjetividade jornalística e negação à concepção positivista de objetividade. A narrativa jornalística como experimentação implica dizer que todos nós estamos em contato com o mundo e sua complexidade, e, neste processo, estamos continuamente experienciando e estabelecendo referências e interpretando os acontecimentos. O jornalista, assim, vivencia esse processo e o “imprime” na notícia: “Jornalistas (...) sabem que os homens e mulheres vivem narrativamente o seu mundo, constroem temporalmente suas experiências. Por isso, exploram com astúcia e profissionalismo o discurso narrativo para causar efeitos de sentido” (MOTTA, 2005, p. 2).

Gonzaga Motta (2005; 2013) ainda aponta para uma situação interessante do fazer jornalístico que o difere das narrativas de romances literários ou filmes: a continuidade da história. As notícias são variáveis porque podem possuir períodos curtos ou longos a depender do que se tratam. Se for uma notícia mais factual, principalmente, teremos apenas uma abordagem mais determinada daquele dia, como um fragmento parcial. Em outras notícias, temos a continuidade, dia após dia de alguma cobertura sobre tema relevante. Seja qual for, a análise da narrativa jornalística precisa identificar a “serialidade temática”, ou seja, um encadeamento narrativo cronológico pois isso nos permitirá “compreender o tema como síntese (compreender a diegese ou projeção de um mundo a partir do enredo e das sugestões que dele emanam” (MOTTA, 2005, p. 4). Motta assumidamente dedica-se à análise pragmática e constata que o processo de análise deve considerar a interação entre os interlocutores porque a narrativa, em especial a notícia, corresponde a um processo de constante comunicação:

Na análise pragmática da narrativa a atenção desvia-se da relação narrador-texto para a relação comunicativa narrador-narratário, para o jogo entre as intencionalidades do narrador e as interpretações e reconhecimentos da audiência. A perspectiva é outra, a atenção desloca-se do texto como unidade estática para a relação comunicativa intersubjetiva. O texto torna-se apenas o nexos de uma atividade interativa entre dois interlocutores (narrador e narratário) que realizam um processo, um ato comunicativo. O enquadramento ou abordagem jornalística são analisados como parte da estratégia comunicativa (MOTTA, 2005, p. 12).

Motta descreve que a narrativa pode ser analisada a partir de três instâncias:” 1) plano da expressão (linguagem ou discurso; 2) plano da história (ou conteúdo); 3) plano da metanarrativa (tema de fundo) (MOTTA, 2013, p. 134)”. O Plano da expressão se refere à materialidade da linguagem, seja ela verbal ou não, observando a estrutura do texto, recursos visuais, sonoros e gestuais, enquanto o plano da história tende a perceber as representações, ou seja, os significados que aqueles elementos sugerem (intriga, conflitos, papéis dos

personagens). O plano da metanarrativa é mais profundo na perspectiva de desvendar o tema de fundo, cultural e ideológico, ou seja, a moral daquela narrativa (o que ela quer ensinar/persuadir). Nenhum dos planos é prevalente sobre o outro, na verdade coexistem na intenção de significar para o interlocutor.

Diante da narrativa jornalística, então, Motta, em seu livro “Análise crítica da narrativa” (2013), sugere sete caminhos para a condução da análise no interior desses planos de expressão, estória e metanarrativa, aos quais ele chama de movimentos. O primeiro movimento do analista é “**compreender a intriga como síntese do heterogêneo**”, ou seja, identificar o acontecimento (intriga) e como ele se conecta em uma sucessão da história que é contada, referindo-se aos recursos que são utilizados para a organização das partes. A ênfase, neste primeiro movimento, é de observar os aspectos ligados ao plano de estória, mas sem esquecer os outros dois planos, evidentemente. Motta recomenda que a narrativa seja lida e relida quantas vezes for necessária para a compreensão dos encadeamentos básicos:

O analista precisa decompor e recompor a história com rigor e identificar suas partes componentes, as sequências básicas, os pontos de virada ou inflexões essenciais, os limites dos episódios parciais, as conexões entre eles, os conflitos principais e secundários, o protagonista e o antagonista principais e seus adjuvantes, como o enredo organiza a totalidade, e assim por diante, a fim de compreender como o narrador compôs a sua estória na situação de comunicação (MOTTA, 2013, p. 141).

Para facilitar essa atividade de releitura, o autor recomenda que seja feita uma síntese da estória⁴³, conhecido pelos roteiristas como “storyline”, consistindo em um resumo para observar os pontos de virada, conflitos, ironias e tudo que possa ser importante na condução do acontecimento-intriga (MOTTA, 2013). A narrativa precisará ser constituída de marcos que identifiquem um início, meio e fim. No jornalismo, quando o acontecimento está em andamento, como é o caso do recorte da nossa pesquisa, será preciso que o analista sinalize a sequência de corte justificando a sua decisão (MOTTA, 2013).

Conhecendo bem a narrativa, é possível partir para o segundo movimento que consiste em “**Compreender a lógica do paradigma narrativo**”. Motta (2013) esclarece que o narrador utiliza estratégias para persuadir seu público. Por isso, buscar entender qual o objetivo/intencionalidade do narrador é fundamental e isso é possível a partir da identificação das articulações temporais, ações, surpresas, tensões e o clímax da narrativa: “A lógica da

⁴³ O autor utiliza recorrentemente o termo estória, que se refere às narrativas populares ficcionais.

narrativa está na conexão de uma ação ou sequência por causa da outra, não uma depois da outra (Aristóteles); está no encadeamento lógico, verossímil, possível (MOTTA, 2013, p. 148)”.

Motta menciona neste movimento autores estruturalistas, especialmente Todorov em sua proposição metodológica de entender a intriga a partir de uma estrutura de cinco pilares: “1) estado inicial de equilíbrio; 2) força perturbadora; 3) desequilíbrio; 4) força antagônica; 5) restauração do equilíbrio” (MOTTA, 2013, p. 153), entendendo que os acontecimentos são postos na narrativa para movimentá-la, saindo de um estado de tranquilidade para uma perturbação e, posteriormente, uma resolução. Também é um passo recomendável observar os marcadores espaço-temporais (dêiticos) porque eles permitirão identificar uma espécie de “linha do tempo” da narrativa e sua condução.

O terceiro movimento tem como objetivo **“deixar surgirem novos episódios”**. A narrativa é constituída por partes, como capítulos que se interrelacionam e formam a completude da história. O analista deve compreender esses episódios e, em sua análise, novos episódios podem surgir porque já se trata de uma nova história “recontada”. Segundo o autor, os episódios se constituem como unidades temáticas intermediárias, “semanticamente coesas, que relatam ações ou conjunto de ações relativamente autônomas (motivos) e correspondem às transformações e progressões no transcorrer da história, conectadas ao todo no qual significamente se inserem” (MOTTA, 2013, p. 160). Motta recomenda que esses episódios sejam nomeados pelo analista a fim de facilitar a identificação. Deixar surgirem novos episódios “pode revelar como o narrador dispõe estrategicamente personagens, cenários, incidentes, conflitos, tensões, fracassos e conquistas” (MOTTA, 2013, p.160).

O quarto movimento diz respeito a **“permitir ao conflito dramático se revelar”**. O conflito é, segundo o autor, um dos principais aspectos a ser considerados na análise da narrativa, porque “(...) o conflito dramático é o frame cognitivo (enquadramento, perspectiva, ponto de vista)” por meio do qual o narrador organiza a difusa e confusa realidade que pretende relatar” (MOTTA, 2013, p. 167). É o conflito que guia a narrativa porque é o grande provocador de ações planejadas para resolvê-los. Esse conflito, seja ele psicológico, ideológico, religioso, político etc., ao ser identificado, conduz o olhar a fim de perceber os confrontos de lados e interesses na notícia. O autor reforça que não necessariamente há um único conflito na narrativa, mas que, em geral, existem outros:

Os conflitos dramáticos narrados nas estórias se originam, portanto, em conflitos sociais e psicológicos de origem econômica, política, ideológica, religiosa etc. São continuamente apoderados pelo discurso narrativo como um

frame demarcador da realidade a ser recortada e contada. A presença preponderante de certo tipo de conflito em um determinado relato não exclui a existência de outros tipos: há em geral mais de um conflito superposto a outros em uma única estória. As disputas que se desenvolvem ao nível da estória são conflitos diegéticos, que mantêm acesas as perguntas tipo o que vai acontecer no próximo capítulo ou episódio?”, “que lado vencerá?”, “quem sairá ganhando e quem sairá perdendo?” (MOTTA, 2013, p. 168-169).

O quinto movimento se refere à **“personagem: metamorfose de pessoa a persona”** porque é preciso identificar os atores presentes na progressão da narrativa. O movimento anterior de identificação dos conflitos nos auxilia também a perceber quais papéis cada personagem assume (protagonista, antagonista, herói, anti-heróis, ajudantes etc.). Motta chega a citar Reuter (2002) ao refletir que “as personagens vivem e realizam as ações, são elementos-chave na projeção da estória e na identificação dos leitores com o que está sendo narrado: toda estória é intriga entre personagens” (REUTER, 2002 apud MOTTA, 2013, p. 173). A escolha das personagens, segundo Motta, revela também como o narrador quer comunicar os próprios sentimentos e desejos. No caso da narrativa jornalística, é ainda mais singular porque traz pessoas reais, que vivenciaram o acontecimento, mas, ao adentrarem na narrativa noticiosa, passam a ser personagens movimentados para compor o objetivo do narrador/jornalista, entre ações de protagonismo e/ou antagonismo, com características que nos aproximam ou distanciam deles: “O analista deve partir do pressuposto de que mesmo quando a personagem tiver um correspondente na vida real, um ser humano de carne e osso, ela desempenha na sua representação funções de personagem ou figura de papel” (MOTTA, 2013, p. 190). Assim posto, o mais relevante nas análises da narrativa é perceber como cada personagem⁴⁴ é representada.

O sexto movimento é o das **“estratégias argumentativas”** evidenciando o papel do narrador que, no caso do jornalismo, é marcadamente discreto, camuflado pela utilização de recursos da linguagem (jogos de linguagem, significações, como se constrói o efeito de real) e que esse manuseio é sempre carregado de intencionalidade. A busca é, então, de desvendar a chamada retórica narrativa (arte do convencimento): “Toda narrativa é um permanente jogo de efeitos de real (veracidade) e outros efeitos de sentido (a comoção, a dor, a compaixão, a ironia, o riso, etc.), mais ou menos exacerbados pela linguagem dramática” (MOTTA, 2013, p. 196).

⁴⁴ No jargão jornalístico, a personagem geralmente se refere a algum caso (pessoa ou grupo) que ilustre a matéria, enquanto a fonte seria aquela que fornece informações sobre determinado acontecimento ou assunto. Mas, a nível de Análise Narrativa, não haverá essa distinção. Qualquer pessoa citada e trazida à cobertura, é constituída como personagem.

O autor destaca que esse é um movimento a ser realizado simultâneo aos outros porque as marcas argumentativas sobressaem a cada parte da narrativa.

As narrativas utilizam dois tipos de estratégias, segundo o autor: (i) a de produção de efeitos de real, onde o narrador utiliza recursos para causar a impressão de realidade (expressões de temporalidade, territorialidade, condições de verdade). Na narrativa jornalística, esses efeitos estão, por exemplo, no uso de referenciais do “aqui” e “agora” da notícia; ii) e estratégias de criação de efeitos estéticos de sentido, percebidos no interior da narrativa, que direcionam a compreensão da narrativa para efeitos como de espanto, medo e compaixão, na tentativa de induzir o interlocutor a ter esses tipos de percepção.

Enfim, o sétimo movimento aponta para **“permitir às metanarrativas aflorar”**, destacando que toda história está envolta de um fundo moral e ético, assim como a moral de fábulas. No caso da notícia, mesmo que ela pareça pretender uma isenção, na verdade, está envolvida em uma base cultural, política e social, como já discorremos anteriormente neste mesmo capítulo da tese. “Os jornalistas só destacam fatos da realidade como notícia porque esses fatos transgridem algum preceito jurídico, ético ou moral, algum consenso cultural. A notícia representa sempre uma ruptura em relação a algum significado estável” (MOTTA, 2013, 205-206). É preciso, então, que o analista perceba as particularidades que direcionam a defesa de pontos de vista do narrador e, neste caso, que refletem a ideologia das emissoras de televisão.

Esta é uma visão geral do pensamento de Motta (2013), o primeiro e fundamental passo para constituirmos metodologicamente o nosso caminho. Já entendemos que estamos lidando com narrativas que nos permitem contemplar a sua natureza e os elementos que estão inseridos na notícia (atores, o enredo, o narrador, a intriga, os contextos, o encadeamento das ações). Os passos para a análise da narrativa, conforme afirma Motta (2013,) não precisam estar necessariamente presos a uma teoria estruturalista que estabelece critérios únicos a serem seguidos. Fato que levou o autor a declarar que

(...) o analista, mesmo principiante, não deve sentir-se constrangido com os rigores das propostas formais e consolidadas da literatura, nem temer ser metodologicamente criativo. Deve buscar caminhos próprios, até porque a narratologia está ainda em processo de gestação. Todo analista deve trazer para suas abordagens e procedimentos operacionais iniciativas imaginativas - desde que elas sejam bem justificadas, coerentes em relação ao problema de pesquisa e pertinentes em relação ao objeto (MOTTA, 2013, p. 119).

Seguindo estes conselhos, formaremos nossos critérios para uma análise da narrativa unindo algumas perspectivas: a narratologia de Motta (2005, 2013), as reflexões sobre

diversidade significativa de versões (Herman, 2016), o jornalismo multiperspectiva de Gans (2003) e o enquadramento em Mauro Porto (2002).

4.3.1 Critérios para a análise da narrativa

Somos motivados nesta pesquisa a olhar para a narrativa telejornalística e dela coletar todas as partes que a constituem e perceber como fazem sentido entre si, conforme refletimos mais acima nos movimentos que Motta (2013) sugere e que nos ajudarão nas análises. Essa análise da mídia é crítica porque pretende evidenciar o exercício de olhar analítico, em busca de um parecer sobre o objeto a ser estudado. É deste ponto de partimos e considerando que a análise crítica da narrativa consiste num processo complexo porque envolve um método/caminho a ser seguido.

A análise crítica pragmática da narrativa, a qual Motta (2013) desenvolve, oferece um caminho promissor para alcançar os objetivos de nossa tese porque é a partir do olhar para a narrativa que conseguiremos “observar a coconstrução de significações da comunicação narrativa, [e ainda] como as pessoas compreendem, representam e constituem argumentativamente o mundo através dos atos de fala narrativos intersubjetivos” (MOTTA, 2013, p. 129). Dessa forma, pretende-se

Analisar e compreender como as pessoas contam argumentativamente estórias umas às outras em uma relação recíproca, em que há jogos de poder, estratégias, astúcias, hierarquias, dominação e colaboração, avanços e recuos, permanentes negociações discursivas enfim. Nessa perspectiva, o discurso narrativo é visto como uma textura de sentenças e de categorias socialmente estabelecidas que opera como um autêntico sistema de significações culturais e políticas que opera como um autêntico sistema de significações culturais e políticas mediante o qual os significados são intersubjetivamente entretecidos e coconstituídos, as práticas sociais organizadas, e mediante o qual as pessoas representam e compreendem a realidade em contexto (MOTTA, 2013, p. 230).

Estamos lidando com um gênero jornalístico particular, o telejornalismo, que exige a consideração de suas características, já que principalmente seu formato envolve uma espécie de “gramática” própria a partir dos recursos de imagem e áudio e suas relações entre si. Na materialidade das telenotícias, observaremos fundamentalmente os aspectos seguintes.

1) Composição Visual Cênica do Telejornal e Imagética da Reportagem: como estamos lidando com o produto feito para televisão, as imagens fazem parte do conjunto de telenotícias. As imagens comunicam e é preciso verificar não somente “que” imagem/vídeo é exibido, mas

também “como”: “estudar a linguagem televisiva significa analisar o modo como a televisão produz sentidos combinando imagens, palavras e outros elementos da narrativa audiovisual, assim como as regras estabelecidas no texto para as relações entre produtores e receptores” (BECKER, 2012, p. 242). Além de observar o que compõe o telejornal voltado à dinâmica visual, ou seja, como a composição visual do cenário comunica sua expressividade (cores, vinheta), nosso olhar estará voltado a dois aspectos fundamentais dentro da perspectiva imagética: os recursos gráficos (que imagens ou recursos, como infográficos, mapas etc. aparecem) e a edição, que pressupõem uma sequência imagética combinada ao áudio que constrói, enfim, a narrativa “final”.

2) Aspectos Verbais e Expressivos: Precisamos valorizar a comunicação verbal no telejornalismo. A narrativa não é composta apenas por imagens (apesar de ser um gênero jornalístico que estimula o visual), mas a verbalização é tanto quanto relevante na construção dos sentidos. Cavenaghi (2013) chama atenção para a gestualidade e verbalização dos atores discursivos. Então, as análises também levarão em conta como o âncora, os repórteres e as fontes estão verbalizando a mensagem, concentrando atenção na entonação, postura, velocidade de fala, nas palavras utilizadas e repetições.

É neste sentido que formaremos a nossa análise observando esta materialidade a partir de critérios dispostos em dois eixos fundamentais.

a) Eixo 1: Critérios relacionados à abordagem temática (MOTTA, 2008; 2013)

Além de toda a reflexão sobre a narratividade jornalística e os movimentos de análise, Motta (2008), em um outro texto com título “Crítica da Mídia: da resistência civil ao desenvolvimento humano”, estabelece uma ampla reflexão sobre critérios de análise relativos à abordagem temática, primeiro aspecto apontado por ele e que também assumimos ser relevante em nossa investigação. Primeiro porque a abordagem temática leva em conta a verificação de contextos e em como a condução da narrativa se estabelece. Não há, em nosso entendimento, como investigar um texto jornalístico sem que tenhamos a percepção daquilo que o cerca: as circunstâncias e o encadeamento de informações que constroem sentidos. Esse é, inclusive, ponto comum entre diferentes metodologias. Da análise do discurso, da análise de conteúdo, da semiótica, da análise crítica do discurso, cada método a seu modo investiga necessariamente este ponto: contextos cognitivos, sociais, históricos que interferem e estão presentes no discurso, signo ou narrativa jornalística.

A abordagem temática, além de perceber o “elemento” contexto, busca perceber como é conduzido e que posicionamentos são acionados nesta condução. Motta (2008) chama atenção para a verificação da presença de preconceitos, estereótipos ou prejulgamentos que possam estar sinalizados, mesmo que implicitamente, na cobertura jornalística. Também aponta que é importante verificarmos se na condução da narrativa estão apresentadas as causas (antecedentes) e efeitos (consequências) sociais do evento narrado e se está posto de forma clara e didática para o público, além da possibilidade de recomendações para solução das questões apresentadas, caso seja pertinente (MOTTA, 2008).

Com base no aporte teórico-metodológico de Motta (2005, 2008, 2013) de seus movimentos analíticos e da importância do contexto, propomos guiar as análises com foco de atenção nos seguintes aspectos:

- Apontar o contexto social, histórico, político do acontecimento;
- Verificar se a cobertura apresenta o acontecimento situado ao seu contexto histórico, social e político ou se o desvincula desse ponto;
- Identificar se há polarização entre os atores mencionados;
- Observar a presença de infográficos, gráficos e/ou tabelas, estatísticas que contextualizam a informação e se há clareza e pertinência desses elementos;

b) Eixo 2: Critérios relacionados à diversidade de fontes e perspectivas

Aliado ao eixo 1, o segundo eixo se direciona diretamente à perspectiva de promover o acesso à múltiplas visões sobre determinado tema, o que favorece à democratização da comunicação. Para tal embasamento, estamos apoiados em alguns autores que nos fazem refletir sobre esse aspecto de forma específica. O primeiro que citamos é Edward Herman (2016) que traz em seus argumentos o conceito de “diversidade significativa”, como sendo justamente as integrações de uma pluralidade real (ou seja, de fato incluída e não disfarçada) e expressiva. Esse aspecto no jornalismo é bastante delicado porque temos uma prática recorrente em que as notícias (principalmente baseadas na perspectiva objetivista) não podem conter a opinião e que, a rigor nem precisam cumprir com o alardeado preceito de trazer os dois lados opostos do acontecimento, pois o seu significado é concebido como correspondente à própria realidade do fato. Essa atitude muitas vezes esconde que a escolha de fontes e de como a história será contada depende de fato do narrador (jornalista) e que essa decisão passa até mesmo por

possíveis censuras dissimuladas da política editorial que impedem o favorecimento à diversidade: “Assim, se apenas um conjunto de assuntos ou fatos é posto à disposição da população em geral, quer por censura tática ou oficial, a condição de diversidade significativa não é satisfeita (HERMAN, 2016, p. 295).

A perspectiva que pressupõe um possível “pluralismo” ou controvérsia interpretativa no jornalismo quando ele cumpre a tarefa de “ouvir os dois lados” foi agregada à ideologia do profissionalismo jornalístico pelos jornalistas e pelo público, mas pode não satisfazer a ideia de diversidade de versões. Sobre isso, a epistemologia positivista da objetividade, em sua essência, ao partir explicitamente da distinção entre fato e opinião, entende o fato como aquele que se constitui na interpretação da ideologia dominante naturalizada, considerada como a própria realidade, desautorizando, portanto, qualquer outra interpretação.

A diversidade significativa não é representativa quando, na prática recorrentemente observada, uma notícia pretende simular que integra lados contraditórios a fim de simular um pluralismo inexistente. A diversidade não significa exatamente trazer uma suposta polarização de um lado pró e outro contra, ou simplesmente representar através de certa quantidade de fontes que aparecem. Herman não chega a tocar na perspectiva de justiça ou equidade dessa diversidade, aspecto este que cremos também ser interessante de observarmos. Temas que envolvem direitos humanos e Democracia, por exemplo, não requerem exatamente um lado a favor ou contra de debate com igual espaço de fala. Para ficar mais claro, quando se fala de racismo, não é possível admitir que haja um argumento defensável a seu favor, afinal seria incorrer em crime numa notícia. Mas é diferente quando falamos de uma reforma na previdência, por exemplo, em que, na cobertura, uma pluralidade de discursos poderia analisar sob várias óticas o tema, de modo a favorecer nossa compreensão com argumentos a favor e contra. Cada assunto é algo específico e por isso a análise deve considerar temas, contextos e abordagens.

Nesta direção também caminha a reflexão de Gans (2003) sobre um jornalismo multiperspectivas, onde sejam eliminados preconceitos e estereótipos e haja a inclusão de profissionais jornalistas nas redações que possam promover a diversidade (mulheres, negros, jornalistas de diferentes origens socioeconômicas). Há sugestões práticas para que as notícias possam admitir essa característica quando proporcionamos a inserção de abordagens e participações das agências e variadas instituições (grupos como sindicatos, associações, sociedade civil). Em segunda condição, a abordagem das notícias precisa estar direcionada “de

baixo para cima”. Isso quer dizer que as notícias sobre políticas, por exemplo, não contariam somente com uma abordagem de altos funcionários, mas sim de demais cidadãos porque, afinal, todos somos impactados por esse tema. As notícias multiperspectivas pressupõem ainda trazer informações de interesse de setores da sociedade e envolver as suas demandas mais específicas, tornando-se também mais representativas das opiniões e ideologias dos cidadãos. Idealmente, notícias multiperspectivas englobam fatos e opiniões refletindo todas as perspectivas possíveis. Na prática, significa dar lugar a pontos de vista não representados, fatos não relatados e populações não representadas ou raramente referidas:

O formato convencional da história também mudaria. Quando várias perspectivas devem ser levadas em consideração sobre um determinado tópico, as histórias naturalmente se tornam mais longas. Além disso, os jornalistas seriam obrigados a organizar essas perspectivas e, em alguns casos, relacioná-las e interpretá-las; conseqüentemente, a análise de notícias seria necessária com mais frequência. Quando as notícias contêm maior diversidade de opinião de fontes, comentários jornalísticos adicionais também podem ser desejáveis, permitindo assim a jornalistas posicionamentos pessoais e de defesa em organizações de notícias nacionais. No processo, as notícias se tornariam mais ideológicas, com a diversidade ideológica explícita substituindo a quase uniformidade implícita que agora prevalece (GANS, 1979, p. 314-315).

A essência do jornalismo multiperspectiva é ao mesmo tempo um dos grandes desafios do jornalista porque requer que o profissional saia da “limitação” de recorrer somente a fontes que conhece ou que estão em concordância com o seu pensamento a ser defendido. Ao invés disso, o profissional deve “aprender a escolher entre todos aqueles que existem” (GANS, 1979, p. 320). E este é um ponto a ser observado em nossas análises: será que as fontes e personagens citadas na notícia representam a diversidade/multiperspectiva ou somente reforçam o ponto de vista dominante?

Neste sentido Gans refuta, categoricamente, a epistemologia positivista da objetividade que, desautorizando a sua cognição e desempoderando a sua função social, nega ao profissional o direito de se posicionar, pois os jornalistas

(...) geralmente ainda são obrigados a excluir suas opiniões. Se eles pudessem injetar suas opiniões, eles poderiam aplicar seu julgamento pessoal em suas reportagens e análises, permitindo-lhes avaliar o que relataram. O resultado seria uma opinião informada, e se repórteres com diferentes perspectivas e valores fossem solicitados a fornecê-la, e suas diferenças fossem explicadas, o público noticioso se beneficiaria com a diversidade resultante (GANS, 2003, p. 100, tradução nossa).

Toda essa reflexão também vem ao encontro do pensamento de Herman (2016) quando observa que a Democracia se satisfaz quando temos nas notícias uma diversidade significativa de versões que contemplem diferentes perspectivas sobre determinado acontecimento:

Primeiramente, os assuntos selecionados para serem focados pelos meios de informação devem englobar todos os temas que sejam de interesse substancial para a maioria da população. Em segundo lugar, quando há uma série de fatos plausíveis e sistemas de interpretação que têm relação com um tema, todos esses fatos e sistemas devem estar disponíveis para inspeção pública (HERMAN, 2016, p. 295).

Essa perspectiva, segundo o autor, corresponderia à oferta de diversidade significativa pelo jornalismo, capaz de fornecer diversas interpretações sobre aquilo que é noticiado, favorecendo, assim, o ambiente democrático. Porém, Herman (2016) também observa que há circunstâncias que dificultam essa diversidade, com o foco, muitas vezes, em interesses particulares: “A autocensura, as forças do mercado e as normas das práticas noticiosas podem produzir e manter uma perspectiva particular tão eficazmente como uma censura formal do Estado” (HERMAN, 2016, p. 296). Ainda segundo ele, essas dificuldades impostas acabam gerando duas outras situações:

Se apenas um conjunto de assuntos ou fatos é posto à disposição da população em geral, quer por censura tática ou oficial, a condição de **diversidade significativa não é satisfeita**. Ou se temas, fatos e perspectivas que se desviam da perspectiva geral estabelecida estão confinados aos limites dos *media* e não chegam ao grosso da população, o resultado é o que pode ser chamado de **diversidade sem sentido ou ‘marginalizada’**” (HERMAN, 2016, p. 295, grifos nossos)

Essa classificação apontada por Herman conversa com a teoria de enquadramento observada em Mauro Porto (2002), que também nos ajuda a dimensionar a diversidade de versões na narrativa jornalística. Porto já nos esclarece que ainda não existe um consenso estabelecido por parte dos pesquisadores entre as diferentes áreas do conhecimento (psicologia, comunicação, sociologia) no que diz respeito a uma definição de enquadramento, mas é possível observar algumas recorrências para chegarmos a um ponto comum dentro das diferentes perspectivas, conforme se dedica o pesquisador. Vamos inicialmente a essa definição.

Mauro Porto (2002) resgata o conceito clássico de Erving Goffman, tido como o primeiro articulador de uma teoria do enquadramento. Segundo ressalta Porto, Goffman entende “enquadramentos como os princípios de organização que governam os eventos sociais

e nosso envolvimento nesses eventos” (PORTO, 2002, p. 78), ou seja, a partir dos acontecimentos geramos marcos interpretativos sobre eles.

Goffman utiliza o termo “quadros” para essa seleção interpretativa, entendendo que a compreensão que temos de mundo precede as histórias que contamos, especialmente no jornalismo. Ou seja, essa interpretação determinará quais acontecimentos os repórteres irão selecionar para se tornarem notícias e como eles serão contados. Em nosso dia a dia, estamos sempre enquadrando a realidade a partir da nossa percepção que é envolvida também por tantas outras percepções resultantes da vida em sociedade:

Pressuponho que as definições de uma situação são elaboradas de acordo com os princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e nosso envolvimento subjetivo neles; quadro é a palavra que uso para me referir a esses elementos básicos que sou capaz de identificar. Esta é a minha definição de quadro. Minha expressão “análise de quadros” é um *slogan* para referir-me ao exame, nesses termos, da organização da experiência. (GOFFMAN, 2012, p. 34)

Essa capacidade jornalística de compreender a complexidade de eventos à nossa volta e organizá-los é o que o autor chama de jornalismo sociológico “que procura interpretar desde as mudanças superficiais na experiência indireta comercialmente disponível até à natureza de nossa sociedade em geral” (GOFFMAN, 2012, p. 39).

No campo da comunicação, Porto aponta Gay Tuchman (1978) como sendo a impulsionadora da visão sobre o enquadramento como definidor da construção da realidade pela notícia. Importante dizer que neste pensamento e nas definições que se seguem, o enquadramento não está necessariamente ligado a uma manipulação no sentido negativo do termo, mas em um direcionamento inevitável que todos nós estabelecemos ao atribuir sentido a nossas experiências.

Gitlin (1980, p. 7 apud PORTO, 2002, p. 80) apresentou uma interessante definição do conceito de enquadramento para o meio jornalístico, como sendo “os padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira”. Essa perspectiva nos faz recordar o entendimento de experimentação da realidade em Motta (2017) em que a ótica do enquadramento se encaixa. Enquadramos porque temos necessidade de organizar o mundo e sua complexidade baseada na nossa experimentação e, no caso do jornalismo, há uma necessidade de ter um impacto sobre o público com aquele determinado direcionamento.

Com o auxílio do pensamento dos referidos autores, Porto (2002) chega a uma reflexão que entende que o enquadramento implicará diretamente no aparecimento de vozes que serão acionadas no texto (aqui levaremos também a compreensão da própria linguagem verbal ou não-verbal) e nas perspectivas assumidas, defendidas ou recusadas. A linha de estudo sobre enquadramentos mais uma vez reforça a negação do paradigma da objetividade pois assume que toda escolha de pauta, fontes e abordagem é uma atitude intencional.

Na busca por percebermos qual o nível de promoção da diversidade de versões e perspectivas, esbarraremos na investigação do enquadramento porque tudo parte das escolhas feitas para o caminho de construção de sentido. Estaremos atentos também, então, a perceber os enquadramentos noticiosos (Porto, 2002, p. 91) como sendo “os de apresentação, seleção e ênfase utilizados por jornalistas para organizar seus relatos. No jargão dos jornalistas, este seria o ‘ângulo da notícia’, o ponto de vista adotado pelo texto noticioso que destaca certos elementos de uma realidade em detrimento de outros”.

No caso do jornalismo, evidencia o autor, a notícia envolve diferentes vozes para convergir ao enquadramento que o jornalista deseja: “(...) repórteres evitam apresentar interpretações de forma direta e citam afirmações de outros atores para dizer o que elas ou eles próprios pensam (Tuchman, 1972, p. 668; Sigal, 1973, p. 67)”. Esse é um ponto fundamental para o nosso segundo eixo de análise que observa quem são as personagens e/ou fontes trazidas na cobertura dos dois telejornais.

Para tanto, o próprio Porto (2002) estabeleceu critérios sistemáticos de análise com base na diversidade ou não de enquadramentos:

Uma primeira distinção desta classificação diz respeito à presença ou ausência de mais de um enquadramento nos segmentos do conteúdo da mídia. Assim, **segmentos “restritos”** são aqueles que incluem um único enquadramento interpretativo sobre um evento ou tema político, enquanto que **segmentos “plurais”** incluem mais de um enquadramento. Os segmentos “plurais” por sua vez podem ser subdivididos em “**plurais-fechados**”, onde um dos enquadramentos é privilegiado ou enfatizado, e “**plurais-abertos**”, onde nenhum enquadramento é apresentado como mais válido ou verdadeiro. Finalmente, **segmentos com uma forma “episódica”** não incluem enquadramentos interpretativos, adotando um estilo mais descritivo de reportagem (PORTO, 2002, p. 96-97).

Neste sentido, podemos estabelecer que os segmentos restritos, plurais-fechados e episódicos são os que menos correspondem a uma comunicação que verdadeiramente atenda à Democracia porque não trazem a diversidade de versões necessária a um debate mais amplo sobre determinado assunto. Em contrapartida, a perspectiva dos enquadramentos plurais-

abertos reforça que nenhum enquadramento prevalecerá sobre o outro, aproximando-se do ideal democrático deliberativo.

Dessa forma, decidimos unir as reflexões sobre o jornalismo multiperspectivas de Gans (2003), a diversidade significativa de Herman (2016) e os enquadramentos de Porto (2002), a fim de perceber se há ou não diversidade de vozes e versões nas notícias da nossa investigação. Dessa forma, estabelecemos os seguintes parâmetros fazendo referência às classificações já fornecidas por esses autores:

i) Segmento restrito: quando percebemos uma versão única incluída na interpretação da notícia (Porto, 2002);

ii) Diversidade marginalizada: quando temos mais de uma fonte, mas todas restritas a apenas uma e mesma versão, ou seja, quando somente uma das versões é privilegiada. É o que em Porto (2002) relaciona-se como “segmento plural-fechado”;

iii) A forma episódica: quando há um estilo descritivo do acontecimento reportado, sem introdução de fontes. Segundo Porto (2002, p. 97), essa classificação da “mídia permite identificar como, ao mesmo tempo em que apresenta uma certa diversidade de enquadramentos, a mídia contribui para privilegiar determinadas interpretações hegemônicas da realidade, especialmente aquelas promovidas pelas fontes oficiais do governo”. Essa classificação, Herman (2016) não chega a mencionar, mas acreditamos que esse é um ponto para perceber se os jornalistas encaram suas notícias como um “espelho” do que ocorreu.

iv) Diversidade significativa (multiperspectivas): esse é o ideal de notícias que contribuem para a Democracia, com diferentes versões e visões do tema abordado (HERMAN, 2016). Em Porto (2002), esse segmento é chamado de plural-aberto, onde há diversas fontes e versões, sem que nenhuma tenha privilégio sobre a outra.

Seguindo os parâmetros e os pensamentos dos autores referenciados neste eixo, direcionaremos as análises a partir de questionamentos/observações em:

- Quantas fontes e/ou personagens (atores da narrativa) são citadas? Quem são elas?
- Perceber qual o espaço de tempo/tela é dedicado a esses atores;
- Identificar se há algum enquadramento predominante entre herói e vilão ou se é positivo ou negativo para cada personagem e/ou fonte vinculada ou citada na cobertura jornalística (MOTTA, 2008);

- Identificar se há ausência de fontes certificadas (oficiais, especialistas) que poderiam ter sido incluídas, mas que não foram (MOTTA, 2008);
- Identificar se há predominância de um tipo de opinião na cobertura do tema.

4.4 A cobertura jornalística da pandemia de covid-19: um panorama mundial de dificuldades, conflitos e interesses

Em dezembro de 2019, um novo vírus foi descoberto na cidade de Wuhan, na China, o chamado “coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (Sars-Cov-2)”, referenciado pelas autoridades científicas como Covid-19 (em citação ao ano de surgimento). Esse microrganismo gera uma doença infecciosa e fortemente contagiosa, em que os principais sintomas repercutem nas vias aéreas, como coriza, garganta inflamada, podendo causar também ausência de paladar e olfato, febre e agravamento que pode levar ao óbito, principalmente a idosos e pessoas com comorbidades. A maior probabilidade, segundo estudos científicos, é que o vírus seja de origem animal (PETTI, 2021), mais especificamente de morcegos, que mutou entre os humanos e foi atingindo, cada vez mais, os seis continentes pela alta circulação de pessoas a nível global.

Regatando alguns dados específicos, no dia 9 de janeiro de 2020, a primeira morte no mundo por covid-19 foi notificada em Wuhan e a China definiu como medida preventiva a quarentena no dia 23 de janeiro. Com o passar dos dias e a expressiva quantidade de pessoas infectadas, a Organização Mundial de saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, a situação como uma “Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional”, categorização que define um evento repentino de risco para a saúde pública. Mais tarde, em 11 de março de 2020, já havia o reconhecimento como pandemia por ter alcançado diversos países.

A transmissão desta doença acontece pelas vias aéreas, por meio de gotículas contaminadas, por exemplo, pelo espirro ou quando uma pessoa infectada está falando próximo a outro indivíduo. Por isso, as medidas preventivas preconizadas pela OMS e reforçadas pelo Ministério da Saúde⁴⁵ incluem o uso frequente de máscaras, a higienização das mãos com álcool 70% ou sabão e água, e o distanciamento social.

⁴⁵O Ministério da Saúde possui uma página com informações sobre prevenção ao covid-19 em seu site: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/como-se-proteger>>.

A pandemia de covid-9, então, provocou mudanças que impactaram o mundo em diferentes âmbitos. Inicialmente, podemos citar o efeito no comportamento da população, que precisou, especialmente no início do surto, estar em confinamento, mesmo que parcial, circunstância que trouxe repercussões inclusive na saúde mental, pelo afastamento entre as pessoas na convivência e da própria rotina interrompida de cada indivíduo. O afastamento também refletiu na condição financeira das famílias, especialmente as mais carentes, com trabalhadores autônomos que enfrentaram a dura fase de não poder trabalhar presencialmente. Para tentar solucionar essa questão, o Governo brasileiro disponibilizou um auxílio de R\$ 600,00 por seis meses para pessoas em situação de vulnerabilidade (Lei Nº 13.982, de 2 de abril de 2020). Apesar disto, é inegável a acentuação das desigualdades sociais que a pandemia causou.

A redução significativa de pessoas circulando e, portanto, de comércios fechados, teve um impacto econômico no mundo inteiro, levando, inclusive, a escassez de alguns produtos e matérias primas. Por exemplo, a fabricação de carros foi interrompida e até a falta de itens em supermercados e farmácias também foram pontos observados, relacionados ao desabastecimento e ao fenômeno de estocagem que muitos brasileiros realizaram, principalmente no início da pandemia, por medo de ficar sem determinados recursos em suas casas. Diante de tudo isso, em um longo período de fechamento, também muitas empresas não conseguiram ser mantidas e foram à falência, sequela que até os dias de hoje é percebida, assim como o desemprego que aumentou substancialmente. Segundo dados da Pesquisa Anual de Comércio (PAC), em 2020, divulgada pelo IBGE⁴⁶, foram cerca de 400 mil empregos perdidos e 100 mil empresas encerradas.

No quesito atendimento à saúde, houve uma adaptação para acolher os pacientes de covid-19, com leitos isolados e medidas de segurança sanitárias ainda mais rígidas para evitar a proliferação do vírus. Além das máscaras e higienização constante, foram utilizados equipamentos especiais de acrílico no rosto (face shield). A necessidade de internamento em Unidades de Tratamento Intensivas (UTIs) cresceu a ponto dos governos, tanto federal quanto estaduais, aumentarem os leitos de suas unidades hospitalares para essa finalidade. A portaria nº 1.514, de 15 de junho de 2020, do Ministério da Saúde, ainda estabeleceu os hospitais de

⁴⁶ Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/40db3a9adeda958c504d941ffee28f35.pdf>.

campanha, estruturas montadas em locais públicos como campos de futebol e centros de convenções (Art. 5º, III) para receber pacientes e fornecer suporte ventilatório pulmonar.

Fundamentalmente atingindo as questões ligadas à saúde pública, a pandemia ainda teve consequências desencadeadas em outros âmbitos, como no campo da educação e da adaptação digital, relacionados entre si pelo encerramento temporário de atividades presenciais em escolas e universidades, admitindo, assim, o ensino remoto. Essa situação revelou as complexidades nas condições do ensino e dos recursos financeiros que muitas famílias enfrentam. Ter um celular, ou um computador e, até mesmo, a internet, não é uma realidade universal. Esse foi um desafio fundamental: dar oportunidades a todos. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou uma pesquisa⁴⁷ realizada com alunos do 2º, 5º e 9º anos do ensino fundamental e dos três anos do ensino médio, em 16 de setembro de 2022, constatando que a pandemia piorou todos os níveis da educação básica.

Levando em conta os recursos tecnológicos, a rotina das manifestações religiosas também foi modificada neste contexto pandêmico sem a presença física dos fiéis, acontecendo através de transmissões online. Como exemplo significativo deste caso, citamos a celebração da Sexta-feira Santa, dia 10 de abril de 2020, revivendo o sacrifício pascal de Jesus em sua morte de Cruz, celebrada pelo Papa Francisco na tradicional Praça de São Pedro vazia, transmitida para o mundo inteiro.

A essa altura, no panorama mundial, a China já havia conseguido estacionar o número de casos, mas outro país apontava com expressiva quantidade de contaminados e mortos diariamente: a Itália, que se configurava, naquele momento, como epicentro da pandemia. Os primeiros casos confirmados foram de dois turistas chineses no dia 31 de janeiro de 2020, em Milão, que rapidamente se constituiu como milhares de pessoas infectadas. No dia 27 de março deste mesmo ano, o governo italiano divulgou que 919 pessoas morreram pelo vírus neste único dia, um momento alarmante para o país. Pouco menos de dois meses depois, foram os Estados Unidos que apresentaram uma crescente de casos e mortes, tornando-se o novo epicentro. No dia 27 de maio de 2020, os EUA registraram 100 mil mortes por covid-19, o primeiro país a atingir essa marca em todo o mundo (G1, 2020). Tempos depois, esse triste registro seria no Brasil.

⁴⁷ Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/inep-aponta-piora-em-todos-os-niveis-da-educacao-basica-devido-a-pandemia/>>.

A situação da pandemia também atingiu diretamente as práticas jornalísticas que tiveram de aderir às medidas sanitárias e comportamentais de proteção e, especialmente, no papel de orientar a população nesta situação de crise, fornecendo as informações necessárias para que pudessem saber como agir. O papel do jornalismo como referência de mundo esteve aqui ainda mais fortemente representado. Como as pessoas estavam reclusas, as informações sobre as circunstâncias daquele momento eram, principalmente, fornecidas pela atividade jornalística, em especial pela televisão e pela internet. Os telejornais divulgavam, diária e repetidamente, as medidas sanitárias, os números de infectados e mortos, e imagens dos atendimentos nos hospitais.

Como atividade essencial, os veículos de comunicação tiveram de se adaptar às condições daquele momento, com repórteres de máscara e, muitas vezes, realizando entrevistas online. Uma situação específica foi quando o jornalista Marcelo Magno, da TV Clube, afiliada da Globo no Piauí, esteve internado pela infecção do vírus e, por medida preventiva, toda a redação foi temporariamente afastada das atividades presenciais, circunstância que fez com que a TV Globo Nordeste, em Recife-PE, transmitisse seus telejornais para o Piauí.

No âmbito da comunicação, ainda, a pandemia trouxe mudanças nas programações das emissoras, como a suspensão de jornalistas com comorbidades ou mais de 60 anos para evitar que adoecessem; a ausência de plateias em programas de auditório; e a interrupção na produção de novelas, culminando nas reprises. Algumas emissoras também criaram programas específicos para informes exclusivos sobre a pandemia, a exemplo podemos citar o programa “Combate ao Coronavírus”, transmitido na TV Globo de 17 de março a 22 de maio de 2020; e o “Coronavírus-Plantão”, realizado pela RecordTV de 19 de março a 04 de junho de 2020.

Com tudo isso, a pandemia desafiou especialmente a ciência em saúde a entender que medidas e medicamentos poderiam auxiliar no tratamento, e, ainda, a criar vacinas para conter o avanço ou agravamento da doença. Como se tratava de um novo vírus, não havia, naquele momento, substâncias farmacêuticas de prevenção ou cura efetiva, apenas os fármacos para tratamento de sintomas virais, como xaropes para tosse e descongestionantes. Também com relação ao imunizante, iniciou-se uma corrida em busca de criação de uma vacina eficaz para aplicação na população.

No panorama mundial, o primeiro país a vacinar foi o Reino Unido, no dia 08 de dezembro de 2020, com uma vacina emergencial desenvolvida em parceria com a Pfizer e a

BioNTech. De acordo com a notícia divulgada pela CNN Brasil (2020)⁴⁸, ainda naquele mesmo mês, os 27 países-membros da União Europeia iniciaram a vacinação entre 26 e 29 (com as vacinas Pfizer e Moderna). Nos Estados Unidos e no Canadá, a aplicação teve início no dia 14 de dezembro; no Chile, México, Costa Rica, em 24 de dezembro. No continente asiático, Israel vacinou pela primeira vez em 19 de dezembro; na Arábia Saudita, em 17 de dezembro; e na China, em 19 de dezembro. No Brasil, em comparação a estes outros países, a vacina foi aplicada cerca de um mês depois, no dia 17 de janeiro de 2021 (Coronovac e Astrazeneca).

Nos últimos anos, o vírus da covid-19 permanece passado por mutações com alto potencial de infecção, gerando novas ondas da pandemia. A OMS nomeou algumas variantes mais expressivas como a Delta (identificada na Índia), a Ómicron (Botsuana) e a Gama (Brasil), exigindo reforço de doses na vacinação.

4.4.1 Complexidades da pandemia no Brasil: pontos de tensão

A pandemia em território brasileiro teve início no dia 26 de fevereiro de 2020 com a confirmação do caso de um homem de 62 anos que veio da Itália (OLIVEIRA; ORTIZ, 2020). O primeiro óbito foi registrado em 17 de março, e três meses depois atingimos a marca de 50 mil mortes em 20 de junho, depois passando para 100 mil vítimas em agosto, alcançando mais de 500 mil vidas brasileiras perdidas pela Covid-19 em junho de 2021. O Brasil foi analisado pelos veículos de comunicação, com base em especialistas, por ter assistido ao ocorrido na Itália e Estados Unidos e não ter estimulado de imediato as medidas necessárias para que a tragédia não se repetisse em território nacional. Atual à pesquisa, dados do Ministério da Saúde registram, em 04 de outubro de 2023, 705.962 mortes por covid-19.

Paralelo aos registros de mortes, o Brasil ainda enfrentou a saída de três ministros da saúde, os dois primeiros por discordância com o Presidente Jair Bolsonaro: Luiz Henrique Mandetta (mandato de 1º de janeiro de 2019 até 16 de abril de 2020) e Nelson Teich (permanecendo apenas 29 dias no cargo, de 17 de abril até 15 de maio de 2020). O general da ativa Eduardo Pazuello assumiu interinamente e, como medida de sua gestão, retirou o boletim diário do Ministério da Saúde com dados da Covid-19 no país. Após essa decisão, a imprensa se articulou em um conglomerado midiático formado por diferentes empresas de comunicação

⁴⁸ Pode ser vista aqui: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/quais-os-paises-que-ja-comecaram-a-vacinacao-contra-a-covid-19/>>.

e profissionais para apurar e monitorar os dados, principalmente os de óbito no Brasil, o Consórcio de Veículos de Imprensa, formado pelo G1, Estadão, UOL, O Globo, Folha de S. Paulo e Extra.

Em janeiro de 2021, o problema se agravaria em Manaus pela falta de cilindros de oxigênio para atender os pacientes de covid-19, sobrecarregando o sistema de saúde e funerário da capital porque não conseguiam atender aos pacientes, provocando uma enorme quantidade de vítimas fatais diárias por asfixia naquele momento. A data de escassez do insumo foi registrada nos dias 14 e 15 de janeiro de 2021. Na tentativa de salvar pacientes, profissionais de saúde tinham que oxigenar manualmente (técnica conhecida como ambuzar). Para salvar vidas, pacientes foram transferidos em aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) para outros estados, operação realizada de 15 de janeiro até 10 de fevereiro. Neste primeiro dia, 235 pacientes foram transferidos para o Ceará, Goiás, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Distrito Federal.

Devido a toda a crise e às denúncias de irregulares na compra e venda de vacinas e/ou equipamentos para as Unidades de Terapia Intensivas (UTI's) e, fundamentalmente, pelo estado de saúde pública a que o Brasil chegou na gestão Bolsonaro, foi instalada, em 27 de abril de 2021, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as responsabilidades no agravamento da pandemia. A CPI é um instrumento previsto na Constituição Federal de 1988 (art. 58) e regulamentado pelo Regimento Interno do Senado Federal (Art. 145 a 154) com o qual senadores e deputados federais fiscalizam a administração pública. Neste caso, a CPI investiga as ações (ou a ausência delas) do Governo Federal no enfrentamento da doença, principalmente sobre o ocorrido em Manaus.

A CPI da Covid-19 esteve marcada por acontecimentos-chaves que também farão parte do nosso recorte: a denúncia da negação de seis ofertas da vacina Pfizer pelo Governo, acusação dos irmãos Luís Ricardo Miranda e Luís Miranda sobre a compra da Covaxim e a convocação de Domingueti após uma denúncia feita ao jornal “Folha de S. Paulo” sobre o pedido de propina no valor de 1 dólar por dose na compra de 400 milhões de doses da vacina da AstraZeneca contra a covid-19. No dia 20 de outubro de 2021, o relator Renan Calheiros entregou seu relatório final contendo 1288 páginas onde sugere o indiciamento de 78 pessoas e 2 empresas (VTCLOG e Precisa Medicamentos) por crimes penais, processos administrativos e civis. Entre

os indicados está o presidente Jair Bolsonaro⁴⁹, seus filhos Carlos Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro e Flávio Bolsonaro, além do ex-ministro da saúde Eduardo Pazuello. O relatório foi aprovado por sete votos a quatro em 26 de outubro de 2021. Por fim, decidimos também incluir o dia 07 de setembro de 2021, ocasião da Independência do Brasil, episódio emblemático marcado por movimentos a favor e contra o Governo e a aglomeração promovida em frente ao Palácio da Alvorada, em Brasília, contrariando as recomendações sanitárias contra o coronavírus.

Com todo esse panorama, é possível perceber de forma clara que o jornalismo brasileiro possui o desafio de cobrir duas crises: a de saúde pública e a política (RIBEIRO, 2020). Uma situação conturbada, em que o então presidente da República menosprezou a doença, em diversos momentos testemunhados pela imprensa, caracterizando a COVID-19 como uma “gripezinha”, estimulando a população à automedicação com antibióticos, uso da cloroquina e desmerecendo as recomendações médicas de isolamento quando o próprio presidente em diferentes ocasiões aglomerava-se com aliados e não usava a máscara.

Em observância a estes aspectos que revelam a forte tensão política, social e de saúde e reconhecendo a atualidade do tema, pois é uma situação pela qual estamos presenciando no percurso do doutoramento, é que escolhemos como recorte temporal e temática a situação de pandemia no Brasil como acontecimento-intriga, etapa justamente sugerida na compreensão da **“intriga como síntese do heterogêneo”** por Motta (2013). Assim, como o caso é extenso e ainda está em andamento, foi preciso delimitar marcos temporais para a análise a fim de reconstituir uma narrativa jornalística de forma coerente, precisando observar a continuidade e justaposições temáticas “a partir da recorrência de um mesmo tema nas notícias isoladas” (MOTTA, 2005, p.4). Por isso, estabelecemos um primeiro critério fundamental: i) datas em que ocorressem momentos mais expressivos da pandemia no Brasil, levando em conta situações da própria saúde pública e da gestão política da pandemia, principalmente do número de vítimas fatais, das crises no Ministério da Saúde com a saída de ministros e a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou a atuação do governo e de empresas de medicamentos e vacinas. Este período de “sequência cronológica coerente” nos permitirá contemplar na narrativa “os

⁴⁹ Bolsonaro está sendo acusado de crimes como charlatanismo, falsificação de documento particular, emprego irregular de verbas públicas, prevaricação, crimes contra a humanidade, epidemia com resultado de morte. É possível verificar todos os detalhes de cada sugestão de indiciamento no relatório disponibilizado pelo Senado Federal através do endereço eletrônico: <<https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2441>>.

encaixes (ganchos) que estruturam o encadeamento dos incidentes fragmentados” (MOTTA, 2005, p. 5).

A partir da percepção dos principais acontecimentos da pandemia no Brasil, reunimos 24 momentos sobre essa situação, justificados pelas seguintes marcas:

Tabela 1 - Recorte temporal do corpus: principais acontecimentos sobre a pandemia do coronavírus no Brasil

| Nº | DATA | ACONTECIMENTO |
|-----------|-----------------------|---|
| 1 | 13 de março de 2020 | Ministério da Saúde determina os critérios de isolamento e quarentena. |
| 2 | 17 de março | Registro da primeira morte por coronavírus no Brasil. |
| 3 | 10 de abril de 2020 | Brasil registra mais de mil mortes pelo coronavírus. |
| 4 | 16 de abril de 2020 | Um mês após primeira morte, o Presidente Jair Bolsonaro exonera o Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. |
| 5 | 17 de abril de 2020 | O novo Ministro da Saúde Nelson Teich assume o cargo |
| 6 | 15 de maio de 2020 | Nelson Teich pede demissão do cargo. |
| 7 | 16 de maio de 2020 | Eduardo Pazuello assume o Ministério da Saúde. |
| 8 | 06 de junho de 2020 | Ministério da Saúde (Ministro Pazuello) excluiu o boletim epidemiológico diário. |
| 9 | 20 de junho de 2020 | Brasil registra 50 mil mortes pelo Covid. |
| 10 | 8 de agosto de 2020 | O número de mortes passa de 100 mil. |
| 11 | 14 de janeiro de 2021 | Crise no sistema de saúde em Manaus: falta de oxigênio. |
| 12 | 17 de janeiro de 2021 | Vacina é aplicada pela primeira vez no Brasil. |
| 13 | 23 de março de 2021 | O cardiologista Marcelo Queiroga assume o cargo de Ministro da Saúde. |
| 14 | 27 de abril de 2021 | Inicia a CPI da Covid-19. |
| 15 | 13 de maio de 2021: | CPI da Covid: Carlos Murillo, o gerente-geral da Pfizer na América Latina, denuncia que o Governo rejeitou seis ofertas de vacina da Pfizer. |
| 16 | 19 de maio de 2021 | Primeiro dia de depoimento de Eduardo Pazuello na CPI, suspenso para o dia seguinte. |
| 17 | 20 de maio de 2021 | Segundo dia de depoimento de Pazuello na CPI, acusado de mentir sobre as informações da gestão do Ministério da Saúde segundo o relator Renan Calheiros. |
| 18 | 19 de junho de 2021 | Número de mortos chega à 500 mil. |
| 19 | 25 de Junho de 2021 | CPI da Covid: Denúncia dos irmãos Miranda sobre a compra da Covaxin. |
| 20 | 01 de julho de 2021 | CPI da Covid: A convocação de Domingueti após uma denúncia sobre o pedido de propina no valor de 1 dólar por dose na compra de 400 milhões de doses da vacina da Astrazeneca. |

| | | |
|----|------------------------|--|
| 21 | 07 de julho de 2021 | CPI da covid: Prisão do ex-diretor de Logística do Ministério da Saúde Roberto Ferreira Dia. |
| 22 | 12 de agosto de 2021 | CPI da Covid: Depoimento de Ricardo Barros, um desdobramento da denúncia dos irmãos Miranda sobre a compra da Covaxin. |
| 23 | 07 de setembro de 2021 | Comemorações da Independência e Manifestações a favor e contra o Governo. |
| 24 | 26 de outubro de 2021 | Aprovação do relatório final da CPI da Covid |

Fonte: A autora (2023).

4.5 A cobertura da pandemia pelo Jornal Nacional e Repórter Brasil

A pandemia, tema de interesse público, está, desde o conhecimento de que existia o vírus no mundo, na pauta dos telejornais. Não há como fugir dessa realidade que envolve desdobramentos com relação à saúde pública, ações políticas, sanitárias, pedagógicas. Em todos esses aspectos, o jornalismo, em especial os telejornais, tiveram a necessidade de cobrir este tema e trazer as informações que pudessem auxiliar a população a vivenciar essa difícil fase. Neste sentido, o que está em jogo não é necessariamente a cobertura de uma emissora pública e uma privada para simplesmente estabelecer uma diferenciação entre elas. Essa etapa é praticamente inevitável, mas não é o composto final do nosso esforço. É, na verdade, observar como o jogo de interesses pode se estabelecer em ambas as coberturas dos sistemas que, independentemente de ser privado ou público, precisa corresponder ao interesse comum, portanto, público.

Para coletar as reportagens, buscamos os arquivos disponíveis nos sites dos telejornais a partir daquele primeiro critério apresentado sobre as datas em que ocorreram momentos considerados mais expressivos da pandemia e, partimos, então, para o segundo critério fundamental: ii) buscar exclusivamente as coberturas jornalísticas que tratem sobre a temática considerada mais relevante daquele determinado dia sobre a pandemia, conforme demonstrado na “Tabela 1”. O Jornal Nacional tem suas edições acessíveis na íntegra para assinantes ou em trechos para não assinantes pela plataforma de streaming da Globo, a “Globoplay. O Repórter Brasil, em seu site, também disponibiliza todos os trechos exibidos na TV. Em ambos, é possível direcionar para a data específica que deseja, facilitando o acesso aos vídeos por período.

4.5.1 Os formatos jornalísticos observados na cobertura do corpus

A narrativa jornalística é um caso bastante interessante e específico porque os acontecimentos do cotidiano podem ser contados a partir de diferentes formatos. Neste caso, não estamos fazendo referência apenas ao suporte onde ela é contada (se impresso, audiovisual, plataformas digitais etc.), mas principalmente do gênero jornalístico escolhido. Na cobertura telejornalística do Jornal Nacional e do Repórter Brasil, observamos que, dentro do recorte temporal da pesquisa, foram percebidos dois diferentes gêneros.

No modelo mais reportado, proposto por José Marque de Melo (2016), estabelecem-se cinco tipos de gêneros jornalísticos: o informativo, mais característico de reportar a informação como um aspecto de vigilância e observação da sociedade; o opinativo, imprimindo explicitamente a opinião do jornalista e/ou veículo; o interpretativo tem o papel educativo; o diversional refere-se à distração e lazer; e o utilitário é um auxílio nas tomadas de decisão. Cada um desses gêneros aporta formatos específicos⁵⁰:

Formato jornalístico, em decorrência, é o feitiço de construção da informação transmitida pela Mídia, por meio do qual a mensagem da atualidade preenche funções sociais legitimadas pela conjuntura histórica em cada sociedade nacional. Essa construção se dá em comum acordo com as normatizações que estabelecem parâmetros estruturais para cada forma, os quais incluem aspectos textuais e, também, procedimentos e particularidades relacionados ao *modus operandi* de cada unidade (MELO; ASSIS, 2016, p. 50).

Na cobertura analisada, percebemos a presença predominante do formato reportagem e apenas dois editoriais. O primeiro, inserido no gênero informativo, corresponde ao relato mais aprofundado dos acontecimentos se comparado à notícia. Para Lage (2003), a reportagem exige uma pesquisa maior sobre o tema e o contato com mais fontes para trazer maior interpretação ao relato: “Não se trata apenas de acompanhar o desdobramento (ou fazer a suíte) de um evento, mas de explorar suas implicações, levantar antecedentes - em suma, investigar e interpretar” (LAGE, 2003, p. 17). Já o Editorial representa a opinião da instituição jornalística: “O conceito clássico de editorial é que se trata da opinião oficial da empresa” (SEIXAS, 2009, p. 290). Apesar deste último ser considerado na classificação inicialmente apontada como opinativo, ao contrário da reportagem, partimos do princípio defendido nesta tese de que a narrativa

⁵⁰ Segundo modelo de Marques de Melo, a Nota, a Notícia, a Reportagem e a Entrevista fazem parte do Gênero Informativo; o Editorial, o Comentário, o Artigo, a Resenha, a Coluna, a Caricatura, a Carta e a Crônica são Gêneros Opinativos. Como Gênero Interpretativos temos a Análise, o Perfil, a Enquete, a Cronologia e o Dossiê. Como Diversional, a História de Interesse humano e História Colorida. E como Utilitários, o Indicador, a Cotação, o Roteiro e o Serviço.

jornalística, seja ela reportagem ou editorial, assim como qualquer discurso, é carregada de opinião. A diferença básica é o grau (menor ou maior) de transparência da opinião no texto.

Também é importante mencionar que no telejornalismo existem outras especificidades correspondentes ao formato audiovisual e próprios da linguagem televisiva, também observadas no recorte da cobertura, são elas:

- i) **Ao vivo:** o telejornal, em geral, é transmitido em tempo real, reforçando a perspectiva de praça pública (VIZEU, 2002). Dentro da transmissão do telejornal pode haver, ainda, a entrada de repórteres relatando o acontecimento;
- ii) **Sonoras** são as gravações de entrevistas com as fontes e personagens que depois irão compor as reportagens;
- iii) **Off:** é a narração do jornalista durante a matéria, coberta por imagens gravadas;
- iv) **Passagem:** é a gravação do relato do repórter, não coberta por imagens;
- v) **Nota-pé:** no jargão jornalístico, são as informações complementares que os apresentadores fornecem depois da exibição da reportagem;
- vi) **Reportagem gravada:** é a matéria pronta, já gravada e editada, com a inserção do off, das sonoras, da passagem.

A partir, então, da descrição do recorte temporal do *corpus* e formatos da cobertura, apresentamos as tabelas referentes às notícias veiculadas pelos dois jornais e a como as identificaremos durante as análises feitas no próximo capítulo, através da sigla do telejornal (“JN” para Jornal Nacional e “RB” para Repórter Brasil), seguidos pelo numeral. Algumas datas do recorte temporal se referem a sábados ou domingos, dias da semana em que não há edição do Repórter Brasil. No caso do Jornal Nacional, somente aos domingos o telejornal não é exibido. Nestes casos, foram consideradas as edições da segunda-feira seguinte pois cobrem os acontecimentos da data anterior, situação em que sinalizamos nas tabelas 2 e 3. Em algumas ocasiões, está especificado mais de um tempo de duração, pois são exibidas partes de reportagens que são complementares, recortadas para a versão de trechos disponíveis no site. Assim, vejamos:

Tabela 2 - Reportagens do Jornal Nacional sobre os principais acontecimentos da pandemia segundo o recorte estabelecido na pesquisa

| DATA | ID. | DURAÇÃO | FORMATO |
|---------------------|------|---------|------------|
| 13 de março de 2020 | JN 1 | 04'57'' | Reportagem |
| 17 de março | JN 2 | 04'18'' | Reportagem |
| 10 de abril de 2020 | JN 3 | 04'29'' | Reportagem |

| | | | |
|---|-------|------------------------------|--|
| 16 de abril de 2020 | JN 4 | 06'54'' | Recortes gravados direcionados pelos âncoras |
| 17 de abril de 2020 | JN 5 | 06'58'' | Reportagem |
| 15 de maio de 2020 | JN 6 | 07'50'' | Reportagem + nota-pé |
| 16 de maio de 2020 | JN 7 | 00'21'' | Âncora apresenta os dados |
| 06 de junho de 2020 | JN 8 | 07'22'' | Reportagem + nota-pé |
| 20 de junho de 2020 | JN 9 | 03'36'' | Editorial |
| 8 de agosto de 2020 | JN 10 | 04'19'' | Editorial |
| 14 de janeiro de 2021 | JN 11 | 05'56'' | Reportagem + nota-pé |
| 17 de janeiro de 2021 (Exibido em 18 de janeiro de 2021) | JN 12 | 04'28'' | Reportagem |
| 23 de março de 2021 | JN 13 | 07'34'' | Reportagem + nota-pé |
| 27 de abril de 2021 | JN 14 | 13'35'' | Reportagem |
| 13 de maio de 2021: | JN 15 | 13'25'' | Reportagem |
| 19 de maio de 2021 | JN 16 | 17'44'' | Reportagem |
| 20 de maio de 2021 | JN 17 | 13'14'' | Reportagem + nota-pé |
| 19 de junho de 2021 | JN 18 | 04'40'' | Ao vivo (repórter no estúdio) |
| 25 de junho de 2021 | JN 19 | 13'47'' | Reportagem |
| 01 de julho de 2021 | JN 20 | 12'57'' e 09'28'' | Reportagem + nota-pé |
| 07 de julho de 2021 | JN 21 | 10'26'', 08'19'', 02'26'' | Reportagem + Ao vivo |
| 12 de agosto de 2021 | JN 22 | 06'39'' | Reportagem |
| 07 de setembro de 2021 | JN 23 | 13'13'', 03'00'' | Reportagem |
| 26 de outubro de 2021 | JN 24 | 15' | Reportagem + nota-pé |

Fonte: A autora (2023).

Tabela 3: Reportagens do Repórter Brasil sobre os principais acontecimentos da pandemia segundo o recorte estabelecido na pesquisa

| DATA | ID. | DURAÇÃO | FORMATO |
|----------------------------|------------|---|----------------------|
| 13 de março de 2020 | RB 1 | 02'26'' | Reportagem |
| 17 de março | RB 2 | 03'08'' | Reportagem + ao vivo |
| 10 de abril de 2020 | RB 3 | Não houve reportagem sobre a temática específica adotada no recorte da pesquisa | _____ |
| 16 de abril de 2020 | RB 4 | 04'25'' | Ao vivo + reportagem |
| 17 de abril de 2020 | RB 5 | 02'30'' | Reportagem |
| 15 de maio de 2020 | RB 6 | 03'18'' | Ao vivo |

| | | | |
|---|-------|---|-------------------------------------|
| 16 de maio de 2020 (Exibido em 18 de maio de 2020) | RB 7 | 01'14'' | Ao vivo + reportagem |
| 06 de junho de 2020 | RB 8 | Não houve reportagem sobre a temática específica adotada no recorte da pesquisa | _____ |
| 20 de junho de 2020 (Exibido em 22 de junho de 2020) | RB 9 | 00'52'' | Âncora apresenta os dados no telão. |
| 8 de agosto de 2020 (Exibido dia 10 de agosto de 2020) | RB 10 | 00'37'' | Âncora apresenta os dados no telão |
| 14 de janeiro de 2021 | RB 11 | 00'55'' | Reportagem |
| 17 de janeiro de 2021 (Exibido em 18 de janeiro de 2021) | RB 12 | 01'06'' E 01'33'' | Reportagens |
| 23 de março de 2021 | RB 13 | 02'01'' | Reportagem |
| 27 de abril de 2021 | RB 14 | 03'21'' | Reportagem |
| 13 de maio de 2021 | RB 15 | 02'54'' | Reportagem + nota pé |
| 19 de maio de 2021 | RB 16 | 03'21'' | Reportagem + nota pé |
| 20 de maio de 2021 | RB 17 | 02'38'' | Reportagem |
| 19 de junho de 2021 | RB 18 | 01'51'' | Âncora apresenta os dados no telão |
| 25 de junho de 2021 | RB 19 | 01'35'' | Reportagem + nota pé |
| 01 de julho de 2021 | RB 20 | 02'56'' | Reportagem + nota pé |
| 07 de julho de 2021 | RB 21 | Não houve reportagem sobre a temática específica adotada no recorte da pesquisa | _____ |
| 12 de agosto de 2021 | RB 22 | 01'58'' | Reportagem |
| 07 de setembro de 2021 | RB 23 | 02'29'' e 02'19'' | Reportagens |
| 26 de outubro de 2021 | RB 24 | 04'45'' | Ao vivo + reportagem |

Fonte: A autora (2023).

5. O TELEJORNALISMO PRIVADO E PÚBLICO SOBRE A PANDEMIA: O QUE FOI CONTADO NO JORNAL NACIONAL E NO REPÓRTER BRASIL?

5.1 Passo inicial: organização temporal da narrativa jornalística a ser analisada

A narrativa jornalística tem seus desafios com relação ao tempo. Diferente de uma obra literária, em geral, com o desenvolvimento dos acontecimentos em um início, meio e fim estabelecidos de maneira mais clara, no caso dos textos jornalísticos, há uma complexidade constitutiva dada a natureza contínua e imprevisível dos acontecimentos do mundo narrados. É um acontecimento já passado, mas contado como recém acontecido ou acontecendo no momento da cobertura. A narração, seguindo a lógica do lead, começa muitas vezes “pelo final”, conforme menciona Motta (2013, p. 97), ocasião em que o incidente é reportado e somente depois os antecedentes e causas são informados. Na tarefa de analisarmos a narrativa jornalística, será preciso, portanto, “reordenar temporalmente a estória, configurar a cronologia do enredo que no jornalismo costuma apresentar-se invertida” (MOTTA, 2013, p. 97). O desafio consiste em reunir “informações dispersas sobre um mesmo tema ou assunto (que podem estar separadas por intervalos de dias, semanas ou meses no noticiário), o analista junta as pontas, encontra os conectivos e encadeamentos narrativos, os antecedentes e consequentes, recompõe a serialidade” (MOTTA, 2013, p. 97).

Dessa forma, para atender o desafio de evidenciar a serialidade,

É preciso, portanto, reordenar a selvagem cronologia jornalística, encontrar os antecedentes, identificar e reposicionar as personagens, seus papéis e *funções* no desenrolar dos episódios; enfim, domar pela força da ordem narrativa o selvagem tempo jornalístico. Evidentemente, só após recompor as sequências e configurar o *acontecimento-intriga* completo somos capazes de definir qual é o tema da estória em questão. Mas a recorrente presença de personagens, conflitos e cenários de um assunto nas páginas e telas confere a eles certa unidade e continuidade, e nos autoriza a unir as partes, recompor o *acontecimento-intriga* temático, como o leitor faz. Com essa *retessitura* da intriga aparecerá uma ordem narrativa lógica, como em um enredo. Aparecem o significado orgânico de cada episódio, os conflitos estruturantes, os papéis dos agentes, heróis, violões, adjuvantes. Surge uma representação (mime-se) mais tangível que fará surgir também a moral da estória (as metanarrativas de fundo). A estória jornalística se revela então na sua totalidade” (MOTTA, 2013, p. 98, grifos do autor).

O acontecimento-intriga do nosso recorte trata exatamente da cobertura sobre a pandemia, mas este é um evento que possui fases, tendo em vista que novas ondas da doença

foram sendo vividas, por isso optamos por perceber três principais fases, organizando a temporalidade do nosso recorte. Existe um cenário de início, ou seja, quando o vírus chegou ao Brasil, as primeiras mortes e a busca por uma forma eficaz de combatê-lo. Posteriormente, tivemos o agravamento com o número cada vez maior de vítimas fatais, os desencontros entre o Ministério da Saúde e o Presidente Jair Bolsonaro, representando um momento de extrema dificuldade ao país, com perdas humanas irreparáveis e reflexo profundo também na economia. Após a chegada da vacina, uma dose de esperança e reabertura do país foi sendo possível, mas também um espaço para investigação sobre a condução de gestão da saúde pública que resultou na formação da CPI. Esses são os três principais contextos que destacamos como uma “linha do tempo”, percebidos dentro da vivência pandêmica abarcada em nosso recorte, de modo que cada uma das 24 reportagens pertence a algum deles, compondo um começo, meio e fim da narrativa contada pelo Jornal Nacional e Repórter Brasil, assim como sugere a metodologia da Análise da Narrativa (MOTTA, 2013).

Conforme recomendado por Motta (2013), O primeiro movimento para o analista também será o nosso primeiro passo. Compreender a intriga, estabelecendo um *storyline*, ou seja, o resumo das coberturas e dos contextos. Ao longo da descrição, estaremos empenhados também no esforço do segundo movimento, compreendendo a lógica do paradigma narrativo a fim de entender a lógica e intencionalidade do narrador. Vamos, inicialmente, averiguando, conforme indicado no primeiro eixo de análise, os contextos sociais, políticos e históricos vivenciados nesses três principais momentos, percebendo, ainda, se as coberturas apresentam os acontecimentos de forma pertinente ao contexto ou se desvinculam dele.

5.2 Contexto 1 e abordagens: início da pandemia no Brasil

O Brasil registrou a confirmação de caso da covid-19 em 26 de fevereiro de 2020, mas bem antes já se assistia ao cenário internacional de países devastados pela doença. Itália, por exemplo, esteve como centro da pandemia, com a triste marca de ser o país com o maior número de mortes do mundo em março de 2020. O Brasil, por outro lado, apesar de saber o que estava acontecendo no exterior, não promoveu uma política de prevenção ao vírus o que agravou nossa situação tempos depois, tornando-nos um centro de crise da pandemia.

Após a confirmação dos primeiros casos e da infecção comunitária, a cada dia que passava, número de infectados e óbitos aumentava. As primeiras marcas expressivas foram da

primeira morte em 17 de março de 2020 e, passado menos de um mês, em 10 de abril de 2020, já alcançava mais de mil vítimas fatais. O Ministério da Saúde, numa tentativa de conter esse avanço, divulgou, em 13 de março de 2020, as orientações comportamentais e sanitárias em combate ao vírus, entre elas: lavar as mãos com frequência, ter bom estoque de alimentos e produtos de higiene para evitar ir com frequência às compras (ao mesmo tempo que sem exageros para não desperdiçar produtos), uso de álcool 70% (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Assim, neste primeiro momento, contemplamos mais fortemente o papel fundamental do jornalismo como organizador da complexidade de mundo em virtude da situação que o vírus causou no cenário internacional, mas, de forma mais específica, em nosso país. Conforme foi apontado no capítulo anterior, o jornalismo é potencialmente orientador diante de tantos acontecimentos ao nosso redor e é, também, um forte influenciador das opiniões (GANS, 2003; MOTTA, 2017). De forma especial, o telejornalismo, como afirmou Vizeu e Correia (2008), é um lugar de referência para as pessoas. Nesta circunstância, então, de primeiras infecções e mortes, motivo de medo e desorientação à população, o papel dos telejornais aqui analisados seria o de trazer o devido esclarecimento sobre a doença em benefício da saúde pública.

No Jornal Nacional, a reportagem do dia 13 de março de 2020, sobre os critérios de isolamento propostos pelo Ministério da Saúde, se dedicou a apresentar as orientações através do registro da entrevista coletiva, colocando em evidência o secretário de Vigilância em Saúde Wanderson de Oliveira. Toda a reportagem de quase cinco minutos foi trazida a partir de falas do secretário, com exceção de offs do jornalista, que ratificavam as orientações, e uma passagem do repórter sobre voos internacionais, recomendando ao viajante que, ao chegar em território nacional, permaneça em isolamento por pelo menos 14 dias. No fim, o repórter aponta, como exemplo dessa circunstância, a participação do Presidente do Senado Davi Alcolumbre na comitiva do então Presidente Jair Bolsonaro aos Estados Unidos. Ele fez o teste, mas, até aquele momento, não havia saído o resultado.

O Repórter Brasil também se dedicou a trazer as orientações do Ministério da Saúde com uma demonstração da própria jornalista lavando as mãos e, posteriormente, incluindo as outras indicações preventivas em tela. Neste caso, a reportagem trouxe dois cidadãos relatando seus depoimentos sobre como estão se cuidando e, como fonte especialista, trouxe o médico infectologista Hemerson Luz que, em um trecho de 15 segundos, fala sobre não haver motivo

para pânico, uma vez que, segundo o infectologista, na China, a pandemia já estava sendo controlada, com uma tendência de o Brasil seguir o mesmo curso:

Lá na China, hoje se tem o relato que está caindo esse pico de transmissão, que começou em janeiro e estamos em março. O que se imagina que em três meses também esse comportamento vá se repetir aqui. Nós teremos um crescimento e depois uma diminuição gradual (RB 1).

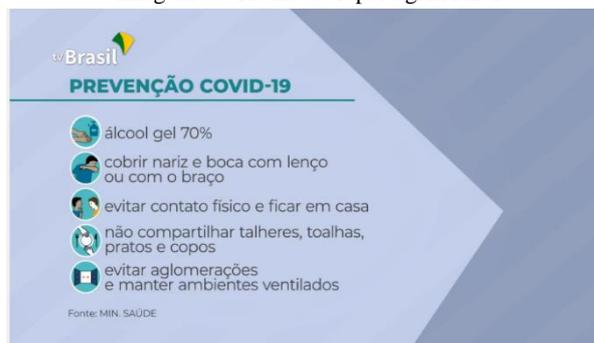
O Repórter Brasil, na RB 1, não trouxe nenhuma fonte do Ministério da Saúde ou trecho da coletiva. As informações a respeito das orientações preventivas, nos dois os telejornais, vieram no formato gráfico acompanhado do off do jornalista, como é possível ver nas imagens abaixo:

Imagem 2 - Trecho da reportagem JN 1



Fonte: Jornal Nacional (2020).

Imagem 3 - Trecho da reportagem RB 1



Fonte: Repórter Brasil (2020).

As segundas reportagens do nosso recorte cobriram a primeira morte por coronavírus em território nacional. A reportagem “RB 2” trouxe imagens da coletiva de imprensa promovida pela Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo através, principalmente, de trechos de David Up, infectologista e coordenador do Centro de Contingência/SP. O Jornal Nacional também partiu do registro da coletiva, marcadamente das falas de David Up e de José Henrique Germann Ferreira, secretário estadual de Saúde de São Paulo. As duas reportagens do JN e RB sinalizam a vinculação com o contexto daquele momento, incentivando as orientações preventivas do Ministério da Saúde e registrando a primeira morte por covid-19 no país.

A terceira reportagem do Jornal Nacional traz uma nova condução narrativa, observada pela ênfase no número de mortes que já passava de mil. Logo em seguida, um gráfico de mortes é apresentado com foco na rapidez com que o Brasil alcançou esse número de vítimas fatais. Depois, uma ilustração exemplifica que a covid-19 tem provocado mais mortes do que outras

doenças, como dengue e Chikungunya, seguida pela informação do perfil das vítimas que já não compreende mais exclusivamente os grupos de risco (maiores de 60 anos ou portadores de comorbidades). A reportagem traz, ainda, imagens da Unidade de Tratamento Intensivo e falas do infectologista da Fio Cruz Estevão Portela, sobre a realidade do aumento de casos, e de Jorge Valiatti, presidente do Comitê de Insuficiência respiratória AMIB, comentando sobre a necessidade do isolamento para não sobrecarregar o sistema de saúde. As marcas de luto estão bastante presentes neste momento porque a âncora, Renata Vasconcelos, está de preto e faz referência, inclusive, ao que ela chamou de “marco simbólico”, relacionando as mil mortes pela covid-19 e a Sexta-Feira da Paixão, data da morte de Cristo e da exibição desta reportagem.

No caso do Repórter Brasil, não houve reportagem com foco no tema do recorte da pesquisa, portanto, nenhuma abordagem sobre a marca de mais de mil mortes provocadas pelo coronavírus no Brasil.

5.3 Contexto 2 e abordagens: Crise política e de saúde pública

Cada vez maior em número de infectados e mortos, o Brasil começa a enfrentar uma crise de saúde pública com a superlotação dos hospitais que pouco mantinham a capacidade de atendimento nas UTI's. Neste cenário, outra crise se estabelecia: a política, com a troca de ministros do Ministério da Saúde, principal órgão responsável pelo enfrentamento à doença. Mandetta, médico ortopedista e político, foi nomeado como Ministro da Saúde por Bolsonaro em ocasião de sua posse como presidente da República, em 1º de janeiro de 2019. Ele esteve no cargo até o dia 16 de abril de 2020 quando foi demitido por conhecidas divergências na condução das ações contra Covid-19, principalmente com relação à política de isolamento social defendida pelo ministro e recusada por Bolsonaro.

Esse posicionamento contrário foi revelado pelo próprio então presidente em uma coletiva de imprensa no dia 16 para anunciar a saída de Mandetta e as motivações que provocaram a demissão, apresentando também o novo Ministro escolhido, o médico oncologista Nelson Teich. Trechos da entrevista foram utilizados pelo Jornal Nacional e pelo Repórter Brasil na cobertura deste acontecimento. No JN, a âncora Renata Vasconcelos, aponta que, em meio a quase duas mil mortes por Covid-19, o presidente demite o Ministro por divergências. Renata diz:

Renata: O Brasil tem hoje, oficialmente, 1.924 mortes por causa da covid-19. Em meio a esse quadro, o presidente Bolsonaro demitiu o ministro da saúde

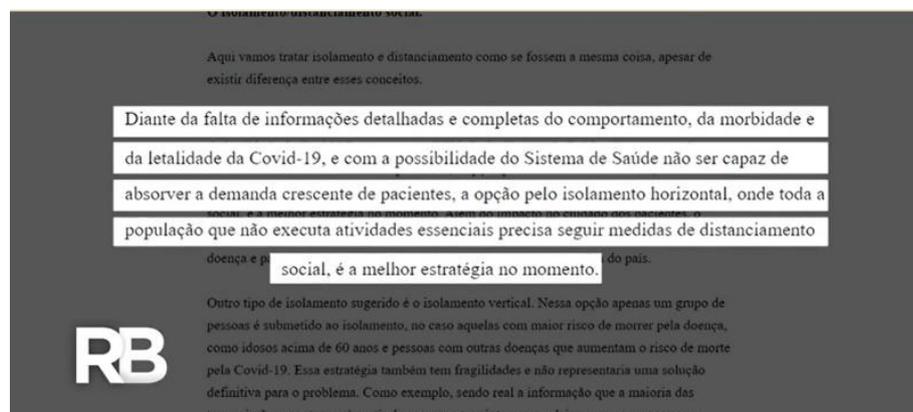
Luiz Henrique Mandetta. O novo Ministro será o oncologista Nelson Teich. A divergência entre Mandetta e Bolsonaro começou a ficar mais evidente a cerca de um mês quando o presidente ignorou as recomendações de isolamento social, passeou por Brasília e cumprimentou apoiadores durante uma manifestação. Mandetta sempre defendeu o distanciamento como forma mais eficiente de enfrentar a doença. A mesma postura adotada por líderes de vários países e pela Organização Mundial da Saúde (JN 4).

Essa abertura de Renata antecede o trecho da coletiva em que Bolsonaro declarava que, como presidente do Brasil, comandava o governo, não só nesta área, mas em todas as outras: “Eu coordeno 22 Ministérios (JN 4)”. Na fala da âncora do Jornal Nacional, estabelece-se uma relação de contrariedade entre Bolsonaro e outros presidente, ao final, quando Renata afirma que líderes de outros países optam por seguir as medidas sanitárias recomendadas pela OMS, ao contrário de Bolsonaro, como sugere o trecho, ao descumprir o isolamento social.

O Repórter Brasil (RB 4) abriu a reportagem com a fala da âncora: “O oncologista Nelson Teich é o novo ministro da Saúde. Ele vai ocupar o lugar de Luiz Henrique Mandetta, que foi exonerado do cargo hoje pelo presidente Jair Bolsonaro” (RB 4). A reportagem é conduzida por um ao vivo da repórter Mariana Jungmann falando sobre alguns pontos da coletiva, principalmente a respeito da divergência do presidente e do ex-ministro com relação às medidas de isolamento e os impactos econômicos, trazendo um trecho da coletiva em que Bolsonaro diz que o Brasil, em comunhão com o novo Ministro da Saúde, estaria gradativamente abrindo empregos. Trouxe também o trecho da fala de Nelson Teich onde expressa que economia e saúde “não podem andar dissociados”. A reportagem é finalizada com um perfil sobre o novo Ministro que, entre outras coisas, fundou o grupo Clínicas Oncológicas Integradas e a MedInsight. Interessante perceber que o Repórter Brasil sinalizou o posicionamento de Teich sobre o isolamento, principal ponto de conflito político daquele momento. Em um artigo publicado pelo oncologista, no início de abril, segundo a reportagem apresenta, Teich defendia o isolamento horizontal⁵¹, o que seria contrário à proposta de Bolsonaro. É possível perceber o trecho do artigo destacado pelo telejornal:

⁵¹ O isolamento horizontal pressupõe que o maior número de pessoas permaneça isolada para evitar a transmissão do vírus, ao contrário do isolamento vertical, que determina que apenas os grupos de riscos precisam estar em isolamento, como idosos, gestantes e pessoas com doenças pulmonares e crônicas.

Imagem 4 - Trecho da reportagem RB 4



Fonte: Repórter Brasil (2020).

A permanência de Teich, no entanto, foi breve e, em menos de um mês de sua entrada, aconteceu em 17 de abril, saiu em 15 de maio com especulações sobre divergências com o ex-presidente. O Repórter Brasil (RB6) trouxe um ao vivo onde a repórter apresenta apenas um resumo da fala de Teich, afirmando que o ministro agradeceu pela oportunidade de passar pela experiência do Ministério, mas nenhum trecho da coletiva foi apresentado e nenhum aprofundamento foi feito. A repórter chamou outras repórteres de São Paulo e do Rio de Janeiro para trazerem informações dos casos de covid-19 nos referidos estados. Aqui, não houve uma associação com o contexto da saída de Teich, representando uma ruptura do tema durante o ao vivo.

No Jornal Nacional (JN 6), há uma crítica explícita à saída do segundo ministro da saúde em meio à crise do coronavírus. William Bonner, antes da reportagem, diz que Bolsonaro “insiste na adoção de medidas sem amparo da comunidade científica internacional e da Organização Mundial da Saúde”. Nesta reportagem, é reforçado o apontamento do discurso do presidente em manter ministros alinhados as suas orientações, trazendo trechos os quais Bolsonaro expressa essa posição para confirmar a afirmação anterior de Bonner.

Após a saída de Teich, a pasta foi assumida pelo general Eduardo Pazuello, de forma interina, mais tarde Ministro da Saúde. O Jornal Nacional fez apenas uma breve nota informando que a demissão de Teich e a admissão de Pazuello haviam sido publicadas no Diário Oficial. O Repórter Brasil trouxe na RB 6 um ao vivo em que a repórter justificava a saída de Teich a partir de divergências com o presidente e apontou a participação do ministro interino em uma Assembleia Mundial de Saúde por meio de videoconferência (RB 7), sinalizando como primeiro compromisso da agenda do novo ministro.

Um outro conflito, então, se revela porque a nova gestão do Ministério da Saúde trouxe imediatas implicações com relação à divulgação de dados sobre a covid-19. Antes, a partir das 19h, um boletim era emitido com as informações de infectados, mortos e a média de casos nos estados brasileiros. No dia 06 de junho de 2020, porém, esse boletim deixou de ser publicado e disponibilizado para a imprensa. Neste momento, percebemos uma diferença consistente na captação de dados pelos dois jornais. O Jornal Nacional passou a exibir as estatísticas adquiridas pelo Consórcio de Veículos de Imprensa, percebido em nosso recorte desde a cobertura das 50 mil mortes (JN 9), enquanto o Repórter Brasil recorreu ao Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS). A interrupção de divulgação de dados pelo Ministério da Saúde foi alvo de crítica pela cobertura do JN, descrevendo que essa mudança torna “o processo menos transparente” (JN 8), envolvendo fontes de especialistas em infectologia para reforçar a visão de prejuízo à Democracia pela falta de informação dos casos e mortos por covid. Esse episódio não foi abordado pelo Repórter Brasil.

Nas ocasiões de 50 mil e 100 mil mortes, o RB trouxe os números captados pelo CONASS e o âncora os apresentou no telão do estúdio (RB 9 e RB 10), conforme é possível acompanhar abaixo:

Imagem 5 - Números da pandemia na RB 9



Fonte: Repórter Brasil (2020).

Imagem 6 - Números da pandemia na RB 10



Fonte: Repórter Brasil (2020).

O Jornal Nacional, por outro lado, trouxe editoriais antes das reportagens criticando a falta de políticas e erros da gestão Bolsonaro, enfatizando que os mortos “não podem ser visto como números” (JN 9 e JN 10). Na observação imagética, o JN já havia, dentro do nosso recorte, trazido na reportagem JN 8, em 6 de junho de 2020, a imagem das vítimas enquanto os âncoras abrem as reportagens numa reconhecida estratégia de personalização. Com as fotos das vítimas, eles reforçam aquilo que foi expresso verbalmente, que não são apenas números, mas sim

peças que morreram. Essas imagens se repetem na JN 9, JN 10, JN 11, diante do período que observamos.

Imagem 7 - Números da pandemia e fotos das vítimas na JN 9



Fonte: Jornal Nacional (2020).

Imagem 8 - Fotos das vítimas na JN 10



Fonte: Jornal Nacional (2020).

Imagem 9 - Fotos das vítimas na JN 11.



Fonte: Jornal Nacional (2020).

O Brasil enfrentaria ainda uma grande dificuldade em Manaus, capital que passou por uma forte crise de saúde pública e do sistema funerário, com milhares de pessoas morrendo por dia pela falta de oxigênio, razão das reportagens JN 11 e RB 11. O foco do RB foi apontar a suspensão do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) na capital do Amazonas em virtude da gravidade dos casos, mencionando que a cidade passava por “duas semanas em período crítico” (RB 11). Mais uma vez, entendemos que essa escolha do Repórter Brasil esteve desassociada ao contexto político e social vivido naquele momento. Não foi falado sobre número de mortos, consequências da crise em Manaus para a população, para os hospitais, funerárias etc. Optou-se por falar do Enem apenas. O JN, em sua cobertura, trouxe imagens dos hospitais em Manaus e falas de pacientes e profissionais da saúde sobre a situação que vivenciavam, contextualizando com a situação da saúde pública da capital naquela ocasião.

Após as tentativas de controle da doença, em 2021, a chegada da vacina trouxe a esperança em território brasileiro, sendo aplicada no dia 17 de janeiro, logo após a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovar o uso da Coronavac, produzida pelo Instituto Butantan; e da Oxford/Astrazeneca, produzida pela Fundação Oswaldo Cruz (FioCruz). Naquele momento, o então ministro Pazuello anunciava a distribuição das vacinas e, em São Paulo, por um movimento independente do governo local, é aplicada a primeira dose da Coronavac na enfermeira Mônica Calazans, fato trazido nas coberturas dos dois jornais (JN 12 e RB 12), com o Repórter Brasil apresentando também o vídeo do momento em que era vacinada a técnica em enfermagem Vanuza Kaimbé, primeira indígena a receber a imunização contra a covid-19.

Nas reportagens de número 13, foram mostradas a nova mudança de condução do Ministério da Saúde, com a saída de Pazuello e entrada de Marcelo Queiroga. No Repórter Brasil, a cobertura é feita com imagens da cerimônia de posse, mas sem fontes ou desdobramentos. Um fato de destaque é que, após a reportagem, a âncora Katiúscia Neri menciona que, naquele mesmo dia, o Governo Federal teria realizado benfeitorias para o tratamento da covid-19, sugerindo uma relação entre a posse do novo Ministro e os novos investimentos na saúde:

O médico Marcelo Queiroga tomou posse hoje e é, agora, o novo ministro da saúde. Ele foi indicado ao cargo na semana passada e substituiu o General do Exército Eduardo Pazuello, que ocupava o posto desde maio do ano passado. Também hoje o Governo Federal começou a entregar mais de um milhão de medicamentos necessários para entubação de pacientes graves e novas vacinas chegaram aos Estados (RB 13).

O Jornal Nacional, no entanto, fez menção negativa às ações do Ministério da Saúde, de forma particular, à condução de Pazuello e à conduta do então Presidente da República. A reportagem JN 13 trouxe especialistas que confirmam a falta de isolamento social no combate à pandemia como causa do aumento de infecções e mortes, e o incentivo persistente do governo em propor medicamentos não comprovados pela comunidade científica para o tratamento da covid-19.

5.4 Contexto 3 e abordagens: CPI

Todo agravamento do número de mortes e consequências da pandemia nos estados brasileiros foi percebido não somente como uma consequência exclusiva da ação do vírus, mas de possíveis omissões e descomprometimento com a saúde pública por parte dos Governo Federal e estaduais. No dia 27 de abril, para averiguar as responsabilidades das mortes, repasses

de verbas e a crise em Manaus, foi instalada a Comissão Parlamentar (CPI). No Jornal Nacional, a narrativa da reportagem JN14 deu foco às ações governistas contra a criação da comissão. No início, o âncora William Bonner, já nos apresenta da seguinte forma:

Numa derrota para o Governo Bolsonaro, o Senado instalou hoje a CPI da Covid. O começo dos trabalhos teve manobras que não conseguiram adiar a comissão, nem evitar que o senador Renan Calheiros fosse o relator (JN 14).

A trajetória da reportagem de 13 minutos e 35 segundos foi evidenciar o esforço dos aliados do governo em conter a CPI, questionando sobre a permanência dos membros escolhidos. Imagens dos senadores governistas e de Flávio Bolsonaro, que não faz parte da Comissão, mas que esteve presente argumentando para a não instalação, foi predominante. Ao final, apresentaram-se os discursos do presidente Omar Aziz e do relator Renan Calheiros, afirmando que a CPI teria o compromisso de responsabilizar os culpados pelas, até então, quase 400 mil mortes, e pelo estado de calamidade pública que o Brasil enfrentava. O Repórter Brasil (RB 14) apresentou os objetivos da criação da CPI e apontou que houve debate na eleição do presidente, vice-presidente e relator da Comissão, mas sem aprofundar nos argumentos contra a formação da CPI. O fato de não trazer aprofundamentos parece já demonstrar uma fissura (ou lacuna) na missão de ordenar a complexidade de mundo e debater sobre os acontecimentos reportados, porque não investiga, não traz outros direcionamentos ou orientações, não se dedica à tarefa da qual o jornalismo, em tese, deve se comprometer (GANS, 2003).

As reportagens de número 15, traziam a denúncia de que o Brasil havia rejeitado seis ofertas da Pfizer. Na ocasião, o depoente foi o representante da vacina na América Latina, Carlos Murillo, que confirmou as ofertas e a ausência de retorno do Governo Brasileiro. O RB trouxe um tom de que o governo estaria analisando os pedidos, questionando as condições de armazenamento e aprovação da Vacina. O âncora, ao final da reportagem, adiciona uma informação que confirma essa perspectiva: “O registro definitivo da vacina da Pfizer no Brasil foi aprovado em fevereiro deste ano. Desde então, o Brasil comprou 200 milhões de doses do laboratório” (RB 15). O JN, por outro lado, trouxe uma proposta acusativa contra o Governo Bolsonaro, mencionando o nome do presidente através do resgate de declarações em que ele se diz contra os imunizantes, além de expor todas as tentativas em que a Pfizer buscou contato: três em agosto de 2020, duas em novembro de 2020 e mais uma em fevereiro de 2021. Em março, o Ministério da Saúde aceitou a sétima oferta. A matéria encerra com o trecho em que Renan Calheiros questiona Carlos Murillo sobre quantas doses, caso o Brasil tivesse fechado contrato em agosto, momento da primeira oferta, teriam chegado em dezembro de 2020 em

território nacional. Carlos Murillo afirma que, pelo menos, 18 milhões de doses. Essas 18 milhões de dose significam a possível quantidade de vidas salvas.

Depois das denúncias, a CPI convocou o ex-ministro da saúde Eduardo Pazuello para depor (JN 16, JN 17, RB 16 e RB 17). O telejornal da TV Brasil mostrou trechos nas duas reportagens (RB 16 e RB 17) das falas de Pazuello em que justificava a crise de Manaus isentando o Ministério da Saúde, ao afirmar que o governo do Amazonas não aceitou ajuda. Também foram selecionados pela reportagem os momentos em que ele nega as acusações de que teria demorado a responder a Pfizer e que foram as condições propostas pelos fornecedores que dificultaram as negociações. A cobertura traz o instante em que o ex-ministro diz que o Ministério da Saúde não recomendava a cloroquina, mas apenas orientava com base na autorização do Conselho Nacional de Medicina.

As reportagens do JN (JN16 e 17), que cobriram os dois dias de depoimento de Pazuello, demonstraram um caminho de forte acusação contra ele. Em diversos momentos, destacou-se que os relatores e senadores presentes acusavam o ex-ministro de estar sendo evasivo e não responder com objetividade às perguntas. Mostrou momentos em que questionavam Pazuello sobre sua qualificação para o cargo, já que não é formado em nenhuma especialidade do campo da saúde; recordou momentos gravados em vídeo de redes sociais em que Pazuello e Bolsonaro estavam juntos, sem máscara e demonstrando apoio um ao outro, e afirmou, pelo discurso do repórter, que Pazuello estava “blindando o Presidente”. É claramente perceptível que o telejornal da Globo apresentou uma postura contra (de acusação a) o ex-ministro e o Presidente, enquanto o Repórter Brasil decidiu focar em momentos em que o general se justificava. Essa constatação é apoiada ainda nas escolhas de edição dos dois veículos: o JN trouxe sempre as acusações com trechos dos senadores questionando e argumentando contra Pazuello, enquanto o RB apresentou apenas Pazuello, sem citar as perguntas feitas pelos membros da CPI.

Foi neste período, já com a CPI em vigência, que o país alcançou a marca de 500 mil mortes e os dois jornais permaneceram com seus respectivos bancos de dados: para o JN (JN 18), foram registradas 500.868 vítimas fatais (dados do Consórcio de imprensa) e para o RB (RB 18), 498.499 mortos (dados do Conselho de Secretários Estaduais de Saúde), como é possível ver nas imagens:

Imagem 10 - Apresentação dos dados estatísticos na JN 18



Fonte: Jornal Nacional (2020).

Imagem 11 - Apresentação dos dados estatísticos na RB 18



Fonte: Repórter Brasil (2020).

Os desdobramentos da Comissão continuaram e agora com a denúncia dos irmãos Luís Ricardo Miranda e Luís Cláudio Miranda (deputado) sobre irregularidades na compra da vacina Covaxin. Os irmãos relataram que foram pressionados e que houve irregularidades contratuais na compra do imunizante. O JN (JN19) apresentou detalhadamente os documentos que os irmãos trouxeram como prova e destacou que os apoiadores do governo tentavam atrapalhar a sessão. O Repórter Brasil (RB 19) também contextualizou as acusações, focando na fala do servidor e trouxe, ao final, na nota-pé do âncora Paulo Leite, uma resposta do governo: “Nesta semana, em pronunciamento no Palácio do Planalto, o Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Onyx Lorenzoni, negou qualquer irregularidade do Governo Federal nesse processo”.

A outra grave denúncia na CPI foi abordada pelas reportagens JN 20 e RB 20, quando Luis Paulo Domingueti, representante da Davati Medical Supply, denunciava o pedido de propina feito pelo ex-diretor do Departamento de Logística em Saúde da Secretaria Executiva do MS, Roberto Dias. Segundo o depoente, havia a proposta de cobrar um dólar por dose na negociação da vacina Astrazeneca. O JN 20 optou por explicar toda a acusação e os questionamento dos senadores feitos a Domingueti. Segundo o denunciante, a empresa teria oferecido 400 milhões de doses custando 3,50 dólares por dose e Roberto Dias propôs o valor de 4,50 dólares, aumentando a arrecadação de propina.

O RB 20 também apresentou a denúncia com trechos da fala de Domingueti onde ele expõe suas principais denúncias. Ao fim da reportagem, a âncora trouxe a resposta da Davati se isentando das ações de Domingueti:

A Davati confirmou que Luis Domingueti intermediou as negociações com o Ministério da Saúde para compra de vacinas, mas ressaltou que ele era um vendedor autônomo, sem vínculo empregatício. Já a Astrazeneca, em nota,

afirmou que não negocia vacinas contra a covid por meio de intermediários. Disse ainda, que todas as doses são disponibilizadas por meio de acordos firmados diretamente com governos e organismos multilaterais como a Covax Facility (RB 20).

Após ser alvo da denúncia, Roberto Dias foi depor na CPI, ocasião em que o Repórter Brasil não cobriu. O Jornal Nacional, por outro lado, noticiou detalhes da sessão que durou mais de sete horas e que resultou na prisão do depoente após ele ser acusado de mentir para os senadores. As dificuldades nas reuniões da CPI se estendem ao depoimento de Ricardo Barros, então Deputado Federal pelo Paraná e líder do governo na Câmara dos Deputados, que veio se explicar sobre as pressões na compra da Covaxin, da qual foi acusado pelos irmãos Miranda. O depoimento foi marcado por forte tensão entre apoiadores do governo e oposição, situação exibida pela reportagem JN22, principalmente quando, segundo a cobertura, Ricardo Barros critica o trabalho da comissão afirmando que as ofertas de vacina para o Brasil teriam se afastado devido à CPI. Na RB 22, temos apenas trechos de Ricardo Barros se defendendo das acusações.

Em meio ao cenário caótico entre política e saúde pública, o dia 7 de setembro foi um momento de manifestações que evidenciavam essa pauta, seja a favor ou contra o governo. O Repórter Brasil (RB 23) abordou os dois momentos. O primeiro mostrou trechos da cerimônia no Palácio da Alvorada, residência oficial da Presidente da República, com ação da esquadrilha da fumaça, desfile no carro com crianças e a informação de que três mil pessoas foram autorizadas a participar. Em outro momento, são apresentadas as manifestações pelo país a favor e contra o governo. Um fato que merece observação é que nas manifestações de apoiadores foram mostradas imagens com multidões e caracterizadas como “milhares”, por exemplo, nas que ocorreram no Rio de Janeiro, em contraposição aos movimentos contra o governo, que foram descritos como “centenas” e, sempre neles, a presença de policiamento reforçado. Aparentemente, houve uma tentativa de diminuir as manifestações contra o governo, em contrapartida às favoráveis ao presidente.

Imagem 12 - Imagens das manifestações a favor do Governo exibidas pelo RB



Fonte: Repórter Brasil (2021).

Imagem 13 - Imagens das manifestações contra o Governo exibidas pelo RB



Fonte: Repórter Brasil (2021).

O Jornal Nacional, pelo contrário, apresentou uma postura de forte crítica ao governo e aos apoiadores. Por diversos momentos, tanto o âncora, quanto repórter que conduzia a reportagem, apresentam os movimentos dos governistas como “Desprezo pela constituição”, “bolsonaristas com pautas que afrontam a democracia”, com imagens desses manifestantes segurando placas com pedidos de voto impresso e contra o Supremo Tribunal Federal, por exemplo. Além dessa caracterização de movimentos de apoio ao Governo como antidemocráticos, em outros momentos essa confirmação está diretamente ligada a temas levantados pelo Presidente Bolsonaro, como quando é falado:

Os manifestantes fizeram ataques ao Estado Democrático de direito, pedindo intervenção militar e a destituição de ministros do Supremo.

Em tom golpista, o presidente discursou em Brasília e São Paulo, e disse que não cumprirá mais decisões do ministro Alexandre de Moraes.

Bolsonaro voltou a atacar integrantes do STF. No Dia da Independência elevou a temperatura da crise institucional que ele mesmo criou e tem alimentado, disse William Bonner (JN 23).

Após a caracterização negativa dos movimentos pró-governo, o JN apresentou as manifestações contrárias a Bolsonaro como “em defesa da Democracia”, situação que coloca diretamente um tipo de movimento contra o outro e a percepção de que o contra a Democracia representa o mal, enquanto o “a favor” seria o bem. As frases dos cartazes apresentadas nesse movimento contra Bolsonaro apresentam temas como direito à vacina, alimentos e emprego.

Essa relação com a Democracia é um ponto-chave que coincide com nossas argumentações ao longo da tese, especialmente no segundo capítulo (item 2.4.1). A indicação proposta pelo JN, conforme apontamos, é a de que o governo Bolsonaro se constitui como antidemocrático, nos termos de compreensão de que a Democracia envolve a participação

popular, mas principalmente ao que foi citado pela JN 23 sobre os ataques ao STF e os pedidos de intervenção militar, circunstância característica de uma ditadura. Neste sentido de descrédito que o Jornal Nacional coloca ao Governo, nos recorda o alerta feito por Gans (2003) sobre a falta de confiança que os cidadãos possuem em seus representantes políticos, cabendo ao jornalismo contribuir de forma vigilante, em denunciar as más práticas, para, assim, buscar efetivar uma sociedade mais democrática possível.

A CPI, então, foi concluída com a aprovação de seu relatório. As reportagens de número 24 abordam esse tema. No Jornal Nacional, a cobertura focou na acusação de que “Governo foi omissos e de maneira intencional negligenciou o enfrentamento da pandemia”, apresentando no documento a proposta do relator de indiciamento de ministros, ex-ministros do governo e principalmente do Presidente, acusado de nove crimes: epidemia com resultado de morte, infração de medida sanitária preventiva, charlatanismo, incitação ao crime, falsificação de documento particular, emprego irregular de verbas públicas, prevaricação, crimes contra a humanidade e crimes de responsabilidade. Outros três nomes presentes na proposta de indiciamento são dos filhos Flávio Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro e Carlos Bolsonaro. Na matéria também foi mostrada a tentativa dos senadores governistas de defender Bolsonaro e culpar estados e municípios pela má gestão da pandemia.

Quando o Repórter Brasil foi ao ar, o relatório ainda estava sendo votado. O RB 24 trouxe um ao vivo em que a repórter informava os principais detalhes sobre os 79 pedidos de indiciamento de pessoas físicas e de duas empresas. Trouxe também o discurso da base governista através do senador Fernando Bezerra (MDP/PE) sobre não concordar com as acusações.

Diante deste *storyline* (segundo movimento da análise proposto por Motta) estabelecido e das conexões com o contexto ao qual as coberturas faziam menção, neste primeiro eixo de análise, com relação à abordagem temática, podemos tecer algumas reflexões.

- Ao apontar os contextos social, histórico e político dos acontecimentos, percebemos que a maior parte das coberturas analisadas estão vinculadas a eles. No Jornal Nacional, percebemos um debate maior, conforme descrições dos três contextos (Início da Pandemia no Brasil, Crise política e da saúde pública, e a CPI) e associações com aspectos políticos, principalmente. Os casos de ausência com referência contextual são as ocasiões em que o Repórter Brasil não comenta os principais acontecimentos daquele sobre a covid-19, situação percebida na RB 5 e RB 11; além dos momentos em que o telejornal não trouxe reportagens sobre a temática do

recorte (RB 3, RB 8 e RB 21). Essa ausência é sintomática, pois se tratavam, respectivamente, do contexto do registro de mil mortes, da exclusão do boletim epidemiológico diário pelo Ministério da Saúde e da prisão do ex-diretor de Logística do MS, Roberto Dias, temas negativos para o governo. Esta é uma evidência da denúncia feita por Ross (2008) sobre a exclusão das notícias importantes para atender aos interesses dos proprietários, assim como também revela o enquadramento restrito de Porto (2002) (único enquadramento interpretativo) e, conseqüentemente, representa a marginalização da diversidade que Herman (2016) sinaliza.

- A polarização é bastante visível nas análises. O Repórter Brasil assume uma postura de simular uma “neutralidade” sobre os acontecimentos da pandemia. Apesar de sabermos que o conceito de neutralidade no jornalismo é bastante questionável, conforme apontamos no debate epistemológico do capítulo anterior, alicerçado por autores como Schudson (2010) e Hackett (2016), o Repórter Brasil assume uma postura de “apenas” reportar o acontecimento, sem maiores traços opinativos explícitos (como editoriais, comentários), que revelam, na verdade, uma defesa efetiva do Governo. Conforme fomos descrevendo as coberturas sobre a pandemia dos dois telejornais, o conflito que se revelou (quarto movimento de Motta, 2013) de forma evidente nas análises é sobre a condução política na pandemia e esse é um ponto fundamental de polarização. O Repórter Brasil não direciona críticas a essa condução; já o Jornal Nacional deixa claro, como descrevemos, em diversos momentos, as críticas às ações do ex-presidente Bolsonaro durante a pandemia. A partir desse principal conflito, surgiram outros: “Todas as ações, episódios, sequências menores e maiores giram em torno do conflito principal ou dos conflitos secundários que em torno dele gravitam (MOTTA, 2013, p. 169). Novamente citada a exclusão do boletim epidemiológico diário pelo Ministério da Saúde, a crise de Manaus, e os capítulos da CPI, se constituíram como pontos de conflito movimentando as narrativas dos dois telejornais e demonstrando os posicionamentos, uma vez que o Jornal Nacional adotava uma postura de crítica ao governo, enquanto o Repórter Brasil permanecia numa perspectiva de aparente “neutralidade”, lembrando que: “O texto dá a impressão de que não há mediação, fato em si mesmo parte de uma estratégia argumentativa. Em última instância, a objetividade é em si mesma, paradoxalmente, um artil argumentativo (MOTTA, 2013, p. 200).

- Diferentes traços em conjunto revelam as estratégias argumentativas nas coberturas analisadas. A decisão do JN em trazer fotografias das vítimas quando mencionaram o número crescente de mortes, por exemplo, provoca uma compreensão mais pessoalizada sobre o tema, como já mencionamos. O que sentimos como telespectadores ao saber a quantidade de vítimas fatais da doença e vemos os rostos daquelas pessoas? O provável sentimento que nos virá é de

tristeza pelos que morreram, compaixão pelas famílias, espanto pela quantidade. A possível ideia do Jornal Nacional, diante da nossa análise, é de provocar essas sensações. Ao mesmo tempo, ao longo da cobertura, principalmente durante as reportagens que tratam sobre a CPI, a escolha dos trechos acusativos contra o presidente e ações do governo apontados nas descrições reforçam a perspectiva de que as citações são escolhidas para atender ao desejo do narrador: “As citações encobrem muito bem a subjetividade, porque o leitor supõe que elas reproduzem literalmente o que a fonte disse e quis destacar. As citações produzem literalmente o que a fonte disse e quis destacar” (MOTTA, 2013, p. 201).

- Os recursos de referencialidade (estratégia argumentativa de efeitos do real) estiveram presentes nas coberturas dos dois telejornais, com o uso do “aqui e agora”, não só pela entrada do repórter ao vivo, circunstância mais vista no Repórter Brasil (nas RB 2, 6, 7 e 24), mas por abordarem acontecimentos ligados ao mais recente da pandemia, ou seja, o que aconteceu, “hoje”, de novo sobre o tema. Além disso, o uso de estatísticas foi um aspecto bastante presente nas narrativas porque o próprio acontecimento suscitou essa necessidade de noticiar os números de casos e vítimas quase que diariamente. Outra marca de referencialidade são os momentos que os repórteres aparecem na matéria gravada (passagens), em geral e neste caso, em frente ou no interior de algum prédio público, principalmente do Ministério da Saúde, em Brasília. Essa identificação do local transmite a ideia de “precisão, causa a impressão de que o narrador fala de coisas verídicas, realisticamente situadas” (MOTTA, 2013, p. 202). O Jornal Nacional trouxe esse recurso na maioria das ocasiões do nosso recorte, nas edições do JN 1, 2, 3, 5, 6, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22 e 24. O Repórter Brasil registrou menos incidência desse recurso, constando nas edições do RB 1, 2, 4 e 14.

Enfim, com os apontamentos sobre os contextos envolvidos nas reportagens e da construção de um começo, meio e fim narrativo, podemos dar, assim, o próximo passo. Segundo MOTTA (2013), precisamos estar atentos às personagens que essa narrativa traz:

Só depois de remontar o acontecimento-intriga ele poderá analisar as relações de poder entre os sujeitos interlocutores, a performance comunicativa de cada um deles, observar a posição e os enquadramentos do narrador (a perspectiva, os pontos de vista, por exemplo), identificar o papel e a posição das personagens nos conflitos da estória, os jogos de linguagem do jornalismo (como ironias ou metáforas), o uso e abuso dos dêiticos e seus significados, as implicações, os subentendidos, os efeitos de sentido (MOTTA, 2013, p. 103).

5.5 Personagens, narradores e diversidade significativa

Após a sequência de apresentações dos contextos, observando as marcas temporais e de conflitos de poder existentes, vamos a um outro elemento da narrativa: as personagens. Confirma Motta (2013, p. 176) que esta é uma etapa “concomitante ou posterior à identificação dos episódios, dos temas e conflitos, porque personagens são os atores que realizam coisas na progressão da estória”. É através das personagens que ocorrem os conflitos pois são elas que movimentam o percurso da narrativa, que provocam ações com consequências entre as outras personagens e/ou no próprio contexto. A personagem é a “figura central da narrativa, é o eixo do conflito em torno do qual gira toda a intriga” (MOTTA, 2013, p. 174).

É preciso apontar, de início, que há presença de pelo menos três vozes determinantes na narrativa jornalística (MOTTA, 2013). A primeira delas é que faz parte também do contexto diz respeito ao veículo, neste caso, às emissoras. O Jornal Nacional pertence à Globo e o Repórter Brasil à TV Brasil e isso é uma marca de repercussão no produto que é entregue. O discurso da emissora é predominante em seus produtos, entre eles, o jornalístico. Por isso é tão importante observar para identificar através do material jornalístico as intenções e percepções de seus donos ou controladores. Outra voz presente é a do jornalista que conta a história. Ele imprime à narrativa sua percepção e é quem conduz “diretamente” as outras vozes. Mas há de se notar que a influência do veículo também pode agir nessa escolha, porém é o jornalista quem está responsável por contar a história e direciona, à sua maneira, os personagens e seus movimentos. Por fim, segundo o autor, a terceira parte constituinte é justamente a personagem, ou seja, as fontes trazidas na reportagem, quase sempre em confronto umas com as outras (MOTTA, 2013). Acrescentamos ainda uma outra voz implícita: a do público, a quem se destina a história e que será envolvido por ela, afinal, tudo é produzido para que alguém o receba.

O noticiário diário é um produto disputado pelos interesses dos atores sociais envolvidos no conflito relatado (veículo, jornalistas, personagens). Cada um deles tem interesses diferentes na divulgação da estória. Esses atores sociais agem estrategicamente, às vezes colaborando um com os outros, às vezes se colocando em posições antagônicas. O relato jornalístico é o produto possível entre pontos de vista alternativos na correlação das forças que se confrontam permanentemente nas páginas e telas: elas disputam o poder de voz. Disputam a sedução, a visibilidade, o posicionamento favorável na estória, a perspectiva ou ângulo através do qual a história será contada (ponto de vista), os enquadramentos, entre outros. Por isso, na análise da narrativa jornalística, é importante observar de que maneira o relato traduz essa correlação de forças entre os narradores interessados e entre as fontes, futuras personagens da estória (MOTTA, 2013, p.110).

5.5.1 A quais fontes as reportagens recorreram?

Tão importante para a investigação da diversidade de versões é apontar quem são as fontes e personagens trazidas nas reportagens. Nesta sessão, citaremos detalhadamente, tanto do Repórter Brasil quanto do Jornal Nacional, quais foram as fontes citadas nas coberturas, sejam elas pessoas ou organizações, documentos ou dados estatísticos, que auxiliaram os jornalistas a compor a narrativa, falando diretamente nas gravações ou tidas como menção, ou seja, quando o repórter da matéria gravada ou o âncora em nota-pé citam como discurso indireto.

A tabela traz os três contexto-eixos da nossa organização analítica e as respectivas reportagens do nosso recorte. Também estão especificados os cargos que as pessoas citadas ocupavam ou desempenhavam quando a cobertura foi feita pelos telejornais. Assim sendo, temos:

Tabela 4 - Fontes e menções trazidas na cobertura do Jornal Nacional e do Repórter Brasil

| | | |
|---------------------------|---|--|
| Início da Pandemia | RB 1: - Matheus Nascimento, estudante; - Orientações do Ministério da Saúde - Sarita Silva, vendedora; - Hemerson Luz, infectologista. | JN 1: - Dados e orientações do Ministério da Saúde; - Wanderson de Oliveira, secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde; |
| | RB 2: - David Uip, do Centro de Contingência Coronavírus/ SP; | JN 2: - David Uip, infectologista e coordenador do Centro de Contingência de São Paulo; - Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre a taxa de mortalidade; - Pesquisadores chineses da China CDC; - José Henrique Germann Ferreira, Secretário Estadual de Saúde São Paulo; - Nota da Prevent Senior, empresa que administra o Hospital de nome não revelado, sobre o óbito do paciente. |
| | RB 3: — | JN 3: - Dados do Ministério da Saúde; - Orientações da OMS; - Estevão Portela, infectologista do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas/Fiocruz; |

| | | |
|--|--|---|
| Crise política e de saúde pública | | <ul style="list-style-type: none"> - Balanço Global sobre o Coronavírus administrado pela Universidade Johns Hopkins (Estados Unidos); - Nota da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. |
| | RB 9: - Dados estatísticos do Conass. | JN 9: - Dados estatísticos reunidos pelo Consórcio de Imprensa. |
| | RB 10: - Dados estatísticos do Conass. | JN 10: - Trechos da Constituição Federal de 1988. |
| | RB 11: - Menção sobre a determinação da Justiça Federal do Amazonas em suspender aplicação das provas do Enem no estado. | JN 11: <ul style="list-style-type: none"> - Funcionário não identificado do Hospital 28 de Agosto; - Thalita Rocha, médica; - Michele Viana, filha de vítima da covid-19 em Manaus; - Walederson Brandão, usuário do hospital; - Públio Bessa, pai de paciente; - Gabriela Oliveira, médica residente; - Jesem Orellama, epidemiologista Fiocruz/AM; - Dados da Fundação de Vigilância em Saúde; - Wilson Lima, governador do Amazonas. - Informações da Fiocruz/ Amazônia; - Nota da Empresa White Martins. |
| | RB 12: - Dados sobre início da vacinação do Ministério da Saúde; | JN 12: <ul style="list-style-type: none"> - Eduardo Pazuello, ministro da Saúde; - Nota da Empresa Aérea Azul; - João Dória, governador de São Paulo. - Rodrigo Garcia, vice-governador São Paulo. |
| | RB 13: - Dados do Ministério da Saúde sobre distribuição de vacinas; | JN 13: <ul style="list-style-type: none"> - Diário Oficial da União; - Nota do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass); - Nota da Confederação Nacional de Municípios; - Dados do Ministério de Saúde; - Nelson Mussolini, presidente da Sindusfarma; - Mauro Junqueira, diretor da Conasems; |

| | | |
|------------|---|---|
| | | <ul style="list-style-type: none"> - Boletim da Associação Médica Brasileira; - Nota da Fiocruz sobre quantitativo de vacinas. |
| CPI | <p>RB 14:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Omar Aziz, senador pelo Amazonas e presidente da CPI; - Renan Calheiros, senador por Alagoas e relator da CPI; - Fernando Bezerra, senador por Pernambuco. | <p>JN 14:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Flávio Bolsonaro, senador pelo Rio de Janeiro; - Jorginho Mello, senador por Santa Catarina; - Humberto Costa, senador por Pernambuco; - Ciro Nogueira, senador pelo Piauí. - Omar Aziz, senador pelo Amazonas e presidente da CPI; - Marcos Rogério, senador por Rondônia; - Renan Calheiros, senador por Alagoas e relator da CPI; - Fernando Bezerra, senador por Pernambuco. |
| | <p>Rb 15:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Carlos Murilo, gerente-geral da Pfizer na América Latina. | <p>JN 15:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Carlos Murillo, presidente da Pfizer na América Latina. - Renan Calheiros, senador por Alagoas e relator da CPI; - Omar Aziz, senador pelo Amazonas e presidente da CPI; - Menção a Fábio Wajngarten, secretário-executivo do Ministério das Comunicações - Randolfe Rodrigues, senador pelo Amapá e vice-presidente da CPI; - Rogério Carvalho, senador por Sergipe. |
| | <p>Rb 16:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Eduardo Pazuello, ex-Ministro da Saúde. | <p>JN 16:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde; - Menção a Luis Henrique Mandetta e Nelson Teich, ex-ministros da Saúde; - Renan Calheiros, senador por Alagoas e relator da CPI; - Omar Aziz, senador pelo Amazonas e presidente da CPI; - Menção a Mayra Pinheiro, secretária de Gestão do Trabalho e da Educação da Saúde do Ministério da Saúde; - Jair Bolsonaro, Presidente da República; - Documento com registros da Força Nacional do SUS sobre a situação de Manaus; |

| | | |
|------------|--|---|
| CPI | | - Eduardo Braga, senador pelo Amazonas. |
| | RB 17: - Eduardo Pazuello, ex-Ministro da Saúde; | JN 17: - Eduardo Braga, senador pelo Amazonas; - Eduardo Pazuello, ex-Ministro da Saúde; - Renan Calheiros, senador por Alagoas e relator da CPI; - Menção a Mayra Pinheiro, secretária de Gestão do Trabalho e da Educação da Saúde do Ministério da Saúde; - Flávio Bolsonaro, senador pelo Rio de Janeiro; - Marcos Rogério, senador por Rondônia; - Omar Aziz, senador pelo Amazonas e presidente da CPI; - Otto Alencar, senador pela Bahia; - Randolfe Rodrigues, senador por Amapá e vice-presidente da CPI; - Marcos do Val, senador pelo Espírito Santo; - Simone Tebet, senadora pelo Mato Grosso do Sul; - Alessandro Vieira, senador por Sergipe; - Nota da Secretaria de Saúde do Estado de Goiás; - Rogério Carvalho, senador por Sergipe; - Nota da Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas; - Nota da Empresa White Martins. |
| | RB 18: - Dados estatísticos do Conass. - Dados Ministério da Saúde sobre a vacinação. | JN 18: - Dados do Consórcio Nacional de Imprensa; - Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); - Dados da Own World in Data. |
| | RB 19: - Menção ao depoimento de Luis Ricardo Miranda. | JN 19: - Luis Ricardo Miranda, chefe de Logística de Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde; - Luis Cláudio Miranda, deputado federal pelo Distrito Federal; - Fernando Bezerra, senador por Pernambuco; - Humberto Costa, senador por Pernambuco; - Dados da Madison Biotech; - Omar Aziz, senador pelo Amazonas e presidente da CPI; |

| | | |
|------------|---|---|
| CPI | | <ul style="list-style-type: none"> - E-mail de Regina Celia Silva Oliveira, fiscal do contrato de vacinas da Covaxin. - Registros de mensagens por Whatsapp entre Luis Ricardo Miranda e Marcelo Pires, ex-coordenador Logístico do Plano Nacional de Operacionalização de Vacinas. - Renan Calheiros, senador por Alagoas e relator da CPI. |
| | <p>RB 20:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Luiz Domingueti, representante da Empresa Davati Medical Supply. | <p>JN 20:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Luiz Dominghetti, policial militar em Minas Gerais e representante da Empresa Davati Medical Supply; - Renan Calheiros, senador por Alagoas e relator da CPI; - Menção à resposta do Laboratório Astrazeneca; - Documento da Davati Medical Supply; - Simone Tebet, senadora pelo Mato Grosso do Sul; - Fernando Bezerra, senador por Pernambuco; - Dados Diário Oficial da União; - Coronel Alexandre Martineli Cerqueira, ex- subsecretário de Assuntos Administrativos da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde; - Fabiano Contarato, senador pelo Espírito Santo; - Vídeo com reposta de Roberto Dias, ex-diretor de Logística do Ministério da Saúde. <ul style="list-style-type: none"> - Humberto Costa, senador por Pernambuco; - Eliziane Gama, senadora pelo Maranhão; - Menção a fala de Cristiano Alberto Carvalho, presidente da Davati no Brasil; - Luis Miranda, deputado pelo Distrito Federal; - Jorginho Mello, senador por Santa Catarina; - Rogério Carvalho, senador por Sergipe; |

| | | |
|------------|---|---|
| CPI | RB 21: | JN 21: - Menção a declarações de Jair Bolsonaro; - Roberto Dias, ex-diretor de Logística do Ministério da Saúde; - Renan Calheiros, senador por Alagoas e relator da CPI; - Documento do Ministério da Saúde com registros de reunião com representantes da empresa Precisa Medicamentos e do Laboratório Bharat Biotech; - Fernando Bezerra, senador por Pernambuco; - Humberto Costa, senador por Pernambuco; - Omar Aziz, senador pelo Amazonas e presidente da CPI; - Eduardo Braga, senador pelo Amazonas; - Menção a mensagens no celular de Dominghetti para Roberto Dias e Rafael Alves, representante da Davati; - Áudios de conversa entre Dominghetti e Rafael Alves publicados no site da CNN e apresentados na CPI; - Randolfe Rodrigues, senador pelo Amapá e vice-presidente da CPI; - Documento Auto de prisão em flagrante; - Menção à fala de Simone Tebet, senadora pelo Mato Grosso do Sul. |
| | RB 22: - Ricardo Barros, deputado federal pelo Paraná | JN 22 - Ricardo Barros, deputado federal pelo Paraná; - Omar Aziz, senador pelo Amazonas e Presidente da CPI; - Vídeo de trecho do depoimento de Luis Cláudio Miranda na CPI; - Renan Calheiros, senador por Alagoas e relator da CPI; - Simone Tebet, senadora pelo Mato Grosso do Sul; - Alessandro Vieira, senador por Sergipe; - Menção a Roberto Dias, ex-diretor de Logística do Ministério da Saúde. |
| | RB 23: - Menção ao Presidente Jair Bolsonaro; | JN 23 - Presidente Jair Bolsonaro; -Walter Maierovitch, jurista e professor de direito Constitucional e Criminal; |

| | | |
|------------|---|--|
| CPI | - Menção a manifestantes a favor e contra o governo. | - Manifestantes a favor de Bolsonaro; - Constituição Federal de 1988; - Rodrigo Pacheco, presidente do Senado; - Arthur Lira, Presidente da Câmara; - Fabrício Queiroz, ex-assessor da família Bolsonaro - Manifestantes contra o presidente; - Gleize Hofman, presidente do Partido dos Trabalhadores (PT). |
| | RB 24: - Renan Calheiros, senador por Alagoas e relator da CPI; - Fernando Bezerra, senador por Pernambuco. - Relatório da CPI. | JN 24: - Renan Calheiros, senador por Alagoas e relator da CPI; - Relatório da CPI; - Eduardo Girão, senador pelo Ceará; - Marcos Rogério, senador por Rondônia; - Luis Carlos Heinze, senador pelo Rio Grande do Sul; - Alessandro Vieira, senador por Sergipe; - Fernando Bezerra, senador por Pernambuco; - Humberto Costa, senador por Pernambuco; - Eliziane Gama, senadora pelo Maranhão; - Fabiano Contarato, senador pelo Espírito Santo; - Menção à Assessoria do Planalto; - Flávio Bolsonaro (nota) - Ricardo Barros, deputado federal pelo Paraná (nota) - Marcellus Campêlo (nota) - Wilson Lima, governador do Amazonas (nota) - Menção a Onyx Lorenzoni, ministro do Trabalho e Previdência. |

Fonte: A autora (2023).

À primeira vista, já é possível notar uma diferença expressiva na quantidade de fontes citadas pelos dois telejornais. Notadamente, o Repórter Brasil trouxe menos do que o Jornal Nacional. Alguns outros aspectos, ainda, merecem observação.

O primeiro deles, refere-se à quantidade e prevalência de fontes governamentais. Nas reportagens é necessário trazer fontes oficiais, principalmente porque estamos diante deste recorte que envolve, inevitavelmente, o governo. A questão reside, porém, no predomínio de somente uma versão: a governamental. No primeiro eixo, dedicado ao início da pandemia no

Brasil, o Repórter Brasil decidiu trazer expressivamente as falas do presidente e dos ex-ministros nas coletivas de imprensa que estes faziam durante aquele período. Outra observação nas reportagens desenvolvidas, mais à frente, no mesmo telejornal, sobre a CPI, é de que, em sua maioria, apenas os depoentes são citados, sem apresentar nenhuma outra “pessoa” os questionando durante os depoimentos, por exemplo. Os argumentos feitos contra o governo pelos senadores são ocultados ou apenas timidamente mencionados pelos repórteres. Esse foi o caso das reportagens 15, 16, 17, 20 e 22. A RB 19, inclusive, não trouxe nem mesmo as falas diretas dos depoentes Luis Ricardo Miranda e Luis Cláudio Miranda, apenas uma menção ao depoimento do primeiro citado. Neste tipo de escolha, exclui-se a possibilidade de novos enquadramentos, ou pelo menos, na contraposição, mesmo que tímida, de argumentos entre defesa e denúncia dos acontecimentos citados na Comissão, prevalecendo apenas a versão defensiva do depoente. Este é um caso claro que exemplifica a diversidade reprimida (Herman, 2016) e a pluralidade fechada (Porto, 2002).

No caso do Jornal Nacional, como é possível verificar na tabela 4, houve uma maior quantidade de fontes ou menção a elas. O telejornal trouxe fontes governamentais, mas, no recorte referido, existiu um conjunto de outras fontes, como especialistas, personagens afetados pela pandemia etc. Este é, inclusive, um outro ponto de observação: a presença ou ausência de especialistas ou dados específicos do campo da saúde, já que o tema da pandemia inevitavelmente circunscreve essa área do saber.

O período de maior incidência de orientações e dados especializados percebidos no material analisado foi no primeiro eixo, ou seja, no início da doença no Brasil. Os dois telejornais trouxeram esse tipo de fonte, entre cientistas e profissionais da área da saúde, mas, ainda assim, a quantidade e diversidade no JN foi maior: entre os especialistas, por exemplo, houve médicos infectologistas, pneumologista, pesquisadores de órgãos ligados à saúde, como Fiocruz, Associação de Medicina Intensiva, Conselho Federal de Medicina, farmacêuticas responsáveis pelas Vacinas, conforme detalhamento disposto anteriormente. No Repórter Brasil, identificamos a presença de um profissional infectologista apenas na RB 1. Em termos de referência a fontes estatísticas com dados sobre a pandemia, o RB se dedicou a trazer números do Ministério da Saúde e, posteriormente, do CONASS, enquanto o Jornal Nacional também fez referência ao MS, mas trouxe dados do Consórcio Nacional de Imprensa, do IBGE, da OWN World in Data, e de farmacêuticas.

Com base nessa percepção analítica, observarmos, então, a diversidade significativa de versões disposta em nosso segundo eixo de análise. A diversidade de versões também tem relação proporcional com a questão de aprofundamento no tema e discussões nas reportagens. Se temos maior profundidade temática, naturalmente estamos trazendo mais debates, fontes e personagens para participar e/ou ilustrar a discussão proposta, assim como Gans reforça ao estabelecer que o jornalismo multiperspectivas ultrapassaria o formato convencional das notícias (GANS, 1979). Quando não há envolvimento dessa diversidade, parece claro associar que há pouco aprofundamento ou, pelo menos, que houve pouco investimento em tempo e interesse de ofertar reflexões mais bem apuradas.

Nas reportagens do nosso corpus, o Jornal Nacional, segundo os parâmetros apontados no item 4.3.1 (eixo 2) quanto à diversidade significativa de versões, envolveu uma certa pluralidade de fontes predominante em quase todos os 24 momentos, com exceção dos editoriais (JN 9 e JN 10), onde se via um posicionamento claro do “eu” dos jornalistas e da emissora contra o Governo; e da JN 7, a ocasião de exoneração de Teich, três casos que trouxeram o segmento restrito, ou seja, quando só uma versão é apresentada. Apesar disso, esse diagnóstico de predominância da diversidade é evidenciado, principalmente, porque quase sempre foram trazidas diferentes fontes especializadas sobre a pandemia. Ficou claro também a tendência de ir contra o Presidente e as atitudes que ele reforça, quando ora traziam a fala dele e as suas sugestões de isolamento vertical, por exemplo, e, em contrapartida, a opinião de especialistas afirmando que este tipo não é a maneira cientificamente adequada de combater a doença.

No caso do Repórter Brasil, já conseguimos perceber o movimento diferente de condução da narrativa. Nove reportagens do nosso recorte eram marcadamente no formato episódico (RB6, RB9, RB10, RB 11, RB12, RB 13, RB18, RB 19 e RB 23) e outras nove caracterizadas como versão única (enquadramento restrito) (RB 1, RB 2, RB4, RB5, RB7, RB15, RB16, RB17, RB22). Duas ainda são plural-fechado (diversidade marginalizada) RB24 e RB 14. Como representativa da diversidade significativa (plural-aberto), temos a RB20. Esse diagnóstico demonstra a ausência de aprofundamento em muitos momentos nas reportagens, principalmente quando começou a CPI, limitando-se a trazer a descrição dos momentos ou apenas o depoimento de um personagem sempre governista, sem qualquer contraposição com outros discursos. A ausência de aprofundamento é uma escolha do telejornal e, como em toda decisão, existe um posicionamento inserido.

A maior parte das notícias caracterizadas como episódicas e de versão única nos leva a associar a busca de coberturas que mantenham o formato preconizado pela “teoria do espelho”, como se o telejornal estivesse atento a apenas descrever o acontecimento em sua integralidade e fidelidade. Já apontava Schudson (2010) que essa estratégia não passa de uma tentativa frustrada de esconder posicionamentos, mas na verdade, revela a parcialidade. Ao mesmo tempo, nessa decisão de “descrever a realidade” há o déficit de não apresentar outras fontes que complementem a visão do que está sendo relatado pelo jornalista. Ficamos, então, somente com o que o repórter quer nos contar, ou seja, a sua versão do que ocorreu.

Na reportagem RB 6, por exemplo, o jornalista, no ao vivo, somente mencionou a saída de Teich do Ministério da Saúde, sem aprofundar possíveis justificativas para o ato nem avaliação da breve gestão (Por que o ministro saiu? Qual foi seu discurso? O que fez nesse tempo de Ministério?). Não houve apontamento de maior investigação ou explicação sobre o tema abordado. O eixo temático dessa reportagem foi desviado do foco porque, também no ao vivo, foram chamadas repórteres de São Paulo e Rio de Janeiro apresentando o número de casos de Covid-19 nesses estados. Aqui houve uma clara intenção de omitir o motivo do pedido de exoneração de Teich do cargo.

Outro exemplo de um momento em que poderíamos ter uma diversidade de versões ocorreu na RB17, quando Pazuello, em depoimento na CPI, acusa as empresas White Martins e Carbox pela falta de oxigênio na crise de saúde pública em Manaus. A reportagem poderia ter trazido uma contrapartida para auxiliar na interpretação a respeito de quem era a responsabilidade pela falta de oxigênio na capital Amazonense. No entanto, não houve essa consideração. Sobre essa mesma crise em Manaus, que poderia ter sido abordada a partir da opinião de especialistas, a reportagem RB 11 se limitou a falar sobre a suspensão da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no Município.

5.5.2 Que papéis as personagens assumem?

Na tabela anterior, vimos que muitas fontes foram citadas. Porém, para consideração na análise, citaremos aquelas mais recorrentemente trazidas à arena de disputa simbólica e a caracterização assumida pela cobertura dos dois telejornais, conforme sugere Motta (2013, p. 183): “Destaco a interessante ideia da identificação delas a partir dos antagonismos no conflito dramático: protagonista-antagonista, herói-vilão etc.”. Assim, temos:

Tabela 5 - Caracterização das personagens no JN e RB

| Personagem | Caracterização | |
|---|---|---|
| | Jornal Nacional | Repórter Brasil |
| Jair Bolsonaro | Vilão. Culpado pelas mortes. Sem empatia. | Simpático e comprometido |
| Governistas do Senado | Tropa de choque em defesa do governo | Advogados do governo |
| Manifestantes a favor do governo | Seguidores dos preceitos de Bolsonaro (uso do termo “bolsonaristas”): são contra vacina, a favor do voto impresso, e desejam o fim do Supremo Tribunal Federal. Anti-democráticos | Multidão expressiva (milhares, manifestações nas zonas nobres das capitais do Brasil, “10 quarteirões com pessoas”) |
| Manifestantes contra o governo | Movimentos mais expressivos e democráticos. | Movimentos menos expressivos e com policiamento reforçado. |
| Vítimas da Covid-19 | Não são só números. Personalização. | _____ |

Fonte: A autora (2023).

Inicialmente, nos recordamos do alerta que Luiz Gonzaga Motta (2013) faz em perceber que as notícias citam pessoas reais, mas diante de uma análise da narrativa, é preciso considerar não a sua atuação na realidade, mas sim, os papéis assumidos dentro da história contada pelo repórter/veículo:

Há sempre uma forte relação pessoas/personagens no jornalismo, na biografia e na historiografia, porque personagens representam sujeitos vivos. Mas na análise não interessa o que um político, uma autoridade ou uma pessoa qualquer fez ou deixou de fazer na vida real: interessa como a narrativa jornalística constrói imagens incluindo ou excluindo certas ações, o que ela representa, o que a personagem fez ou deixou de fazer no transcurso da narrativa (MOTTA, 2013, p. 193).

Dessa forma, percebemos que o Presidente Bolsonaro é um personagem frequentemente mencionado nos dois veículos, mas principalmente no JN. Neste telejornal, a construção do papel do presidente é de antagonismo porque o apresenta como principal ator de piora da pandemia, pela omissão e estímulo a medidas não reconhecidas pela comunidade científica. O Jornal Nacional sinaliza que, como Presidente da República, o seu Governo deveria direcionar a tomada de decisões e ações sobre a condução da pandemia, mas que isso não foi feito. Ao

contrário, o foco do RB foi o de trazer Bolsonaro, em muitos momentos, justificando suas decisões e destacando os benefícios oferecidos pela sua gestão, como vacinas e aparelhos fornecidos para tratar da doença nos estados e municípios. Para o JN, as ações do então presidente conduziram para o elevado número de brasileiros mortos pela covid-19. Para o RB, suas atitudes são justificáveis pelo bem econômico.

A menção a senadores governistas durante a cobertura da CPI é outra peça-chave para entendermos o posicionamento dos jornais a favor ou contra o governo, assim como a caracterização de manifestantes durante o dia da Independência, em 7 de setembro. No Jornal Nacional há um forte estabelecimento de antagonismo em referência a Bolsonaro e a seus apoiadores, evidenciados quando, ao se referir aos senadores governistas, em alguns momentos, o repórter chama de “Tropa de Choque da CPI” (JN14, JN 16, JN 17, JN19, JN 24). “Tropa de choque” é um termo policial designado para a unidade da polícia especializada em controlar e dispersar multidões. No caso da CPI, essa tropa de choque funcionaria, segundo o direcionamento das reportagens, como uma força tarefa para dispersar as acusações e proteger o Governo e, conseqüentemente, o Presidente, conforme foi citado em diferentes momentos da cobertura:

Durante a reportagem que trata da cobertura do depoimento de Pazuello na CPI, o repórter Júlio Mosquera fala: “A **tropa de choque** do governo ganhou reforço do senador Flávio Bolsonaro, filho do presidente, que, ao contrário, de outros depoimentos, chegou cedo para acompanhar tudo de perto” (JN 16, grifo nosso).

Em narração de cenas da CPI, na reportagem JN 19, o mesmo repórter diz: “O clima na CPI era de muita tensão. Os depoentes eram sistematicamente interrompidos pelos governistas. O tempo todo, a **tropa de choque** tentava desqualificar as falas dos dois (em referência aos depoimentos dos irmãos Miranda).

Com relação à caracterização das pessoas a favor do governo, durante o Dia da Independência, o telejornal da Globo se refere a eles como antidemocráticos, mais de uma vez em uma mesma reportagem:

O Brasil assistiu hoje a uma demonstração de desprezo pela Constituição, promovida e insuflada pelo presidente da República. Em diversas cidades, milhares de bolsonaristas participaram de atos com pautas que afrontam a Democracia, como a intervenção militar e a destituição de ministros do Supremo Tribunal Federal (JN 23).

No Recife, a manifestação com pautas contra a Democracia ocupou a avenida Beira Mar (JN 23).

Em Campo Grande, o ato com ataques contra pilares da Democracia brasileira, foi na Praça do Rádio (JN 23).

Na reportagem 23, o JN reforçou que os apoiadores e suas pautas são antidemocráticos, ratificadas por expressões como “ataques”, “contra a Democracia”, “contra pilares democráticos”. Ao mesmo tempo, estabeleceu uma relação de oposição entre os manifestantes a favor do Governo e os que são contra. Isto é possível de ser percebido logo na primeira caracterização feita para as manifestações contra Bolsonaro, como aqueles que defendem a Democracia:

Também houve manifestações contra o Presidente Jair Bolsonaro e à política econômica do Governo, e em defesa da Democracia nos 26 estados e no Distrito Federal (JN 23).

5.6 Moral da história e as entrelinhas de interesses revelados

Conforme orienta o sétimo movimento proposto por Motta (2013), em meio às escolhas narrativas de personagens, fontes e recortes, revelam-se as intenções de culpabilizar ou não, de explicar determinada consequência ou não, de priorizar um acontecimento ou não, colocando à vista, então, quais interesses estão envolvidos na história que é contada pelos telejornais. Se interesses privados ou públicos estão prevalecendo nessas coberturas. Com base nos vestígios que buscamos detalhar, associar e esclarecer, percebemos que há marcas bastante conclusivas dos posicionamentos assumidos.

Nessa perspectiva, é possível ver que o **JN** assumiu uma postura:

i) A favor do isolamento e da opinião de especialistas sobre a doença: O Jornal Nacional se posiciona em defesa do isolamento como forma de prevenção da doença de maneira bastante expressiva a partir da reportagem “JN 3”. Para construir o argumento, apresenta um histórico estatístico de mortes, comparando também com as taxas de mortalidade de outras enfermidades como dengue, chikungunya e sarampo. Esse posicionamento é sempre reforçado ao longo de sua cobertura, especialmente nos momentos de número de mortes mais expressivas, como pode ser possível, por exemplo, verificar em alguns trechos das reportagens JN 4 e JN 6, quando dois ministros deixam a pasta por assumir um posicionamento a favor do isolamento social, enquanto o presidente era contra a essa postura:

O Brasil tem hoje, oficialmente, 1.924 mortes por causa da Covid 1-9. Em meio a esse quadro, o presidente Bolsonaro demitiu o ministro da saúde Luiz Henrique Mandetta. O novo ministro será o oncologista Nelson Teich. A divergência entre Mandetta e Bolsonaro começou a ficar mais evidente há

cerca de um mês quando o presidente ignorou as recomendações de isolamento social, passou por Brasília e cumprimentou apoiadores durante uma manifestação. Mandetta sempre defendeu o distanciamento como forma mais eficiente de enfrentar a doença, a mesma postura adotada por líderes de vários países e pela Organização Mundial da Saúde (Fala da âncora Renata Vasconcelos na reportagem JN 4).

Em meio a pandemia do coronavírus, com quase 15 mil mortes, o Brasil está, de novo, sem um titular na pasta da saúde. Nelson Teich deixa o governo quatro semanas depois de assumir o cargo. E, mais uma vez, a saída de um ministro da saúde se dá depois de o Presidente Jair Bolsonaro insistir na adoção de medidas sem amparo da comunidade científica internacional e da Organização Mundial da Saúde (Fala do âncora William Bonner na reportagem JN 6).

Dois médicos de formação deixaram o cargo de Ministro da Saúde porque pretendiam seguir as orientações da ciência e o presidente Bolsonaro não concordou com essa postura deles”, disse Renata Vasconcelos, âncora do Jornal nacional, na reportagem JN 10.

ii) **Contra o presidente e seu Governo:** os argumentos contra Bolsonaro posicionados pelo Jornal Nacional se apoiam na contraposição das medidas defendidas por cientistas e especialistas e o que o presidente defendia. Em diferentes momentos, há um reforço da imagem negativa de Bolsonaro no telejornal da Globo quando diz que “Bolsonaro ignorou as orientações” (JN4), que Mandetta e Teich saíram do cargo “por divergências com o Presidente” (JN 5), e que ele “defendia o isolamento vertical” (JN6). Outros momentos, principalmente durante a CPI, foram trazidos nas reportagens do JN para reforçar a visão de culpa do Bolsonaro quando seis ofertas da Pfizer foram rejeitadas (JN 15), ou quando ele foi pessoalmente avisado por Luís Ricardo Miranda sobre a compra da Covaxim (JN 19).

Com relação ao **RB**, por outro lado, os elementos observados nos guiam a perceber que outros direcionamentos, focados no:

i) **Comportamento cuidadoso com o governo e governistas:** esses momentos apresentados revelam certo cuidado com as menções ao governo. Quando se escolhe trazer falas da defesa de um senador governista (RB14); quando na entrada de um novo Ministro (Teich) as imagens trazem o presidente falando que essa escolha beneficia os brasileiros com abertura da economia e geração de empregos (RB4); quando posiciona o depoimento do ex-ministro da saúde Eduardo Pazuello como uma cordialidade dele em conceder os esclarecimentos mesmo estando protegido por Habeas Corpus concedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) (RB16). Também quando, na posse de Marcelo Queiroga (RB 13), o foco do telejornal foi apresentar as benfeitorias do Governo Federal: entrega de mais de um milhão de medicamentos para

entubação e novas vacinas; e na explícita defesa na RB14, quando, através da fala de um apoiador do Governo, o senador Fernando Bezerra, que ganhou destaque na edição da reportagem sobre o início da CPI, declara: “O Governo não teme as investigações”.

O registro definitivo da vacina da Pfizer no Brasil foi aprovado em fevereiro deste ano. Desde então, o Brasil comprou 200 milhões de doses do laboratório (RB 15)

O ex-ministro da saúde Eduardo Pazuello respondeu todas as perguntas dos senadores mesmo estando protegido por um habeas corpus concedido pelo Supremo Tribunal Federal (RB 16).

Esse achado nos leva a refletir e relacionar com o ponto que trouxemos anteriormente no item 3.2.3.1, sobre o patrimonialismo ameaçar a EBC e, conseqüentemente a TV Brasil. A defesa ao presidente e aos governistas, mesmo em momentos em que há clara acusação e provas sobre a má condução na pandemia, principalmente na avaliação da CPI, reflete a intervenção do Governo na emissora, repercutindo na postura de defesa durante as notícias, ou omissão de aprofundamento nas denúncias. Sobre este ponto, um alerta feito por Gans (2003) parece bem pertinente:

Na verdade, os jornalistas “seguem o poder”. Por exemplo, jornalistas normalmente relatam que o presidente está realizando uma ação ou fazendo uma declaração, mas eles sabem que alguém em sua administração realizou a ação, o que o presidente pode nem mesmo saber sobre. Os jornalistas também sabem que as declarações são escritas por redatores de discursos que o presidente às vezes vê apenas quando aparecem em seu teleprompter. Todas essas práticas são usuais e, tendo se estendido por décadas, são tidas como certas, mas transformam jornalistas em publicitários. (GANS, 2003, p. 46, tradução nossa)

6. (CONSIDERAÇÕES FINAIS) REFLEXÕES E CONEXÕES PARA UM TELEJORNALISMO DEMOCRÁTICO

6.1 A afirmação da Democracia

A trajetória para compreender os enlaces do campo da comunicação brasileira, com relação à tensão entre o interesse público e os interesses privados, são tortuosos e inquietantes, razão do esforço deste trabalho em tentar descortinar as amarras constantes entre a mídia e os poderes a sua volta para enfrentá-las a olho nu. Os problemas já são tão antigos quanto o nascimento do Brasil, bem sabemos, mas a tarefa de apontar, esmiuçar, tentar estabelecer conexões, aprofundamentos, questionamentos e contraposições, é sempre um passo a mais na busca por uma comunicação democrática. Esse foi o ideal desta tese, o sentimento que moveu cada linha teórica e analítica.

O primeiro passo foi o de estabelecer um caminho capaz de unir diferentes áreas do saber, com a finalidade de pensar terrenos palpáveis sobre os âmbitos público e privado, de modo que as discussões convergissem para o campo comunicacional. Neste itinerário, mergulhamos na obrigação de abrir as feridas sobre a temática, apresentando, por exemplo, como historicamente consideramos (tudo o que é) público como menor, descuidado, sem posse definida, ou o inverso, como se fosse uma posse total, definitiva e absoluta do estado, e de um estado com extensão a quem está no governo. Inevitavelmente, todas essas reflexões impactaram a nossa percepção da Democracia, aquela com “D” maiúsculo. Uma Democracia que pensa, engrandece e forma cidadãos com potencialidades deliberativas.

Os caminhos da discussão da comunicação desembocaram na história política, neste caso, do nosso país. Essa confusão constante entre o que é público e privado vem de muito longe. Antes mesmo que a imprensa surgisse em solo brasileiro. É fruto da própria colonização que repercutiu e repercute até hoje em muitos cantos, quinas e frestas. Fomos movidos pela curiosidade de entender que, de fato, somos hoje ainda muito parecidos com os antepassados na compreensão do que de fato é público ou não. Ou de privatizar aquilo que não é ou não deveria ser privado.

Ampliando a lente para o telejornalismo, fomos diagnosticar como é percebida, na cobertura jornalística, essa relação tensa entre as duas dimensões. Como transparece ou esconde. As análises das reportagens que tratavam sobre a pandemia de Covid-19 no Brasil, exibidas pelo Jornal Nacional e pelo Repórter Brasil, nos permitiram aprofundar sobre a

perspectiva da propriedade privada e pública que esses telejornais assumem, como também em seus papéis para a Democracia. Apesar de ser um recorte, é bastante revelador a respeito das relações, dos poderes e do formato da radiodifusão brasileira. Estabelecemos, então, algumas conclusões pertinentes a respeito do material analisado.

6.2 O telejornalismo brasileiro contribui para a confusão entre público e privado

Essa problemática já nos é revelada desde a perspectiva com relação à propriedade das emissoras de radiodifusão que são os canais de onde os telejornais são produzidos. A oligopolização da comunicação é um fato percebido e apontado desde a introdução, mas mais propriamente detalhado no terceiro capítulo na busca de perceber as raízes históricas. A formação das emissoras de radiodifusão já são, desde o início de concessão, uma confusão entre o público e o privado, dentro de um campo (comunicação) que deveria ser olhado para dentro do ideal público. Os problemas pontuais estão, pelo menos, nos seguintes quesitos: i) não há efetiva fiscalização das emissoras concedidas; ii) existe um altíssimo acúmulo de propriedade midiática; iii) com isso, as emissoras privadas ganham uma proporção de alcance e audiência difícil de serem superadas pelas emissoras públicas.

Quando nos deparamos com a cobertura dos dois telejornais, o possível entendimento do público e privado ou, pelo menos, da boa execução do papel do jornalismo, caiu em um abismo. A cobertura analisada do telejornalismo reforça uma diferença substancial já percebida em torno das emissoras públicas e privadas: a enorme distância de investimentos, tempo de exibição e, sobretudo, “missão”. Vamos ponto a ponto:

- O capital aplicado na Globo e, conseqüentemente, em seu telejornal, é muito mais alto do que aquele investido na TV Brasil. Isto envolve posses privadas e anunciantes. O problema de investimento das televisões públicas no Brasil a fora são um agravante para a manutenção e permanência dessas TVs, impedindo a boa execução de suas tarefas. Com pouca (ou sem) verba, é difícil enviar repórteres para outras localidades e ampliar suas captações, fator comprometedor para a apuração, a busca por personagens e o aprofundamento temático etc.
- O tempo de exibição entre os dois telejornais é algo que repercute também no aspecto do aprofundamento. A diferença é de 15 minutos entre o Jornal Nacional e o Repórter Brasil. Com mais tempo, é possível descrever melhor o assunto abordado e apresentar

mais de uma fonte e/ou personagem, conseqüentemente ampliando a diversidade de vozes da matéria. Mas essa perspectiva do tempo pode e é administrada de acordo com as prioridades de cobertura daquele jornal. O Repórter Brasil poderia ter investido mais alguns minutos no tema central da pandemia, a nosso ver, na composição da edição.

- Todas essas partes mencionadas recaem sobre a missão enxergada e assumida pelas emissoras. A grande questão dessa confusão, além da propriedade, está na compreensão do papel de cada emissora. E isso ressoa no seguinte ponto:

6.2.1 Os sintomas da confusão entre o papel público e estatal na TV Brasil

Ficou claro, em diversos momentos da análise, que a TV Brasil tem confundido, pelo menos dentro do recorte estabelecido, seu papel de emissora pública como uma emissora estatal. Isso tem forte relação com as intervenções sofridas desde 2016 pela EBC. Após sua fusão com a estatal NBR, a TV Brasil tem sinalizado uma descaracterização palpável do que compreenderia uma emissora pública, pelo menos no conteúdo veiculado analisado. Apoiamo-nos no achado das análises do capítulo anterior de que o Repórter Brasil permaneceu numa postura de proteção ao Governo, sem aprofundar, muitas vezes, temas como corrupção, principalmente no período da CPI. Isso é extremamente sintomático. Há claras diferenças nestes dois telejornais que repercutem diretamente no conteúdo, como já citamos sobre o Repórter Brasil ter bem menos tempo de exibição que o Jornal Nacional, além da diferença de recursos financeiros, mas não mencionar crimes, deixar de trazer denúncias e preservar imagens políticas é uma escolha editorial, assumida pelo telejornal da emissora pública em questão.

Sobre esta notada escolha, alguns autores já nos ajudaram a refletir ao longo da tese, como por exemplo Soloski (2016, p. 145), ao observar a forte presença editorial que guia o fazer jornalístico: “Os princípios do profissionalismo jornalístico têm como resultado uma cobertura noticiosa que não ameaça nem a posição econômica da organização jornalística individual nem o sistema político-econômico global no qual a organização jornalística opera”. Essa afirmação do autor descreve a evidente parcialidade de noticiar que o Repórter Brasil sinalizou nas reportagens do nosso recorte.

Tudo isso refere-se a um alerta sobre o problema de identidade que a emissora enfrenta. Ela, como emissora pública, tem cumprido o seu papel? Ou o lugar que o governo ocupa como gestor tem ultrapassado essa fronteira e sido o “dono” majoritário com direitos exclusivos ao

invés dos cidadãos? A segunda pergunta aparece praticamente como uma afirmação diante do que foi percebido no corpus deste trabalho. Houve um evidente conflito entre as duas coberturas diante da intriga da pandemia. O Jornal Nacional fez duras críticas, enquanto o Repórter Brasil teve uma postura omissa diante das evidências sobre a pandemia e a condução política, circunstância notadamente contaminada pelo patrimonialismo que, há tempos, deturpa a percepção daquilo que é público como privado, especialmente no âmbito político, mas que se encaixa também neste olhar sobre a comunicação, conforme discutimos no ponto 3.2.3. É preciso que a TV Brasil se reconheça como emissora pública, assumindo papel crítico e de compromisso com as reflexões cidadãs.

Tudo isso que foi observado se afunila para um campo de questão que debate sobre ao que, exatamente, o público e/ou o privado deve corresponder no campo da comunicação, desvelando tão antigos quanto atuais problemas que ressoam nos dois telejornais.

6.2.2 Persistem as cicatrizes na percepção do que é público

Entender o que é público sempre foi uma dificuldade concreta em nosso país, em diferentes instâncias. Discutimos sobre isso logo no segundo capítulo e, com o passar do aprofundamento da pesquisa, tornou-se ainda mais evidente, inclusive, nos telejornais que trouxemos. Essas cicatrizes são difíceis de serem solucionadas porque representam uma mudança cultural, política e social que deveria, pelo menos, ser reforçada pela mídia dado seu potencial de influência na sociedade. Porém, o que diagnosticamos é que a mídia é um produto dessa confusão e ainda a reforça com suas práticas. Nas reflexões sobre o que se entende por público, as emissoras e os telejornais que elas veiculam, reforçaram os estigmas.

a) Pertencimento “de ninguém ou de todos?”: conforme já apontado no segundo capítulo, há uma confusão na compreensão daquilo que é público como sem dono ou sendo de todos. Ocorre que, pensada como não pertencendo a um “alguém”, há uma desvalorização de qualquer que seja o bem público. Neste caso, estamos falando da mídia pública, mais especificamente da TV Brasil e Repórter Brasil. Esse primeiro estigma recai principalmente na perspectiva de isenção da participação pública na emissora. Após o desmonte da TV Brasil depois do golpe de 2016, não há uma participação coletiva do conselho curador, portanto não há uma deliberação popular expressiva. Uma TV Pública só pode ser verdadeiramente pública se tiver institucionalizada a participação popular através de um conselho curador realmente representativo da sociedade.

b) Público como Estatal: este aspecto havia se tornado concreto quando houve intervenções diretas do governo federal a partir de 2016. Naquele momento, tornou-se visível a percepção

de que a TV Pública deveria corresponder aos anseios do governo, e ainda pior, de que o estado pertence a quem o governa, deturpando a participação pública na perspectiva política. Essa crença desrespeita a Democracia e gera impactos como os vistos na Empresa Brasil de Comunicação (EBC) em que o Presidente da República age diretamente na formação e veiculação dos conteúdos da empresa. Fruto das ações interventoras, a fusão de uma empresa estatal com uma pública escancarou a completa confusão no que se refere ao serviço oferecido pelos dois sistemas.

No quesito propriedade, as emissoras públicas e estatais são gerenciadas pelo Estado, mas diferem-se no serviço ofertado por cada sistema. O estatal veicula as atividades relacionadas ao governo, não como uma propaganda, mas como uma prestação de contas das ações que são realizadas pelos três poderes (executivo, legislativo e judiciário). Já o público parte do princípio da inclusão dos públicos, na representatividade da diversidade de cidadãos existentes nas sociedades.

Antes mesmo das fatídicas intervenções em Temer, já alertou Eugênio Bucci (2015), ex-presidente da estatal Radiobrás, que a empresa nunca representou uma verdadeira empresa pública de comunicação porque desde o princípio esteve vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, representando um perigo para possíveis intervenções. Fato é que, antes de 2016, a empresa possuía certa autonomia na escolha da presidência e possuía o conselho curador.

6.3 É possível conceber um ideal democrático para o telejornalismo brasileiro?

Tudo que debatemos na pesquisa primou pela comunicação democrática. Observamos a dualidade entre público e privado, a difícil execução de espaço e propriedade da mídia, investigamos a cobertura de dois telejornais, sempre treinando o olhar rumo à Democracia. Mesmo em meio a tantos percalços percebidos no constante descumprimento da constituição, no acúmulo de mídia, nos desmonte, não gostaríamos de ter uma perspectiva negativa. O olhar crítico é diferente do negativismo.

Vale lembrar que estamos debruçados sob a perspectiva de uma Democracia Deliberativa (HABERMAS, 2018), entendendo que o jornalismo possa colaborar com este procedimento que leva em conta a racionalização de três aspectos: o interesse individual (privado), os interesses das comunidades (valor ético) e o argumento moral ou de justiça que

representa um valor universal. Isso implica em, conforme nos sinaliza o autor, evitar a marginalização de concepções de mundo, estar aberto a rever sua autodescrição de mundo e fortalecer a aceitação em comum, articulando as discussões e permitindo a participação da sociedade civil.

Mesmo em meio às dificuldades, vislumbramos a tentativa de trazer a informação; a insistência, mesmo em meio à diferença de investimentos; ou mesmo o empenho da cobertura em uma época tão difícil quanto foi a pandemia. Vem à lembrança, por exemplo, no início, quando os dois telejornais divulgaram quais as medidas específicas de prevenção contra a covid-19, orientações embasadas pela ciência através do Ministério da Saúde. Outros momentos, quando o Jornal Nacional apresenta as vítimas numa busca de demonstrar apoio às famílias. Saindo dos limites do nosso recorte, todos os dias é possível perceber no jornalismo à fora, iniciativas independentes que lutam para trazer a pluralidade da informação; tvs e rádios públicas que chegam às regiões distantes e persistem na tarefa do noticiar; ou mesmo, veículos da mídia privada que também têm coberturas exemplares nos termos democráticos discutidos nesta tese. Recordamos esses exemplos para ilustrar que a Democracia é persistente e precisa do jornalismo. E que é possível vislumbrar momentos em que há um esforço para contemplarmos uma mídia mais democrática.

Para tanto, envolvidos e movidos pelos pensamentos dos autores que trouxemos ao longo das páginas, pela experiência tida com as análises do material jornalístico disposto em nosso corpus, é possível indicar algumas proposições que acreditamos contribuir na perspectiva de uma comunicação que atenda à Democracia.

6.3.1 Consolidando apontamentos para um jornalismo que compreenda a Democracia

Não se trata de uma tarefa fácil. Se assim fosse, já teríamos uma comunicação regulamentada e bem estabelecida democraticamente e um jornalismo essencialmente comprometido com os ideais democráticos. A pesquisa buscou refletir sobre esse caminho, mas ele esbarra em questões de propriedade, em dilemas do profissionalismo, interesses privados confundidos ou disfarçados de públicos. Distantes de um olhar pessimista, o fato de estarmos debatendo sobre o jornalismo já é um sinal de busca por uma melhor prática da profissão. Essa discussão e avaliação do jornalismo deve ser uma prática cotidiana para a Democracia, por isso,

partimos dos principais aspectos que reunimos na pesquisa para traçar reflexões para um possível fazer jornalístico que atenda os valores democráticos.

O primeiro aspecto a ser citado é a geração de uma cultura do jornalismo democrático. A cultura é algo construído, desenvolvido, disseminado entre os profissionais, as redações, as emissoras e públicos. Na prática, como essa cultura democrática no jornalismo pode emergir? A resposta dessa pergunta vem atrelada ao conceito que trouxe nos primeiros momentos da tese sobre o modelo de Democracia que acreditamos exemplificar bem como procedimento de participação popular: a Democracia Deliberativa habermasiana. O autor aponta os critérios para que o processo deliberativo possa, de fato, acontecer em sociedade:

(a) não podem ser excluídos da participação aqueles que possam fazer uma contribuição relevante; (b) a todos é dada a oportunidade igual de fazer contribuições; (c) os participantes devem dizer o que realmente pensam; (d) a comunicação tem de estar livre de coações internas e externas, de modo que as tomadas de posição sim/não acerca das pretensões de validade somente sejam motivadas pela força de convencimento das melhores razões (HABERMAS, 2018, p. 100).

Enxergamos nessas sugestões aplicadas ao jornalismo o apoio à diversidade humana, a abertura ao diálogo real, à inclusão das demandas sociais tão plurais e significativas, com respeito aos direitos humanos. Esse é o primeiro foco de reflexão.

De forma procedimental e com base no que trouxemos ao longo dos capítulos, acreditamos que, para avançar num formato participativo da mídia é preciso **entender o papel do jornalismo**, compreendido como um passo democrático. Nos parece óbvio que só lutaremos por aquilo que conhecemos e acreditamos. No entanto, o que discutimos e verificamos existir na pesquisa, é que a grande parte dos veículos desconhecem ou fingem não saber, é justamente sobre esse papel. Por isso, as “vacas sagradas” (patrocinadores), nos lembrou Ross (2008), e os proprietários dos jornais, controlam o veículo, a vez e a voz, suprimindo a pluralidade de vozes e garantindo que só a deles e as dos seus sejam ouvidas. Essa má experiência tem há muito tempo desanimado o bom jornalismo. Aquele que é o que nasceu para ser: público. Não preso a termos de propriedade, porque isso não deveria depender se a natureza da emissora é pública, privada ou estatal. Não um jornalismo corrupto em benefício próprio da emissora e dos anunciantes. Mas um jornalismo que atenda o interesse público. Informar a todos. Ser para todos.

Entendendo o papel do jornalismo (e isso inclui a responsabilidade do jornalista em sua tarefa) nos acendeu um outro ponto dentro das nossas proposições: **compreender do que**

realmente se trata a narrativa jornalística. O fato de perceber que a notícia é um texto narrativo nos permite abrir os olhos para pensar as práticas jornalísticas em diferentes aspectos. O primeiro deles é que contar uma história jamais será repetir o que ocorreu. Isto significa dizer, como já vimos em Motta (2016), que a notícia é uma experimentação da realidade. Isso não descredibiliza a atividade jornalística, pelo contrário, a humaniza no sentido mais literal possível: os textos, as gravações e a narração são feitas por pessoas com suas próprias leituras de mundo.

Entender que a notícia é uma narrativa nos permite avançar na percepção do próprio *lead*, que busca compreender um quem, como, quando e por que a ser respondido na estrutura do primeiro parágrafo da notícia, mas não somente nesse momento. A história daquilo que acontece, diante de toda sua complexidade, prescreve muitos detalhes. Não há, reforçamos, a possibilidade de falar exatamente tudo que ocorreu, mas é dever do jornalista realizar uma boa apuração e trazer mais elementos para a narrativa: personagens, contextos políticos, históricos e sociais e repercussões, por exemplo. Para aprofundar essa narrativa, o tempo de duração é bastante importante no telejornalismo, mas, mesmo um telejornal com menos tempo, como é o caso do Repórter Brasil, pode usufruir bem para um aprofundamento. Quanto mais detalhes, maior é nosso universo de compreensão.

Diante desse aprofundamento, também destacamos a importância **da diversidade significativa de versões** para democratizar a notícia, tornando acessível ao público o máximo possível de versões para a sua interpretação do mundo. Aqui não está disposto somente a quantidade que, a depender da pauta, pode ser positivo para a diversidade, mas principalmente pela articulação dentro da narrativa com a apuração e com os discursos plurais, não somente contrários, mas como um debate disposto na arena noticiosa, onde se explica, se constrói compreensões, se argumenta sobre o acontecimento. Essa diversidade, como já alinhamos, favorece a Democracia Deliberativa e, conseqüentemente, as decisões políticas. Sobre isso, resgatamos um trecho de Gans (2003) reforçando a importância da diversidade de opiniões no texto jornalístico:

Além disso, a inclusão de mais opiniões entre os espectros ideológicos e outros forneceria ao público ideias que, de outra forma, eles não poderiam encontrar. Ampliar o leque e o número de opiniões é, em última análise, tão importante por ser a única maneira de a mídia de notícias alcançar o equilíbrio de que precisa para ser percebida como livre de preconceitos. A prática de presumir que há apenas dois lados, ou opiniões, sobre as questões principais e que um equilíbrio é alcançado mencionando ambos, pode economizar espaço ou tempo de antena, mas não pode fazer justiça à diversidade de opinião entre

os cidadãos. Uma política democrática precisa da maior variedade de opiniões - e de soluções propostas - para questões significativas. O fato de algumas opiniões poderem ser representadas por constituintes muito pequenos é muito menos relevante na mídia do que na política. Boas ideias geralmente vêm das margens (GANS, 2003, p. 102)

A diversidade de versões, então, ganha amplitude no jornalismo para incluir a diversidade brasileira, circunstância fundamental à cidadania. O foco da comunicação deve ser **o cidadão**, como seu principal cliente para onde deve ser direcionamento o atendimento, ajustado às suas necessidades e expectativas. Com essa consciência, o jornalismo certamente seria mais rigoroso no enfrentamento das influências de patrocinadores e donos de mídia. Essa diversidade não pode ser apenas para “constar” que houve menção, mas sim uma verdadeira inclusão racial, de gênero, de classes sociais, de pessoas com deficiência, com sua participação no debate. Dentro dessa questão de inclusão, um caso interessante de ser mencionado é que o Repórter Brasil, em nosso corpus, começou a trazer a legenda em libras a partir da RB 14, promovendo o acesso a pessoas surdas na audiência. No Jornal Nacional, não há esse recurso.

O aprofundamento temático, então, é resultado da boa execução de diversidade significativa de versões e da boa sinalização dos contextos, porque nos permite ir à fundo nos questionamentos e abordagens. Questionar é a grande chave para o jornalismo. O problema se apresenta camuflado ou apenas como uma pequena ferida. O jornalista, então, deve ser aquele que percebe algo maior diante daquilo que lhe é apresentado: aquilo é realmente o que está posto ou é um sintoma de algo mais profundo? Isso pressupõe levantar hipóteses, investigar mais atentamente, buscar a raiz do problema.

Numa abordagem mais aprofundada do contexto, um dos elementos narrativos, entendemos, na prática, que é necessário questionar, por exemplo: O que antecedeu o acontecimento? Que outros fatores interferem ou podem interferir naquele acontecimento? Quais questões históricas, políticas, sociais e/ou religiosas podem estar implicadas? Qual a repercussão? Existe algum impacto a curto, médio ou longo prazo?

Também é importante estar atento a outras questões que podem surgir a partir de um acontecimento principal. O nosso corpus exemplifica bem esse apontamento. A pandemia é o principal problema vivenciado no Brasil, principalmente em 2020, mas a cortina se abriu para outros problemas que perpassavam o primeiro, ou seja, as crises econômicas e políticas. Já afirmou Castells (2018, p. 20) que “as crises são momentos reveladores das falhas de um sistema e, portanto, exercem a mediação entre as tendências de fundo de uma sociedade, a

consciência dos problemas e as práticas que emergem para modificar as tendências percebidas como prejudiciais às pessoas, embora sejam funcionais para o sistema”.

As personagens são importantes na narrativa porque provocam as ações e, no texto jornalístico, também podem atuar como especialistas em determinado tema, seja por conhecimento no assunto ou por vivenciar o acontecimento (fontes). O jornalista deve estar atento a perceber, diante do acontecimento, quem são os envolvidos, o que fizeram anteriormente; se existe algum impacto de ação deste personagem para o acontecimento mais recente. Também é necessário ressaltar a importância de recorrer, sempre que possível, a fontes documentais para aprofundar ainda mais a narrativa.

Como exemplo ao longo da nossa percepção analítica, podemos nos empenhar em sugerir um direcionamento diverso e mais aprofundado ao Repórter Brasil na ocasião de ausência de cobertura sobre o acontecimento prescrito em nosso recorte. A RB 8 deveria falar sobre a exclusão do boletim epidemiológico que o Ministério da Saúde divulgava durante os primeiros meses de pandemia. Este, então, é o foco jornalístico a ser atendido. Sem comparação com o que foi feito pelo Jornal Nacional, apenas levando em conta a sugestão de questionamentos, já poderíamos buscar informações, como:

- *Antecedentes à exclusão*: Quando esse boletim começou a ser publicado e qual a sua função (importância)? Que dados ele trazia? Como ele captava as informações?

- *Acontecimento abordado (o momento da exclusão do boletim)*: Quando houve a exclusão? Por que foi excluído? Qual a justificativa do Ministério da Saúde? Existe alguém envolvido diretamente nessa decisão?

- *Aspectos seguintes ao acontecimento*: Qual o impacto dessa exclusão? Que outras soluções foram necessárias para suprir a necessidade da falta do boletim?

- Diante desses três momentos, ainda pensar *quais fontes* podem ser incluídas na narrativa que possam explicar os porquês de cada etapa, principalmente da exclusão (que é o foco) e as consequências da ausência desses dados. Aqui, possivelmente poderia ser, no mínimo, alguma fonte do Ministério da Saúde que explicasse o porquê o boletim deixou de ser divulgado e algum pesquisador que pudesse apontar as consequências da exclusão.

Vejamos outro exemplo que está dentro do recorte de nossas análises, desta vez do Jornal Nacional na cobertura de número 7, na ocasião da admissão de Eduardo Pazuello como ministro interino da Saúde (já abordada na JN 6), após a saída de Teich. Na JN 7, em vinte e

um segundos, a âncora expõe que foi publicado no Diário Oficial da União a exoneração do anterior e a posse do novo ministro, mas não trouxe maiores detalhes sobre este acontecimento. O foco aqui é em Pazuello, por ele estar assumindo a pasta. Poderíamos aprofundar com alguns questionamentos como:

- *Antecedentes à admissão do ministro interino:* Por que ele está assumindo a pasta? Que repercussão é possível perceber com o terceiro ministro assumindo o Ministério da Saúde em menos de seis meses do início dos casos de covid-19 no Brasil?

- *Acontecimento abordado:* Quem é Pazuello (formação, resumo da carreira)? Qual o perfil de gestão?

- *Aspectos seguintes ao acontecimento:* Que impactos foram percebidos com a posse dele? Quais ações ele irá propor para o combate à situação de pandemia (a curto, médio e/ou longo prazo)?

Esses são aspectos que consideramos importantes tendo em vista que a população pouco sabia de Eduardo Pazuello e ele estava, naquele momento, assumindo o Ministério que estava à frente das ações contra a covid-19, mesmo sem formação na área da saúde. Dentro de cada ponto, a inserção das fontes especializadas da saúde, inclusive o próprio Pazuello, traria uma diversidade significativa à notícia.

Cada pauta possui suas especificidades, direcionando ao nível de detalhamento e debate, mas a percepção desta pesquisa é proporcionar a reflexão de que o telejornalismo, ao aprofundar as questões, estará nos fornecendo cada vez mais elementos para nossa interpretação e, assim, correspondendo democraticamente às necessidades de nós cidadãos. Como afirmou Gomes (2018, p. 341-342), o jornalismo precisa questionar, investigar: “O jornalismo é uma instância da qual se espera que vasculhe e mexa no lodo de fatos politicamente relevantes, fazendo vir à tona informações decisivas para a ação dos cidadãos e para as providências do próprio sistema político e tornando vulneráveis fontes de poder que, não fosse isso, estariam fora de alcance do olhar público”.

Uma questão realmente particular ao debate dos telejornais é sobre o **posicionamento esclarecido e distanciamento de influências patrimonialistas**. Posicionar-se é um direito democrático, desde que esse posicionamento não fira os direitos humanos. No jornalismo, posicionar-se rompe com a ideia de objetividade, que já destacamos ser ultrapassada ao fazer jornalístico. Estamos sempre nos posicionando e isso é revelado, na narrativa jornalística, nas

escolhas do foco, fontes e imagens. O problema, no jornalismo, é quando esse posicionamento ultrapassa a função pública da notícia, ou seja, quando são omitidos acontecimentos para favorecer donos e/ou políticos. Por isso, é fundamental que esse posicionamento esteja distante das influências patrimonialistas que minam a importância democrática daquela narrativa. Quando os jornalistas ficam reféns das amarras políticas e econômicas do veículo, é possível dizer, inclusive, que há um desperdício de recurso humano. Desperdiçar não se refere somente a bens materiais, mas também à mão de obra qualificada, que poderia estar desempenhando com seu trabalho o cumprimento do ideal democrático.

Acreditamos que estas proposições, com base em nossas discussões teórica e analíticas, podem favorecer a construção de telejornalismo que afirme a Democracia, constituindo a informação como bem público. Este é um trabalho que inclui o esforço em algumas frentes: a formação acadêmica que estimule a busca pelo diálogo, diversidade, questionamentos e aprofundamentos; a desconstrução do núcleo duro da ideologia do profissionalismo jornalístico baseado na perspectiva positivista da objetividade como distinção entre fato e opinião nas redações e na própria percepção da audiência; e pelo exercício de combate aos interesses privados de empresários e anunciantes que enviasam a notícia.

O desafio do jornalismo democrático, assim como da própria Democracia, é a sua manutenção e a grande prova é e será no dia a dia, com o passar do tempo, sustentando os ideais democráticos diante dos desafios que possam ocorrer. Assim como quando refletimos com os alunos na ocasião do estágio docência sobre a legitimidade de um governo democrático estar alicerçado nas práticas diárias de cumprimento dos deveres e não cometimento de crimes, o jornalismo democrático deve ser legitimado pelas práticas cotidianas do exercício da profissão que afirmem a Democracia. O exercício de aprofundar e ofertar a diversidade de versões deve ser constante, a cada pauta atendida. Por isso, a prática e o debate sobre o Jornalismo Democrático precisam ser mantidos expressivamente. Este foi o esforço dessa pesquisa e deixamos como estímulo que outras tantas iniciativas possam pensar e fazer uma Democracia fortalecida. Como jornalistas e pesquisadores que somos, defendemos aquilo que acreditamos: a possibilidade de ofertar informação de qualidade, plural, questionadora e esclarecedora, contribuindo para a discussão pública e a vida política democrática da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRES, J; SANTOS, S. **Sempre foi pela família: mídia e políticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

AMORA, S. A. **Minidicionário Soares Amora da Língua Portuguesa**. 19ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARISTÓTELES. **A Política**. Traduzido por Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. 6ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BECKER, Beatriz. Mídia e jornalismo como formas de conhecimento: uma metodologia para leitura crítica das narrativas jornalísticas. **Matrizes** (USP), v. 2, p. 231-250, 2012.

BRASIL. **Lei Nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5250-9-fevereiro-1967-359026-norma-pl.html>>. Acessado em 05 de junho de 2020

_____. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 09 de junho de 2020.

_____. **Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111652.htm#:~:text=Institui%20os%20princ%C3%ADpios%20e%20objetivos,1966%3B%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias>. Acessado em 20 de janeiro de 2021.

_____. **Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14117compilada.htm>. Acessado em 03 de fevereiro de 2021.

_____. **Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d52795.htm>. Acessado em 03 de fevereiro de 2021.

_____. **Medida Provisória nº 744, de 1º de setembro de 2016**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv744.htm#:~:text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%2011.652,Empresa%20Brasil%20de%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20D%20EBC.>>. Acessado em 03 de fevereiro de 2021.

_____. **Lei nº 13.417, de 1º de março de 2017**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13417.htm>. Acessado em 08 de fevereiro de 2021.

_____. **Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113424.htm>. Acessado em 08 de fevereiro de 2021.

_____. **Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10405.htm>. Acessado em 03 de fevereiro de 2021.

_____. **Lei Nº 13.982, de 2 de abril de 2020**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113982.htm>. Acessado em 10 de março de 2023.

_____. **Portaria Nº 1.514, de 15 de junho de 2020.** Disponível em: <<https://observatoriahospitalar.fiocruz.br/sites/default/files/biblioteca/LEITOS%20PARA%20TODOS%20MS%20Portaria%201514%20de%20junho%20de%202020%20%20Hospitais%20de%20campa%C3%9Fas.pdf>>. Acessado em 14 de abril de 2023.

_____. **Decretos de 13 de janeiro de 2023.** Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/decretos-de-13-de-janeiro-de-2023-457878574>>. Acessado em 02 de março de 2023.

BECERRA, Martín; MASTRINI, Guillermo. **Los dueños de la palabra – Acceso, estructura y concentración de los médios em la América latina del siglo XXI.** Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade:** para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BREED, Warren. Controle Social na Redação. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo:** questões, teorias e “estórias”. Florianópolis: Insular, 2016.

BUCCI, Eugênio. **O estado de Narciso:** a comunicação pública a serviço da vaidade particular. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CABRAL, E. D. T. A mídia no brasil: como se dá a concentração das comunicações e telecomunicações. **Revista Eptic.** Vol. 17, n. 3, setembro/dezembro. 2015. p.16-28.

CAMINHA, P. V. Carta a el-rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil. **Biblioteca Nacional Digital.** Disponível em: <http://purl.pt/162/1/brasil/obras/carta_pvcaminha/index.html>. Acessado em 16 de setembro de 2021.

CAMPONEZ, C. Jornalismo regional: proximidade e distanciamos. Linhas de reflexão sobre uma ética da proximidade no jornalismo. In: CORREIA, J. C. (org). **Ágora - Jornalismo de Proximidade:** Limites, Desafios e Oportunidades. LabCom Books, 2012P. 35-48

CARVALHO FILHO, Matheus. **Manual de Direito Administrativo.** 4ª ed. Salvador: JusPODIVM, 2017.

CAVENAGHI, Beatriz de Araujo. **Telejornalismo local:** Estratégias discursivas e a configuração do telespectador. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

CARTILHA EBC. **Conheça o conselho curador.** Disponível em: <http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/cartilha.pdf>. Acessado em 20 de agosto de 2020.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura:** a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CHAUÍ, M. **Mídia, obstáculo à democracia.** 2012. Disponível em:<<https://outraspalavras.net/outrasmidias/midia-produz-culpas-condena-sumariamente/>>. Acessado em 14 de janeiro de 2021.

CONFECOM, Conferência Nacional de Comunicação. **Caderno da 1ª Conferência Nacional de Comunicação.** 2010. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/comunicacao/caderno-propostas-1a-confecom>>. Acesso em 15 de junho de 2020.

CORREIA, João Carlos. **A Teoria da comunicação de Alfred Schutz.** Lisboa: Livros Horizonte, 2005

COUTINHO, Iluska. Telejornalismo e público - Sobre vínculos com o cidadão, convertido em audiência. In: PORCELLO, Flávio; VIZEU, Alfredo; COUTINHO, Iluska (orgs). **O Brasil (é)ditado.** Coleção Jornalismo Audiovisual. V.1. Florianópolis: Insular, 2012. P. 21-42.

DEWEY, John. **La opinión pública y sus problemas.** Madrid: Ediciones Morata, 2004.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da Propriedade Privada e do Estado. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

ESTATUTO SOCIAL DA EBC. 2020. Disponível em: <<https://www.ebc.com.br/acessoainformacao/institucional/regimentos-internos>>. Acessado em 02 de dezembro de 2020.

FALCÃO, L.F. N. **Comunicação pública e mobilização social: narrativas, televisualidades e engajamento virtual na campanha da “Frente em defesa da EBC e da Comunicação Pública”**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2019.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder - formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 3ª ed. 2001.

FILHO, J. S. C. **Manuel de Direito Administrativo**. 31ª. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. São Paulo: Global Editora, 2013.

G1.**EUA registram mais de 100 mil mortes por Covid-19, segundo levantamento**. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/27/eua-registram-mais-de-100-mil-mortes-por-covid-19-segundo-levantamento.ghtml>>. Acessado em 14 de abril de 2023.

GAMBARO, Daniel; FERREIRA, Gisele Sayeg Nunes. **Introdução à televisão: cadernos de estudo**. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2012.

GANS, Herbert J. **Democracy and the news**. New York: Oxford University Press, 2003.

GOFFMAN, Erving. **Os Quadros da experiência Social: Uma Perspectiva de Análise**. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOMES, W. S. Por que a comunicação é tão importante quando se pensa a democracia? In: MENDONÇA, R. M.; CUNHA, E. S. M. (Orgs.). **Introdução à Teoria Democrática: Conceitos, histórias, instituições e questões transversais**. 1ªed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018, p. 335-348.

GRADIM, Anabela. My language is the sum total of myself: universos dialógicos em Pierce. In: SANTOS, J.M; ALVES, P. M. S; SERRA, J. P. (orgs). **Filosofias da Comunicação**. Portugal: LabCom, 2011.

INTERVOZES. **Marco Regulatório do Sistema de Mídia Brasileiro**. 2017. Disponível em: <<http://brazil.mom-rsf.org/br/>>. Acessado em 08 de junho de 2020.

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e norma**. 4. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. **Verdade e justificação**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **A inclusão do outro**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Florianópolis: Insular, 2016.

HALLIN, D.C; MANCINI, PAOLO. **Sistemas de Media: Estudo Comparativo – Três Modelos de Comunicação e Política**. Lisboa: LIVROS HORIZONTE, LDA, 2010.

HACKETT, Robert. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos Estudos dos media noticiosos. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016.

HERMAN, Edward. A diversidade de notícias: “marginalizando” a oposição. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016.

HOBBS, Thomas. **O Leviatã**. Tradução: João Paulo Monteiro, Maria Beatriz Nizza da Silva, Claudia Berliner. São Paulo: Marins Fontes, 2003.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KUNSH, M. M.K. Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas. In: MATOS, Heloiza (org.). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectiva**. São Paulo: ECA/USP, 2012.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários – nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

INTERVOZES. **Marco Regulatório do Sistema de Mídia Brasileiro**. 2017. Disponível em: < <http://brazil.mom-rsf.org/br/> >. Acessado em 09 de setembro de 2020.

LARANGEIRA, A. N. O compadrio na formação das capitânicas hereditárias da mídia brasileira. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-Compós**. Brasília, v.12, n.3, set./dez.2009, p. 1-14. Disponível em: <<https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/435/397>>. Acessado em 14 de março de 2020.

LIMA, Venício. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. **Regulação das Comunicações: História, poder e direitos**. São Paulo: Paulus, 2011. – (Coleção comunicação).

LIMA, V. A. de; LOPES, C. A. O coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004). **Observatório da Imprensa**. 2007. Disponível em: < <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/o-coronelismo-eletronico-de-novo-tipo-19992004/> >. Acessado em 12 de maio de 2020.

MATOS, H. Comunicação Pública, esfera pública e capital social. In: Duarte, Jorge (Org.). **Comunicação Pública: estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2012.

MATTOS, S.A.S. **História da televisão brasileira – uma visão econômica, social e política**. Petrópolis: Editora Vozes, 2ª ed, 2002.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MEAD, George. **Mind, self & society**. Chicago: The University of Chicago Press, 1982.

MEMÓRIA GLOBO. **Jornal Nacional**. Disponível em: < <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/> >. Acessado em 18 de janeiro de 2021.

MOLOTCH, Harvey; LESTERS, Marilyn. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016.

MOTTA, L. G. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

_____. Narrativas jornalísticas e conhecimento de mundo – representação, apresentação ou experimentação da realidade? In: PEREIRA, F. H; MOURA, D. O; ADGHIRNI, Z. L. (orgs). **Jornalismo e Sociedade – Teorias e Metodologias**. 2ª ed. Florianópolis: Editora Insular, 2017. p. 219-241.

_____. Observatórios: da resistência ao desenvolvimento humano. In: CHRISTOFOLETTI, R; MOTTA, L. G. (Orgs). **Observatórios de mídia - olhares da cidadania**. São Paulo: Paulus, 2008. v. 1.

OLIVEIRA, Élida; ORTIZ, Brenda. Ministério da Saúde confirma primeiro caso de coronavírus no Brasil. **Portal G1**. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/02/26/ministerio-da-saude-fala-sobre-caso-possivel-paciente-com-coronavirus.ghtml>>. Acessado em 04 de dezembro de 2020.

PARK, R. A notícia e poder da imprensa. In: BERGER, C.; MAROCCO, B. (org.). **A era glacial do jornalismo**. Porto Alegre/RS: Sulina, v. 2., 2008, p.71-82.

PERUZZO, Cicilia N. Krohling. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Revista Comunicação & Sociedade**. Universidade Metodista de São Paulo. Volume 26, n. 43. 2005.

PETTI, Carin. **Origem do coronavírus: morcego e acidente de laboratório são pontos investigados**. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/origem-do-coronavirus-morcegos-ou-acidente-de-laboratorio/>>. Acessado em 6 de abril de 2023.

PIERANTI, Octávio. A radiodifusão pública é “cara demais”? Uma avaliação do orçamento da EBC. **Revista Eptic**, vol. 22, Nº 3, p. 6-23, set-dez, 2020.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Comunicação e Política. Conceitos e abordagens**. Salvador: EDUFBA, 2004

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

REBECHI, R.R. O discurso dos deputados na votação do impeachment: a LC combinada à ACD. In: FINATTO, M.J.B; REBECHI, R.R; BOCORNY, A.E.P (Org.). **Linguística de corpus: perspectivas**, Porto Alegre: Instituto de Letras - UFRGS, 2018, p. 41-68.

RÊGO, M. G. S. **Jornalismo independente na cobertura política: The Intercept Brasil e o processo do impeachment de Dilma Rousseff**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, 2019.

_____. SILVA, Acsa. **A postura inconstitucional do setor de comunicação brasileiro: O caso Empresa Brasil de Comunicação (EBC)**. Revista Vozes e Diálogos: Políticas de comunicação e o atual cenário brasileiro. v. 18, n. 01, 2019. Disponível em: <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/vd/article/view/14472>>. Acessado em: 17 de maio de 2020.

RIBEIRO, Michel. **A cobertura da pandemia do novo coronavírus trouxe maior credibilidade ao jornalismo**. Observatório da Imprensa. Disponível em: <<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/coronavirus-covid-19/a-cobertura-da-pandemia-do-novo-coronavirus-trouxe-maior-credibilidade-ao-jornalismo/>>. Acessado em 08 de setembro de 2020

ROCHA, Heitor Costa Lima da; CORREIA, João Carlos; TELLERÍA, Ana Serrana. Esferas públicas, intelectuais e mídia: inclusão e exclusão social nas teorias da democracia. **Revista Eptic**, vol. 19, nº 1, jan-abr, 2017.

_____; GRADIM, Anabela. Autonomia do jornalista, ética e política editorial: as implicações do enquadramento da notícia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Vol. 17 N° 1. Janeiro a Junho de 2020. ISSN 1984-6924.

RODRIGUES, A, D. **O Paradigma Comunicacional – História e Teorias**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

ROSS, Edward. A supressão das notícias importantes. In: BERGER, C.; MAROCCO, B. (org.). **A era glacial do jornalismo**. Porto Alegre/RS: Sulina, v. 2., 2008, p. 87-102.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SAMPAIO, C. **Alterações de Temer na EBC provocam protesto em Brasília**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/09/03/alteracoes-de-temer-na-ebc-provocam-protesto-em-brasil>>. Acessado em: 11 de maio de 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimo a notícia**. Petrópolis: Vozes, 2010.

SCHULZ, Anne. **Global Turmoil in the Neighbourhood: Problems Mount for Regional and Local News**. Reuters Institute. 2020. Disponível em: <<http://www.digitalnewsreport.org/survey/2020/global-turmoil-in-the-neighbourhood/>>. Acessado em: 02 de junho de 2021.

SCHUMPTER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

SILVA, A.R.M; ROCHA, H.C. L. Telejornalismo público e autonomia editorial: entre a censura e os tensionamentos com o governo federal. In: EMERIM, C; PEREIRA, A; FINGER, C (org.). **Direitos humanos nas telas: reivindicações sociais e representações de sentido narradas**. 1. Ed. Florianópolis: Editora Insular. 2021. p. 23-40.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

_____. **A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

SOLOSKI, John. O Jornalista e o Profissionalismo. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016.

SPONHOLZ, Líriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade**. Florianópolis: Editora Insular, 2009.

STROZZI, G. G. **Comunicação Pública e participação: Vida e morte do Conselho Curador da EBC**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-graduação em Comunicação. Universidade de Brasília. Brasília, 2019. Disponível em. Acesso em: 18 de abril de 2021.

TEMER, Ana Carolina. O nacional e o local: Relações de complementariedade e dependência. In: COUTINHO, I; EMERIM, C. (orgs.). **Telejornalismo local: teorias, conceitos e reflexões**. Coleção jornalismo audiovisual. V. 8. Florianópolis: Insular. 2019.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2.ed., 2005.

_____. **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Florianópolis: Insular, 2016.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016.

VICENTINO, C; DORIGO, G. **História Geral e do Brasil**. Vol. 2. São Paulo: Scipione, 2010a.

_____. **História Geral e do Brasil**. Vol. 3. São Paulo: Scipione, 2010b.

VIZEU, A. E. P. **Telejornalismo, audiência e ética**. 2002. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/vizeu-alfredo-telejornalismo-audiencia-etica.pdf>>. Acesso em: 15 de jun de 2020.

_____; CORREIA, João Carlos. A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência. In: VIZEU, A. E. P. J. (Org.). **A sociedade do Telejornalismo**. 1ed. Petrópolis: Vozes, 2008. P. 11-28.

_____; CERQUEIRA, Laerte. O “lugar de referência” do telejornalismo local: O papel dos saberes, dos dispositivos didáticos e da temporalidade. In: COUTINHO, I; EMERIM, C. (orgs.). **Telejornalismo local: teorias, conceitos e reflexões**. Coleção jornalismo audiovisual. V. 8. Florianópolis: Insular. 2019

VIEIRA, Anderson. **Publicada medida provisória que altera estrutura da EBC**. Agência Senado. 2016. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/09/02/publicada-medida-provisoria-que-altera-estrutura-da-ebc>>. Acessado em 17 de fevereiro de 2021.

WHITE, D. M. O gatekeeper: uma análise de caso na seleção de notícias. In: TRAQUINA, N. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016, p. 201-232.

WITTGEINSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1999.

WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público - uma teoria crítica da televisão**. São Paulo: Editora Ática, 1999

Reportagens do corpus

Jornal Nacional

JN 1. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8398364/>>.

JN 2. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/8407398/>>.

JN 3. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/8474127/>>.

JN 4. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/8488364/>>.

JN 5. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/8491247/>>.

JN 6. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8557608/>>.

JN 7. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8559401/>>.

JN 8. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8608871/?s=0s>>.

JN 9. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/8641318/>>.

JN 10. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8762904/>>.

JN 11. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/9179566/>>.

JN 12. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/9189371/>>.

JN 13. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/9375898/>>.

JN 14. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/9470193/>>.

JN 15. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/9514517/>>.

JN 16. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/9530763/>>.

JN 17. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/9534075/>>.

JN 18. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/9619854/>>.

JN 19. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/9637426/?s=0s> >.

JN 20. Disponíveis em: <<https://globoplay.globo.com/v/9653075/>>.
<<https://globoplay.globo.com/v/9653102/?s=0s>>

JN 21. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/9668995/>>.
<<https://globoplay.globo.com/v/9669009/?s=0s>>.
<<https://globoplay.globo.com/v/9669048/?s=0s>>.

JN 22. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/9764972/>>.

JN 23. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/9838618/>>
<<https://globoplay.globo.com/v/9838660/>>.

JN 24. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/9984899/>>.

Repórter Brasil

RB 1. Disponível em: <<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2020/03/prevencao-e-melhor-forma-de-combate-ao-covid-19>>.

RB 2. Disponível em: <<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2020/03/morre-primeira-vitima-do-coronavirus-no-brasil>>.

RB 4. Disponível em: <<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2020/04/oncologista-nelson-teich-e-o-novo-ministro-da-saude>>.

RB 5. Disponível em: <<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2020/04/nelson-teich-toma-posse-no-ministerio-da-saude>>.

RB 6. Disponível em: <<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2020/05/nelson-teich-pede-demissao-do-ministerio-da-saude>>.

RB 7. Disponível em: <<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2020/05/general-pazuello-representa-o-brasil-na-assembleia-mundial-de-saude>>.

RB 9. Disponível em: <<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2020/06/covid-19-mais-de-600-pessoas-morreram-no-brasil-em-um-dia>>.

RB 10. Disponível em: <<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2020/08/pandemia-101752-pessoas-morreram-por-causa-da-covid-19-ate-agora>>.

RB 11. Disponível em: <<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2021/01/justica-federal-do-amazonas-decide-suspender-enem>>.

RB 12. Disponível em: <<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2021/01/sao-paulo-tem-segundo-dia-de-vacinacao-com-coronavac>>

<<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2021/01/coronavac-veja-agora-quais-sao-os-grupos-prioritarios-de-vacinacao>>.

RB 13. Disponível em: <<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2021/03/novo-ministro-da-saude-marcelo-queiroga-tomou-posse-hoje>>.

RB 14. Disponível em: <<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2021/04/cpi-da-pandemia-e-instalada-e-renan-calheiros-e-confirmado-relator>>.

RB 15. Disponível em: <<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2021/05/cpi-da-pandemia-ouve-representante-do-laboratorio-pfizer-no-brasil>>.

RB 16. Disponível em: < <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2021/05/cpi-da-pandemia-ouviu-nesta-quarta-feira-19-ex-ministro-pazuello> >.

RB 17. Disponível em: <<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2021/05/cpi-da-pandemia-questiona-pazuello-sobre-crise-no-amazonas>>.

RB 18. Disponível em: <<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2021/06/pandemia-498499-pessoas-morreram-por-causa-da-covid-19-ate-agora>>.

RB 19. Disponível em: < <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2021/06/cpi-servidor-diz-que-recebeu-pessoas-para-importar-vacina-covaxin> >.

RB 20. Disponível em: < <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2021/07/cpi-da-pandemia-ouve-empresa-que-teria-negociado-vacinas-contra-covid> >.

RB 22. Disponível em: < <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2021/08/deputado-ricardo-barros-podera-voltar-cpi-da-pandemia> >.

RB 23. Disponíveis em: <<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2021/09/comemoracao-do-7-de-setembro-e-reduzida-por-causa-da-pandemia>

<<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2021/09/7-de-setembro-e-marcado-por-manifestacoes-pelo-pais> >.

RB 24. Disponível em: < <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2021/10/cpi-da-pandemia-senadores-votam-relatorio-final> >.